



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

MARIA BETANHA CARDOSO BARBOSA

**SISTEMA DE USO COMUM DE RECURSOS EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NO VALE DO RIO CAPIM (PA)**

Belém
2008

MARIA BETANHA CARDOSO BARBOSA

**SISTEMA DE USO COMUM DE RECURSOS EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NO VALE DO RIO CAPIM (PA)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa E. Acevedo Marin

Belém
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA.)

Barbosa, Maria Betanha Cardoso

Sistema de uso comum e recursos em comunidades quilombolas no Vale do Rio Capim (PA) / Maria Betanha Barbosa; Orientador Rosa E. Acevedo Marin. – 2008.

201f.; il. 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2008.

1. Quilombos – Pará. 2. Recursos naturais – São Domingos do Capim (PA). 3. Desenvolvimento sustentável – São Domingos do Capim (PA). I. Acevedo Marin, Rosa E, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 333.715098115

MARIA BETANHA CARDOSO BARBOSA

**SISTEMA DE USO COMUM DE RECURSOS EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NO VALE DO RIO CAPIM (PA)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora interna, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Examinador externo, PPGEIO/UFPA

Nós aqui, pretos do interior, que mandamos frutas e farinha para a cidade, a gente que trabalha na lavoura, mas a gente não tem valor na cidade, é visto como preto safado. Esse pessoal da cidade chega aqui para querer tirar nossas terras. A escravatura já passou! Eu sou preto, sou preto trabalhador. Criei meus filhos todos, dessas terras, que agora quero deixar pra eles. Agora vêm esses homens do governo e dizem que a gente não tem documento da terra. A gente sempre morou aqui. Tem documento maior do que nós aqui? (Vergino dos Santos, 97 anos, morador de Nova Ipixuna).

À Maria Zulmira Barbosa (*in memoriam*), matriarca forte, pelas palavras, razão da caminhada. Assim como a minha irmã Ângela (*in memoriam*), que me fez acreditar na caminhada.

AGRADECIMENTOS

À professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin, pela orientação, pela paciência, confiança e incentivo.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), com seu corpo docente, em especial ao Maurílio Monteiro, Simaia das Mercês, Ana Paula Bastos, Francisco de Assis Costa, Thomas Hurtiene, Luis Aragon, David McGrath, Ligia Simonian, Juarez Pezzuti, Fábio Silva e Tereza Ximenes.

À Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), pela concessão de bolsa de estudos, a partir do segundo ano do mestrado.

Às comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, com carinho à senhora América dos Santos, que sempre procurou me auxiliar. Ao senhor Antônio Coutinho e sua esposa Terezinha Coutinho, pela hospedagem, como ao Cléo Luz pela cooperação.

Ao Programa Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), pela colaboração no trabalho de campo e oportunidade de participação na Oficina do Fascículo Povos do Aroá, no prelo.

À Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), pelo apoio logístico para elaboração dos mapas.

Aos meus pais, José e Inês Barbosa, pelos ensinamentos.

Aos meus irmãos, Goreth, Ruth, Berna, Zé Roberto, Adriana, Claudia, Neto, Rita, Júnior e Inês Barbosa. A nossa irmandade e por tudo que compartilhamos: felicidades, perdas, conflitos e amizades.

Aos meus sobrinhos, Bryttner, Brenda, Raony, Victor, Beatriz, Bárbara, Matheus e Haroldinho e, em especial, ao Uriel, pela ajuda nas legendas.

Aos amigos Antônio de Pádua, Maricilda Raposo, Glória Lima, João Joaquim, Edna Reis, Rosilene Quaresma, Denise Eiró, Betânia Albuquerque e Graça Silva pelos incentivos e por estarem sempre próximos.

À turma de 2006 do PLADES. Aos colegas que se tornaram amigos: Ana Carolina, Aurilene Nascimento, Cristina Amorim, Miryam Barboza, Roberta Barboza, Válber Monteiro, Monaldo Begot, Luciane, Edson Antunes e Georgiane Oliveira.

Aos demais funcionários do NAEA, às bibliotecárias, ao pessoal da secretaria, com carinho à Cacilda, da Biblioteca, Rosilene, da Editoração e, com um grande abraço, à dona Graça, que sempre me confortava com um café, desde o período da seleção.

RESUMO

Aborda o sistema de uso comum de recursos, pelas populações quilombolas na Região Amazônica. As comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim localizadas no baixo curso do rio Capim, se auto-identificam como comunidade tradicional de quilombolas. A identidade étnica se concretizou materialmente a partir da criação da Associação de Quilombolas do Rio Capim (AQURC), em novembro de 2007. Recém criada, a AQURC reflete a afirmação étnico-política destas comunidades. No Capim, ser quilombola está relacionado a uma conotação identitária vinculada às ruínas do engenho Aproaga, utilizado como meio material sinônimo de pertença e de ancestralidade e como corpo reivindicatório da comunidade. As comunidades praticam uma agricultura itinerante centrada no cultivo da mandioca e em atividades extrativas, que se distinguem em caça, pesca e recursos florestais (madeireiros e não-madeireiros). Sendo que cada comunidade apresenta um exercício específico de uso dos recursos, relacionado à distribuição espacial dos ambientes em seus respectivos territórios. Assim, as territorialidades delineadas obedecem aos aspectos da relação entre os atores sociais e da interação entre estes e os recursos naturais. Estas relações e interações são baseadas no sistema de uso comum, em um território coletivo, territorializado segundo limites físicos e simbólicos, que demarcam o acesso e o uso, em cada comunidade, aos ambientes dispostos. Cada grupo social elaborou uma territorialidade conseqüente da disposição dos recursos naturais pelo território, com um ambiente entre várzeas e terra-firme, o acesso aos recursos é permeado por arranjos criados pelos atores para garantir o acesso e o uso aos recursos. Os arranjos entre as localidades apresentam semelhanças e diferenças, os arranjos são definidos com regras e impedimentos no uso e acesso a pesca, caça, coleta de frutos, uso dos quintais e para abertura de roças. Como forma de espacializar e localizar os recursos no território foi construído pela comunidade um mapa de uso dos recursos, o mesmo apresenta uma leitura do território por meio de uma cartografia social. Este trabalho foi desenvolvido nas três comunidades, os dados foram coletados por meio de entrevistas livres com 5 atores idosos, observação participante e questionário semi-estruturados aplicados nas 37 unidades domésticas. As visitas aconteceram entre agosto de 2007 a março de 2008, com as duas primeiras visitas com um tempo de 15 dias e as duas últimas com 5 e 2 dias respectivamente. O sistema de uso comum de recursos é uma estratégia para a comunidade quilombola garantir a reprodução social, diante de recursos escassos e não diversos.

Palavras-chave: Quilombolas. Sistema de Uso Comum. Território e Cartografia Social.

ABSTRACT

This thesis talks about the system of common use of resources by the quilombo people in the Amazon region. The communities of Taperinha, New Ipixuna and Sauá-Mirim located in the lower course of the Capim river, self-identify as traditional quilombola community. The ethnic identity has resulted materially from the creation of the Quilombola Association of the Capim River (AQURC) in November 2007. Recently created, the AQURC reflects the assertion of ethnic and political communities. In Capim, the Quilombola connotation is related to an identity connotation tied to the ruins of the Aproaga engine, used as a material synonym of belonging and of ancestry and as a claim entity of the community. The communities practice an itinerant agriculture focused on cultivation of cassava and extractive activities that differ in hunting, fishing and forest resources (timber and non-timber). Since that each community has a specific exercise of the use of the resources, related to the spatial distribution of environments in their respective territories. Thus, the outlined territorialities conform to the aspects of the relationship between social actors and the interaction between them and natural resources. These relationships and interactions are based on a system of common use, in a collective territory, territorialized following the physical and symbolic limits that demarcate the access and use, in each community, of the willing environments. Each social group produced a consequent territoriality of the provision of natural resources through the territory, with an environment of wetlands and dry areas. The access to resources is permeated by agreement created by the actors to ensure the access and use of the resources. The agreement between the localities have similarities and differences, they are defined with rules and impediments in the use and access to fishing, hunting, collecting fruit, and use of yards for the opening of farms. As a way to spatializing and find the resources in the territory, was built by the community a map of the use of resources, it shows a reading of the territory by means of a social mapping. This study was conducted in three communities; the data were collected through free interviews with 5 elder actors, participant observation and semi-structured questionnaire applied in 37 domestic units. The visits took place between August 2007 to March 2008, with the first two visits lasted 15 days and the last two days with 5 and 2 respectively. The common use system of resources is a strategy that quilombola community uses to ensure the social reproduction in face of scarce and not diverse resources.

Keywords: Quilombos. Common Use System. Territory and Social Cartography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Vias de acesso para as comunidades de Sauá-Mirim, Nova Ipixuna e Taperinha	87
Tabela 2 -	Alimentos não cultivados consumidos em Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim	130
Tabela 3 -	Frutas presentes nos quintais de Nova Ipixuna	139
Tabela 4 -	Ervas medicinais encontradas nos quintais de Nova Ipixuna	139
Tabela 5 -	A criação nos quintais de Nova Ipixuna	140
Tabela 6 -	Espécies e locais de caça da comunidade de Nova Ipixuna	141
Tabela 7 -	Espécies de peixes encontradas no Igarapé Ipixuna e no rio Capim, pela comunidade de Nova Ipixuna	145
Tabela 8 -	Recursos naturais extraídos das capoeiras, em Nova Ipixuna	146
Tabela 9 -	Criações presentes nos quintais de Sauá-Mirim	151
Tabela 10 -	Frutas presentes nos quintais de Sauá-Mirim	151
Tabela 11 -	Ervas medicinais cultivadas nos quintais de Sauá-Mirim	152
Tabela 12 -	Espécies de caça capturadas pelos caçadores de Sauá-Mirim	154
Tabela 13 -	Espécies de peixes capturadas nos igarapés da comunidade de Sauá-Mirim e no rio Capim	156
Tabela 14 -	Ervas medicinais cultivadas nos quintais de Taperinha	162
Tabela 15 -	Frutas encontradas nos quintais da comunidade de Taperinha	163
Tabela 16 -	Caças encontradas nos ambientes da Taperinha	166
Tabela 17 -	Espécies de peixes encontradas nos Igarapés Simão, Buiçu e Naxi, na comunidade de Taperinha	169
Tabela 18 -	Espécies de peixes capturadas no rio Capim, pela comunidade de Taperinha	170
Tabela 19 -	Frutas retiradas da capoeira de Taperinha	172
Tabela 20 -	Recursos florestais encontrados nas várzeas do igarapé Buiçu e Serra-Velha	173
Tabela 21 -	Calendário agrícola dos principais cultivos, nas comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim	178
Tabela 22 -	Os principais cultivos de verduras, legumes e hortaliças, nas comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População quilombola e unidades domésticas distribuídas entre as comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008	125
Gráfico 2 - Principal atividade econômica por unidade doméstica. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008	127
Gráfico 3 - Atividades extrativistas por unidades domésticas. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008	128
Gráfico 4 - Local e venda dos produtos agrícolas por unidade doméstica. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008	129
Gráfico 5 - Distribuição da população de Nova Ipixuna por sexo, 2008	136
Gráfico 6 - Distribuição da população de Nova Ipixuna por sexo de acordo com a faixa etária, 2008	136
Gráfico 7 - Distribuição da população da comunidade de Nova Ipixuna por escolaridade, 2008	137
Gráfico 8 - Distribuição da população de Sauá-Mirim de acordo com a escolaridade, 2008	148
Gráfico 9 - Distribuição da população de Sauá-Mirim por faixa etária, 2008	149
Gráfico 10 - Distribuição da população de Taperinha por escolaridade e sexo, 2008	159
Gráfico 11 - Distribuição da população de Taperinha por faixa etária, 2008	160

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPPAS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
AQURC	Associação Quilombola Unidos do Rio Capim
AVC	Acidente Vascular Cerebral
COIAB	Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional Das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRCC	Imerys Rio Capim Caulim S. A.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LANDSAT	Global Land Cover Facility
MFP	Movimento de Fundo de Pastos
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PLADES	Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento

PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PSSA	Pará Pigmentos S. A.
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	NA ETNOGRAFIA, O ESTRANHAMENTO DO PRIMEIRO CONTATO E A IDENTIFICAÇÃO GERADA COM O COTIDIANO	19
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2	POVOAMENTO E FORMAS ECONÔMICAS NO RIO CAPIM	36
2.1	CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM	36
2.2	PRIMEIRAS NOTÍCIAS: DO TEMPO ARQUEOLÓGICO CRÔNICAS DOS VIAJANTES E NATURALISTAS	39
2.3	OCUPAÇÃO E FORMAS ECONÔMICAS DECORRENTES DA ABERTURA DA BR-010, NO VALE DO RIO CAPIM	46
3	POPULAÇÕES TRADICIONAIS: MANEJO E USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS	71
3.1	FORMAS DIFERENCIADAS DE ARRANJOS NO USO DE RECURSOS COMUNS	71
3.2	ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS: PARENTESCO E HERANÇA	77
3.3	ACESSO À TERRA E ENTRAVES LEGAIS	81
4	MEMÓRIAS DO TERRITÓRIO	85
4.1	O LUGAR	85
4.2	TOPONÍMIA DE TAPERINHA, NOVA IPIXUNA E SAUÁ-MIRIM	90
4.3	MEMÓRIA DO USO DOS RECURSOS NATURAIS	114
5	TAPERINHA, NOVA IPIXUNA E SAUÁ-MIRIM NA CONTEMPORANEIDADE	124
5.1	COBERTURA VEGETAL	130
5.2	ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E ARRANJOS NO USO DOS RECURSOS	135
5.2.1	Nova Ipixuna	135
5.2.1.1	Uso de quintais	138
5.2.1.2	Atividades extrativistas	141

5.2.1.3	Capoeira e várzea	146
5.2.2	Sauá-Mirim	147
5.2.2.1	Uso de quintais	151
5.2.2.2	Atividades extrativistas	153
5.2.2.3	Capoeira e várzea	157
5.2.3	Taperinha	157
5.2.3.1	Uso de quintais	161
5.2.3.2	Atividades extrativistas	164
5.2.3.3	Capoeira e várzea	171
5.2.4	Uso do solo e agricultura	174
5.2.5	Cultivos	178
5.2.6	Uso do retiro	180
5.2.7	Relações de trabalho	180
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXO	198

1 INTRODUÇÃO

O uso comum de recursos naturais configura uma marcante característica das “populações tradicionais” na Amazônia, reconhecidas legalmente como “povos e comunidades tradicionais” (Decreto 6.040 de fevereiro de 2007). Neste sentido, distinguem-se por singularidades étnicas indígenas, quilombolas e formas identitárias outras como quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, seringueiros, faxinalenses, fundo de pasto, entre outras. Esta dissertação vem contribuir para os estudos sobre os sistemas de uso comum de recursos naturais, permeado de estratégias particulares de reprodução, pelos atores sociais, na Região Amazônica, com destaque para as populações tradicionais do rio Capim.

Os sistemas de uso comum de recursos naturais ganharam espaço de discussão, a partir da *Tragédia dos comuns*, de Hardin (1968), a qual considera que o uso comum, em espaços de livre acesso, decretaria o fim “dos comuns”, devido ao caráter maximizador de um “usuário”. Contribuições teóricas mais otimistas sobre o uso de recursos comuns, posteriores, conseguiram identificar o sucesso na gestão coletiva de bens comuns, a partir da elaboração de regras geradas para garantir o acesso a todos, seguindo um compartilhamento de valores. Ostrom (1998) apóia-se em regras e normas criadas a partir de instituições¹, que servem para coibir e/ou aplicar sanções aos indivíduos que venham extrapolar a dinâmica social pré-estabelecida pelo grupo, como um modelo de comportamento social ético.

Atualmente, no Brasil, experiências ou práticas tradicionais apontam o uso comum de recursos nas diversas regiões do país. Dá-se destaque para o uso de recursos comuns em comunidades rurais nas chapadas do alto Jequitinhonha (GALIZONI; RIBEIRO; SILVESTRE, 2007), cuja experiência mapeia o modelo de uso do território rural local, gerenciado por agricultores do norte mineiro (municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado), evidenciando normas, regras e poupança de recursos, o que permite ratificar a reprodução física e cultural do grupo, em uma região com desequilíbrios socioeconômicos e ambientais.

Na série *Cartografia do Brasil*, de Almeida (2004), destacam-se dois exemplos de uso comum: 1) os “faxinais”, no Paraná, datados do século XVIII e com uma forma social de uso da terra baseada no sistema agro-silvo-eco-pastoril; 2) e os “fundos de pastos”, ao norte da Bahia, utilizados tanto para a atividade do pastoreio comunitário como também para o

¹ De acordo com Ostrom apud Schmitz (2006, p. 10), instituições “são um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias e a distribuição de benefícios”.

corte de madeira, ao extrativismo de frutos e mel e à caça. Faxinais e fundo de pasto compreendem práticas ancestrais estratégicas para viabilizar o acesso a terra e promover a subsistência, em uma realidade rural concentradora.

Na Amazônia, destacam-se os estudos apresentados pela série *Nova Cartografia Social da Amazônia* (ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, 2006), que analisam as populações tradicionais quilombolas de Salvaterra (PA) e Concórdia do Pará (PA). Destaca-se também a pesquisa de Acevedo Marin (2004), realizada no município de Colares (PA) (comunidade de Cacau), que compõe as formas do uso comum de recursos, além de outros trabalhos sobre populações tradicionais amazônicas. Anteriormente a estes estudos, sob outro foco, há a análise dos negros da região de Trombetas (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998), que também contribui para evidenciar como o campesinato desenvolve formas articulações voltadas para a produção autônoma do manejo dos recursos naturais.

A proximidade com o tema derivou da experiência profissional realizada em 2005, no município de São Domingos do Capim. Neste momento, foi narrada, por outros grupos locais a existência de “pretos que viviam no meio do mato, seus ancestrais haviam sido expulsos de um engenho, não gostavam de visitas e eram ariscos”. Estas foram as primeiras referências recebidas acerca dos atores das comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna. A partir deste primeiro contado (do ouvir falar e da primeira exposição entre o “eu-outro”), delineou-se a investigação sobre estas comunidades e suas estratégias reprodutivas.

O vale do rio Capim evidencia uma antiga ocupação humana que abrange o período do pré-contato, do contato e do pós-contato com civilizações de outros continentes. Todavia, é somente após a segunda metade do século XX, com a abertura da BR-010 (Belém-Brasília), (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979) e, posteriormente, com o estabelecimento de políticas territoriais no regime ditatorial (COSTA, 1998), que a região do rio Capim será alvo de pressões migratórias de empresas madeireiras, agropecuárias e do extrativismo mineral².

A exploração dos recursos naturais em grande escala gradativamente passou a impor uma lógica singular de ocupação para as margens do rio Capim. “As populações tradicionais” (os primeiros ocupantes desta região e que dela são intrínsecos), sobretudo a partir do contexto da colonização e, mais drasticamente, do pós-construção da Belém-Brasília, necessitaram interagir com os novos atores sociais introduzidos. Esta nova dinâmica de integração, interação e ocupação agregou uma exploração mais intensa dos recursos naturais, que repercutiu no território e nas formas produtivas. As expressões coexistentes passaram a

² Vale ser ressaltado que pesquisas acerca do pré-contato, nesta região do Capim, ainda são muito insipientes. Aqui, partiu-se, fundamentalmente, do período compreendido entre a colonização até a atualidade.

desenvolver uma economia baseada fundamentalmente na agricultura camponesa, centrada no cultivo da mandioca, destinado à produção de farinha, além da continuidade das práticas extrativistas.

Os grupos sociais de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim se auto-identificam como quilombolas. A identidade étnica se concretiza materialmente a partir da criação da Associação de Quilombolas do Rio Capim (AQURC), em novembro de 2007. Recém criada, a AQURC reflete a afirmação étnico-política dessas comunidades. A aceitação consensual ao termo “comunidade” reflete a união, a proximidade, o lugar comum, os laços de parentesco e de amizade. Isso pressupõe o coletivo acima do individual, identifica-se a noção de comunidade associada ao sentimento de pertença ao lugar e às estruturas sociais formadas.

A acepção ao termo aproxima-se das distinções de comunidades analisadas por Gusfield (2003). O quilombo capinense apresenta uma conotação geográfica ou territorial de comunidade, visto que a relação com o lugar reflete as relações sociais e arranjos no uso dos recursos. Esse sentido territorial e político são recentes no Capim, antes dominado pelo sentido religioso, imposto pela Igreja Católica, que destituiu o coletivismo agregado ao termo. O movimento social, especificamente a AQURC, ascendeu um teor político, étnico e territorial ao conceito de comunidade, o qual segue neste texto.

No Capim, ser quilombola está relacionado a uma conotação identitária vinculada às ruínas do engenho Aproaga, utilizado como meio material sinônimo de pertença e de ancestralidade e como corpo reivindicatório da comunidade. O quilombola, na concepção de Almeida (1989, p. 10), “é mais precisamente aquele que tem consciência de sua posição reivindicativa de direitos étnicos e a capacidade de autodefinir-se como tal, mediante os aparatos do poder, organizando-se em movimentos e a partir de lutas concretas”. Esta definição sugere a afirmação étnico-política, assim como a manifestação e aceitação do termo quilombola.

Praticam uma agricultura itinerante centrada no cultivo da mandioca e em atividades extrativas, que se distinguem em caça, pesca e recursos florestais (madeireiros e não-madeireiros). Sendo que cada comunidade apresenta um exercício específico de uso diferenciado dos recursos, relacionado à distribuição espacial dos ambientes em seus respectivos territórios. Assim, as territorialidades delineadas obedecem aos aspectos da relação entre os atores sociais e da interação entre estes e os recursos naturais. Estas relações e interações são baseadas no sistema de uso comum, em um território coletivo, territorializado segundo limites físicos e simbólicos, que demarcam o acesso e o uso, em cada comunidade, aos ambientes dispostos.

Neste sentido, a problemática central deste estudo partiu da seguinte indagação: Há um modelo de arranjo definido pelo sistema de regras e normas entre as comunidades? Desta forma, objetivou-se comparar os arranjos quanto ao uso comum de recursos entre as três comunidades, como também, identificar e relacionar o processo de territorialização. Em torno deste objetivo central, gravitaram outros, como: descrever o processo de ocupação do Vale do Rio Capim e o processo de construção do território, espacializar os recursos naturais no território, identificar os recursos naturais ambientalizados no território e verificar as regras de acesso e uso de recursos naturais em cada comunidade.

A partir destas indagações, optou-se pelo método comparativo, seguido da pesquisa etnográfica, com técnicas de coleta de dados, como a história oral, observação participante, aplicação de questionário, diário de campo, entrevistas, mapas coletivos e individuais; fatores que subsidiaram os dados apresentados nesta dissertação, a qual acompanha a divisão detalhada a seguir, além da Introdução, segundo os capítulos e temas abordados.

O primeiro capítulo aborda o tema *O povoamento e as formas econômicas no rio Capim*, iniciado com as considerações históricas e geográficas sobre o município de São Domingos do Capim. Em seguida, trata da ocupação das margens do rio Capim, que a divide em dois momentos distintos. O primeiro momento parte das descrições dos cronistas que visitaram esta região, no século XIX, que relataram a existência dos engenhos, as formas econômicas e a presença de populações escravas. No segundo momento, destaca-se a ocupação dada a partir da inserção da região no eixo da BR-010, que conduziu novas formas econômicas para o uso dos recursos naturais. Demonstradas, aqui, por meio das análises sobre as comunidades de Nazaré (CAYRES, 1999), Quiandeuá (MEDINA, 2003) e Monte Sião (CASTRO, 2006), que evidenciaram formas de apropriação dos recursos naturais por esses grupos sociais.

No segundo capítulo (*Populações tradicionais: o manejo e o uso comum de recursos naturais*), destaca-se o manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais e introduz-se a concepção de ação coletiva, considerando as principais contribuições teóricas sobre o tema. A partir desse ponto, faz-se um panorama pelo Brasil sobre algumas comunidades que organizam a extração dos recursos naturais por meio do sistema de uso comum de recursos. Descrevendo-se a ação coletiva ocorrida em diversos ambientes (caatinga, floresta de araucária, floresta tropical, rios e várzeas). Este capítulo apresenta ainda, dois sub-itens que tratam das regras de acesso e uso e das estratégias de reprodução das comunidades, tendo como o eixo o acesso a terra pelo matrimônio e pela herança.

No terceiro capítulo (*Memórias do território*) adentra-se nos dados colhidos durante o trabalho de campo, é realizada uma “leitura” da memória do lugar, a partir dos idosos, a fim de identificar a construção do território das comunidades. Além de buscar as formas de uso dos recursos naturais, em tempos pretéritos, e as regras e normas de regulamentação do acesso e uso dos recursos. Assim, conhece-se a toponímia das comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim. Perpassando-se também, pelos conflitos e os arranjos construídos nas relações e interações entre os atores sociais e os ambientes, no uso dos recursos.

No quarto capítulo (*Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim na contemporaneidade*), há a descrição da organização espacial destas localidades, na contemporaneidade, demonstrando-se seus dados demográficos e suas relações mercadológicas e de produção. Posteriormente, as comunidades são individualizadas segundo o uso dos recursos naturais e o sistema de uso comum. Evidenciam-se dados referentes a suas formas produtivas, permeadas por regras de acesso e uso de recursos comuns, traçados por territorialidades construídas socialmente. Todo conhecimento sobre as localidades foi condensado no Mapa 2, o qual identifica e localiza os diversos ambientes, em uma leitura cartográfica, na qual a simbologia da legenda não acompanha a convenção internacional, símbolos e cores expressão a leitura dos atores sociais, sobre o território.

Ao final, apresentam-se análises acerca da agricultura e do uso do solo. Este estudo evidencia o uso excessivo de uma agricultura itinerante e o desgaste provocado ao solo. Havendo a necessidade iminente de se aumentar o tempo de pousio do solo, como recurso para se conter as sérias degradações as quais a sociedade e o ambiente vêm sofrendo, o que esbarra, justamente, nas novas pressões sociais, que exigem cada vez mais novos espaços para o cultivo e/ou um manuseio mais intenso. Nas Considerações Finais, a discussão é retomada, de modo a expor pressupostos que envolvam as estratégias de reprodução da comunidade quilombola.

1.1 NA ETNOGRAFIA, O ESTRANHAMENTO DO PRIMEIRO CONTATO E A IDENTIFICAÇÃO GERADA COM O COTIDIANO

O relato a seguir demarca um pouco da vivência em campo, a partir de um cotidiano construído sob territorialidades diferenciadas que foram postas em contato, segundo a perspectiva de diferentes atores sociais, em um processo que desencadeou a apreensão, a partir do contato, do território do *outro*. Assim, emerge um conjunto de informações que

foram sistematizadas para possibilitar interpretações sobre as indagações emergidas do objeto estudado. Neste movimento, entre prática e teoria, definiu-se uma estrutura dissertativa que apresenta pressupostos e hermenêuticas sobre tais indagações, visando a ampliação do conhecimento humano em suas especificidades.

Nas várias viagens de campo, o rio Capim sempre representou o ponto de contato e, na mesma ordem, uma referência de distância: a chegada às comunidades sempre ocorria pela água, assim como o retorno, o que ficava para trás era apenas água. Então, a água do rio Capim foi uma das primeiras territorialidades construídas no exercício de uso do território da pesquisa. Desde a primeira visita, quando ainda estava com a referência dos “pretos que se escondem no mato, para fugir dos visitantes”, tinha-se apenas noção das estratégias reprodutivas das populações tradicionais, da cultura, dos saberes. Para surpresa, ninguém fugiu para o mato. Estavam, sim, nos seus lugares, dando continuidade aos seus afazeres.

Retornou-se depois de um ano para fazer um *survey*, mas, novamente, ninguém fugiu. Pelo contrário, a pesquisadora foi recebida pelo guardião do lugar, o senhor Vergino, que relembrou o período do engenho Aproaga e de seus avós. Em Nova Ipixuna, transitava pelas residências dos irmãos Vergino dos Santos e João Luz. A relação de confiança foi, então, estabelecida. Pediu-se permissão para fazer novas visitas. Seu Vergino dizia: - a Dona gosta de ouvir as nossas histórias dos pretos do Aproaga, então sente aí. E, Maria da Conceição [filha de 11 anos], faz um café para nós. O senhor Vergino passou a ser, juntamente como o rio Capim, a segunda referência local.

Estava de volta, depois de 9 meses, para dar início às etapas do trabalho de campo, iniciado por Nova Ipixuna. A audição da memória do senhor Vergino veio a solidificar uma confiança recíproca. Ele ficava me esperando sentado na sala. O barco me deixava às 8 horas no porto da residência do senhor Vergino. Eu descia levando mochila, máquina, cantil, prancheta, gravador e caminhava entre palmeiras de açai, até a casa. Esperando-me, ele dizia: - Vamos começar, reiniciando a narração do ponto que tinha parado no dia anterior, sem necessidade de minha intervenção para lembrá-lo.

No segundo dia, ele me disse: - Dona, não estou querendo expulsar a senhora, mas tá bom da senhora fazer isso com o Joãozinho. Acho que ele tá com ciúme. Não tá falando comigo por que a senhora não foi ouvir a conversar dele.

No dia seguinte, eu estava atravessando Nova Ipixuna, tendo como guia Maria da Conceição, filha de seu Vergino, já que os adultos estavam na roça. Ela ficou encarregada de me conduzir ao longo do caminho, a pedido do pai. Era a hora do banho no rio Capim, então, eu a senti contrariada, o que foi refletido na trilha escolhida. Maria da Conceição optou em ir

por um caminho com mato cerrado corria na frente e me deixava sozinha. Peguei-me com medo e veio-me à mente histórias que minha avó narrava sobre os “seres da floresta”, mas resolvi não ceder às traquinagens da menina.

Pelo contrário, pensei em conquistá-la. Ofereci-lhe água, ela não aceitou. Ofereci suco, ela novamente não aceitou, continuando a sumir e ressurgir na trilha. Última estratégia: resolvi ignorar (e a casa do senhor Joãozinho não chegava...). Comecei a pensar em outra história de minha avó: “João e Maria”, as crianças perdidas na floresta... Para disfarçar meu medo, passei a perguntar sobre as plantas, o igarapé. Não havia resposta. Eu estava sozinha, caminhando em uma trilha a qual não sabia para onde ir, caso ocorresse uma bifurcação da trilha. Comecei a chamar o nome dela, também não respondia. Foi quando resolvi relaxar e deixar o caminho me levar. Com a câmera em punho, passei a fotografar a paisagem ao longo da trilha. No terceiro “click”, Maria da Conceição apareceu na minha frente e, pelo olhar, percebi que queria ser fotografada. Levei a câmera para captar a imagem da menina. Quando sua imagem foi revelada na tela da câmera, eu conquistei minha primeira guia!

Somados mais alguns minutos de caminhada, cheguei do outro lado de Nova Ipixuna. O senhor Joãozinho estava debruçado na janela. A esta altura, Maria da Conceição já caminhava com a mão na minha cintura, tendo havido tomado a água e o suco. Entregou-me para o senhor Joãozinho dizendo: - eu volto no final da tarde para lhe buscar. Não sai daqui. Sozinha vai se perder no mato. Vi-me recebendo ordens de uma menina de 11 anos! O senhor Joãozinho perguntou-me: - ela não cometeu nenhuma peraltice com a senhora, dona? Compactuando com o olhar de Maria da Conceição, respondi que não.

Eu e o senhor Joãozinho percorremos todo o patrimônio. Fomos à margem do igarapé Ipixuna, visitamos as casas dos seus filhos, o retiro. Mostrou-me a escola. Ele sempre narrando histórias. Voltamos para casa. Como eu precisava de um guia “adulto”, ele me ofereceu seu filho, que chegou ao final da tarde. Acertamos, então, para conhecer os outros ambientes no dia seguinte. Ao me despedir, o senhor Joãozinho chamou minha atenção, dizendo “Olha quem tá lhe esperando dona”, apontando. Era Maria da Conceição, sentada ao lado da escola com mais duas crianças, seus sobrinhos. Informou-me: – o barqueiro tá esperando a senhora no porto. Eu vim lhe buscar; e seguimos de volta pela trilha. Ao caminhar uns 10 metros, ela me apresentou os sobrinhos, dizendo: – eu trouxe eles para a senhora tirar nossas fotos. Assim, a trilha foi feita cenário para Maria da Conceição e sua trupe.

No dia seguinte, o barqueiro me deixou no porto do senhor Joãozinho. João, o filho-guia, estava me aguardando para percorremos o território. Saímos cedo, conhecendo as roças,

as capoeiras, o igarapé, os locais de caça e de pesca. Ele explicou o processo de produção da farinha e me conduziu ao retiro da família, onde almoçamos. Em seguida, voltamos para o patrimônio, para conhecer os quintais.

Faltavam ainda as comunidades de Taperinha e Sauá-Mirim. João avisou que estavam me aguardando e que haviam perguntado quando eu iria por lá. Ele se ocuparia torrando farinha pela tarde, não podendo caminhar comigo. Nesta mesma tarde, a esposa do presidente da Associação dos Quilombolas do Rio Capim resolveu levar-me para conhecer Taperinha. Saímos de Nova Ipixuna quando, a uns 15 minutos de caminhada, uma chuva de verão desabou. Era uma chuva daquelas de derrubar árvores. Sem abrigo, tivemos que correr entre árvores e trovões que ressoavam. Tentava proteger o material de trabalho (GPS, câmera, diário de campo, gravador). A chuva encharcava a mochila e, para não perder o material, tive que tirar a blusa para proteger a mochila. Salvei o material, no entanto, minha entrada em Taperinha foi vergonhosa: eles estavam no centro comunitário a minha espera, quando eu cheguei toda molhada, pingando. Não havia levado roupa. Tive que iniciar a apresentação da pesquisa assim mesmo. Depois de me apresentar, pedi que o grupo se apresentasse, então uma senhora negra levantou dizendo: - me diga Dona, é a senhora que gosta de ouvir as história dos pretos? Que tem andado pela casa do meu mano Vergino ouvindo as histórias dele? E serve para quê nossas histórias? Quem quer saber de nós?" Expliquei a importância de suas "histórias", mas percebi que não entenderam muito bem, todavia, estavam dispostos a colaborar. Optei por deixar mais para o futuro uma nova explicação...

Percebi que havia certa disputa entre as comunidades pela minha presença. O senhor Henrique questionou: - agora a senhora vai ficar aqui pra gente contar nossa história? Esclareci que deveria passar alguns dias em cada comunidade, ouvindo a todos. Neste mesmo dia, teria que me apresentar em Sauá-Mirim. A distância era pequena, porém, com a chuva, o igarapé Simão havia transbordado e sua travessia deveria se feita sobre uma ponte de tronco de palmeira. Não havia outra opção, pois já estavam a minha espera... Passei minha mochila para a guia, que a atravessou ligeiramente. Já na outra margem, Edilene me chamou dizendo que agora era a minha vez. Para minha infelicidade, era difícil se equilibrar sobre o tronco. Além do que, eu nunca fui boa de coordenação e tampouco de equilíbrio. Mas tinha que prosseguir! Com um pé ante outro, iniciei a travessia mais longa que já realizei. São 5 metros por cima da "ponte", porém, no segundo metro, bem no meio da ponte, eu desabei dentro do igarapé. Depois de ser retirada de lá, fui acalentada com um café.

Novamente, tive que me apresentar molhada para a comunidade. No Sauá-Mirim, as pessoas também foram bem receptivas, oferecendo, do mesmo modo, guias locais para me

ajudar na realização do trabalho de campo. No dia seguinte, cheguei ao porto da Taperinha. A senhora América estava a minha espera. Ela me mostrou a comunidade (não foi à roça, neste dia, só para me acompanhar). Iniciamos conhecendo os ambientes, em que me levou para conhecer a várzea do Naxi, para o qual deveríamos sair com o “sol baixo”, em razão da longa distância. Neste dia, realizei outras atividades, porém, no dia seguinte, caminharíamos rumo ao igarapé Naxi.

Eu estava hospedada no Sauá-Mirim, onde, ao final da tarde, fui abordada pelos atores sociais que indagavam: “É a senhora que vai pro Naxi? A senhora não vai agüentar!”. A senhora América, contudo, resolveu me incentivar, diante do descrédito do grupo, acerca da minha resistência para caminhada ao Naxi. Para o espanto de seus pares, ela respondia: - Ela vai sim! Ela tem essa perninha branca, mas ela vai agüentar. Observei, então, que já possuía diversas denominações, como: “A Dona que gosta de ouvir história de preto”, “a Dona que caiu no Simão” e, agora, “a Dona que diz que vai ao Naxi”. Ao final desta tarde, estava finalizando uma entrevista com a senhora América, que, desde conversas anteriores, havia dito que iria me mostrar um “tesouro”, um dia. Ela tinha receio de mostrá-lo, temendo ser roubada. Não forcei, assim sendo, em conhecer seu “tesouro”.

Neste final de tarde, após a entrevista, despedi-me. Quando, então, ela me pediu para aguardar, para que eu a ficasse esperando no salão da associação de moradores. A senhora América foi a casa dela, retornando com algo nas mãos, encoberto por uma toalha. Entrou, olhou para os lados e levantou a toalha. Olhou para mim e disse: - agora vê o meu tesouro Dona. Pede que essa é da boa! Todo mundo aqui vêm para pedir. Pede para te proteger no Naxi. Ela me falava com os olhos marejados. Tratava-se da imagem de Nossa Senhora da Conceição, doada por Pedro Chermont de Miranda aos negros do Aproaga. Depois que fiz meus pedidos, ela a cobriu e levou de volta para casa.

Retornei para casa, ou melhor, para o local em que estava hospedada. Agora estava mais preocupada ainda, já que o Naxi era tão temido, ou melhor, ele possuía, digamos, o aspecto negativo um tanto significativo no imaginário social. Fator este que foi agravado por eu não estar sozinha. Nesta viagem, levei comigo uma estagiária e eu temia por nós duas. Foi uma noite longa na espera pela viagem para o Naxi. Levantamos cedo, pois a saída estava marcada para as 7h da manhã. Estávamos com as vestimentas e com o aparato tecnológico necessário para o registro deste estudo, estávamos a caráter. Chegamos, os irmãos América e Henrique estavam nos esperando. Disseram que seria melhor irmos com a Maroca, que nos levaria até o senhor Domingos. Este, por sua vez, juntamente com sua esposa, conduziu-nos ao Naxi.

Por um caminho que atravessou roças e capoeiras, em um sobe e desce constante, chegamos à casa do senhor Domingos dos Santos, às 9h30min. Conhecemos seu sítio e a drenagem que fica próxima. O senhor Domingos decidiu que sairíamos às 12h, depois do almoço. Ele nos disse que seria rápido, que logo estaríamos de volta. Encontramos primeiro uma pequena floresta com mata fechada. Dentro é bem escuro, com vários entraves, como árvores e igarapés, os quais tínhamos que transpor. De repente, pediram para fazer silêncio, pois a esposa, a senhora Graça, sentiu a presença de uma caça. Ficamos calados e ela rapidamente subiu em uma árvore, da qual desceu trazendo uma preguiça.

Demos continuidade. O senhor Domingos explicava sobre os recursos e as regras de uso locais. Passados 30 minutos de caminhada, perguntamos se já estaria perto e a senhora Graça respondeu que sim. Depois de ter que correr sobre um formigueiro em pleno êxtase, tivemos que nos jogar em um córrego localizado mais adiante, para conferir os estragos que as formigas haviam feito em nós, no caso em mim e na estagiária Cristiane Martins. Em seguida, passamos por outro córrego, o qual era para atravessar correndo, devido aos jacarés. A paisagem foi mudando, o terreno foi baixando e ficando encharcado. A várzea do Naxi estava em seu início. As palmeiras de açai tornaram-se mais presentes, assim também como se fez evidente a quantidade do fruto espalhado no chão. Encontrávamos, enfim, na várzea do Naxi.

Depois de uma hora e quinze minutos de caminhada, chegamos. O senhor Adelino dos Santos estava nos esperando. Descemos para a margem do igarapé Naxi, que possui uma corrente de água clara bem tranqüila. Matada a sede e o calor, retornamos ao trabalho. O senhor Adelino foi nos mostrando as espécies da várzea e do igarapé. Resolvemos voltar às 16h. Eles optaram em voltar por outro caminho, que era mais rápido e mais seguro. Neste caminho de volta, eles nos explicaram que o temor ao Naxi, devia-se às cobras. As picadas de cobras venenosas, como cascavel e coral, eram comuns.

Resolvemos, então, apressar nossos passos, retornando à casa do senhor Domingos, às 17h. Chegamos ao patrimônio de Taperinha às 18h45min, onde estavam nos esperando. Eu e Cristiane, cansadas, seguimos nossa volta para o Sauá-Mirim. No outro dia, fomos contabilizar os prejuízos. Tínhamos um domingo para descansar e voltar a trabalhar na segunda-feira. Agora eu era conhecida como “a mulher que foi ao Naxi”. Este estigma nos possibilitou convites para o café da tarde, quando tínhamos que contar nossa passagem pelo Naxi. Formava-se um círculo em nossa volta, alguns já tinham ouvido a história várias vezes, gostavam do trecho que corremos das formigas, dos jacarés, além da nossa reação quando soubemos das cobras.

Tínhamos que completar os estudos em cima dos recursos e dos ambientes dispostos no território. A visita ao lago do Sauá-Mirim e às várzeas dos igarapés transcorreu sem maiores dificuldades. Ao direcionar os estudos para as unidades familiares do Sauá-Mirim, para recensear, tivemos que usar barcos para transitar entre as unidades familiares. Ao fazer este transcurso diariamente, observamos a singular solidariedade dos ribeirinhos. Algumas vezes tivemos que rebocar canoas, ficando em contato com atores de outras localidades, como “Alegre Vamos”. Soube, assim, que era conhecida nas localidades próximas como a “mulher que gosta de saber coisas dos pretos”. Fiquei espantada com a proporção que a pesquisa havia tomado pelo baixo Capim. Não havia visitado as localidades vizinhas, mas já era conhecida.

Estávamos chegando ao final da pesquisa de campo. Deixamos as várzeas dos igarapés Buiçu e Serra-Velha, em Taperinha, mais para frente. No entanto, era chegada a hora de finalizar os estudos sobre os ambientes. Marcamos para sair às 7h. O guia seria o senhor Francisco dos Santos. O primeiro caminho sempre passa por entre roças e capoeiras, localizadas mais próximas da propriedade. Andamos 40 minutos até chegarmos à várzea do igarapé Serra-Velha. Encontramos aí várias espécies de árvores, como a quaruba e a samaumeira. Havia poucas palmeiras de açai. As dificuldades começaram a aumentar, pois, como é grande a dificuldade de se movimentar em um terreno alagadiço, ficávamos presas em cada passo. O senhor Francisco tinha que voltar para nos resgatar do solo pantanoso. Jogava um galho de árvores ao qual nos atracávamos, para, assim, nos desatolar.

Tinha muitas árvores caídas. Em certo momento, ficávamos a subir e descer nos troncos de árvores. Em uma das últimas descidas, perdi o equilíbrio e, novamente, cai. Desta vez, em cima de uma árvore de inajá caída no chão. A mochila, nas costas, protegeu-me dos espinhos. O senhor Francisco me resgatou, mas os espinhos feriram minha mão. Ele encontrou um leite de pião-branco e passou. Em seguida, sentamos para registrar as informações colhidas sobre as várzeas. Com mais 40 minutos de caminhada, retornamos novamente ao patrimônio.

Houve grande perspectiva para a oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, com vista à elaboração do mapa de uso do território e do fascículo que naquela data decidiram nomear de Povos do Apoagra (no prelo). Eles sabiam que viria uma professora de Belém, tal como disse a senhora América, sobre a professora Rosa AcevedoMarin: “essa dona mesmo é que gosta de ouvir as história dos pretos”. Havia grande expectativa com a chegada da professora Rosa. Éramos constantemente indagadas sobre “como ela é?”, “do que ela gosta?”, “porque ela gosta de saber dos pretos?” Pela manhã, o movimento era grande. Eram barcos do Sauá-Mirim aportando e trazendo os atores. O destino era Nova Ipixuna, sede

do encontro. O caminho para Nova Ipixuna ficou com um movimento constante. Chegamos com um grupo do Sauá-Mirim. Estávamos todos lá, os guias, os entrevistados, os recenseados, mas a expectativa era pela chegada da professora Rosa, que viria coordenar a oficina de Cartografia.

Passada a expectativa, a oficina transcorreu até a tarde, quando foram finalizados os mapas. Retornamos a Belém. Voltei outras vezes para fazer estudos do solo e aplicar o questionário a algumas unidades familiares que haviam faltado. Ao término de mais esta etapa do estudo, considero que invadimos e somos invadidos pelos atores que estudamos, pelos ambientes que nos circundam, aos quais mantivemos algum contato. Percorremos territorialidades que, a princípio, eram estranhas, que não possuíam o princípio do uso, do exercício em si, e sim o intuito do estudo, que, de tanto percorrê-los, tornam-se familiares. Já sabia, inclusive, a localização da roça da Nair, assim como a trilha que, rapidamente, chegava aos lagos do Sauá. Ao fazer parte do cotidiano daquelas pessoas, passamos a absorver-lhes suas territorialidades, sempre com o cuidado de saber diferenciar a questão, em uma posição limiar. Compreendo, que os usos diferenciados que praticam para a reprodução econômica e social, e eu os usava para reconhecer suas estratégias de sobrevivência. Assim, retomamos nossas vidas. Ficou entre mim e eles, novamente, as águas do rio Capim. À medida que o barco me afastava da margem, a distância entre nós era preenchida pela água do rio.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna organizam suas estruturas, com destaque, aqui, para as formas econômicas, por meio do uso comum de recursos, sendo o território um domínio coletivo. Nele, as dinâmicas produtivas imprimem um sentido de uso conjunto. A mão-de-obra familiar, os significados simbólicos arraigados e o uso de regras e normas esboçam a territorialidade dessas comunidades. A partir destas evidências, foram utilizados procedimentos metodológicos que perpassaram pela metodologia comparativa, pesquisa etnográfica, história oral, observação participante, mapeamento participativo e entrevistas.

O primeiro contato com os atores sociais locais aconteceu em um *survey*, em julho de 2006, partindo de São Domingos do Capim até estas três comunidades. Neste momento, foi realizado um levantamento preliminar sobre a logística, além do reconhecimento da área de estudo. Ao todo, nesta pesquisa foram realizadas quatro viagens a campo.

A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu no período de 20 a 30 de agosto de 2007. O objetivo desta primeira etapa foi estabelecer contatos importantes para a definição das estratégias de coleta. Assim, foi propiciada uma relação de confiança com a comunidade, que possibilitou a indicação dos atores sociais, necessários a esta abordagem teórico-metodológica.

A segunda viagem a campo aconteceu entre os dias 01 e 15 de novembro de 2007. Durante esta etapa de campo, foram aplicados 37 questionários em cada unidade doméstica das comunidades, em que estava presente pelo menos um dos chefes da família: Taperinha (19), Sauá-Mirim (12) e Nova Ipixuna (6). Deve-se ressaltar que este território é composto por 37 unidades de domicílio.

A terceira viagem de campo ocorreu entre os dias 15 e 20 de janeiro de 2008. As comunidades foram reunidas novamente para lhes apresentar o “espelho” do Mapa 2. As considerações foram anotadas para serem inseridas na base de dados. Foi possível construir, assim, um mapa mostrando a localização dos recursos naturais.

A quarta e última viagem ocorreu no período de 12 a 13 de junho de 2008, com o intuito de realizar estudo sobre o solo da região.

As quatro viagens, em períodos diferenciados, tiveram como principal objetivo investigar o comportamento dos grupos, no que concerne ao uso de recursos naturais, durante os meses de maior índice pluviométrico (inverno) e os meses de maior estiagem (verão).

- **Método comparativo**

As três localidades apresentam um pequeno número de unidades familiares, desta forma, tornou-se importante utilizar uma metodologia que permitisse relacioná-las, compará-las. Pois, mesmo sendo fragmentado no uso, o território é reinvidado como “comum” ao grupo social, como também possibilita pela comparação as semelhanças e diferenças entre as comunidades no trato de um processo de territorialização também “comum”. O método na análise de Marc Bloch apud Schneider e Schmitt (1988), nas ciências humanas “consiste [...] em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”. Essa analogia pode ser com sociedades vizinhas como no caso das povoações de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, que possuem pontos de origem em comum.

A metodologia comparativa permitiu o contraste entre as povoações, mesmo apresentando-se como um território etnicamente configurado, há especificidades nos arranjos, nas territorialidades. Assim, por meio da comparação possibilitou-se realçar os desenhos identitários das três localidades com relação aos dados obtidos nos questionários e entrevistas sobre demografia, produção e construção territorial.

- **Etnografia**

O principal objetivo da etnografia é compreender o significado das ações e dos eventos para as pessoas ou grupos estudados. A etnografia foi empregada no intuito de aumentar o conhecimento acerca do modo de vida dos comunitários em questão, de suas interações com os diversos ambientes (igarapés, roças, várzeas, locais de caça), das maneiras como eles se espacializam e nomeiam os referidos lugares, sua importância nas redes sócio-culturais tecidas cotidianamente.

Desta forma, inserida no espaço de vivência, compartilhou-se os eventos que compõem o universo das comunidades, com os atores sociais, subtraindo-lhes informações pertinentes ao processo de territorialização. Este “fazer etnográfico”, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 60), “refere-se ao estudo do modo como os indivíduos constroem e compreendem as suas vidas cotidianas”.

A etnografia constitui-se em um método em que a ação de observar e escutar torna-se imprescindível ao “fazer etnográfico”, ao reconhecimento do si mesmo e do outro, em constante interação, por permitir acessos importantes à interpretação da memória, no caso dos idosos, a partir de suas experiências e conhecimento acumulado, para compor a toponímia do lugar.

- **Coleta dos dados**

No trabalho de campo, foi utilizado um diário de campo, no qual foi registrado o cotidiano do grupo. O uso do diário de campo é uma ferramenta, meio e condição para descrição de todas as atividades exercitadas pelos sujeitos/objetos de estudo (MARQUES; VILELA, 2005).

Ao percorrer ambientes como várzeas, igarapés, roças e capoeiras, foram tomadas notas das informações recebidas. Tal procedimento também foi adotado nas conversas informais com os atores sociais. O registro diário das informações possibilita o armazenamento de dados subsidiários para a descrição do ambiente e dos atores em interação. Desta forma, sua estruturação foi organizada seguindo o roteiro de visitas às comunidades.

- **História oral**

O método da história oral foi utilizado para buscar a história dos grupos, de acordo com suas respectivas memórias.

Por indicação da própria comunidade, foram selecionados os interlocutores desta pesquisa, considerados os guardiões da memória, da lembrança. Assim, cinco pessoas idosas, pertencentes às três comunidades, foram indicadas e selecionadas para serem os principais interlocutores. Estes interlocutores foram conduzidos por entrevistas espontâneas, as quais, na perspectiva de Yin (2002), permitem tanto a indagação do respondente como também a emissão de suas opiniões, aproximando-os da função de informante.

Foram colhidas informações sobre a existência de recursos naturais anteriormente dispostos no território, o uso social da terra, as relações mercadológicas praticadas, a origem das comunidades, os primeiros atores do lugar etc. Também foram realizadas entrevistas narrativas, com o uso de gravador e fita cassete, com dois moradores da comunidade de Nova Ipixuna. Tornou-se possível identificar, então, pela memória destes moradores, as formas de uso de recursos naturais, sua abundância e escassez, no passado e no presente, como dados relevantes sobre a toponímia do lugar.

Com relação à história oral, Thompson (1992, p. 171) releva esta técnica de pesquisa qualitativa: “[...] a essência dela está em transmitir as palavras e os sentimentos da gente comum”. A fala veio imbuída de significados simbólicos sobre os lugares e as pessoas, além de indicar as primeiras entradas no território e o processo de troca que culminou com a ocupação do lugar.

Sob esta perspectiva, acerca da compreensão e representatividade da memória, Le Goff (1990, p. 423) considera que “[a memória é] a propriedade de conservar certas funções, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Sendo assim,

confrontar o interlocutor com a realidade vivida implica em estabelecer um diálogo entre o presente e o passado, a partir da vivência atual, permitindo, com isto, presenciar as limitações de recursos naturais locais, na atualidade, e suas conseqüências para a reprodução das estratégias dos grupos em questão.

- **Observação participante**

Seguindo esta interação (pesquisador-pesquisado), sobretudo com os interlocutores selecionados e os guias locais³, ao longo dos trajetos e ambientes visitados, foi indagado a eles acerca das formas de uso dos recursos; das regras e normas estabelecidas; dos recursos naturais utilizados com maior freqüência; do uso dos rios; da escolha dos locais para abrir roças; do tempo de pousio da terra; dos recursos comercializáveis extraídos das várzeas; do direito de extração dos recursos naturais; das penalidades aos infratores de regras e acordos; de outros tipos de recursos; dos espaços da comunidade (campo de futebol, escola, associação de moradores, televisão coletiva, gerador); e da organização do uso coletivo dos recursos. Todas estas informações foram registradas no diário de campo.

Esta técnica de pesquisa tornou-se uma fundamental fonte de evidências, possibilitando a leitura e o reconhecimento dos recursos e suas formas de uso, pelos atores sociais. A observação participante, segundo Cardoso (1986, p. 103), ganha significado na pesquisa de campo, ao passo que permite “[...] descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação”. Contudo, deve-se atentar para as armadilhas desta técnica. Assim sendo, faz-se importante seguir os cuidados de Geertz (1973), o qual considera que, no campo, não se imita e nem se transforma em nativo, mas sim se conversa com ele, visando alargar o universo humano.

- **Mapeamento**

- a) **Individual**

Na comunidade Nova Ipixuna, foi realizado o mapeamento dos principais recursos utilizados pelos comunitários e do limite territorial da comunidade, incluindo o patrimônio da

³ Cada comunidade ofereceu guias para acompanhar e facilitar o trabalho de campo.

área e seus corpos hídricos. Para tal, foi realizada prospecção em toda a área da comunidade com a ajuda de um guia local, utilizando-se de GPS (Global Positioning System). Posteriormente, o trabalho de campo estendeu-se aos territórios de Taperinha e Sauá-Mirim, mapeando os recursos naturais das várzeas dos rios Buiuçu e Naxi. Assim como também, chegando os limites do território e marcando os pontos geodésicos.

As indagações aos guias locais transcorreram tais como em Nova Ipixuna, ou seja, usando o diário de campo e anotando as informações reveladas, no decorrer do trajeto, entre as visitas aos diversos ambientes.

b) Coletivo

As relações que permeiam a delimitação do território apresentam-se de forma híbrida, dificultando a percepção das representações e a visualização dos códigos simbólicos, no espaço geográfico.

Para se adentrar ao âmbito da territorialidade construída, foram gerados, a partir das informações colhidas, mapas coletivos, revelados através de imagens, nas quais os atores imprimiram, de forma coletiva, sua visão sobre o território. Tais mapas coletivos também podem ser entendidos como uma representação, ou uma expressão, das imagens e paisagens. Cavalcanti (1998, p. 32) define mapas coletivos como representações, ou seja, “um conjunto de idéias, concepções, imagens, produzidas, mantidas, partilhadas coletivamente”. Portanto, a participação dos atores sociais na construção cartográfica de seus espaços permitiu a leitura das suas respectivas organizações sócio-espaciais ou como os atores organizam o território.

O mapeamento dos recursos naturais possibilita visualizar a disposição e a localização, seguindo o conhecimento dos atores sociais, dos recursos naturais encontrados no território. Deste modo, o Mapa 2 expressa a interação existente entre os atores sociais e os ambientes. A partir desta assertiva, Martinelli (1993, p. 232) define uma nova perspectiva para a cartografia, tal como segue:

Não podemos mais pensar numa cartografia contemplativa, revestindo-se de nítidos objetivos ideológicos. Os mapas assim concebidos muitas vezes transmitem informações mentirosas, ufanistas ou compartimentadas, por conta de uma metodologia de tratamento temático e de representação cartográfica condizente com a escola positivista. São enfoques feitos por disciplinas que se consideram com alta dose de neutralidade científica. Dever-se-ia, portanto, buscar uma cartografia crítica, que em suas representações incorporasse as relações entre a natureza e os homens como resultantes das relações sociais de produção em determinado modo de produção, evidenciado em certa época da história da sociedade. Não podemos

continuar considerando mais a concepção dualista desta cartografia: a natureza de um lado, o homem de outro, como componentes muitas vezes antagônicos.

A concepção de uma cartografia comprometida com a interação sociedade-natureza, resultante da dinâmica de produção, objetivou expressar (Mapa 2) a leitura e a feição dos espaços, delineadas por territorialidades singulares. Considerando-se sua importância e eficácia, foi realizado mapeamento coletivo nas comunidades estudadas, no dia 15 de novembro de 2007, durante a oficina do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, do qual esta dissertação, como fascículo sobre os “Povos do Aproaga”, é decorrente.

Esta oficina contou com a participação e coordenação da professora doutora Rosa E. Acevedo Marin, Maria Betanha e do apoio da estagiária Cristiane Martins. Ocorrido na escola de Nova Ipixuna, este evento envolveu os participantes das três comunidades, com representantes de todas as faixas etárias.

No primeiro momento, pela manhã, houve um diálogo entre a professora Rosa Acevedo Marin e a comunidade, esclarecendo a dinâmica da atividade, seguido de apresentação coletiva. Foram usados mapas geopolíticos do Brasil e do estado do Pará, indicando a localização do município de São Domingos do Capim e das comunidades, aludindo-se, com isto, o processo de cartografar o território de ação.

Os participantes foram divididos em três grupos, respeitando a procedência local. Em seguida, houve a distribuição de material de desenho, para a montagem da cartografia do território. Cada grupo construiu um mapa, espacializando as áreas de caça, pesca e cultivo; o local do patrimônio; os ambientes, como as várzeas e igapós; as espécies animais e vegetais encontradas nos territórios; a drenagem, os limites e o entorno do território. Foi criada, inclusive, uma legenda como meio de simbolizar e representar os elementos contidos no mapa. Finalizando a oficina, os grupos apresentaram seus respectivos mapas.

• Questionários

Como meio de dar prosseguimento à coleta de dados primários, com base nas informações de campo, foi elaborado um questionário para ser aplicado nas unidades domésticas, contando com a presença dos chefes de família. Este questionário foi composto por variáveis quantitativas e qualitativas. Com relação às variáveis quantitativas, foi

trabalhado, exclusivamente, com variáveis discretas: os dados demográficos e econômicos do território.

Dentre as variáveis qualitativas, usaram-se variáveis nominais e ordinais. Dentre as variáveis nominais, foram levantadas as práticas extrativistas; as formas de uso comum dos recursos; as normas e regras estabelecidas; consumo nutricional; a descrição dos quintais; o calendário agro-extrativo; e as relações de trabalho. Quanto às variáveis ordinais, verificaram-se os recursos usados com maior frequência; a distância entre os locais de extração de recursos e o patrimônio; e a frequência de bens e serviços no consumo familiar.

- **Entrevistas**

A temática das entrevistas seguiu o reconhecimento das instituições criadas pelas comunidades no uso dos recursos naturais; o comportamento dos atores sociais, diante da escassez e da abundância de recursos; e de como as famílias realizam as atividades de meiros, nas propriedades vizinhas. Para esta sessão, foram selecionados adultos com participação ativa nas comunidades e famílias que realizam esta relação de trabalho (meeiro). Por indicação da comunidade, foram selecionados interlocutores-chave, para as entrevistas em Nova Ipixuna (2), Sauá-Mirim (3) e Taperinha (6). Esta última em maior número, em razão de três dos interlocutores pertencerem à família de meiros.

- **Registro fotográfico**

As atividades cotidianas, a paisagem e os atores sociais tornaram o registro fotográfico de grande relevância. Tal como assinala Samain (2001, p. 105), “[...] a fotografia é, no sentido pleno da palavra, uma ‘revelação’. Ela ‘extirpa’ e ‘preleva’ no campo do real ou do saber fragmentos de uma realidade que o olho não consegue ou não sabe ver [...]”. Segundo Samain (2001), a fotografia oferece ao cientista duas vantagens, pois multiplica o campo de sua observação, dispondo de uma variedade de dados e favorece um exame direto e comparativo dos dados.

Além de compor o panorama de uma leitura visual das comunidades, a fotografia possibilita a identificação dos sujeitos-objetos, como membros de um grupo étnico e como ocupantes de um espaço específico. Deve-se reconhecer, através da fotografia, as

particularidades do ambiente natural, dos traços arquitetônicos das habitações e, sobretudo, deve-se captar a interação homem-território. Sendo este entendido como espaço de pertencimento.

- **Levantamento bibliográfico**

Os dados secundários foram obtidos em fontes escritas, como os relatos dos cronistas que visitaram a Amazônia, descrevendo as povoações e as atividades econômicas observadas no vale do rio Capim. Além da análise das pesquisas recentes sobre as formas econômicas, os grupos domésticos e os usos comuns de recursos, nas margens do rio Capim. Também foram analisadas teorias acerca da ação coletiva, das “populações tradicionais” e da memória, pesquisadas em comunidades com práticas de uso comum de recursos, no Brasil.

Em instituições públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscaram-se dados econômicos, históricos e relativos à classificação do solo, cobertura vegetal, pedologia, geologia, drenagem e índice de desmatamento, no Capim. No Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) foram obtidas bases vetoriais para a produção dos mapas. Na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), buscaram-se dados históricos e econômicos sobre o município de São Domingos do Capim. O levantamento deste tipo de dados possuiu finalidade analítica.

- **Análise dos dados**

As fitas com as entrevistas foram transcritas e separadas segundo a fala de cada entrevistado. Em seguida, de acordo com a temática, estas falas foram comparadas, relacionadas e analisadas. As informações, colhidas nas viagens guiadas de campo, foram registradas no diário de campo, sendo selecionadas por povoado. Para facilitar o armazenamento, cruzamento e análise dos dados foi construído um banco de dados.

O banco de dados, oriundo dos questionários, foi organizado no programa Excel. As variáveis selecionadas para análise comparativa relacionavam-se aos recursos naturais citados; à caracterização da população, por faixa etária, gênero, população, localidade; à distância dos centros comerciais; à distância entre as residências e as áreas de caça, de pesca e

de cultivo; à escolaridade; ao calendário extrativo; ao local de nascimento; e à descrição de quintais.

Para a confecção do mapa do uso do território, de drenagem, de localização da área de estudo, de cobertura vegetal, pedológico e geológico foi necessária a solicitação, junto ao SIPAM, de imagens de satélite, referentes ao município de São Domingos do Capim. As imagens disponibilizadas pelo SIPAM apresentavam base vetorial com escala original de 1:250.000, com imagem do LANDSAT (Global Land Cover Facility). Uma escala nesta proporção impossibilitava detalhar o território da comunidade. Assim, foi realizada uma fusão para extrair elementos em escala de 1:20.000, tornando-a base para o mapa do uso do território. Para tanto, foram acrescentadas as coordenadas registradas em campo e as espacializações obtidas na Oficina de Cartografia.

Os signos criados pelos atores sociais, para representar a legenda, foram elaborados no programa Paint. Em seguida, criou-se um mapa “espelho”, no qual foram inseridas as espacializações contidas nos mapas da Oficina de Cartografia. Posteriormente, o mapa foi impresso em folha A0, o qual foi levado de volta para as comunidades, a fim de que pudessem fazer suas considerações sobre o mapeamento do território.

Foram confeccionados gráficos e tabelas, as quais passaram por tratamento, frente à descrição e comparação entre os resultados das variáveis. Permitindo, assim, as interpretações do objeto de estudo.

2 POVOAMENTO E AS FORMAS ECONÔMICAS NO RIO CAPIM

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

O surgimento do município de São Domingos do Capim encontra-se relacionado às incursões portuguesas para o interior do estado, com destaque para suas ações expansivas aos rios Guajará, Guamá e Capim. Vale salientar que as fontes escritas a respeito do histórico do município de São Domingos do Capim divergem com relação a sua cronologia. Sendo apresentada, aqui, uma cronologia relativa, segundo um resumo das mesmas, com destaque para as do IBGE (1948; 1959); SUDAM (1970); Castro (2006); Lima (2007); SEPOF (2007).

Diante desta expansão histórico-política, diversos momentos contribuíram para os ganhos e perdas do território em questão, que resultaram na formação territorial atual deste município.

O município de São Domingos do Capim está localizado na foz da bacia do rio Capim, no leste do estado do Pará, com uma unidade territorial de 1.677 km² de extensão, em 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008). Sua população perfaz um total de 27.094 habitantes. Possui limites, ao norte, com o município de São Miguel do Guamá; a leste com os municípios de Irituia e Mãe do Rio; ao sul com o município de Aurora do Pará; a oeste com os municípios de Tomé-Açu, Bujaru e Concórdia do Pará do Pará. Apresenta as coordenadas geográficas 01°40'45''S e 47°46'17''W.

A localização geográfica de sua sede, na confluência de rios navegáveis (Capim e Guamá), propiciou uma intensa atividade econômica e comercial. No entanto, segundo Lima (2007, p. 144).

[...] o que resultava numa vantagem natural, também provocava momentos de angústia para seus habitantes, considerando que, por achar-se cercada de terrenos baixos, sua extensão territorial ficava diminuída, por efeito das enchentes e da própria erosão das suas escassas terras altas.

Partindo-se do histórico dos decretos federais e estaduais que tiveram ação direta na formação administrativa do município de São Domingos do Capim, nota-se que, em 06.06.1758, esta povoação, que era apenas um núcleo populacional, passou a ser conhecida como Freguesia de São Domingos da Boa Vista, administrada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal.

O distrito de São Domingos da Boa Vista foi criado, em 1758, como território desmembrado de Belém, pelo Decreto N° 236. Estas mudanças ocorrem sobre os ares do Império e da República, quando o Governo Provisório do Estado do Pará promulgou os citados decretos.

Em 1833, em decorrência da divisão da província do Grão-Pará em comarcas e termos, a freguesia de São Domingos da Boa Vista passou a fazer parte do município da capital, Belém. Ficando assim até o final do período monárquico.

Com o advento da República, o Governo Provisório do Estado do Pará promulgou o Decreto Legislativo N° 237, de 9 de dezembro de 1890, que a elevou a Freguesia à categoria de vila, criando, com sede nesta vila, o município de São Domingos da Boa Vista, território este que foi constituído por desmembramento do município de Belém.

Na divisão administrativa, ocorrida em 1911, o município de São Domingos da Boa Vista foi subdividido em três distritos: o da sede, o de Bujaru e o do Capim. Sendo que, de acordo com o Recenseamento Geral, de 01 de setembro de 1920, este município era composto por apenas dois distritos: o da sede e o de Santana do Capim.

De acordo com o Decreto Estadual N° 720, de 19 de agosto de 1932, o município de São Domingos da Boa Vista passou a ser chamado de São Domingos do Capim⁴. Este município era formado pelo distrito-sede. Passando, então, a ser subdividido em cinco distritos: o da sede, Badajós, Bujaru, Capim e Guajará-Açu, de acordo com os quadros de divisão territorial de 31.12.1936 e 31.12.1937.

Em 1939, em cumprimento do Decreto-lei estadual N° 3 131, lhes é extraídos os territórios das zonas de Bujaru e Guajará-Açu. Passando, assim, a compreender somente três distritos. Sendo que este mesmo decreto fixou, para vigorar em 1939-1943, que o mesmo seria integrado por três distritos: o da sede (as zonas de São Domingos do Capim, Badajós e Santana do Capim), o de Bujaru e o de Guajará-Açu.

De acordo com o Decreto-lei Estadual N° 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu nova divisão territorial do estado do Pará, o município de São Domingos do Capim passou a receber o topônimo de Capim. Perdendo, face a este Decreto, os distritos de Guajará-Açu e Bujaru, que somavam uma área de 1.249 km², para o aumento da área do município de São Miguel do Guamá. Ficando restrito ao distrito-sede, subdividido em três sub-distritos.

⁴ Cf. Castro (2006, p. 21), acrescentou-se “Capim”, que significa mato pequeno, em decorrência da descendência indígena deste lugar.

Em 1955, o território do município de São Domingos do Capim sofreu novas reduções, para dar origem ao município de Santana do Capim. No entanto, em 26.06.1956, de acordo com o Decreto N° 1.946, esta decisão foi tornada sem valor. Dez anos depois, no ano de 1965, foi criado o município de Paragominas. Retirando-lhe, então, outra parte de seu território com a extensão de 12.542 km², que o reduziu 32,75% da sua antiga área de 38.290 km², prejudicando, assim, sua conformação física.

As divisões seguem: em 1982, é originado, a partir de São Domingos do Capim, o município de Rondon do Pará. Finalmente, as últimas reduções ocorreram em 1991, para originar dois novos municípios: Aurora do Pará e Ipixuna do Pará.

Posteriormente à implantação da rodovia BR-010 (Belém-Brasília), em 1958, o município de São Domingos do Capim passou por significativas mudanças em suas estruturas socioeconômica e política, até então fundamentadas em uma base hidroviária.

Em análise acerca da perspectiva econômica, para o município de São Domingos do Capim, há o estudo de Lima (2007, p. 154-191), que trata da dinâmica atual de uso e ocupação, no que respeita o potencial econômico da bacia do rio Capim. Destacando, neste sentido, o papel cabido para a criação de animais e para a produção agrícola (sobretudo de mandioca, milho, feijão, arroz e melancia). De acordo com Lima (2007, p. 142), no município de São Domingos do Capim, há predominância, no que concerne às atividades econômicas, da exploração da pecuária e da agricultura de subsistência. Dentre os fatores de caracterização do sistema produtivo, dá ênfase para: o potencial mineral, a área de influência direta da rodovia, a agricultura irrigada, a agropecuária e extrativismo, a indústria, a pesca, a navegação e para o turismo e lazer.

Na produção agrícola municipal de São Domingos do Capim, o IBGE (2008) constatou os seguintes produtos:

- 1) Cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2007: arroz (86 toneladas), feijão (294 toneladas) e milho (1.080 toneladas).
- 2) Pecuária, em 2006: bovinos (22.910), suínos (3.140), eqüinos (400), asininos (60), muares (165), bubalinos (110), ovinos (100), galinhas (2.210), galos, frangas, frangos e pintos (64.895), caprinos (50), vacas ordenhadas (1.369), leite de vaca (739 mil litros), ovos de galinha (8 mil dúzias) e mel de abelha (580 quilos).
- 3) Lavoura permanente, em 2006: banana (3.715 toneladas), cacau (4 toneladas), coco-da-baía (420.000 frutos) laranja (200 toneladas), maracujá (126 toneladas) e pimenta-do-reino (352 toneladas).

- 4) Lavoura temporária, em 2006: arroz (86 toneladas), feijão (294 toneladas), mandioca (98.000 toneladas), melancia (300 toneladas) e milho (1.080 toneladas).
- 5) Extração vegetal e silvicultura, em 2006: produtos alimentícios, com destaque para o açaí (2.673 toneladas) e para a castanha-do-pará (3 toneladas), e madeiras, com destaque para o carvão vegetal (29 toneladas), lenha (1.426 metros cúbicos), madeira em tora (8.935 metros cúbicos).

O cultivo da mandioca⁵ e a produção de farinha (subproduto da mandioca) correspondem à atividade econômica de maior amplitude no município de São Domingos do Capim que, atualmente, também se destaca pelo turismo informal, marcado, sobretudo, pelo fenômeno da pororoca.

Segundo Cayres (1999, p. 140), para a comunidade de Nazaré (Paragominas-PA), localizada na região do rio Capim, ao longo do ano, a produção de farinha corresponde a 42,16% das atividades agrícolas que mais absorveu a mão-de-obra familiar. Seguida do plantio (19,28%) e da manutenção da área (18,39%). Considera, ainda, que:

A produção de farinha é, sem dúvida, a atividade agrícola mais importante dos grupos domésticos caboclos da comunidade de Nazaré [região do rio Capim], cuja mão-de-obra empregada equivaleu a 42,16% da força de trabalho empregada nas atividades agrícolas [...]. Foi a atividade que registrou o maior número de diárias entre todas as atividades realizadas pelos grupos investigados (n=2.157,5 diárias). Foi realizada por 100% dos grupos e ocorreu em todos os meses do ano, com maior registro no mês de outubro (11%) [...] (CAYRES, 1999, p. 163).

2.2 PRIMEIRAS NOTÍCIAS: DO TEMPO ARQUEOLÓGICO ÀS CRÔNICAS DOS VIAJANTES E NATURALISTAS

O arqueólogo Marcos Magalhães, no relatório decorrente de uma viagem de campo - exigida para a implantação da Hidrovia Capim-Guamá (PA), realizada em setembro de 2000, em que percorreu o rio Capim, desde São Domingos do Capim, até a foz de um de seus afluentes, o rio Paraquequara - a respeito da ocupação e da dinâmica de povoamento do vale do rio Capim, constatou que:

O rio Capim é ocupado por populações humanas desde a "pré-história". De um modo geral a ocupação humana no período colonial já havia sido mencionada por

⁵ Segundo dados do IBGE (2008), a quantidade produzida de mandioca, no município de São Domingos do Capim, em 2006, é de 98.000 toneladas, que equivalem a R\$ 8.820,00, em uma área plantada e colhida de 7.000 hectares, com rendimento médio de 14.000 quilogramas por hectare. Sendo incluída como lavoura temporária.

Barbosa Rodrigues (1905), especialmente no que se refere às Missões jesuíticas, que eram vilas (em antigas aldeias) onde foram concentradas as populações indígenas trazidas pelo colonizador no processo conhecido como "descimento" (faziam os índios descerem os rios para áreas mais próximas dos centros de comercialização da mão-de-obra escrava indígena). Posteriormente, geralmente na própria missão já economicamente organizada, construíram engenhos de açúcar, aproveitando as várzeas férteis existentes ao longo do rio Capim. Nesta ocasião, a mão-de-obra preferida passa a ser a negra, o que vai se refletir, mais tarde, no fenótipo da população ribeirinha atual localizada acima de Santana do Capim (até aí predomina o fenótipo caboclo). Mas antes desta população espalhar-se pelas margens rio, Rodrigues relatou que os Guajá-Mirim freqüentaram suas margens, não se sabendo se com finalidades de moradia ou de caça e pesca. De qualquer modo os moradores mais antigos reconhecem que aquelas terras (e várzeas) eram indígenas. Entretanto, desde já está descartada a hipótese de que os Guajá-Mirim fossem os produtores da cerâmica "pré-histórica" ali encontrada, pois eles possuíam hábitos e costumes diferentes dos padrões de assentamento relativos a elas (ÁREA de Arqueologia..., 2008).

Magalhães considerou, ainda, que:

Ao longo desse percurso examinamos um total de trinta e um sítios arqueológicos [...] espalhados criteriosamente em suas duas margens. Eram, em sua maioria, sítios de antigas aldeias indígenas, cujos membros produziam cerâmica e praticavam a agricultura. Porém, entre estes ocorreram alguns que também apresentaram cultura material de origem colonial. Algumas áreas com evidências arqueológicas, não registradas como sítios, já se encontravam literalmente arrasadas, quer pela ação da atividade humana colonial e moderna ao longo dos dois últimos séculos (escravidão, mineração, pecuária, agricultura e vilas), como pela ação da lixiviação e, em especial, da intensa erosão que ocorre em certas áreas desmatadas nas margens do rio (ÁREA de Arqueologia..., 2008).

O modo de ocupação, entretanto, como consequência da inserção do Capim na produção agrícola colonial, passou a ser norteado por um complexo ritmo de ocupação, devido, sobretudo, às mudanças nas perspectivas de usufruto dos recursos naturais, à introdução de novos atores sociais e devido a uma maior proximidade de comunicação fluvial com o centro comercial e político da capitania (Belém).

Além do Capim, as terras banhadas pelos rios Acará, Moju e Bujaru faziam parte da comarca de Belém, constituindo as mais povoadas entre as comarcas do estado (DANIEL, 1975 apud ACEVEDO MARIN, 2007). Sendo assim, foram favorecidas pela distribuição das Sesmarias, nos primeiros anos da colonização portuguesa na Amazônia. De acordo com Acevedo Marin (2007), houve, entre os anos de 1732 e 1737, um processo acelerado de concessão de sesmaria no rio Capim, fato decorrido de uma revisão na estrutura agrícola do estado do Grão-Pará.

Este universo do século XVIII, acima citado, aliado às reformas do Estado colonial, com objetivos voltados para a ampliação da agricultura comercial, possibilita a formação de um campesinato regional, o qual incorpora grupos com tempos diferenciados, como colonos,

agregados, sitiantes, pequenos fazendeiros ou donos de engenhos e os aquilombados (DANIEL, 1975 apud ACEVEDO MARIN, 2007).

Como resultado deste processo, Acevedo Marin (2007) considera que houve a formação de um campesinato polivalente, voltado para a produção de cultivos diferenciados, a colheita de frutos, a pesca e a caça. Demonstrando também que, em decorrência da estruturação das sesmarias, houve a introdução de uma estrutura agrária concentradora, através da implantação dos engenhos e engenhocas e dos cultivos de cana-de-açúcar, cacau, arroz, algodão, café e mandioca.

Neste sentido, as terras baixas do rio Guajará, foram propícias ao cultivo de cana-de-açúcar. Sendo igualmente importante no rio Capim e Acará, que contavam centenas de sítios e engenhocas e alguns grandes engenhos (DANIEL, 1975 p. 25 apud ACEVEDO MARIN, 2007).

São ilustrativos os depoimentos dos viajantes e cronistas da época a respeito das qualidades e ocupações espaciais do rio Capim, com destaque ao padre João Daniel (JOÃO DANIEL apud ACEVEDO MARIN, 2007), o qual enumera as condições geográficas do rio, que permitiam a navegabilidade tranqüila e a fácil comunicação com Belém. Segue o relato:

[...] é 1º porque é rio tão extenso, que lhe dão para cima de 30 dias de viagens; 2º por ser rio de suave navegação, sem cachoeiras, nem correntezas violentas. 3º por desaguar junto à mesma cidade do Pará: é certo que já na sua boca tem este rio Capim alguns sítios de portugueses, mas rio acima está, como todos os mais, despovoado; e como por razão da dita comunicação das minas pode este rio ser muito rico, devia ser povoado: e as suas terras são ótimas, como experimentam os que já nele tem sítios (DANIEL apud ACEVEDO MARIN, 2007, p. 500).

Desde o período colonial, foram registradas algumas das peculiaridades do rio Capim, haja vista que apesar de ser subordinado ao rio Guamá, como tributário, foi o Capim que direcionou, por meio de seu curso e espécies naturais, como fontes estratégicas, o povoamento da micro-região guamaense.

Dentre os cronistas do século XIX, que passaram pelo rio Capim, destacam-se os naturalistas Von Spix e Martius (1938a; 1938b), que, na obra intitulada *Viagem pelo Brasil*, narram suas viagens exploratórias realizadas no Brasil, entre os anos de 1817 a 1820. Devendo-se destacar, aqui, à viagem realizada da capital do Pará (Santa-Maria-de-Belém) para a capital do Maranhão (São Luiz) e à realizada ao rio Amazonas, com destaque às expedições feitas aos arredores de Belém.

No volume 2 desta obra, Von Spix e Martius (1938a) revelam alguns dados relevantes sobre as peculiaridades do rio Capim, mais precisamente no capítulo V, em

decorrência de uma expedição feita, a qual partiu da capital do Maranhão (São Luiz) com destino à capital da província do Grão-Pará (Santa-Maria-de-Belém), por mar.

Com destaque ao povoamento da região do Capim, esses autores teceram a seguinte consideração: “Menos numerosa é a população da margem do rio Capim, nas freguesias de Santa Ana e de São Bento, consistindo a desta última quase só em índios” (VON SPIX; MARTIUS, 1938a, p. 560). De suas observações sobre o povoamento das margens do vale do rio Capim, no ano de 1820, estes autores atentaram que o contingente populacional, em São Bento (no rio Capim), era de 100 moradores e em Santana (no rio Capim) era de 585 moradores (VON SPIX; MARTIUS, 1938b, p. 36).

No ano de 1819, realizando coletas e observações como “historiadores da natureza” (VON SPIX; MARTIUS; 1938b, p. 08), encontraram-se Von Spix e Martius instalados na Rocinha, próximo a capital do Grão-Pará. Desta experiência, resultou o primeiro capítulo (oitavo livro) do terceiro volume de *Viagem pelo Brasil* (1938b), acerca desta estadia na cidade de Santa-Maria-de-Belém do Grão-Pará, suas observações e experiências.

Neste sentido, Von Spix e Martius (1938b), dentre tantos outros aspectos da cidade, salientam a dependência do comércio de Belém aos artigos advindos dos interiores da província, como Cametá, Gurupá, Santarém e da província do Rio-Negro. Considerando que, apesar desta dependência do comércio de Belém para com as indústrias do interior, não havia, até então, por parte dos comerciantes, o interesse - à sua própria custa ou por não lhes faltarem oportunidades - em fazer grandes plantações pelos arredores da cidade, ou em realizar expedições aos interiores pouco procurados (como a margem setentrional do rio Amazonas e as cabeceiras dos rios Guamá, Capim e outros), para dar afluência aos artigos de exportação, tal como salientam estes naturalistas, na citação exposta abaixo:

A razão dessa restrita operosidade deve ser atribuída, por um lado, à mingua de grandes capitais, e por outro lado, ao gênio pacato do paraense, que se satisfaz com menor lucro e não acompanha o espírito ambicioso de especulação de seus vizinhos, os maranhenses. Muitos portugueses gabavam a classe comercial de Belém, que costuma sustentar com maior vantagem e desinteresse as empresas dos recém-vindos, fornecendo-lhes numerário e crédito para as suas expedições, por própria conta, ao interior. [...] que se cultiva particularmente a cana-de-açúcar nas cercanias de Belém. Este produto não só cobre o consumo da província, mas também é exportado, embora em menor quantidade, sobretudo para o Maranhão (VON SPIX; MARTIUS, 1938b, p. 27).

Nas cercanias de Belém, tal como apontam Daniel, (1975 apud ACEVEDO MARIN, 2007); Von Spix e Martius (1938b), a cana-de-açúcar, durante os séculos XVIII e XIX, constituiu uma atividade agrícola importante e respondeu por grande parte da ocupação

dos rios próximos à capital da província. Insere-se nestas observações o rio Capim. Considerando-se que os rios próximos a Belém, como o Guamá e o Capim, eram “regiões ainda em parte muito pouco procuradas” e com pequena participação nas exportações, devido “ao gênio pacato do paraense”, para com o comércio (DANIEL apud ACEVEDO MARIN, 2007).

Dentre os cronistas voltados para a coleta e registro de espécies amazônicas, com destaque para as coletas realizadas no rio Capim, destaca-se a ação do naturalista inglês Alfred Russel Wallace, que realizou, em 1848, expedição ao Amazonas, a fim de estudar a história natural.

Desta experiência, Wallace dedicou o quinto capítulo de sua obra *Viagens pelo Amazonas e rio Negro* (2004) ao relato de seu trajeto, partindo de Belém do Pará, aos rios Guamá e Capim. Tendo a oportunidade de registrar sua experiência e observações junto ao fenômeno da pororoca e à interação socioeconômica desta região. Além do registro de aspectos singulares e da coleta da fauna, sobretudo peixes, insetos e pássaros.

Sua expedição a estes rios (Guamá e Capim) foi realizada em uma pequena canoa, contando com a presença de quatro tripulantes: o naturalista; um negro nascido no Congo, de nome Luís (caçador de pássaros); um índio filho de escrava (por conseguinte, escravo também); e um espanhol (piloto conhecedor do rio e das técnicas de navegação, necessárias por ocasião das pororocas - as quais tiveram a oportunidade de presenciar tanto na ida a São Domingos do Capim quanto na volta a Belém, juntamente com a devastação que ela provoca por onde passa⁶.

Presenciada a pororoca, os viajantes chegaram a São Domingos do Capim, onde o naturalista registrou que se tratava de “pequena povoação, situada na barra dos rios Guamá e Capim” (WALLACE, 2004, p. 157). Ficaram aí cerca de uma semana. Passado este tempo, Wallace e sua frota seguiram pelo braço ocidental do rio Capim, tal como segue no relato abaixo transcrito:

Depois disso, prosseguimos agradavelmente a nossa viagem, uns dois ou três dias mais, notando a diferença que a região fazia no seu aspecto, que se tornava mais aprazível, vendo-se lavouras de cana e de arroz e as casas construídas pelos

⁶ Ainda no Capítulo V do livro *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*, Wallace (2004) expõe sua teoria acerca do fenômeno da pororoca. Desconsiderando as idéias correntes à época, das quais consideravam que a mesma se justificava por ser o encontro das águas doces e salgadas ou, ainda, por se dar devido ao estreitamento considerável do rio, onde a pororoca tem seu início. Considerando-as “explicações ordinárias” (2004, p. 173), Wallace apresentou, inclusive, um diagrama explicativo da mesma, o qual considera que, quando a massa de água entra em contato com o fundo do rio, ela é impelida para cima, formando, assim, a onda que se propaga rio acima. No entanto, necessita-se que haja, no fundo, uma conformação peculiar, para que a maré fluvial possa produzir a pororoca, ao invés de um simples alargamento ou estreitamento do rio (2004, p. 175).

primeiros portugueses, que se estabeleceram ali, com bonitas capelinhas, as cabanas dos negros e dos índios em roda de suas propriedades, tudo de melhor aparência e gosto em confronto com qualquer das construções agora erigidas ali (WALLACE, 2004, p. 158).

Chegando a “São José”, fazenda de propriedade do senhor “Calixto”, Wallace e sua tripulação permaneceram aí por alguns dias. A esta estadia, Wallace fez as seguintes considerações, expostas no relato a seguir:

Ele [senhor Calixto] havia, pouco antes, concluído ali a instalação de um engenho para beneficiar arroz, bem como a construção de grandes armazéns, que são os melhores e as mais modernas construções que eu já vi nesta região. Tudo era feito de pedra, e o moinho, ligado às outras construções por meio de arcos, estava situado no centro ficando a um lado dele os armazéns e oficinas, e do outro lado a residência do proprietário. Havia uma galeria ou varanda ligando as duas alas do edifício no andar térreo, dando, aos fundos, para o moinho que se via dali com a sua grande rodada de água e janelas de pedra, em toda a extensão do edifício. O senhor Calixto possuía cerca de cinquenta escravos, de todas as idades, e cerca de outros tantos índios, que trabalhavam nas lavouras de cana e de arroz, nos moinhos e a bordo das canoas. Ele fabricava açúcar e cachaça, de preferência esta última, que oferece maior margem para lucros. Ali mesmo, realizava ele toda sorte de serviços: - tinha sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoas, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar boas fechaduras para portas, malas e caixas e vários utensílios de folhas-de-flandres e de cobre. Contou-me ele que, nos seus serviços, os escravos e os índios trabalham juntos, e é por essa forma que se consegue melhor e maior rendimento de trabalho dos últimos, do que por qualquer outro sistema (WALLACE, 2004, p. 159-162).

A fazenda São José ficava cerca de 200 milhas de Belém, onde, “com 12 bons remadores índios, bastante cachaça e sem fazer paradas, alcança a cidade em 24 horas” (WALLACE, 2004, p. 166). Esta fazenda era cortada por estradas que ligavam os canaviais, as quais eram margeadas por plantações de bananas e abacaxis em que índios e escravos podiam se servir à vontade. A pesca era farta (assim como frango, ovos, arroz, verduras, legumes, cacau, porco, doces, maracujás-açu etc.) e realizada em represas, com linhas, arcos e setas e com redes de arrasto.

No que diz respeito à fazenda São José, Barbosa Rodrigues (1875, p. 25-26) considera que:

Deixando a freguezia [Sant’Anna] possei logo acima uns baixios de pedra, que se unem pela parte N á pequena ilha de S. José, que fica encostada á margem esquerda de uma pequena curva. Seis milhas cima de Sant’Anna apresenta-se o vistoso engenho fundado em Novembro de 1844, do Sr. Coronel José Calixto Furtado, estabelecido á margem esquerda a beira do rio, logo abaixo de uma outra pequena ilha, e defronte de outra de igual tamanho, que encobre o sítio de S. Joaquim. É este o melhor engenho da localidade, unico que possui machinas a vapor, uma com todos os melhoramentos modernos e de grande custo para o descarçamento do arroz e a moagem da cana.

Exporta este engenho arroz, assucar, cachaça, farinha etc. Com menos escravatura, o seu proprietário pela sua actividade e intelligencia consegue o duplo das vantagens dos outros fazendeiros.

Nesta expedição, o viajante registrou a existência de animais como: tartarugas, perdizes brasileiras, araras verde-azuladas, martins-pescadores, pirilampos, veados, aves, macacos, mochos, pássaros-sinos, jacus, papagaios, em maior ou menor grau de dificuldade em suas capturas ou acesso.

Já neste período, pelo menos por conta dos índios, Wallace relatou a importância cabida à farinha na dieta destes povos. Tal como pode ser visto a seguir:

Os índios distraíam-se [nas expedições que realizam às matas para a coleta de material], contando as suas aventuras de caçadas, as suas escápulas dos jacarés e das serpentes, ou, então, as vezes em que ficaram perdidos na floresta. Um deles contou que, certa feita esteve perdido por espaço de dez dias e, durante todo esse tempo nada avia comido tão-somente porque não tinha farinha; e embora pudesse ter matado uma caça qualquer para comer-lhe a carne, ele assim não fez por que não podia comer sem farinha (WALLACE, 2004, p. 170).

Barbosa Rodrigues (1875, p. 25), acerca da população que habitou o rio Capim, constatou que:

Como em quasi todas as freguezias da província, principalmente deste rio, a população feminina é superior á masculina, devido á emigração constante dos homens, para os seringaes. A população masculina é de 4678, sendo, 3265 nacionaes e 98 estrangeiros. O numero total dos habitantes deste rio e seus afluentes é de 17.825, sendo 8311 do sexo masculino e 9514 do sexo feminino, dos quaes 17180, são nacionaes e 245 estrangeiros, occupando 2200 fogos. Um terço da população total é de menor idade, e do sexo feminino. O rio Capim propriamente dito sem as freguezias de Ourem, S. Miguel e Guamá, tem 10163 almas. Predomina nesta região a raça tapuya, com o seu cruzamento, e a preta, que geralmente representa escravatura que se acha dividida pelos diversos engenhos. Comprando-se a população hodierna com a de 1833, que era de 5298 habitantes, sendo 2673 livres e 2625 escravos, nas tres freguezias que então existiam, vê-se que não só duplicou, como também uma grande vantagem se conseguiu; que, foi a diminuição do elemento escravo que, sendo quasi igual então ao livre, hoje é muito menor.

No Capim, sob estas circunstâncias, a conjuntura amazônica se reproduziu de forma local, haja vista que ao longo do contexto amazônico, verificou-se que a exploração dos recursos naturais desencadeou a marcha para o povoamento. Por ser uma região de ocupação antiga, as fases de ocupação territorial da Amazônia, conseqüentemente refletiram-se no Capim.

Na marcha para o povoamento do vale do rio Capim, devem ser considerados dois períodos, com formas econômicas e características distintas. São eles: 1) o dos primeiros

séculos da colonização (povoamento este que hoje é considerado como antigo; 2) e o do pós-segunda metade do século XX, voltado para a abertura de estradas (dentre estas a BR-010), que impõe uma nova “onda de povoamento” e que é caracterizado atualmente como sendo mais recente.

Devem ser consideradas, assim, as mudanças nas formas de uso dos recursos naturais. Os cronistas dos séculos XVIII e XIX expõem uma economia com base na agricultura de subsistência, como também, a presença de sítios e engenhos, descrevendo a presença de cana-de-açúcar, hortaliças, frutas, mandioca, cacau, a pesca e a caça.

No que concerne à cana-de-açúcar, Von Spix e Martius (1938a), na viagem realizada entre 1819 e 1820, ressaltam que a produção de cana destinava-se para o consumo da província do Grão-Pará, mas também era exportada, sobretudo para o Maranhão. Wallace (2004), em sua expedição realizada ao rio Capim, em 1848, revela a existência de engenhos (e lavouras) para o beneficiamento do arroz e da cana. Desta, o naturalista Wallace resalta que se destinava, sobretudo, ao fabrico de açúcar e cachaça, com prioridade para esta última, devido à maior margem de lucro. O naturalista João Barbosa Rodrigues (1875), em sua excursão realizada ao rio Capim, relatou que os engenhos do Capim exportavam produtos, como arroz, açúcar, cachaça e farinha. Gomes (2005) revela que, no início da colonização, com a implantação do sistema de *plantation*, para exportação, destacou-se a produção de açúcar, tabaco e aguardente. No entanto, em decorrência do fracasso desta experiência, esta produção acabou sendo destinada ao mercado interno.

2.3 OCUPAÇÃO E FORMAS ECONÔMICAS DECORRENTES DA ABERTURA DA BR-010, NO VALE DO RIO CAPIM

No século XX, com as novas possibilidades de circulação (via rodovia), o vale do Capim torna-se uma área de ocupação difusa, gravitando, sobretudo, entre assentamentos e empresas agropecuárias. Assim, delineam-se novos usos dos recursos naturais, de forma mais agressiva, tal como se encontra exposto nas referências abaixo analisadas⁷:

Rodrigues (1978), em *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília*, toma como foco a área de estudo que compreende os municípios de Castanhal (PA), ao extremo norte, até o município de Imperatriz (MA), no extremo sul, interligados pela Belém-Brasília. Este percurso foi dividido em três sub-áreas:

⁷ Cf. Rodrigues (1978), Valverde e Dias (1967), Hébette e Acevedo Marin (1979), para as implicações socioeconômicas e políticas da construção da Belém-Brasília.

Castanhal, Paragominas e Imperatriz. Destas áreas, destaca-se, aqui, a sub-área de Castanhal, que envolve os municípios de Castanhal, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Irituia e São Domingos do Capim.

Segundo Rodrigues (1978, p. 69-70), o Pará era o estado do Norte que liberava mais migrantes para o trecho estudado, os quais se dirigiam, predominantemente, para as subáreas de Castanhal (em maior ocorrência) e Paragominas. Tratando-se de migrações que se originavam em áreas de povoamento antigo e se dirigiam para áreas de fronteiras agrícolas do estado (Pará). Esse processo foi estimulado e orientado pela abertura de estradas, principalmente a Belém-Brasília. Já os migrantes oriundos do Nordeste, sobretudo Maranhão e Ceará, destinavam-se, principalmente, à subárea de Imperatriz, que, com a abertura da estrada, passou a ter posição estratégica no povoamento nesse trecho da rodovia.

Com isto, revelou-se que estas subáreas possuíam composições específicas, com relação à origem dos migrantes, que dizem respeito à localização geográfica e às diferentes atividades econômicas por elas desenvolvidas.

Existiram, portanto, duas correntes migratórias principais a este povoamento, uma advinda do Pará e a outra do Nordeste (sobretudo do Maranhão). Sendo que, segundo Rodrigues, “ambas oriundas de regiões de alta concentração demográfica e agricultura decadente, como o Nordeste Paraense (MRH Bragantina, Guajarina, Salgado e Viseu) e do Sul do Maranhão” (RODRIGUES, 1978, p. 71).

No que concerne à agricultura praticada na subárea de Castanhal, na qual o município de São Domingos do Capim está inserido, o extrativismo vegetal e a pequena agricultura se destacam como formas econômicas correntes na região. Rodrigues (1978) dá destaque à permanência desta agricultura de subsistência, além da compra de terras e do direito de capoeira, pelos fazendeiros, e da interiorização dos agricultores, tal como se encontra exposto na citação abaixo:

Esta sub-área, entretanto, apresenta a peculiaridade, em relação as demais, de ter conseguido manter sua agricultura de subsistência apesar do quadro de novas ocorrências relatados aqui. Tradicionalmente dedicada à agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão etc.) e com história de ocupação bem anterior à abertura da estrada, esta sub-área tem conseguido manter sua agricultura e, em conseqüência, a vida dos seus povoados, mesmo com a penetração das fazendas. Supõe-se que a antiguidade da atividade agrícola, ligada à história da colonização Bragantina, e o processo de distribuição de lotes que a mesma colonização efetuou permitiram a posse da terra o maior número de agricultores. Distingue-se assim, fundamentalmente, Castanhal das demais sub-áreas, já que estas ligam-se, exclusivamente, ao processo de ocupação da área decorrente da abertura da rodovia Belém-Brasília (RODRIGUES, 1978, p. 78).

Em suma, neste estudo, Rodrigues (1978) considera que, sem dúvida, a rodovia Belém-Brasília desempenhou significativo papel na dinâmica destes povoados, localizados entre Castanhal (PA) e Imperatriz (MA), de forma direta e/ou de forma indireta. Tanto no período de sua construção e implantação (estimulando e orientando o povoamento para as terras de suas margens), quanto no período de seu asfaltamento, desencadeando, conseqüentemente, um processo de especulação de terras.

Outra perspectiva de análise acerca da colonização efetuada ao longo da Belém-Brasília (que teve conseqüências diretas e/ou indiretas para o vale do rio Capim) encontra-se nas análises de Valverde e Dias (1967), na obra intitulada *A rodovia Belém-Brasília. Estudo de geografia regional*. Dá-se destaque, aqui, para a área que constitui o vale do rio Guamá.

Neste sentido, observa-se que a ocupação deste vale (Guamá), assim como seus afluentes (Acará, Capim, Inhangapi, Bujaru e Irituia) é descontínua, predominando, ainda, as matas. Apesar de que o desmatamento do Guamá tenha se dado bem antes do que os dos vales da Bragantina e do Salgado.

Hébette e Acevedo Marin (1979), no livro intitulado *Colonização para quem?*, dão destaque à análise dos municípios de Castanhal (PA), Imperatriz (MA), Araguaína (GO), Gurupi (GO), Ceres (GO), cortados pela rodovia Belém-Brasília, onde, ao todo, realizaram trabalho de campo em 53 municípios, divididos, à época, entre os estados do Pará, de Goiás e do Maranhão, nos anos de 1974-1975.

Segundo Hébette e Acevedo Marin (1979), a abertura da rodovia propiciou mudanças estruturais à paisagem e às populações que delas fizeram uso, em prol de interesses macro da política e da economia nacional e internacional. Partindo, então, da premissa de que os fatores ambiental e humano locais foram apenas manobrados segundo as necessidades macros, tal como pode ser verificado na citação abaixo:

Paralelamente à abertura da rodovia e, mais tardem com o seu asfaltamento, estenderam-se a grande propriedade e a fazenda moderna. Essa penetração reforçou extraordinariamente ou mesmo antecipou essa forma de pressão sobre a terra que, normalmente, resultaria, a muito mais longo prazo, da aceleração das migrações, do crescimento vegetativo da população, do baixo nível tecnológico da agricultura com o corolário do esgotamento dos solos. Não demorou a se manifestar a expulsão de excedentes significativos de mão-de-obra agrícola que, na ausência de uma industrialização local progressiva capaz de absorvê-lo, passara a incrementar o terciário urbano (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979, p. 101).

Quanto à colonização espontânea e à política agrária, para os grupos sociais, Hébette e Acevedo Marin (1979, p. 113) apontam algumas considerações a relevar. Considerando, então, que “o problema aqui colocado concerne à política governamental, em relação às áreas

amazônicas de colonização, com ênfase na experiência da chamada espontânea ou ainda não-dirigida, no caso, a colonização ao longo da rodovia Belém-Brasília”. Concluindo, assim, que:

[...] esse estudo pode ilustrar as conseqüências de uma decisão política não integrada num planejamento global. Uma rodovia da importância da Belém-Brasília não se limita a unir dois pontos extremos; ela transforma uma paisagem física e sócio-econômica; ela não é puramente obra de engenharia, mas um ato de política, ou seja, ela repercute na vida das populações para integrá-las ou marginalizá-las, para reduzir ou reforçar distâncias sócia inter-regionais ou interestaduais (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979, p. 112).

Hébette e Acevedo Marin (1979) apresentam um cenário transformador no trecho e no entorno da BR-010 (Belém-Brasília). Esta é apresentada como difusora de mudanças sócio-espaciais, por provocar, inclusive, mudanças na estrutura econômica fundada no extrativismo de subsistência. Sobre essas condições de viabilidade econômica da pequena agricultura, Hébette e Acevedo Marin (1979) reafirmam a idéia de que:

Como já foi visto, até uma época recente, os empreendimentos agropecuários, na área cortada pela Belém-Brasília, se distribuíam basicamente em minifúndios e latifúndios, esses últimos, na sua maior parte, classificáveis como improdutivos. Essa divisão coincidia também, na prática, com a distinção entre culturas de subsistência (roças) e fazendas de gado. A política agrícola regional, nestes últimos anos, pretendia estimular a difusão da categoria intermediária da empresa agrícola ou agropecuária. Tal era a orientação dada aos incentivos fiscais. Considerava-se que a cultura de subsistência, tal como é praticada pelos posseiros ou pequenos proprietários, era improdutiva e, portanto, deveria ser substituída (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979, p. 134).

Percebe-se que a ocupação delineada a partir dos anos 1970, em razão da construção e asfaltamento da BR-010, influenciou decisivamente na substituição do modelo agrário anterior, construído no período colonial (com destaque para as áreas de colonização antiga, voltadas para as culturas de subsistência), através de incentivos fiscais, por uma ocupação com objetivos de empresa agrícola.

Completa-se nesse quadro as políticas territoriais, que valorizavam as margens das rodovias para expansão da fronteira agrícola, aumentando, assim, a pressão demográfica nestas áreas. Além de atrair a mobilidade do empresariado ruralista para o local, como também, o assentamento das colônias agrícolas.

A supervalorização do solo rural levou a uma maior concentração fundiária e, conseqüentemente, desapropriou o camponês. Como estratégia de sobrevivência, esta parcela camponesa torna-se então assalariada nas grandes fazendas. Dividia-se, assim, a mão-de-obra familiar entre os que executam atividades dentro da comunidade e os que vendem sua força de trabalho para os fazendeiros, fora ou no entorno da comunidade.

Cayres (1999), em análise da comunidade de Nazaré - localizada na região do rio Capim, distante cerca de 100 km a oeste do município de Paragominas (PA), entre a comunidade de Quiandeua e São Sebastião – atenta-se à observação organizacional da mão-de-obra familiar nas atividades de subsistência e à contribuição individual dos gêneros para a força de trabalho familiar, com destaque para a atuação das mulheres, no estudo intitulado *Nazarenos e Marias do Capim: análise de gênero em uma comunidade amazônica*.

Neste trabalho, Cayres (1999) constatou que a comunidade de Nazaré é constituída, sobretudo, por “caboclos”, em sua maioria, e migrantes advindos de outras regiões. Sendo que, tanto em Nazaré quanto nas demais comunidades rurais constituintes da região do rio Capim, tem-se na agricultura e no extrativismo a base do sistema de produção tradicional, que combina o uso dos produtos da floresta com o corte e queima da mata e da capoeira, para cultivo itinerante de culturas de ciclo curto. A principal fonte alimentícia financeira é a farinha de mandioca, além de outros produtos florestais, como grãos e frutas.

Cayres (1999) sintetiza ainda as mudanças ocorridas a partir de 1958, com a abertura da Belém-Brasília, que propiciou a introdução de novos agentes sociais na área, tais como os nordestinos e os sulistas. Fato este incrementado devido ao governo brasileiro, com o interesse em atrair investidores do sul do país para a Amazônia, ter incentivado a criação de gado de corte. Considera também que, já nesse período, o desmatamento tornou-se desenfreado na área, além do início da formação de pastagens, motivadas mais pela especulação do que pela produção, tal como se encontra exposto na citação:

As florestas cederam seu lugar às forrageiras pouco manejadas, susceptíveis ao ataque de pragas e com excesso de animais nos pastos. A invasão de pragas, ervas daninhas e lotação exagerada dos rebanhos desgastavam as pastagens no máximo em 10 anos. Aliado à degradação, as linhas de crédito diminuíam à mesma proporção em que a situação do país se agravava (CAYRES, 1999, p. 89).

Segundo Cayres (1999), na década de 1970, a pecuária propiciou grave crise ecológica na região, passando, inclusive, por uma crise econômica. Nesta década, a indústria madeireira discretamente iniciou sua atuação na área. Nos anos 1980, a maioria das terras encontrava-se nas mãos de pecuaristas e/ou especuladores. Onde, concomitante à valorização das áreas de floresta, houve o aumento na exploração madeireira, agravado pelo esgotamento do suprimento madeireiro no sul do Brasil.

A Amazônia oriental despontava, assim, como sendo viável ao abrigo desta indústria madeireira em formação, por dispor de infra-estrutura e matéria-prima necessárias a sua atuação. No início, eram apenas extraídas as espécies de alto valor econômico, sendo ainda o

impacto ecológico relativamente reduzido. Porém, ao longo dos anos e devido a uma exploração intensiva, a atividade extratora mudou e transformou consideravelmente a paisagem da região.

Nos anos 1990, observou-se a instauração do “império da atividade madeireira”. Segundo Cayres (1999), até 1996, 80% das terras do município estavam controladas por pecuaristas, 16% por madeireiros e o restante pelos camponeses. A concentração da terra multiplicou conflitos fundiários e assassinatos, além do aumento da violência contra os camponeses, os quais viveram épocas de constantes ameaças do domínio econômico.

As comunidades do Capim (sejam elas da região das Estradas ou da região do rio Capim), inclusive a de Nazaré, tradicionalmente praticam a agricultura de corte e queima em roças – espaços destinados à realização da principal atividade de subsistência: a atividade agrícola - feita na mata ou na capoeira, sendo a fonte central de sobrevivência. Todas as famílias de Nazaré desenvolvem atividades agrícolas, com produtos destinados ao consumo e à venda, sendo que o transporte destes produtos é uma das principais dificuldades por elas enfrentadas.

Além da agricultura (com destaque para a produção da farinha de mandioca e, em menor grau, o cultivo do milho e do arroz), também desenvolvem atividades voltadas ao extrativismo (com destaque para a extração de madeira) e para a criação de animais (galinha, porco, burro, cavalo). Geralmente também praticam a caça, a pesca e a coleta da floresta para o consumo doméstico.

Neste sentido, a intensificação da prática do uso de roças nas áreas de capoeira vem sendo observada como eficiente para o sistema de produção tradicional e para conter os desmatamentos nas florestas, de acordo com a experimentação positiva de projetos de desenvolvimento, que foram implantados no local.

Ainda de acordo com Cayres (1999, p. 138), “as principais atividades dos grupos domésticos “caboclos” da comunidade de Nazaré” são:

- a) Atividades agrícolas: com destaque para o preparo da área: broca e coivara; plantio (mandioca, arroz, milho, banana, capim); para a manutenção de área: capina e limpeza de pasto; para a colheita: mandioca, arroz, milho; produção de farinha; e para as trocas de diárias (denominação dada às trocas de horas de trabalho nas atividades agrícolas, entre membros de grupos domésticos diferentes);

- b) Atividades extrativistas: com destaque para a pesca (peixe, tartaruga, tracajá, muçunã, jacaré); para a caça; e para o corte de madeira para lenha, para cozinhar alimentos e torrar farinha;
- c) Atividades domésticas: com destaque para os cuidados com a casa: lavar (roupa, louça), cozinhar, limpar e reformar; carregar água; zelar pelas crianças e pelos idosos; e para a limpeza do quintal (limpeza, criação de pequenos animais, plantio e manutenção de fruteiras e plantas medicinais);
- d) Outras atividades: com destaque para as atividades comunitárias; para o estudo; e para o trabalho remunerado (realização de atividades, sobretudo agrícolas, ou venda da mão-de-obra camponesa às empresas instaladas na região do rio Capim). Além das atividades de lazer, viajar, estar doente.

A atividade madeireira encontra no vale do rio Capim, um lócus de exploração, em razão da existente vegetação primária, que comportava uma grande diversidade de espécies madeireiras.

Shanley e Medina (2005), em *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica*, frente ao preocupante desmatamento ocorrente na Amazônia, retratam formas de integração entre os conhecimentos científico e tradicional, a fim de sensibilizar a todos acerca desta problemática, de forma didática, tal como ser observado no trecho a seguir:

Sem as florestas nós não teríamos casa, comida ou remédios que sustentam tanto as pessoas da mata como as da cidade. Cada um de nós é responsável pelas florestas [...]. Na Amazônia ainda temos chance de manejar e usar a floresta para obter frutas, madeira, caça e remédios, além de outros benefícios como limpeza das águas dos rios, chuvas locais e um clima mais agradável [...]. Mesmo conhecendo bem o valor que a mata tem de pé, é fácil vender barato nossa madeira ou terra. Assim acontece com muita gente no mundo inteiro; pessoas necessitadas encontram dinheiro rápido. Na realidade, pouco dinheiro chega e logo desaparece. Muitas vezes, nas primeiras vendas dá certo: poucas espécies são tiradas, os danos à floresta são mínimos e a comunidade ainda tem acesso a cipós, frutas e caça. Mas, quando a intensidade e a frequência da extração superam a capacidade de a mata se recuperar, o consumo de produtos da floresta diminui muito [...]. Depois de várias vendas de madeira, muitas árvores frutíferas morrem, o fogo entra na mata e o consumo de frutas pela comunidade diminui. Essa mesma história acontece em muitas comunidades na Amazônia todos os dias. Se a comunidade negociar melhor com os madeireiros, é possível evitar esses danos sociais e ambientais. Reconhecendo e pensando sobre os custos e benefícios da exploração, as comunidades podem vender madeira, mas também ficar com o que precisam para sobreviver (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 17-19).

Para este intento, Shanley e Medina (2005) valeram-se das experiências de comunidades amazônicas de algumas famílias de Quiandeua, Mamorana, Joíra, Nanai e

Nazaré, no rio Capim (PA), dando destaque à ecologia (calendário, densidade e produção), ao valor econômico, ao uso, nutrição, receitas e manejo advindos de árvores e cipós, como a andiroba, bacuri, castanheira, cipó-titica, copaíba, ipê-roxo, jatobá, mogno, piquiá, seringueira, unha-de-gato, uxi etc., e das palmeiras, como o açaí, açaí solteiro, bacaba, buriti, inajá, patuá, pupunha, tucumã-do-Pará, tucumã-do-Amazonas e diversas outras espécies correntes nesta região. Além da caça, que também é vítima direta desta ação predatória.

Neste sentido, Shanley e Medina (2005) questionam sobre a maior viabilidade econômica na extração do fruto, da madeira ou da farinha. Comparando valores, fazem perceber “uma renda invisível”. Segundo estes autores, deve-se considerar que:

A floresta oferece remédios, comidas, fibra e caça para os seus moradores. Para medir a importância da floresta na economia doméstica [...]. Devemos lembrar que é possível negociar e guardar partes de nossa floresta onde existem árvores úteis. Com planejamento, é possível manejar a floresta e extrair tanto produtos madeireiros como frutas, cipós, óleos e caça (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 57).

Além destes fatores, Shanley e Medina (2005) chamam atenção para o fato da floresta também servir de moradia a muitos animais, que as populações locais se servem como caça, fazendo parte, inclusive, de suas dietas alimentares. Para tanto, dentre outros, toma como exemplo a origem das capturas dos caçadores de Quiandeuá (PA), onde há reserva comunitária de capoeira e floresta. Revelando que a maioria destas capturas é feita na floresta. Em segundo lugar, há a captura na capoeira e, em terceiro lugar, há a captura na roça, rio e quintal - lugares importantes aos animais, tal como pode ser visto no trecho a seguir:

A maioria das espécies de animais que as pessoas adoram caçar para comer depende da floresta para viver. A floresta oferece alimentos e abrigo para os animais. Quando as árvores frutíferas são derrubadas, muitos animais de caça perdem sua fonte de alimento. Quando a floresta é desmatada, esses animais perdem suas casas [...]. Sem a floresta, os caçadores não pegarão tanta caça e as pessoas não vão mais ver animais extraordinários como o gavião-real, o pavãozinho e o gato-do-mato (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 111).

É importante também conservar árvores próximas às moradias, para se colher os frutos sem precisar adentrar muito na mata. Tomando como exemplo a árvore do excêntrico piquiá, da copaíba, do uxi, da tatajuba, do ingá e do maturi, as quais, mesmo durante o período de floração, atraem animais, como a paca, o veado vermelho, o tatu branco, o tatu preto, a cutia, o caititu, a preguiça e o papagaio. Essas caças seriam mais rentáveis do que a produção de farinha, como foi comprovado na comunidade de Quiandeuá (rio Capim), revelando, com isso, a importância das frutas e flores destas árvores à alimentação de animais e pessoas (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 125-130).

Outro exemplo benéfico advindo da floresta é o uso da unha-de-gato - conhecida em muitas áreas do Pará como jupindá - como remédio para fortificar o corpo contra a malária. “Em 2001, de 30 famílias com casos de malária no Capim, apenas duas usaram remédios da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Todas as outras tomaram chá de unha-de-gato misturado com outras espécies como verônica, barbatimão, cedro, ipê e escada-de-jabutí” (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 145).

Demonstrando que os frutos rendem mais do que a extração das suas árvores, estes autores comprovam que, tirando os custos do transporte e o tempo de trabalho, ainda haveria lucro. Ao deixar a árvore em pé, a família venderia seus frutos todos os anos, e não apenas uma vez, como é o caso da venda da madeira. Na comunidade de Nazaré do rio Capim, estes autores observaram que, durante a safra do uxi, por exemplo, o consumo desse fruto é tão intenso que muitas pessoas chegam a engordar, além de não pegarem gripe e tosse. Se tivessem que comprar esses frutos, ao invés de coletá-los na mata, como seria? Certamente a realidade seria outra, uma vez que isso interferiria, inclusive, na dieta alimentar de bichos e pessoas (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 152-155).

A maioria das famílias do rio Capim-PA compra ou troca caça com seus vizinhos, durante o ano. Economizando, assim, na alimentação, ao invés de comprarem essa mesma caça ou charque – mais fácil de encontrar - na “cantina comunitária”. Essa economia corresponderia a sua produção de farinha por mês.

Baseando-se no consumo de caça no povoado de Quiandeuá (PA), pode-se verificar o quanto uma família média e uma família caçadora economizou, por conta da caça, e quanto a comunidade ganhou de sua floresta, na relação caça, charque, farinha, tal como pode ser observado na citação abaixo:

Em um ano, 30 famílias em Quiandeuá conseguiram 2.808 quilos de caça. Uma família média conseguiu 8 quilos e consumiu mais ou menos 5 quilos de carne por mês. Essa caça custaria R\$17 por mês, ou R\$210 por ano na cantina comunitária. Se não houvesse mais caça e essa família tivesse que comprar charque, isso custaria mais ou menos R\$40 por mês, ou o equivalente a 1,5 saco de farinha. Por ano, seriam 96 quilos de caça que equivalem a R\$480 em charque ou 21 sacos de farinha. Assim, a comunidade inteira ganhou em carne o valor de 49 sacos de farinha por mês, ou 584 sacos de farinha por ano. Quiandeuá economizou muito dinheiro por causa da caça que vive na sua floresta. E isso não é um caso único (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 193-194).

Neste estudo, Shanley e Medina (2005) chamam atenção, sobretudo, para a problemática que envolve os conflitos nos usos dos recursos florestais, de forma a torná-los amenos, tanto para as populações tradicionais, quanto para as cidadinas, a fim de sensibilizá-

los a superar, de forma sustentável, racional, este descompasso. Vale, para tanto, dos saberes locais, tal como pode ser percebido a partir da assertiva abaixo:

Muitas comunidades rurais, especialmente as comunidades tradicionais, possuem uma longa tradição de uso da floresta com habilidades, práticas e conhecimento necessário para garantir o manejo de seus recursos. Manejar a floresta significa usá-la com cuidado. O manejo florestal deve contemplar o uso múltiplo dos recursos, que inclui não apenas madeira, mas também frutas, caça e plantas medicinais – os chamados produtos não-madeireiros (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 259).

Os conflitos de uso envolvem diferenciados atores, que necessitam estar cientes de suas ações junto à floresta e aos recursos oferecidos, de forma a utilizá-los e manejá-los racionalmente, para que não haja seu esgotamento, garantindo, assim, sua sobrevivência no futuro, tal como se observa na citação:

A floresta tem diferentes valores dependendo da perspectiva de cada um. Por exemplo, um caçador entra na mata e logo vê o rastro do tatu. O madeireiro está interessado no ipê; a parteira, nas cascas e folhas; enquanto o geólogo anda com a cabeça para baixo olhando as pedras no chão. A floresta pode oferecer recursos para todos por muito tempo; para isso ela precisa ser manejada de acordo com os diferentes objetivos de exploração.

Hoje em dia, tem muita gente explorando a floresta amazônica. Sabe por que? Na década de 1960 e 1970, a construção de estradas abriu novas áreas de floresta que antigamente eram acessíveis apenas por barco. Logo chegaram os fazendeiros, madeireiros e colonos do Sul do País para aproveitar os recursos que a mata oferece. No Sul também havia muita madeira e outros recursos florestais, mas a mata foi explorada de maneira predatória e acabou. Sem as matas do Sul, a Amazônia tornou-se a nova fonte de madeira para satisfazer a demanda doméstica. Além disso, como as florestas da Ásia e África também estão acabando, a Amazônia pode tornar-se a principal fonte de madeira tropical do mundo.

Pesquisas recentes têm mostrado que é o conjunto, frequência e intensidade de muitas atividades sem controle que tornam a mata vulnerável. Depois do desmatamento e vários ciclos de corte queima a mata volta, mas nem sempre com todas as espécies [...]. Entre essas espécies estão as frutas, remédios e cipós mais usados pelas pessoas do campo e cidades amazônicas. As mudanças no uso da terra como a extração de madeira, corte queima e agropecuária funcionam como uma peneira, impedindo a regeneração de várias espécies importantes (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 237-238).

A partir desta assertiva, Shanley e Medina (2005) relatam as “trocas”, realizadas entre madeireiros e a população local, pela madeira, que podem ser por forno, bicicletas, remédios, campo de futebol. Na tentativa de despertar o interesse dessas populações a uma troca mais justa, dão exemplos de comunidades do baixo Tocantins, de Muruteuzinho, no rio Guamá, de Paragominas (PA) e de comunidades do Capim (PA), que, frente ao reconhecimento da enorme perda da floresta, optaram por uma negociação mais justa entre estes atores sociais.

A fim de superar a redução considerável das frutas, fibras e caça, os autores remontam-se à diminuição no consumo de frutas, causada, fundamentalmente, pela mortalidade das frutíferas – como é o caso do piquiá, do bacuri e do uxi – em decorrência, respectivamente, da extração predatória de madeira, da roça e fogo, do vento e da extração destinada à construção, dando, inclusive, dicas para negociar a venda da madeira e das frutas, desde a coleta e seleção até a venda do produto, para se evitar perdas irreversíveis.

Aconteceram 3 tipos de venda de madeira que, ao longo do tempo, afetaram muito a comunidade [do Capim]. Primeiro, os madeireiros extraíam as poucas espécies mais valiosas. Em seguida, um número bem maior era extraído, incluindo frutíferas e oleosas. Por último, os madeireiros passaram a comprar por área (alqueire), tirando todas as árvores que queriam. Quando a intensidade e a frequência da exploração foram maiores que a capacidade de recuperação da floresta, o consumo de frutas pelas famílias da comunidade diminuiu de forma irreversível. Essa mesma história acontece em muitas comunidades da Amazônia. No entanto, reconhecendo e avaliando os custos e benefícios da exploração, as comunidades podem vender madeira e também ficar com o que precisam pra sobreviver [...]. Para avaliar os custos e benefícios da venda de madeira, as comunidades e os madeireiros precisam de informações ecológicas, econômicas e culturais. Além disso, precisam de planejamento treinamento para o manejo florestal de baixo impacto e uso múltiplo. É importante levar em consideração os produtos florestais não-madeireiros (frutas, caça, remédios e cipós) de importância local na hora de negociar a venda de madeira (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 246).

No que concerne ao manejo de uso múltiplo, estes autores salientam a importância das reservas de florestas, fornecendo dicas para a proteção das mesmas, tais como a utilização de aceiros - como proteção contra o fogo - e o aproveitamento de roças nas áreas de capoeira. Várias espécies podem ser manejadas em áreas de capoeiras de agricultores familiares, como as espécies de uso medicinal, as madeiras destinadas a diversos usos e as que oferecem frutos comestíveis.

A floresta amazônica é tão grande que, no passado os madeireiros, os políticos e as comunidades rurais não pensavam que seus recursos um dia poderiam acabar. No entanto, explorar a floresta sem pensar no futuro significa grandes perdas tanto para pequenas comunidades como para grandes empresários. A partir da década de 1960, a população, o governo e os pesquisadores começaram a perceber que o manejo pode ser uma boa opção para o consumo local e venda dos produtos da mata. Inicialmente pensaram em manejo somente para a venda de madeira, hoje já estão pensando em manejo de uso múltiplo. Existem 18 iniciativas de Manejo Florestal Comunitário (MFC) na Amazônia. A vantagem dessas iniciativas é que grande quantidade de floresta está nas mãos das populações que sabem como usar os recursos. E, além disso, algumas comunidades já estão recebendo apoio financeiro e técnico de algumas instituições. No entanto, enquanto muitas comunidades já praticam o uso múltiplo da floresta, muitos dos novos projetos, conhecidos como 'manejo comunitário', ainda têm um enfoque apenas na extração de madeira. Entre as dificuldades do manejo comunitário estão: políticas públicas não muito favoráveis, ausência de crédito para a atividade florestal e assistência técnica fraca [...]. As dificuldades para a realização do MFC são maiores quando a idéia nasce fora da comunidade [...]. É importante lembrar

que no processo de estabelecer esse manejo, cada um – governo e comunidade – desempenha um papel fundamental (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 268).

Indicam, inclusive, maneiras de “manejar a mata para encher a barriga e o bolso” (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 268), de forma que, para superar os novos desafios lançados às comunidades e, “para proteger as reservas, é preciso criar e seguir algumas regras sobre o uso e manejo dos recursos (caça, madeira e frutas)” (p. 260), tal como é apresentado na assertiva abaixo:

As decisões sobre a melhor forma de manejar os recursos naturais na comunidade dependem do conhecimento sobre o funcionamento e a inter-relação dos variados sistemas tradicionais de produção. Como os riscos e incertezas do manejo florestal comunitário para a produção de madeira são muitos, uma opção é integrar esse manejo ao manejo dos recursos não-madeireiros. Assim, a comunidade continua com sua rede de segurança local: caça, frutas, plantas medicinais enquanto vai aprendendo a negociar bem a madeira (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 270).

Além destas averiguações, Shanley e Medina (2005, p. 271) constataram também que “bastante generosa, a natureza oferece remédios, cipós, caça, frutas e madeira sem cobrar nada. Além dos recursos naturais, a floresta também oferece benefícios espirituais”. Considerando ainda que, “às vezes, a gente não lembra, mas as lendas, as mulheres da comunidade e a música – cada um tem um papel importante na transmissão de valores sobre a mata” (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 271).

Castro (2006), no trabalho intitulado *Práticas e técnicas agroextrativistas: um estudo de caso com famílias no pólo Rio Capim do PROAMBIENTE* - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia - dentre os vários pontos de sua pesquisa, considera também a busca de novas maneiras de usos e conservação dos recursos naturais, através dos serviços ambientais.

Neste contexto, destaca-se, na pesquisa citada acima, a atuação deste Programa junto à comunidade de Monte Sião, localizada às margens do rio Capim, pertencente à área do pólo Rio Capim, do PROAMBIENTE. Castro (2006) efetuou estudos em áreas agroextrativistas do nordeste paraense, a fim de estudar as famílias que optaram pelas propostas deste Programa.

Neste sentido, Castro (2006, p.19) constatou a existência da prática de coleta de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) nos municípios do pólo Rio Capim, dos quais se destacam: piquiá, castanha do Pará, uxi, açaí, óleo de andiroba, sementes, cipós. No que respeita a escolha da comunidade de Monte Sião, localizada no município de São Domingos do Capim, para estudo, a autora considerou que esta área apresenta

[...] características que evidenciam famílias que trabalham com práticas agroextrativistas, mantendo áreas de mata secundária em algumas propriedades. Além disso, a coleta de alguns produtos dos estabelecimentos familiares e da mata, como a castanha do Pará, o açaí, cipós e sementes, revelam um perfil que demonstra a importância das práticas sócio-culturais (CASTRO, 2006, p. 25).

No contexto da exploração predatória, da intensificação de práticas e da escassez de recursos, Castro remete-se ao ontem e ao hoje da comunidade, ou seja, da borracha à madeira, no período de 1970 a 1990. Da década de 1970, com a exploração do látex nos seringais, para a comercialização da borracha em Belém, a partir da década de 1990, com ênfase para as práticas predatórias de exploração da madeira, que desencadearam um processo de escassez de espécies fornecedoras de PFM na área. Destaca também a utilização intensiva do solo, em períodos de pousio cada vez mais curtos, propiciando danos ao solo, além das ações de queimas desordenadas, que ocasionaram a entrada do fogo na mata.

Em 1970, a comunidade de Monte Sião era constituída por alguns sítios, onde moravam poucas famílias, entre as quais se destacam as famílias Garcia (do sítio São João, onde funcionava a escola e a igreja) e a Tavares (do sítio São Pedro, onde funcionava a associação). Aos poucos o local foi crescendo pela união de famílias (casamentos). Segundo esta autora, as atividades realizadas por estas famílias mais antigas concentravam-se na roça de mandioca, com a utilização do sistema de corte e queima, na pesca de anzol ou rede e na caça de animais, como a paca, o tatu, a cutia, o veado e o macaco.

Neste período, Castro (2006) também observou que, além da caça, existiam outras atividades, como o cultivo da banana e do cacau e a criação de porcos. Esta última desapareceu devido aos conflitos gerados entre os agricultores (que cultivavam banana e cacau) e os criadores de porcos. Também era realizada a extração do açaí, em touceiras nativas nas matas, para o consumo e para a insignificante comercialização, devido à incipiência do mercado.

A produção local de banana, farinha, cacau, castanha-do-pará e outros produtos florestais (sementes) era comercializada em Belém. Devido ao crescimento do mercado exportador de borracha e à abundância de seringais nativos na comunidade, as famílias passaram a investir também na extração do látex.

Em 1980, a segunda geração dos Garcia, dos Tavares e dos Batista, juntamente com a primeira geração de outras famílias que chegaram na área, como a Ferreira, investiram na extração do látex, considerada pesada e cansativa.

Nesta atividade, observou-se a participação feminina tanto na extração como no manuseio do produto até a chegada na propriedade. Depois da coleta, o produto passava por

alguns processos, como “o leite em látex”, a “borracha defumada” e a “coalhada”. Sua venda era efetuada diretamente à fábrica COPALA, em Belém, que devido aos constantes roubos, passaram a ser comercializados localmente para os marreteiros (CASTRO, 2006, p. 35-36).

A extração do látex obedecia a um itinerário estabelecido pelo agricultor, sob os sistemas de “arrendamento”, “de meia” ou “de troca”. Considerando ainda que:

A entrada na floresta à procura das seringas intensificou o processo de exploração predatória e desflorestamento de algumas áreas que, posteriormente, passaram a ser local para o cultivo de roças na comunidade.

Nesse período, simultaneamente ocorre a exploração de madeira e segundo os moradores o piquizeiro era uma das espécies mais procuradas (CASTRO, 2006, p. 36).

No que concerne à exploração madeireira em toras, atentou-se que, em 1970, destinava-se, sobretudo, à exportação, como destaque para virola, mogno e andiroba. Em 1980, o número de espécies destinadas à exportação diminuiu devido à necessidade de suprir o mercado das regiões Sul e Sudeste, cujas reservas haviam se esgotado. Havendo, com isto, deslocamento da exploração predatória para o estado do Pará (SCHOLZ, 2002, p. 78 apud CASTRO, 2006, p. 37).

Ao analisar o cotidiano das práticas agrícolas e dos PFNM, Castro (2006) considera que a vida em Monte Sião gravita em torno do processo organizativo, construído através da Associação, e das atividades agroextrativistas, estabelecidas no repasse das práticas, entre as famílias.

No que respeita às práticas agroextrativistas, Castro (2006, p. 46) considera que estas são desenvolvidas em diferentes espaços, como quintais, sítios e outros ambientes dos estabelecimentos de produção familiar. O cotidiano destas famílias volta-se ao desenvolvimento de atividades que envolvem a criação de pequenos animais; a caça (que propiciou a diminuição de animais como o tatu e o veado); a roça de mandioca cultivada, a qual a área não ultrapassa 20 tarefas; a coleta de frutas, fibras, óleos e sementes; e o cultivo da banana e cacau, em associação como o cultivo de outras plantas, como o cupuaçu e o açaí, além da venda de madeira e do palmito. Dentre os cultivos plantados na roça de mandioca, destacam-se também o milho, o jerimum, o quiabo e a melancia (CASTRO, 2006, p. 46-49).

Em comparação ao desenvolvimento das atividades da roça (com destaque para o cultivo da mandioca) e da coleta do açaí, a autora, na tentativa de compreender os ganhos e os sacrifícios destas atividades, considera que “as famílias passam quase o dia inteiro nos ‘centros’ para fazer farinha, algumas vezes voltam no final da tarde para suas casas. Segundo

os agricultores, esse esforço com as roças é bem maior do que com os açazais e traz ganhos menores comparados com a venda do açaf” (CASTRO, 2006, p. 50).

Somadas às práticas desenvolvidas nas roças, encontram-se as práticas com as plantas fornecedoras de PFM. Entretanto, como considera Castro (2006, p. 51), “o processo de desmatamento na região do rio Capim e suas conseqüências estimularam pesquisas e estudos na área, revelando o potencial dos produtos florestais não madeireiros para as populações locais”. Considerando também que “[...] neste trabalho parto do pressuposto que os PFM são todos os produtos florestais cultivados e/ou nativos como frutos, plantas medicinais, cipós, sementes, ervas, óleos e outros extraídos sem agredir ao meio ambiente” (CASTRO, 2006, p. 53). Tal assertiva pode ser verificada na citação seguinte:

Estudando as famílias selecionadas de Monte Sião e suas práticas, percebi que mesmo a comunidade tendo passado por processos de exploração dos recursos naturais e redução da quantidade de populações fornecedoras de PFM, ainda existem muitos produtos desta categoria e que podem ser encontrados enquanto plantas frutíferas, medicinais e essências ao tímido artesanato confeccionado através de sementes, palhas, talas de palmeiras e de outras plantas. As espécies florestais aparecem plantadas em espaços juntamente a outros cultivos agrícolas existentes nas propriedades [...] (CASTRO, 2006, p. 53).

Castro avalia que, “enquanto a procura pelas frutas sofre variações em decorrência da preferência no mercado”, outros estudos, no rio Capim,

[...] apontam plantas medicinais categorizadas também como PFM, revelando que a procura por plantas com propriedades medicinais ocorre pela alternativa de preços diante dos produtos farmacêuticos, hábitos culturais no tratamento de vários tipos de doenças (SHANLEY; LUZ, 2003 apud CASTRO, 2006, p. 52).

Reforçando e motivando, assim, a introdução de novos cultivos no sistema de produção. As plantas medicinais com indicações mais comuns para o consumo são o mastruz, o quebra-pedra, o amor crescido, o óleo de andiroba, a verônica, a erva cidreira, o hortelãzinho, o hortelã grande e o capim marinho, cultivadas nos quintais das propriedades, ao lado da japana branca, da japana roxa, do vindicá, da catinga de mulata e de alguns cipós.

Dentre as árvores que ao mesmo tempo fornecem PFM e madeireiros, destacam-se cedro, andiroa, marupá, teca, acapu, pau d’arco, mogno brasileiro, mogno africano, mogno amazônico, paxiúba e virola. Necessitando, portanto, serem conservadas para que os PFM continuem a existir como sementes, cascas, folhas, frutos e frutos.

Na composição dos sistemas agroextrativistas dos estabelecimentos de produção também se encontram abacaxi, jambo, jaca, café, urucum, manga, fruta-pão, biribá, limão,

mamão, abricó, cana-de-açúcar e mamão, além de açaí, andiroba, copaíba, bacuri, cajuí, tucumã, buriti, bacaba, castanha-do-pará, piquiá, uxi, jatobá, barbatimão, guarumã e pupunha (CASTRO, 2006, p. 55-56).

Todos estes produtos são utilizados para vários fins, tal como salienta Castro: “assim como o açaí, outros frutos como piquiá, taperebá, bacuri, cajuí, buriti, castanha-do-pará, uxi, jatobá, além de serem consumidos naturalmente podem ser beneficiados para a transformação em doces e biscoitos” (CASTRO, 2006, p. 60). No que respeita ao uso múltiplo dos PFNM, a autora analisa que:

Nos quintais encontram-se PFNMs que desempenham funções múltiplas, podendo ser utilizada para várias manifestações. Como exemplos tem-se plantas como a catinga de mulata, japana branca, japana roxa, vindicá e a casca e folhas do cedro, associadas às plantas arbustivas não florestais como a erva cidreira, o capim marinho, hortelãzinho, hortelã grande, chamados de ‘matos mansos’ (CASTRO, 2006, p. 62).

Havendo, com isto, um representativo simbolismo com as plantas e com os PFNM, que podem ser observados até na classificação, uso, coleta e preparo do açaí e da andiroba, por exemplo.

No trato aos PFNM, Medina (2003), em sua monografia intitulada *A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim*, atenta para os desmatamentos e para as degradações florestais causados pelas predatórias atividades extrativistas da madeira, pela agricultura e pela pecuária. Dando destaque ao extrativismo de produtos florestais, sobretudo os PFNM, a fim de associar, positivamente, a exploração da madeira ao aproveitamento da floresta para outros fins e usos.

Na viabilidade dos PFNM, como alternativa para o uso sustentável da floresta, muitos trabalhos vêm sendo desenvolvidos, reforçando, inclusive, a importância do valor econômico da mata, a fim de justificar sua manutenção. Além do valor econômico e da sustentabilidade ecológica, vários trabalhos têm dado ênfase à associação dos PFNM ao bem-estar das populações locais, sobretudo quando a produtividade da agricultura é baixa. Mostrando, sob este aspecto, a necessidade de uma interação com a floresta, voltada ao seu uso como fonte alternativa que gera uma “renda invisível” (MEDINA, 2003, p. 6), em que a população faz uso da mesma, como complemento para a economia doméstica e para a subsistência.

Revela-se, assim, uma íntima relação entre as populações e os ecossistemas. Atribuindo-lhes, inclusive, significados culturais e espirituais. Tal como considera o Medina

(2003, p. 6), “tais trabalhos sugerem que o valor econômico, de bem-estar e ecológico dos PFNM pode ser maior que o alcançado pela atividade madeireira”.

No entanto, a partir de outros trabalhos que questionam o propalado potencial dos PFNM, Medina (2003) considera que este valor atribuído é questionado sob várias circunstâncias, sobretudo no que concerne: 1) às distâncias do mercado, que faz com que o proveito econômico dos PFNM seja muito reduzido. 2) aos impactos sociais negativos causados pelo “mercado verde”, especialmente à população local - que acabam por gerar poucos benefícios de retorno para a mesma.

Do ponto de vista ecológico, Medina (2003, p. 8) salienta o questionamento acerca da sustentabilidade da exploração dos produtos florestais, revelando que, dentre os aspectos que influenciam no tipo e intensidade da exploração e, conseqüentemente, nos impactos para a conservação da floresta, destacam-se: o mercado, a parte da planta selecionada para extração, as necessidades biológicas e ambientais das espécies, etc.

Neste sentido, Medina (2003, p. 8-9, grifos do autor) salienta que:

Esses trabalhos são, desta forma, importantes para contestar o alto valor atribuído aos PFNM. No entanto, um aspecto sobre o qual a pesquisa pouco avançou é na constatação de que, para comunidades que vivem na fronteira da expansão da atividade madeireira, a valorização dos produtos florestais não recai necessariamente sobre seu valor real, mensurável (valor econômico, de bem-estar e ecológico), mas sim sobre seu **valor relativo**, um valor que é atribuído a estes produtos pelas comunidades.

O valor relativo e, por sua vez, resultado de **representações** feitas sobre a importância da floresta e do **contexto** em que tais representações são construídas. [...]. Essas representações, por sua vez, são fortemente influenciadas pelo contexto em que aparecem.

Para compreender as decisões tomadas pelas comunidades na gestão de seus recursos, mais do que buscar pelo valor mensurável (valor real) dos produtos florestais, cabe à pesquisa atentar para seu valor relativo. [...].

As representações, evidentemente, dependerão muito de cada grupo estudado.

Seguindo a premissa que considera a valoração dos recursos florestais por grupos camponeses, Medina (2003) parte do estudo de caso da comunidade Quiandeua, localizada às margens do vale do rio Capim (Alto Capim), no município de Ipixuna (PA), a fim de caracterizar a população e a área desta comunidade, tal como segue na citação abaixo:

É um grupo composto essencialmente por negros, constituído depois de diversas etapas de migração de família que residiram antes em áreas do Baixo Capim e seus afluentes.

São 32 famílias, 27 vivendo agrupadas em uma espécie de vila às margens do rio [Capim] e as outras cinco distribuídas ao longo dos aproximadamente 470 alqueires pertencentes à comunidade. **A área não possui divisão de lotes – é de propriedade comum.** Para decisões que dizem respeito ao conjunto das famílias, como é o caso, por exemplo, da venda da madeira, a comunidade possui uma

coordenação que é responsável por discutir com os membros tais aspectos. Todos os domingos são promovidos encontros em que o grupo reza (são católicos) e discute suas questões religiosas e de gestão comum da área (MEDINA, 2003, p. 15, grifo nosso).

Segundo Medina, “os chegantes do Baixo Capim continuavam a ocupar o Alto Capim e, com o crescimento populacional e com a tendência de aglomeração das famílias em uma mesma área para uso comum da terra, começaram ser criadas as comunidades” (MEDINA, 2003, p. 32). No início da década de 1970 foi criada a comunidade do Nazaré e, quatro anos mais tarde foi criada a comunidade do Quiandeua (MEDINA, 2003, p. 32-33).

Nas duas citações acima expostas, Medina faz referência ao uso comum da terra no processo de formação do Baixo Capim. Neste sentido, torna-se necessário ressaltar a propriedade comum, aqui instaurada com caráter estratégico de reprodução, fixação e domínio do território.

O sistema de uso comum dos recursos em Quiandeua foi formado por “grupos” com mobilidade entre o Alto e o Baixo Capim, que possuem em comum, além do perfil camponês, a etnicidade capiense. O uso comum dos recursos, no caso, não se centra exclusivamente na prática de uso da terra, mas também reflete práticas sociais: as decisões conjuntas definem princípios de relações coletivas, nas quais os “usuários”, por meio de regras de acessibilidade e com normas de uso, organizam o manejo da madeira.

Segundo Medina (2003, p. 61), ao longo da história da comunidade do Quiandeua, a floresta representou uma “herança com valor de troca de uso não conflituoso”. *Herança* por ter sido utilizada conforme as necessidades e oportunidades do grupo, com o intuito de garantir sua manutenção e desenvolvimento. Com *valor de troca* por ter sido a madeira, em comparação a outros produtos da floresta, a única fonte que sempre possuiu valor de troca relativamente alto, em comparação aos PFM. Quanto ao *conflito de uso*, não cabe, no Capim, pelo menos até 1997, a idéia de conflito significativo de uso entre a extração madeireira e coleta de outros produtos florestais, para uso local ou para venda (MEDINA, 2003, p. 61-62, grifo nosso), tal com se encontra exposto abaixo:

Desta forma, admiti-se a existência de um ponto a partir do qual os danos causados à mata refletem-se na redução drástica de sua capacidade de fornecer produtos florestais (inclusive madeira), no Quiandeua isto só aconteceu recentemente. Até então, a exploração madeireira não havia representado sérios danos ao consumo de outros produtos.

Do histórico de vendas é possível, então, concluir que a madeira foi representada como herança que foi sendo gasta ao longo do tempo, pois a opção de venda esteve sempre presente (com valor de troca) e apresentou, na maior parte do histórico da comunidade, um uso não conflituoso com o consumo de outros produtos florestais. Representada dessa forma, a venda da madeira aparece como

uma possibilidade estratégica de melhoria das condições das famílias da comunidade (MEDINA, 2003, p. 62-63, grifo nosso).

A perspectiva da “herança” que “foi sendo gasta ao longo do tempo”, traduz-se como algo inesgotável, que garante aos “usuários” o uso permanente da madeira. Nesta fase, Medina (2003, p. 68-69) destaca o uso pelo livre acesso, que garantiu aos possuidores de habilidades no manejo da madeira e/ou aos detentores de motosserras um consumo maior de recursos, em comparação aos demais “usuários” - mesmo não havendo conflito no livre acesso ao recurso. Em seguida, juntamente com a influência de agentes externos, como os madeireiros, a demanda pelos recursos passou a ser maior. Desta forma, a comunidade viu-se forçada a transformar a madeira em propriedade comum, dividindo equitativamente o valor obtido com a sua venda.

O autor destaca as formas de posse da terra, que, além do livre acesso e da propriedade comum, em Quiandeuá, coexistia também a propriedade particular, que consistia em direito de posse ou uso para aquele que primeiro gastasse força de trabalho, como na abertura da mata para a formação de roça. Mesmo que a tenha abandonado ou que terceiros a estivessem cultivando, o direito de posse caberia ao primeiro.

Os recursos advindos dos rios e dos igarapés, que circundam e adentram o território de Quiandeuá, são considerados recursos de propriedade comum: todos os usuários possuem, no caso, direito de acesso.

Estes contextos ocorreram em momentos diferenciados: o livre acesso com os “chegantes” e a propriedade comum é um fenômeno mais recente, observado, sobretudo, a partir da década de 1990, quando a extração madeireira passou a comprometer a produção de produtos florestais, com a instalação de suas empresas (MEDINA, 2003, p. 62).

Com destaque para a atuação do “caboclo” Salazar, que se estabeleceu na área hoje denominada de Quiandeuá, contribuindo para o seu estabelecimento como entreposto comercial para os serradores que subiam o rio. Tal como considera o autor: “O comerciante do Quiandeuá fornecia o rancho necessário para os ‘serradores do serrotão’ que subiam o rio durante 10 a 15 dias de ‘casco de remo de fatia’ e ficavam de cinco a seis meses no Alto para voltar com dúzias e dúzias de pranchas serradas [...]” (MEDINA, 2003, p. 18).

A busca pela madeira foi impulsionada a partir do fim do século XIX (entre os anos de 1897 e 1911), quando Belém e cidades vizinhas, estimuladas pelo “boom da borracha”, passaram por um intenso processo de reforma urbana. Construía-se nas cidades, conseqüentemente, a demanda por madeira aumentava.

Completando o sentido de que “o rio comanda a vida”, o rio Capim, pelas facilidades que a natureza lhe permitiu (por exemplo, sua corrente de águas fortes e por desembocar no rio Guamá, próximo a Belém), foi tomado como fonte imediata a esta demanda por madeira. No entanto, as madeiras mais acessíveis localizavam-se às margens dos rios e igarapés. A migração (humana e, conseqüentemente, da exploração da madeira) redirecionou-se para o Alto Capim, pelo fato do Baixo Capim encontrar-se em processo de escassez de recursos.

O estudo de Medina (2003) define várias fases da ocupação em Quiandeuá, direcionada por mudanças nas formas de uso dos recursos naturais. Atenta-se para a referência que autor aponta quanto ao uso sistema de uso de recursos comuns.

Na primeira parte do histórico da comunidade do Quiandeuá, Medina (2003) revela que a madeira era de livre acesso a todos que quisessem trabalhar em sua extração - com destaque para a ação das famílias com maior habilidade no manejo da motosserra ou com maior facilidade de negociação com os compradores. Os peixes também eram considerados de propriedade comum aos moradores da comunidade.

A partir de 1920, com a chegada de Salazar, o alto Capim começou a ser ocupado e explorado, com destaque para uma ocupação esparsa: na época de Salazar, no Quiandeuá e na comunidade Nazaré haviam raríssimas casas, distribuídas ao longo do rio.

Neste período, a busca por madeira branca existia, mas, segundo Medina (2003, p. 18), “o próprio Salazar tirava pouca madeira; o comércio e os plantios eram suas principais atividades.” Dando destaque para as madeiras brancas como a virola, o marupá, o freijó e a faveira. Além do plantio de laranjais e de um cafezal, atenta-se também para a existência de plantações de caju, das roças de arroz e milho e para a criação de galinha, porco e carneiro. Destaca também as roças de mandioca e a produção de farinha.

Para as famílias do alto Capim, a dificuldade de acesso a esta área sempre foi algo problemático. A principal (e umas das raras) opção dava-se pela sede do município de São Domingos do Capim. Mais uma vez se verifica uso intensivo do rio, no caso, como meio de transporte.

Segundo Medina (2003), considera-se que, no Capim, o extrativismo madeireiro representou um ramo capaz de render o suficiente para que as famílias perdessem o interesse pelas demais atividades, tornando-as secundárias e/ou substituíveis pelos bens de mercado.

No que diz respeito à representação dos produtos florestais e ao contexto em que são construídas, Medina (2003, p. 60-75) atenta para a análise dos estudos voltados para o exame dos modos como os grupos representam o valor dos recursos naturais e à variedade de

representações existentes ao longo da história de cada grupo. Para o Capim, o autor revela que:

A reconstrução do histórico do alto do rio Capim permite compreender melhor o que a floresta representou e representa para os moradores que lá se estabeleceram e que condicionantes (influências contextuais) existiram nesta representação. A partir daí é possível compreender o valor relativo atribuído aos recursos florestais e, conseqüentemente, a forma como foram utilizados.

No histórico de Capim, é possível verificar que as variáveis que estão em jogo no processo de decisão do grupo de caboclo são enormes. Muitas são as atividades de produção envolvidas (extrativismo, agricultura, pesca), muitas as opções a seguir e muitas as relações com diferentes grupos (madeireiros, fazendeiros, políticos, sindicato) em que existem interesses mútuos que precisam ser atendidos. É, pois, dentro deste complexo mundo que entra ação de venda da madeira pela comunidade [...] (MEDINA, 2003, p. 60).

No entanto, estas representações da floresta estiveram condicionadas por fatores que influenciaram a sua importância e que garantiram a manutenção das vendas, mesmo depois da evidência no conflito entre madeira e PFNM. Dando-se destaque às relações paternalistas que se estabeleceram entre compradores e a comunidade (no campo social e simbólico); às dificuldades na gestão do uso comum dos recursos, pela comunidade; à crescente dependência do dinheiro da venda da madeira, para garantir o acesso aos produtos do mercado; ao interesse das famílias em adquirir dinheiro que lhes garantissem sua integração ao mercado; e à aquisição de bens.

Em sua conclusão, Medina (2003) considera que, partindo da idéia de como os recursos florestais são representados e dos fatores contextuais (influentes em sua representação), os valores que lhes são atribuídos, pela comunidade, passam a ser vistos como valores relativos, ou seja, um valor que não deve ser compreendido a partir somente de valores reais (valor econômico, de bem-estar e ecológico).

Ao percorrer a trajetória dos diversos usos e manejos dos recursos naturais, ao longo do vale do rio Capim, percebe-se que a natureza do uso do solo se consolidou pelo extrativismo animal e/ou vegetal, que se mantiveram alinhados.

A ocupação recente do alto Capim propiciou uma nova forma de uso do solo, com o advento do extrativismo mineral, através da exploração da bauxita e do caulim. Sugerindo, assim, a exploração de mais estes recursos: os minerais. A grande empresa mineradora vem tornando o Alto Capim um espaço de novas dinâmicas e articulações, pelo uso dos recursos naturais e pelo estabelecimento de novos sistemas de usos dos mesmos.

No relatório de pesquisa realizado por Monteiro, Coelho e Barbosa (2007, p. 242-245) observam-se algumas considerações sobre projetos de exploração mineral para a área do

Alto rio Capim, com destaque à atuação das empresas mineradoras voltadas para a extração de bauxita e caulim.

Segundo Monteiro, Coelho e Barbosa (2007), depósitos de bauxita encontram-se espalhados por toda a Região Amazônica. Todavia, destacam-se como principais províncias lateríticas encontradas na Amazônia, a de Gurupi, Paragominas-Capim, Carajás e a do Baixo Amazonas. Inseridas em um contexto de avanço na participação do Brasil como fornecedor ao mercado mundial de caulim. Neste sentido, Monteiro, Coelho e Barbosa (2007, p. 244) também salientam que este retorno do mercado ao caulim brasileiro dá-se, inclusive, devido à recuperação da rentabilidade deste negócio, que, desde 2005 principalmente, vem recebendo câmbios e insumos, como estratégia ao aumento dos preços

No Capim, Monteiro, Coelho e Barbosa (2007) ressaltam que houve destaque para o município de Ipixuna do Pará, devido às suas grandes reservas de caulim (a grande demanda por caulim vem da indústria de papel). Este caulim insere-se na Formação Ipixuna, de grande interesse comercial, a qual pode atingir cerca de 40m de espessura.

Neste estudo, Monteiro, Coelho e Barbosa (2007) verificaram o registro de 298 “direitos minerários”, distribuídos entre os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Tomé-Açu e Ipixuna do Pará.

Para o município de Ipixuna do Pará, a Pará Pigmentos S. A. (PPSA) opera grandes jazidas de caulim de alta qualidade. Para tanto, foram projetadas e construídas obras de infraestrutura, necessárias ao beneficiamento do mesmo, com destaque para a construção de um mineroduto, que se estende até o moderno terminal portuário de Vila do Cande, também escolhido estrategicamente, tal como pode ser visualizado na assertiva abaixo citada:

Localizada próxima ao rio Capim, em Ipixuna do Pará, a mina da PPSA caracteriza-se pela deposição de caulim em uma faixa de 5 a 7 metros de espessura, situada entre 25 e 30 metros abaixo de uma camada estéril, prevendo-se as reservas existentes para uma produção anual de um milhão de toneladas nos próximos 30 anos, segundo a PPSA (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2007, p. 244).

Outro fator relevante salientado por estes autores, no que respeita aos rios Guamá e Capim, é referente à utilização atual destes rios, a qual eles consideram ser reduzida, como vias para o transporte comercial.

A utilização atual dos rios Guamá e Capim como vias de transporte comercial é muito, limitando-se à movimentação de carga geral entre Belém, São Domingos do Capim e Santana do Capim, para abastecimento da população da população ribeirinha, na maior parte feita por lanchas de ‘regatões’ que comercializam diretamente sua cargas. Há algum transporte eventual de toras de madeira, movimentadas flutuando, agregadas a embarcações automotoras, ou em balsas de

pequenos comboios de espessura. Entretanto, o mineroduto foi a alternativa de transporte para a bauxita (CVRD) e para o caulim (IRCC e PSSA), da região do rio Capim até o município de Barcarena (PA) (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2007, p. 244-245).

A nova função que adquiriu o rio Capim para o fluxo de produtos e comércio, na atualidade, definiu a necessidade de um apêndice seguindo seu curso, no caso, o mineroduto, para se adequar às exigências de circulação da exploração mineral. Condicionando, com isto, um novo viés de exploração de recursos naturais.

Seguindo as contribuições de Hébette e Acevedo Marin (1979); Cayres (1999); Medina (2003); Shanley e Medina (2005); Acevedo Marin (2007); Castro (2006) e Lima (2007), sobre o povoamento no rio Capim, constata-se que estes autores compartilham da idéia de “fases distintas”, percebidas no decorrer das temporalidades e especificidades espaciais, que acabam por denotar uma forma de resistência do modo de vida camponês. Em que, opondo-se de forma tácita à dinâmica assalariada de organização da produção, no empreendimento capitalista, é a mão-de-obra familiar que finda por caracterizar o modo de vida camponês (CHAYANOV, 1974), seja no extrativismo, na produção agrícola e carvoeira ou mesmo na pecuária.

Delimitam-se, assim, no vale do rio Capim estratégias de reprodução social do campesinato, como pode ser observado através do matrimônio, da migração, da sucessão, da herança e das formas de apropriação e usos da terra. Essas relações reforçam a cooperação e a reciprocidade (ACEVEDO MARIN, 2004; WOORTMANN, 1987).

Ao adentrar na ocupação do Capim, Acevedo Marin (2007) destaca que o primeiro momento de seu povoamento estendeu-se do século XVII até o século XIX, pela expansão da agricultura, com o cultivo, sobretudo, da cana-de-açúcar.

São referências as estratégias econômicas, utilizadas desde o século XVIII, pelos índios e colonos, onde a terra era propriedade da igreja e dos coronéis. Estes grupos sociais, para produzir sua subsistência e não possuindo terras, faziam roças migratórias, combinando extrativismo animal e vegetal (CAYRES, 1999).

Posteriormente, o período significativo deu-se entre as décadas de 1920 e 1960, onde as correntes migratórias dirigidas encontravam um traçado agrário fundado no patronato, centrado no baixo curso do rio. Esta porção constituía barreira natural contra a influência da Belém-Brasília. O patronato obrigou os migrante-camponeses a avançarem para o Alto Capim (ACEVEDO MARIN, 2007). Inicia-se, nesta fase, intensa exploração madeireira e desmatamento voltado para o plantio de pasto.

A ocupação antiga contrasta com a nova organização espacial imposta no vale do Capim. Assim, Paragominas, Ipixuna, Aurora do Pará e Concórdia do Pará passaram a ganhar fôlego político-territorial para uma possível (re)divisão territorial, então sob domínio de São Domingos do Capim. O que será realidade a partir 1965, com a criação de Paragominas (SEPOF, 2007).

À medida que a nova estrutura econômica desarticulava o modo de vida camponês, novas alternativas eram conduzidas pelos camponeses. Sob esta perspectiva, verificou-se a necessidade de se comercializar parte da produção. As roças foram ampliadas para suportar uma maior produção e vender o excedente.

No caso das comunidades capienses, a farinha adquiriu um valor cambial, transformando-se em produto de venda oriundo da produção camponesa. Na afirmativa de Cayres (1999) todo este conjunto de ameaças (fazendeiros, grileiros, Estado) à forma de organização social peculiar ao camponês, propiciou a formação de resistência para proteger o território e garantir a continuidade das atividades agro-extrativas, por meio de organização comunitária. A autora exemplifica isto através das comunidades rurais de Nazaré e de Quiandeuá, cujas associações foram fundadas em 1978 e, posteriormente, da comunidade de São Sebastião, na qual a associação foi fundada em 1980.

Cayres (1999, p. 98-99) chama atenção para o contexto da formação das comunidades e para as práticas estabelecidas pela Igreja Católica no Capim, a partir da década de 1980, o que acabou por fomentar a criação de uma espécie de “comunidade ausente de postura política”. Nela, o elemento agregador passou a ser o religioso, e não o político em si. Esta formação dispôs, para o Capim, a fragmentação nas relações inter-comunidades: as mesmas se tornaram então individualizadas, havendo, inclusive, a suspensão de tarefas coletivas, como para derrubar e brocar as roças, celebrar a irmandade e lutar pela posse da terra.

Cayres (1999) adverte que esta realidade emergida na década de 1980 motivou a discriminação contra grupos que não pertenciam à comunidade. Neste sentido, no final da década citada, verificou-se a fortificação dos sindicatos de trabalhadores rurais, e os camponeses conquistaram autonomia política, nestas associações.

Dos anos de 1990 até atualidade, no Capim, permeiam o agronegócio, as grandes produções de arroz e feijão e o aumento do desmatamento – gerado, sobretudo, a partir da intensificação das atividades madeireiras, carvoeiras, pecuárias, mineradoras e com o cultivo da soja.

A transformação do rio Capim em hidrovia é apresentada como necessidade para atender a circulação desta nova cadeia produtiva (ACEVEDO MARIN, 2007). Entretanto, isto implica, dentre tantos outros fatores negativos, em danos ambientais para o rio, como sua contaminação por produtos químicos (agrotóxicos e resíduos) descartados pelas mineradoras.

Somado a isto, há outro fator relevante com respeito às queimadas e ao desmatamento. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2008), no mês 06/2008, a distribuição da área de cobertura de nuvens, para o município de São Domingos do Capim era de 47%.

No que diz respeito ao processo de ocupação, na bacia do Capim, Lima (2007, p. 147) salienta que o mesmo ocorreu segundo os mesmos padrões ocorridos nas demais regiões amazônicas: até 1960, “com a concentração da população e atividades em poucos núcleos, organizando-se numa rede dentrítica, seguindo a geometria fluvial”, e depois de 1960, “inicia-se o processo de urbanização regional com a construção da rodovia Belém-Brasília e a política territorial do estado [...] decorrente das ações do Estado para incorporar o país ao capitalismo moderno”.

Neste trato da ocupação do Capim, dá-se ênfase para o uso dos recursos naturais para os atores sociais que deles se valem; É relevante ressaltar que, diante deste quadro de transformações histórico-espaciais, o camponês permanece na busca pela superação dos entraves em seu modo de vida, condicionado pelo uso dos recursos naturais e o uso coletivo do território.

Apesar da instauração de uma lógica de produção oposta, a lógica campesina mostra sua resistência às estratégias econômicas impostas, dentre as quais se destaca o uso comum dos recursos naturais. Sauá-Mirim, Taperinha e Nova Ipixuna são sinônimos deste contexto aqui traçado.

3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: MANEJO E USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS

3.1 FORMAS DIFERENCIADAS DE ARRANJOS NO USO DE RECURSOS COMUNS

Na atualidade, a discussão sobre o uso de recursos comuns adquiriu proporções fundadas no nível de degradação em que se encontram, pelas sociedades contemporâneas, em decorrência do seu uso excessivo. O recurso, seja de origem natural ou antrópica, terá formas variadas de uso. Podendo enquadrar-se em uso coletivo, uso privado ou uso por meio de co-gestão. Em um sentido de que a sociedade ou grupo social apresenta formas específicas de utilizar os recursos encontrados em seu território de vivência, como bem coletivo.

Uma das primeiras teses levantadas sobre esta temática partiu de Hardin (1968), no livro *a Tragédia dos comuns*. O dilema dos comuns propiciou questionamentos acerca da racionalização individual como contraponto à racionalização coletiva, no uso dos recursos. Hardin demonstrou que os recursos naturais de uso comum, como a atmosfera, os rios, os parques e os oceanos, estariam sentenciados a exaustão, por consequência do livre acesso aos mesmos, em decorrência de uma falta de regras de acesso.

Assim, entre agricultores, pescadores e pastores, ou seja, entre os usuários que manejam os recursos pelo livre acesso, haveria a maximização do uso e, como consequência, a degradação do mesmo. Para evitar esta situação limite, Hardin (1968) propôs a privatização dos recursos ou a transformação dos recursos comuns em bens públicos, em que o direito de regulação caberia às instituições geridas pelo Estado.

Neste contexto, sob tais regimes, com o acesso e o uso restritos e regulados evitar-se-ia o uso exaustivo dos recursos. Sendo assim, Hardin tornou-se empecilho ao regime de uso comum de recursos, o que acabou provocando críticas ao mesmo.

Outras contribuições teóricas, um tanto mais otimistas sobre o uso de recursos comuns, posteriores às de Hardin, demonstraram o sucesso na gestão coletiva de bens comuns, a partir da elaboração de regras, para garantir o acesso a todos. Compartilhando valores, Ostrom (1998) fundamenta-se na necessidade de se estabelecer regras e normas, criadas a partir de instituições⁸, que servem para coibir ou aplicar sanções aos indivíduos do grupo, como uma espécie de modelo de comportamento social pré-estabelecido.

⁸ Instituições, na definição de Ostrom apud Schmitz (2006, p. 10) “são um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias e a distribuição de benefícios”.

Segundo Ostrom (1998, p. 9), “regras podem melhorar a reciprocidade por fazer compromentimentos mútuos mais claros e concisos”. Para a definição de interesses comuns, a autora destaca que o comportamento do grupo de usuários, a estrutura do sistema de recursos, as regras de acesso para manejar o recurso e os resultados obtidos estruturam o corpo da teoria dos recursos comuns.

Mcken e Ostrom (1995) e Feeny et al. (2001), em contraposição ao dilema dos comuns, trabalham com o conceito de “propriedade comum”, apoiado em diferentes regimes de propriedade, de acordo com a concepção de cada autor.

O entendimento do conceito de “propriedade comum” parte da formulação de regras ou direitos instituídos, para organizar o manejo dos recursos de uma comunidade. Tais regimes de propriedade, na verdade, seriam os arranjos organizados por meio de instituições coletivas para uso, manejo e propriedade dos recursos naturais (TCHÉ, 2003 apud MCKEN, 2000).

Deve-se salientar que dentre os recursos de propriedade comum incluem-se os peixes, vida selvagem, águas superficiais, pastagens e florestas, como também recursos antrópicos utilizáveis (FEENY et al., 1990; OSTROM; WALKER, 1994).

Segundo Feeny et al. (1990), o regime de propriedade é uma categoria relevante para o estudo e compreensão do manejo de recursos comuns. Deve-se dar atenção aos arranjos institucionais que regulam o uso e acesso dos recursos. Neste sentido, o autor destaca duas características quanto à natureza dos recursos: a *excluibilidade* e a *subtraibilidade*, que correspondem, respectivamente, à dificuldade em se excluir usuários do uso de um bem e à quantidade de subtração de um usuário, em relação ao conjunto da comunidade, sobre a disponibilidade de um recurso.

Com relação ao direito de propriedade, Feeny et al. (1990) distinguem quatro categorias básicas:

- a) o acesso livre: quando não há direito de propriedade definido. Tornando-se sem regras, assim, o acesso aos recursos;
- b) a propriedade privada: o direito de acesso e o uso são individuais ou restritos a uma corporação;
- c) a propriedade comum: o acesso ao recurso é garantido por uma comunidade e seus usuários através de um código de regulação de uso, que possui o direito de excluir e/ou coibir o acesso de uso a outros usuários;
- d) a propriedade estatal: quando o acesso e uso são regulamentados pelo Estado.

Quanto ao espaço rural brasileiro, há a presença de todas as quatro categorias básicas de propriedade, no manejo dos recursos naturais, nas atividades extrativistas, em que os modelos podem se sobrepor, como na agricultura, na qual a produção camponesa deriva de regime de propriedade comum, e a nas empresas agropecuárias, que deriva de regime de propriedade privada. Neste sentido, a natureza individualista e concentradora da propriedade privada convive com o sistema de uso de recursos comuns de “populações tradicionais”⁹.

Estes grupos sociais adaptados ao ambiente desenvolveram estratégias políticas e econômicas para garantir sua permanência e sustentabilidade no território, por meio dos sistemas de uso comum. Para Godelier (1989, p. 110), “as formas de propriedade de um território são, pois, ao mesmo tempo, uma relação com a natureza e uma relação entre os homens”. Almeida (1989) evidencia o uso de recursos como estratégia de resistência de pescadores, artesãos, quilombolas, caboclos-ribeirinhos, que, pela organização e destino da produção, são considerados como populações camponesas. Para as quais Abromovay (1998, p. 130) considera que os laços locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social explicam as particularidades do campesinato.

O sistema de uso comum, diante das especificidades ambientais e históricas do território brasileiro, caracteriza-se por formas diferenciadas de organização do território. Esses camponeses impunham o uso comum não apenas como necessidade produtiva, mas também por razões políticas e pela necessidade de garantir a preservação do grupo.

Almeida (1989, p. 173) destaca o uso coletivo dos recursos, em áreas de colonização antiga ou recente, como meio de coesão e estratégia de sobrevivência de grupos sociais, excluídos da estrutura agrária, oficializada pelo Estado e pelo capital. Considerando que “os sistemas de uso comum tornaram-se essências para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso a terra, frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados”. Tornam-se, então, alvo do discurso do capital da agroindústria, que denomina estas “ocupações especiais” como áreas improdutivas (ALMEIDA, 1989; OLIVEIRA, 2004).

No vale do Jequitinhonha (MG) encontram-se as terras *soltas e largas*. Segundo Galizoni (2002), estas são glebas utilizadas para pastagem comunitária, coleta de frutos e plantas medicinais. Há ainda as *soltas familiares*, nas quais somente os membros de uma

⁹ O conceito de “população tradicional”, aqui trabalhado, partiu da interpretação de Almeida (2004a, p. 10), que o define como: “não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização”.

determinada família podem as utilizar, além das *soltas intercomunitárias*, quando é combinado seu uso por várias comunidades.

Esta região do estado de Minas Gerais possui graves problemas socioeconômicos, que, somados com as condições ambientais, tornam os recursos mais escassos, os quais são normalizados pela comunidade, que definem o consumo, a poupança e a gestão dos estoques de bens e recursos. Tendo a família como uma unidade de trabalho, produção e reprodução física e cultural, conseguem superar a debilidade econômica do Jequitinhonha (GALIZONI; RIBEIRO; SILVESTRE, 2004).

Correspondem a esta categoria de *terras soltas e largas*, com uso comum, voltadas para o manejo de pastos comunitários, outras áreas, como os fundos de pasto no norte do estado da Bahia ou como aquelas da pequena região de Massaroca, Juazeiro (BA). Estas “terras comuns” fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades rurais, integrantes do semi-árido nordestino. O pastoreio comunitário da vegetação natural assegurou a criação extensiva de caprinos, ovinos e, em menor grau, de bovinos, em que as raras parcelas de caatinga cercadas eram reservadas para a manipulação dos animais e para os cultivos alimentares anuais (milho, feijão, mandioca), praticados essencialmente para o autoconsumo, com rendimentos aleatórios (SABOURIN; MARINOZZI, 2001).

No entanto, no sertão nordestino surgiu uma dinâmica de apropriação individual com o cercamento de áreas até então utilizadas como *fundo de pasto* (GARCEZ, 1987). A reação das comunidades produtoras a esta dinâmica territorial evidencia-se através de estratégias institucionais, dando lugar a formas originais de gestão das áreas comuns. (SABOURIN; MARINOZZI, 2001).

O *fundo de pasto* é, portanto, na compreensão de Sabourin e Marinozzi (2001), um espaço aberto acessível a todos os membros da comunidade, para o uso coletivo de seus recursos naturais: pasto, corte de madeira, extrativismo de frutos e de mel e caça. Mais que uma propriedade coletiva, ele corresponde a uma ausência de propriedade e a um direito de uso generalizado, entre os membros de uma mesma comunidade, sobre os solos e sobre seus recursos naturais. Sendo norteados por práticas tradicionais de exploração coletiva de recursos naturais e pelo uso coletivo do território, pelas comunidades e seus familiares (GARCEZ, 1987).

Os *faxinais* representam outra estratégia de uso de terras com manejo coletivo de recursos naturais. São encontrados desde o começo do século XVIII, na região Centro-Sul do Paraná, sobretudo no âmbito da Floresta Araucária. Trata-se de pequenos povoados rurais,

com atividade silvo-pastoril em áreas comuns, além de realizarem uma policultura de subsistência. As áreas para criar e plantar são separadas por valos e cercas. Em um levantamento realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em 1994, existiam 121 faxinais. Hoje, no entanto, subsistem 44, regressão devida à pressão para a modernização do campo. O sistema faxinal foi regulamentado em lei, pelo Governo do Estado do Paraná, através do Decreto Estadual Nº. 3.446 de 1997, que conceitua o Sistema Faxinal da seguinte forma:

[...] entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas.

Mais do que um singular sistema agrosilvopastoril, o Sistema Faxinal é uma organização que promove a exploração da natureza de forma mais sustentável, com a associação das práticas de agricultura familiar e com as agroecológicas. A organização espacial do território Faxinal obedece a uma disposição das necessidades dos grupos sociais e à adaptabilidade ao ambiente natural. Seguindo uma ordem de uso do território e dos recursos naturais mediadas pela sincronia com técnicas de cultivo de baixo impacto ecológico, tal como está representado na ilustração abaixo:

Para os pescadores artesanais do alto-médio São Francisco, destaca-se o estudo de Tché (2003, p. 70-71) que demonstrou o modelo local de manejo dos recursos pesqueiros por meio de regras e instituições estabelecidas pela própria comunidade, segundo o qual os pescadores se auto-organizam para o manejo comunitário. O uso comum ocorre nos sítios¹⁰. Sendo que, para cada um destes sítios, existe um grupo de pescadores que tem direito de uso e acesso, em determinados horários. Estas mudanças derivam da proibição da pesca nas corredeiras realizadas em 1972, a qual contribuiu para o abandono da pesca, pelos pescadores mais antigos. Assim, os direitos de acesso e uso dos sítios passaram a ser dos pescadores mais jovens, consolidando, assim, um modelo que tornou mais restrito o uso e o acesso aos sítios. Desta forma, para os pescadores sem acesso aos sítios, restou a posição de “aguardar”, pois só possuem direito de pescar nas corredeiras quando são acompanhados por um dos donos do sítio. Portando-se, na pesca, atrás do dono e só tendo direito de colher os peixes que escaparam das investidas daqueles.

¹⁰ Classificação segundo a qual os pescadores se referendam as corredeiras.

Na Amazônia, o uso de recursos comuns é praticado por diferentes segmentos das “populações tradicionais”, sendo encontrado entre índios, seringueiros, caboclos-ribeirinhos, pescadores e quilombolas. Almeida (1989) cita o exemplo dos campos marajoaras ou pastos comuns utilizados na criação de reses em terras soltas. Entre as populações camponesas amazônicas, a partir de observações e experimentações, desenvolve-se um extenso conhecimento dos processos naturais (DESCOLA, 1990; POSEY; ANDERSON, 1990). O uso de recursos comuns compreende formas diversas de manejo responsáveis por relações sustentáveis com o ecossistema. Assim sendo, são extensas as relações construídas com a natureza pelas populações rurais amazônicas.

Entre os quilombolas de São José do Açaiteua, no município de Irituia (PA), o uso comum, caracterizado pela comunhão do trabalho com a família ou parentes, é uma prática corrente, em que se destacam a coleta de frutas (como o açaí), a extração de madeira e os mutirões para limpar os roçados. A produção de farinha é a atividade agrícola mais intensa do grupo, em que uma parte é reservada para o consumo e outra é destinada para a venda, que cobre as despesas da casa.

Nas populações quilombolas é quase uma regra o uso coletivo de recursos, em decorrência das estratégias de domínio do território. O modelo comunitário de acesso aos recursos naturais é gerador de formas socialmente mais equitativas de vida, ao mesmo tempo em que tece um conjunto de redes sociais intra-comunidade e extra-comunidade (SCOLES, 2005).

No médio Solimões, Oliveira e Cunha (2002) ilustram o manejo de lagos, juntamente com suas áreas de várzea e de terra-firme. Estas iniciativas de preservação de lagos (assim como experiências similares existentes em outras regiões de várzea do rio Amazonas) possuem muitas características clássicas da ação coletiva voltada para a regulação do acesso e do uso de recursos naturais, apropriados comunitariamente. Portanto, na Amazônia, práticas de uso de recursos comuns, em territórios coletivos, repassadas pelas populações tradicionais, cujas estratégias de reprodução social estão ligadas às atividades extrativas, comprovam a eficácia do modelo sustentável e, ao mesmo tempo, exemplificam sob variadas formas de organização e de controle do território, o uso comum. Contrariando, assim, a tese dos grandes proprietários fundiários acerca da ineficácia do modo de produzir camponês e, a hipótese pessimista da “Tragédia dos comuns”, de Hardin (DIEGUES, 2000; SCHMITZ; MOTA; SILVA, 2006).

3.2 ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS: PARENTESCO E HERANÇA

O espaço geográfico das populações quilombolas deve ser analisado a partir das relações e interações entre os atores sociais e destes com a natureza, inclusive quanto à influência da dinâmica externa destes grupos sociais, que ficam em seu entorno, forjando a territorialização. Deste modo, estes grupos manifestam poder e controle sobre o território.

Neste processo de expor a territorialidade, os camponeses se valem de várias estratégias para garantir a sucessão da posse da terra para suas gerações futuras, juntamente com os demais recursos naturais que lhe cabe. Além de construírem redes de parentesco, consanguíneo ou sustentado por laços culturais ou religiosos.

As estratégias que conduzem o parentesco e a herança, nos grupos de camponeses, estão associadas ao modo de vida de cada grupo. Sendo assim, não existe uma regra de comportamento geral, as especificidades são regidas de acordo com tempo e lugar, ou melhor, com o contexto. Neste sentido, Wolf (1976), em *Sociedades camponesas*, chama atenção para os elementos característicos das sociedades camponesas. Para este autor, eles variam de acordo com a realidade a qual estão inseridos os diferentes grupos. Tais formas particulares permitem identificar e compreender os diversos grupos, seus respectivos modos de vida, carregados de particularidades. Assim, redes de parentesco e compadrio, formas de reciprocidade, padrões de herança, casamento e residência afetam a composição e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e permitem a existência da unidade familiar (WOLF, 1976; WOORTMANN, 2001).

Dentre as características da composição dos grupos domésticos, fundamentais na organização camponesa, merecem destaque, aqui, a herança e o parentesco, renegados em detrimento das análises centradas na discussão e conceituação das relações trabalho: se a economia camponesa é ou não é capitalista. Considera-se, ainda, que estas análises são importantes, todavia, não permitem desnudar o mundo camponês. Diante disto, as relações de parentesco e herança, traçadas nas abordagens de Woortmann (1995) e Wolf (1976), são importantes e centrais para a organização camponesa.

Wolf (1976, p. 103) reconhece que o processo de sucessão e herança é controlado pela família. Identificando nos grupos domésticos camponeses dois sistemas de herança: o primeiro garante o espólio a um único herdeiro, que pode ser o primogênito, o caçula ou o solteiro, apontado pelo chefe da família. O segundo determina a herança a mais de um herdeiro, sendo que um é beneficiado com a parte produtiva da herança e os demais recebem posições subordinadas. Um elemento diferenciador, contido no segundo sistema de herança,

envolve a garantia que outorga recursos para as novas gerações, sob a forma de parte da propriedade ou de benefícios. Recursos, que na interpretação de Wolf, compreendem ambiente, patrimônio e cultura.

Wolf (1976) defende que os sistemas de herança estão atrelados a dois contextos, responsáveis por suas diferenciações: 1) o ecológico, relação entre tecnologia e ambiente; 2) e o contexto social hierárquico, que se refere à relação com outro grupo doméstico e aos mecanismos das instituições econômicas e políticas. Assim, herança com partilha ou sem partilha, na concepção de Wolf, é fruto de contextos diferenciados, como também produz conseqüências diferenciadas.

Woortmann (1995, p. 15), em *Herdeiros, parentes e compadres*, argumenta sobre a existência de dois sistemas de herança, em dois grupos de camponeses, em regiões distintas do Brasil: no Nordeste e no Sul. Woortmann (1995, p. 15), argumentando sobre o estudo do parentesco, salienta que:

[...] é diferente: privilegio as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, pois pouco me ocupo dessas unidades enquanto produtoras ou consumidoras, e muito me ocupo no que diz respeito a seus valores. Em outras palavras, busco compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco.

Para Woortmann (1995), o parentesco está intimamente ligado ao modo de vida camponês. Tal como a terra é a base para a reprodução social, as relações de parentesco garantem a sua condição social. A autora cita o exemplo dos processos migratórios nas populações camponesas, ao explicar que tais deslocamentos podem acontecer em função da limitação do território e da pressão demográfica. Foi observada por Woortmann, no Nordeste brasileiro, a formação camponesa organizada a partir de princípios de parentesco. Neste grupo, era comum a presença de casais sem filhos, devido a esta circunstância, o casal sem filhos recebia seus afilhados para trabalhar em seu sítio (do padrinho). Deste modo, os afilhados passavam a ser herdeiros do padrinho, perdendo, assim, seu direito de herança no sítio do pai. Sob este aspecto, conclui-se que a garantia ao direito à herança era o trabalho, e não o parentesco em si.

Outro caso de herança e parentesco, apresentado por Woortmann (1995), é o dos colonos teuto-brasileiros, há de se diferenciar dois casos: 1) na condição de imigrantes; 2) e de colonos em terras brasileiras. No primeiro caso, os imigrantes, na lógica do parentesco e herança, são filhos não-herdeiros. Como conseqüência da unigenitura, eles teriam que abdicar,

em nome da lógica de reprodução camponesa, sendo assim, a imigração compunha uma estratégia frente às limitações das posses territoriais.

No segundo caso, enquanto colono brasileiro, a lógica alemã se reproduziu em solo tropical: não há partilha, só um filho herda o espólio do pai, a partir do casamento. Os demais irmãos são condenados ao celibato ou retirar-se da casa da família, agora composta pelo filho herdeiro, sua esposa, os irmãos solteiros, não formando, no entanto, uma família nuclear, devido à presença dos irmãos solteiros em casa. A escolha pelo herdeiro recai sobre o pai, que tanto pode ser o primogênito ou o caçula.

Esta opção dos grupos de camponeses teuto-brasileiros está relacionada à disposição de terras, no século XIX, na região Sul, que obrigava os filhos não-herdeiros a povoarem outras áreas. Repetindo-se, então, o modelo de herança e parentesco trazidos pelos genitores, adotando-os (WOORTMANN, 1995, WOLF, 1976).

Outro sistema de herança e parentesco, que foi estudado por Galizoni (2000) no alto Jequitinhonha, revelou que sua organização espacial é tecida pela fragmentação em pequenas glebas. Galizoni aponta como causas desta fragmentação a pressão demográfica, o desmatamento, a degradação do solo e a escassez de água. Diante deste contexto, faz-se necessário entender o ajuste feito pela população rural local ao meio, que partiu da estruturação de relações de parentesco, em que o trabalho que legitima o domínio sobre a terra.

A herança, no alto Jequitinhonha, configurada em pequenas parcelas de terrenos, são reuniões de heranças diversas, oriundas dos pais do casal. Todavia, a posse não forma uma única gleba, e sim a dispersa pelo território. Uma das explicações de Galizoni (2000) dá-se em decorrência da socialização do ônus das restrições ambientais: a divisão permite que a família fique com posse tanto nas áreas férteis, como também em locais degradados.

O casamento, no alto Jequitinhonha, é a forma de construir e concretizar a herança. A princípio todos os irmãos, netos e bisnetos têm direitos iguais a terra. O que vai definir os herdeiros serão as relações no interior da família (casamento, trabalho e ambiente) e a conjuntura externa (processo de acumulação e migração). Estes dois processos, internos e externos, definirão a trajetória do herdeiro ou do migrante. Galizoni (2000) atentou para a existência de dois tipos de herdeiros: os efetivos e os potenciais. Um herdeiro potencial pode tornar-se efetivo pelo matrimônio e reentrar novamente no sistema de herança. O parentesco garante o acesso a terra, mas o que define o direito sobre a mesma é o trabalho.

Na Amazônia, entre os seringueiros de Rondônia, a sucessão pela herança tem no parentesco um fator decisivo. Wawzniak (2003) analisa um sistema de transmissão de herança

na reserva extrativista de Ouro Preto, no município de Guajará-Mirim, faz-se necessário, no entanto, esclarecer a característica ambiental do território da reserva, dada a natureza da atividade extrativa, que requer um número mínimo de árvores no manejo para extração do látex, para que se compense o consumo familiar, devendo-se, assim, garantir áreas de mata virgem e áreas com capoeiras, para cultivo de novas roças. Deste modo, o sistema de herança deve contemplar a conservação do ecossistema, na atualidade, e permitir condições de uso dos recursos para os descendentes.

No caso das estradas de seringa, são consideradas propriedades da “nação”. A sucessão ocorre pelo direito de uso, que possibilitará aos herdeiros seu manejo. Quanto aos espaços de capoeira e roças, a casa familiar e a casa de farinha, estes bens podem ficar para os filhos e a esposa. Isto é algo novo no mundo dos seringueiros em reserva, que agora podem deixar herança material. Antes da criação da reserva, o seringueiro só deixava de herança o saber: “a ciência da seringa”. A colocação do pai é herdada pelo filho caçula. Os filhos mais velhos deixam a casa familiar pela migração ou assumem outra colocação. Assim, o filho caçula, que fica em casa e ampara o pai na velhice, é que tem direito na colocação do pai (WAWZNIAK, 2003, p. 83).

Outra situação ilustrada por Wawzniak é o processo de sucessão quando o pai ainda está vivo, porém sem condições de trabalhar, devido à idade avançada ou à falta de condições físicas, em que um filho, solteiro ou casado, assume o controle da colocação do pai e das responsabilidades pela conta da casa, junto aos comerciantes locais. Verifica-se, nesse ponto, que a herança é repassada antes da morte do pai (WAWZNIAK, 2003, p. 84).

Quanto às mulheres oriundas das famílias de seringueiros com recursos financeiros, elas eram enviadas para estudar na casa de parentes, em Guajará-Mirim. Muitas trabalhavam como empregadas domésticas, passando a adquirir outro modo de vida. Poderiam ser consideradas como espécie de dote, pois eram excluídas da herança. Além de serem preteridas no casamento pelos homens do seringal, em razão de não se adaptarem à vida no seringal.

Entre as opções de herança, listadas no seringal de Ouro Preto, observadas por Wawzniak (2003), destaca-se que é a família que opta pela forma mais viável da reprodução do grupo, diante da inviabilidade de partilha igualitária, processos sucessórios, emergem para dar conta da manutenção do grupo e da sustentabilidade do ecossistema.

De acordo com os vários processos de sucessão e de parentesco, constituídos por grupos de camponeses, em ambientes diferenciados, percebe-se a lógica camponesa permeada por processos de herança e de constituição do parentesco. Tal como afirma Woortmann

(1995), os padrões de herança podem variar e nem sempre refletem uma tradição camponesa. De forma geral, a herança está atrelada a parentesco.

Thompson (1979 apud WAWZNIAK, 2003), ao observar os sistemas de transmissão na Inglaterra, defende que as práticas hereditárias podem ser explicadas a partir do tecido social e das relações contidas em seu interior. Em qualquer sistema de herança, a propriedade, em si, não é, necessariamente, o único bem (material ou imaterial) a ser transmitido.

Diante disto, o objeto herança é permeado por sistemas de conduta, moral e valores, que envolvem a transmissão de modos de vida singulares, todavia, em constantes relação e interação.

Neste sentido, a transmissão da herança não é completa, caso o patrimônio e/ou conhecimento que vai permitir apropriar-se dos recursos naturais, pelo trabalho, recebidos pelo herdeiro não sejam guiados por relações e interações, entre os homens e com a natureza, respectivamente, norteados pela sustentabilidade.

3.3 ACESSO À TERRA E ENTRAVES LEGAIS

Os quilombos mesmo tendo características étnicas que os diferem das demais “populações tradicionais”, possuem atividades campesinas ligadas à exploração dos recursos da floresta, com regras de uso comum, orientadas segundo uma perspectiva de conservação da natureza. Situando esta problemática historicamente, contextualizando-a, há a necessidade de atentar para a cronologia da distribuição de terras que, no Brasil, sempre esteve relacionada a uma estrutura agrária forjada em um ideário de proteção elitista, favorecendo, assim, a manutenção do domínio privado da terra. Portanto, desde o período colonial, com a adoção das sesmarias e das capitânicas hereditárias, veta-se, por exclusão, por meio de impedimentos legais ou por valores monetários atribuídos a terra, a posse para os pequenos colonos.

A estrutura agrária ganha amarras para garantir o domínio de poucos proprietários. Isto é perceptível com a Lei de Terras, de 1850, que cumpre seu objetivo ao coibir o acesso à posse da terra aos ex-escravos e aos indígenas e, ao instaurar a aquisição das terras devolutas por meio da venda. Com igual impacto cria, então, o mercado de terras.

Posteriormente, cria-se o Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, como obra de uma modernização conservadora do Estado. Traz políticas de financiamento de insumos e implementos. Objetiva transformar antigos latifúndios em empresas rurais modernas e capitalistas, ao invés de uma ampla distribuição de títulos de propriedade, como ressalta

Gonçalves (1989, p. 326). Esta atmosfera reformista coloca em pauta o temor de uma revolução camponesa. Assim, o Estatuto Terra coloca limites para a posse dos povos tradicionais e atribui razões legais para a grande propriedade.

As “populações tradicionais”, aliadas do núcleo dinâmico da economia nacional, refugiaram-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais eram abundantes, possibilitando, assim, a sobrevivência e a reprodução de um modelo sócio-cultural de ocupação do espaço e de um modelo de exploração dos recursos naturais, determinadas pelas variantes ambientais e históricas (ARRUDA, 1999).

O uso comum de recursos e propriedade coletiva são conceitos ausentes nos textos constitucionais. Deixando à margem grande soma de populações, com destaque para às da Amazônia. Somente com a Carta Constitucional de 1988, em que, pressionado pela força dos movimentos sociais, o Estado admite constitucionalmente a classificação "populações tradicionais". Ganha destaque o Art. 68, que considera o direito de "propriedade definitiva" às populações quilombolas e não mais o teor de "tutela", usada para os povos indígenas. Segundo Almeida (2004a, p. 10), as duas modalidades de uso da terra são consideradas como "terras tradicionalmente ocupadas", que considera que este conceito expressa, então, "uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos naturais".

De igual característica são consideradas "terras tradicionalmente ocupadas", as áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, para a pequena agricultura e para o pastoreio (ALMEIDA, 2004a, p. 11). Desse modo, como procedência dos direitos territoriais conquistados pelas populações indígenas e quilombolas, abre-se precedente para que as demais etnias reivindiquem seus direitos legais de posse. Apesar de existir um corpo jurídico legitimando, o domínio destes grupos étnicos ainda é muito distante de uma aplicabilidade efetiva.

Os movimentos sociais, como a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Movimento de Fundo de Pastos (MFP), dentre outros surgidos na década de 1990, foram responsáveis pelos novos adendos jurídicos que permitiram maior clareza quanto ao conceito de "terras tradicionalmente ocupadas". Assim como também, o de "populações tradicionais". Os decretos posteriores à Constituição (1988) ampliaram estes termos, dando-lhes maior potencialidade jurídica.

Deste longo e penoso processo, teve resultado o Decreto Legislativo Nº. 143/2002, assinado pelo presidente do Senado Federal, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o qual reforça como critério fundamental os elementos de auto-identificação e dominialidade, tal como reza o Art. 14: "Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam". As novas territorialidades, surgidas a partir da desagregação dos *plantations* algodoeiro e açucareiro, conquistam espaço neste artigo. O discurso legal representa um avanço, ao aceitar a auto-identificação dos grupos sociais e o reconhecimento de posse das terras desde o período colonial.

Mesmo diante da evolução da legislação, exposta sinteticamente aqui, sobre as terras tradicionalmente ocupadas, apesar de saber que o caráter empregado ao termo foi modificado pela luta dos movimentos sociais, existe tensão para efetivar os direitos concedidos a estas populações.

Estas tensões são reflexos da estrutura agrária moldada no espaço rural brasileiro, resultante da expansão do capitalismo no campo (MARTINS, 1979, p. 177). Desta forma, a conquista legal das populações tradicionais significa um empecilho à ampliação da agroindústria. Portanto, em um mercado em que os *commodities* agrícolas vêm ganhando valor, a posse das populações tradicionais se apresenta como entrave ao desenvolvimento do país. Daí a necessidade de ser duramente combatida, na Constituinte, pelos grupos ruralistas.

Maior clareza é apresentada no Decreto Nº. 6.040, de 2007, no qual se observou uma abrangência no significado de “povos”, “comunidades tradicionais” e “territórios tradicionais”. A mutabilidade destes termos agrega concepções sobre etnicidade, apoiada na compreensão de Barth (1976), segundo o qual o auto-reconhecimento emerge da relação com os demais grupos sociais, ao delimitar a identidade étnica do grupo ao qual pertence.

No parágrafo I, do Decreto 6040, é reconhecida a identidade étnica como elemento diferenciador do grupo. Exposto abaixo:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Este reconhecimento por marcadores culturais autóctones é constituído pelo caráter tênue na fronteira cultural entre os grupos. As identidades se reforçam ou se refazem na medida em que o estranhamento com o outro é estabelecido. O Decreto 6040 dispõe também,

no parágrafo II, sobre o território tradicional, lugar da reprodução do grupo, o qual prediz que: "II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]".

Segundo Almeida (2004b), ao percorrer a trajetória acerca das disposições legais usadas para adjetivar as populações tradicionais e o território de usufruto, percebe-se a mudança ocorrida na sociedade brasileira, mediante a emergência de movimentos sociais reivindicatórios. A legislação foi compelida às mudanças, entretanto, a aplicabilidade da lei não acompanhou as substituições conceituais do termo "tradicional", verificando-se, sobretudo no espaço rural, de forma efetiva, uma timidez nos efeitos dos decretos, em favor dos direitos destas comunidades.

Aliás, este contexto, contra a permanência das populações tradicionais em seus territórios é sustentado pela expansão da agropecuária, sobretudo a partir da década de 1960. O volume de incentivos públicos para a produção agrícola acentuou o caráter privatista e a natureza latifundiária do meio rural brasileiro (OLIVEIRA, 2001). Antagonicamente, a expansão da propriedade privada coincidiu com a fortificação do movimento camponês, que, para Ribeiro e Galizoni (2000), levou à reavaliação, redescoberta e revalorização de suas formas de domínio fundiário, de seus regimes de gestão dos recursos e de suas diversas manifestações de culturas locais.

Neste variado conjunto de grupos sociais, a identidade do camponês torna-se um elemento comum, independente da paisagem natural ou identidade étnica, ao qual está inserido. A família é a unidade de trabalho, de produção e de reprodução física e cultural, assim, oferece um panorama da complexidade dos aspectos econômicos, sociais e culturais que permeiam estas populações.

4 MEMÓRIAS DO TERRITÓRIO

4.1 O LUGAR

Sob o contexto distinto dos rios, atenta-se que na Região Amazônica existem diversos ecossistemas, sejam eles de natureza terrestre, sejam de natureza hídrica, dos quais os seres humanos fizeram ou fazem uso. Dentro do conjunto hídrico, merece destaque a notoriedade dos rios que invadem a floresta, os quais são utilizados como caminhos naturais pelas populações locais, estendendo-se historicamente, inclusive, a função de fonte alimentícia, de refúgio, de sobrevivência, de lazer, de turismo etc.

A bacia hidrográfica, assim sendo, possui expressiva importância antes mesmo da ocupação colonial. Foi a partir da composição peculiar da rede dendrítica amazônica que foi caracterizada a fase “rio-várzea-floresta”, apresentada por Gonçalves (2004), para a região.

Sob esta perspectiva, Loureiro (1995, p. 121) indica a relação entre o rio e os povos da floresta amazônica:

Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcionais. [...] conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional. Deles dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade [...].

Lima (2007, p. 187), ao tratar dos usos múltiplos das águas, na bacia do rio Capim, salienta que os mesmos “são caracterizados por atender a expansão da agricultura, os processos industriais de minério, as atividades produtivas, bem como a população em geral”. Considerando que, tal como usualmente ocorre em comunidades ribeirinhas, suas águas também podem ser utilizadas para: transporte (passageiros e mercadorias); incremento da economia doméstica e alimentar (pesca); lazer (áreas informais e formais); uso dos animais; abastecimento doméstico das populações rurais e urbanas. As águas, além, das funções citadas, também possuem a função de depositária dos dejetos humanos, uma vez que o tratamento de esgoto é precário ou incipiente. Quanto à navegação, na atualidade, Lima (2007, p. 191) constata que:

[...] o escoamento da produção dos municípios componentes da bacia do rio Capim é feito por rodovias e pelos rios, estes últimos considerados como vias tradicionais na região. A navegação do rio Capim é utilizada como apoio às atividades agrícolas e pecuárias, tendo em vista a grande quantidade de fazendas dedicadas à criação bovina; seu histórico indica que desde épocas bem anteriores já era amplamente

utilizado como via de transporte, por pequenas embarcações para transportes de passageiros e para abastecimento das populações dispersas ao longo do rio.

Como componente da bacia hidrográfica paraense, o rio Capim, afluente da margem esquerda do rio Guamá, desloca-se pelo Nordeste Paraense e possui significativa influência na Microrregião Guamaense. O rio Capim estende-se por 600 km, sendo navegável em apenas 200 km deste curso. É utilizado atualmente como via de circulação para o transporte de diversos produtos, como a produção de caulim e bauxita, explorada no curso alto do rio, ou para o transporte da produção camponesa ou dos produtos florestais, destinadas do baixo Capim. Também se atenta, assim como os demais rios amazônicos, à sua função como caminho natural, para o trânsito de pessoas, e ao fato de ser fundamental para a população, a fauna e a flora, como fonte e mantenedores do ecossistema local.

O rio Capim percorre 7 municípios: São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará (no baixo-médio rio Capim), e Paragominas, Goianésia do Pará, Rondon do Pará e Dom Eliseu, no alto rio Capim (LIMA, 2007, p. 144).

A nascente do rio localiza-se nos contrafortes da serra dos Coroados, em Rondon do Pará, no sudeste do estado do Pará, apresentando meandros com fortes curvas, principal característica de um rio de planície. Na bacia do rio Capim, os principais afluentes são os rios: Surubim, Arurandeuá, Camaoi e Igarapé Grande. De acordo com a topografia que permeia o curso do rio, evidenciam-se duas paisagens diferenciadas: a do baixo rio Capim e a do alto rio Capim, assim identificado pelos camponeses locais.

O baixo rio Capim margeia os municípios de Ipixuna do Pará, Aurora do Pará e São Domingos do Capim. As margens deste curso são baixas e alagadiças, constituídas por campos. Dentre as espécies vegetais observadas destacam-se mururé, piquiarana, apês, açai, e espécies emergentes como a aninga.

Na porção do alto rio Capim, encontram-se os municípios de Paragominas, Goianésia do Pará, Rondon do Pará e Dom Eliseu. O relevo do terreno acentua a margem de um lado do rio e rebaixa a outra. A presença de janari domina a vegetação do alto rio Capim, além da acapurana.

A área desta pesquisa localiza-se no baixo rio Capim, no domínio territorial do município de São Domingos do Capim; especificamente nas comunidades de Sauá-Mirim, Nova Ipixuna e Taperinha (Mapa 1). Observa-se que 83,22% do território de São Domingos do Capim estão dentro da bacia do rio Capim (LIMA, 2007, p. 138).

As comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim localizam-se no sudeste do município de São Domingos do Capim, com uma extensão territorial de 759 hectares, apresentam os seguintes limites geográficos: ao norte, com o rio Capim; ao sul, com a fazenda do senhor Mazinho; ao oeste, com a propriedade do senhor Estanislau Cerqueira da Luz; a leste, com o rio Capim. O acesso a estas comunidades dá-se por três meios: terrestre; terrestre e fluvial; fluvial.

O acesso pode ocorrer por várias vias. Partindo-se de Belém, pela BR-316, segue-se até Santa Maria do Pará. Adentrando-se, pela BR-010, ao município de Mãe do Rio. Este percurso possui duração de 3h30min de ônibus. Em seguida, percorre-se pela PA-252 até à margem do rio Capim, em um tempo de 15 minutos, no táxi coletivo. Chegando-se ao porto da balsa ou DER (Departamento de Estradas e Rodagens), que fica em um trecho do rio Capim, entre os limites de Concórdia do Pará e Aurora do Pará¹¹. Neste trecho, o acesso é por via fluvial, com uma duração de 40 minutos de barco.

Outro itinerário é o que parte da cidade de São Domingos do Capim, via rio Capim. Sendo que de barco até estas comunidades leva-se 5 horas de viagem. Uma terceira via de acesso, em transporte particular, utiliza-se o trecho anterior (até a balsa), depois se atravessa o Capim, seguindo pela PA-252. Depois da localidade de Benevides, segue-se por um ramal até a Taperinha ou Nova Ipixuna. Este percurso possui duração de 3h30min.

Tabela 1 - Vias de acesso para as comunidades de Sauá-Mirim, Nova Ipixuna e Taperinha

SAÍDA	MODO DE ACESSO	CHEGADA	TEMPO APROX. (HORAS)
São Domingos do Capim	Fluvial: rio Capim	Taperinha/Sauá-Mirim/Nova Ipixuna	5h
Belém	Terrestre: BR-316/BR-010/PA-252 Fluvial: rio Capim	Mãe do Rio/ DER/Nova Ipixuna/Sauá-Mirim/Taperinha	4h25min
Belém	Terrestre: BR-316/BR-010/PA-252/Ramal.	DER/Nova Ipixuna/Taperinha	3h30min

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

A possibilidade de acesso para esses povoados localizados nos trechos do alto e baixo rio Capim cresceu sobremaneira com a abertura da BR-010 (Belém-Brasília). Anteriormente, a circulação das comunidades da margem do rio Capim com a capital do

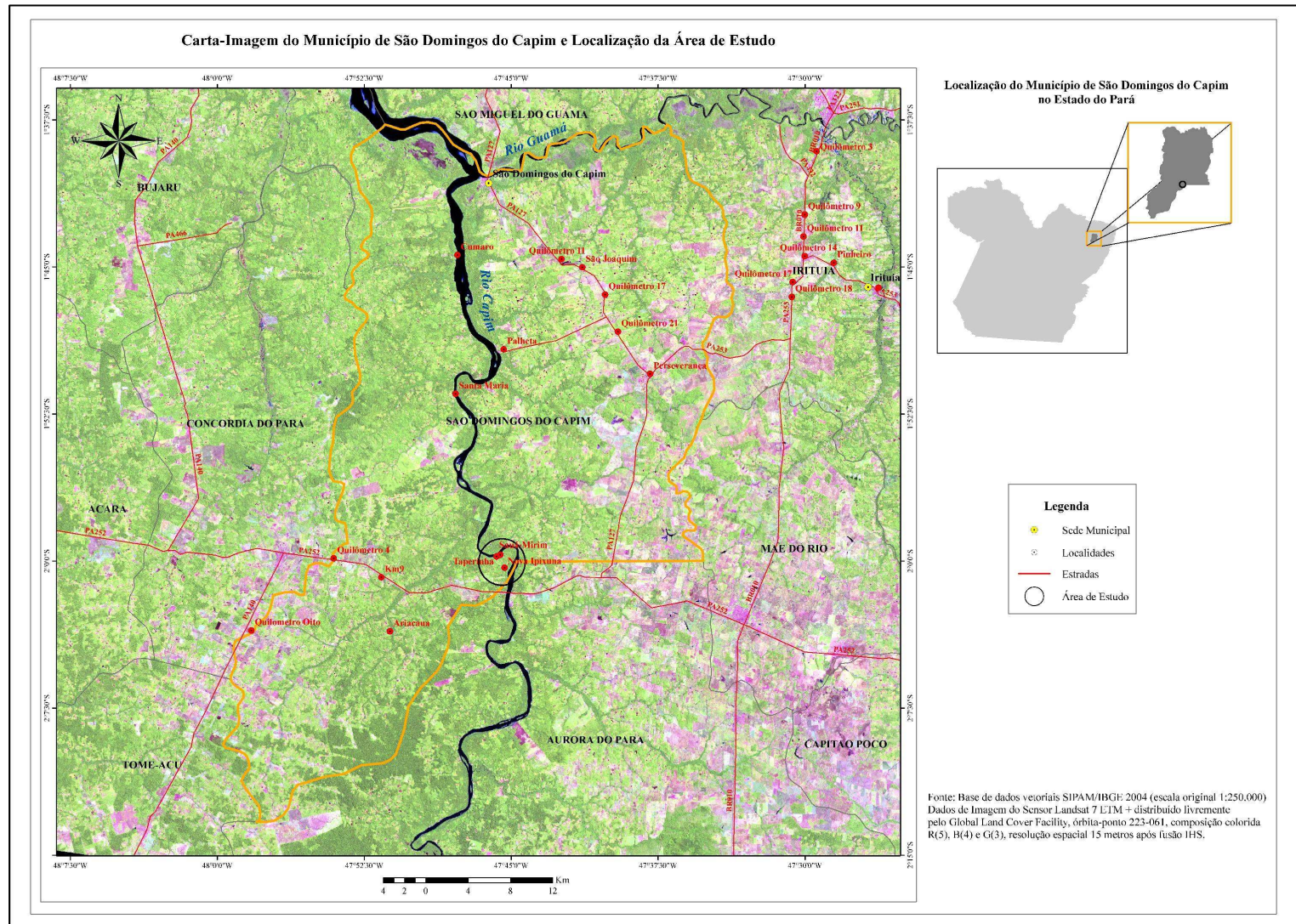
¹¹ Localmente, quando se fala em DER, remete-se a este porto, que antigamente serviu de entreposto para o extinto Departamento de Estradas e Rodagens.

estado (Belém), dava-se pela via fluvial. Os municípios que compreendem a zona guamaense, na porção capiense, passavam por um problemático isolamento, devido às dificuldades em seu acesso. Por outro lado, com a construção de rodovias estaduais que cortam o rio Capim, posteriores à BR-010, houve significativas mudanças na paisagem, como a pressão demográfica sobre o vale do Capim que, conseqüentemente, acarretou o afloramento de novos municípios e povoados.

As condições climáticas do município de São Domingos do Capim, segundo a classificação de Köppen (1948), enquadram-se no subtipo climático AM, denominado Clima Tropical de Monção, que apresenta uma estação seca moderada, com um período de, no mínimo, um mês de precipitação média inferior a 60mm.

Segundo observações realizadas por Lima (2007, p. 125), há uma variação nos valores de precipitação no curso do rio Capim: a precipitação aumenta do baixo Capim em direção a foz, apresentando deficiência no sentido da nascente. Assim, o baixo Capim apresenta maior valor de precipitação e menor período de estiagem. Os meses de maior índice pluviométrico (inverno) em Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim são janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho. Os meses de menor índice pluviométrico ou menos chuvoso (verão) são julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro (Pesquisa de campo, 2007).

A carta imagem (Mapa 01) demonstra uma leitura espacial do trajeto do rio Capim, os diversos municípios que acompanham o curso do rio, e, especificamente, a delimitação territorial do município de São Domingos do Capim, com ênfase no meandro em que repousam as comunidades em estudo. A carta oferece uma distinção entre as áreas verdes e o avanço do desmatamento nas proximidades das rodovias estaduais (PA).



Mapa 1 – Carta-imagem do município de São Domingos do Capim e localização da área de estudo

Fonte: Base de dados vetoriais SIPAM/IBGE (2004)

4.2 TOPONÍMIA DE TAPERINHA, NOVA IPIXUNA E SAUÁ-MIRIM

A formação das povoações nas margens do rio Capim é remontada, sobretudo, ao período de colonização da Amazônia, nos séculos XIX e XX, tal como foi exposto. Para Acevedo Marin (2007, p. 6), “[...] várias colônias do médio Capim têm história que se entrecruzam nas experiências de ocupação de fins do século XIX e primeira metade do século XX”. A povoação no médio e do baixo rio Capim é anterior ao avanço das frentes madeireira e pecuarista, da metade do século XX.

Como parte desse universo camponês, as localidades de Nova Ipixuna, Taperinha e Sauá-Mirim, situadas no Baixo Capim e focalizadas neste trabalho (Mapa 1) entrelaçam-se aos domínios territoriais, às estratégias de reprodução social e constituem um universo particular, dentre as várias comunidades que margeiam este rio.

O território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos, encontra-se imbricado de um tecido social, uma organização complexa feita por laços que ultrapassam os meros atributos naturais. Na concepção de Von Meyer (1998), o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Referendando, assim, diferentes tempos e espaços materializados no território, estas premissas permitem, inclusive, atentar para as narrativas expostas pelos atores sociais do Capim, como sendo base de informação importante à reconstrução do território das comunidades, no caso, de Nova Ipixuna, Taperinha e Sauá-Mirim.

Estes personagens ou atores sociais compõem um círculo que entrelaça parentesco, trabalho, cultura, tempo e espaço. Identificados como os “mais velhos”, os interlocutores desta pesquisa possuem um passado comum, materializado na memória coletiva. Condição essa que permite associar à construção de um elo entre a identidade e o sentimento de pertença, em um grupo. A memória coletiva, aqui, é entendida no sentido analisado por Halbwachs (2006), em que todas as lembranças são construídas no interior de um grupo e de que a memória é uma construção social.

Ao seguir o enredo da memória contada ou narrada, os acontecimentos passados vão se estruturando na medida em que eram despertados nomes, datas, nascimentos, falecimentos etc. Assim como os fenômenos da natureza remontam ao passado - as entrevistas realizadas no final de tarde eram sempre acompanhadas de chuva e regadas com café - as lembranças emergentes no presente voltam-se aos acontecimentos vividos, com destaque, aqui, no período chuvoso, em uma experiência particular da memória deste grupo. Associado a isto, também se tornou presente o café, o cheiro, o paladar, a infância, de forma muitas vezes

involuntária. Haja vista que o café da tarde, no Capim, não é somente um momento do lanche vespertino, sendo sinônimo também do “tempo da conversa”.

Este exercício proustiano, tal como no episódio *De la petite madeleine*, em que o biscoito saboreado levou a recordações da infância, o café e a chuva, no Capim, permitem “tocar” as lembranças, percorrem o território, recriam os lugares, relembram a fartura de recursos naturais. Sendo assim, o universo das lembranças narradas é desencadeado pelos sentidos presentes, tal como é contemplado na seguinte afirmação de Proust:

Mas quando mais nada subsistisse de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas – sozinhos, mais frágeis, porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis – o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação (PROUST, 1983, p. 45-47).

A memória, mesmo tendo seu caráter ora mais individual ora mais coletivo, está sujeita aos elementos que desencadeiam ou afloram acontecimentos vividos, passados. Ao entrar em contato com tais “estimuladores”, no caso específico do café e da chuva, o sujeito expõe um conjunto de informações que normalmente ultrapassa as expectativas de um roteiro pré-estabelecido. As lembranças se deslocam da penumbra que abriga a memória e encontram, no presente, o sentido de coisas e fatos reproduzidos pelo grupo.

A lembrança, para Halbwachs (2006, p. 76), “é uma imagem engajada em outras imagens”. Com essa assertiva, o autor revela que as lembranças do passado podem inclusive ser criadas a partir das lembranças de outras pessoas. A comunhão do “viver em grupo” permite, então, que as lembranças (do passado) sejam repassadas ao presente, assim como também permitem ser reconstruídas através da ótica de outras pessoas, do “ouvi dizer”.

Assim, a memória individual coexiste com a memória coletiva. Neste sentido, os personagens do Capim podem expor uma memória fruto da memória de outros sujeitos, em interação direta ou indireta com o narrador.

Uma memória coletiva, resignificada nas experiências da contemporaneidade, é fruto das exigências atuais: é o passado vindo à tona em outras roupagens, em um novo contexto, de acordo com as novas necessidades e exigências. Até mesmo porque o ato de lembrar não prediz a presença corporal, e sim um vínculo de identidade, com identificação de certa ancestralidade que, conseqüentemente, denuncia uma pertença real ou imaginária.

Seguindo os preceitos de Halbwachs (2006), voltados para a função social da memória, Bosi (1994) a associa aos sujeitos que lembram, no caso, aos velhos, de acordo com o papel que exercem no presente, de acordo com a sua “obrigação social de lembrar” (BOSI,

1994, p. 63), a partir de um trabalho de reconstrução do passado. O refazer, o reconstruir e o repensar o passado, a partir do presente, revelam uma íntima interação entre o corpo e o ambiente, entre o corpo e o contexto presente. Considerando ainda que não exista uma releitura do passado, mas sim uma nova leitura do mesmo, uma leitura remanejada, agora, pelo presente.

Neste sentido, Bosi (1994) considera que ao velho é associado o papel de instrumento evocador primordial da memória, por possuir uma história social desenvolvida, ao contrário do adulto, que ainda se encontra com a história social em andamento.

Ao ato de lembrar, é associada uma relevância, social ou existencial, do fato recordado, no caso, segundo a perspectiva do sujeito que lembra. Tornando a matéria e o modo da evocação do passado (o quê e como se lembra) importantes para a observação da interferência da vida atual, na reconstrução do passado, o qual é submetido, quando evocado, a um processo de modelagem, de transformação, através do ato de lembrar, a partir do presente, tal como se encontra exposto abaixo:

[...] a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho [como o adulto o faz]: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida (BOSI, 1994, p. 60).

Segundo Bosi (1944), a partir das análises de Bergson e Halbwachs, na memória, fica o que significa, e o que fica não fica do mesmo modo, tal como se deu na primeira experiência. Portanto, há uma construção social da memória, na qual o passado é conservado e reelaborado a partir das perspectivas adotadas no presente.

O lembrar, neste sentido, deve ser observado com uma forma de conservar o passado (do sujeito, do grupo) na forma que lhe é adequada. O passado, assim, é trabalhado pelo sujeito que o evoca, de acordo com suas relações e interações.

Nesta pesquisa, os interlocutores da memória (do passado) foram as senhoras Bárbara e América, e os senhores Henrique, João e Vergino, que possuem idades variadas entre 70 e 97 anos.



Fotografia 1 - Senhor Vergino dos Santos
Fonte: Barbosa (2007)

O senhor Vergino dos Santos (Fotografia 1), com 97 anos, é considerado, por seus pares, como o depositário da memória do lugar, apresentando, assim, a função de mediador. Sendo conhecido como “o velho”, nasceu em Taperinha e foi criado em Nova Ipixuna. Considera-se um “ipixunense”.

Quando jovem, o senhor Vergino foi obrigado a deixar o povoado de Nova Ipixuna. De acordo com suas recordações, a roça de mandioca “não dava mais”. Morou por 10 anos em Inhangapi, trabalhando na extração de madeira. Segundo ele, “não vinga trabalhar em terras alheia, por que não aparece o resultado do trabalho”. Vive hoje no terceiro casamento, somando um total de 18 filhos. Depois da primeira viuvez, resolveu voltar, com os filhos, para Nova Ipixuna. Como lá já se encontrava seu irmão João, resolveu construir residência fora do patrimônio de Nova Ipixuna, considerando que “ela fica afastada, mas aqui eu tomo conta da frente das terras”.

Apesar de vários problemas de saúde, ainda consegue articular bem sua memória. Não se lembra de datas, mas conta os fatos em detalhes. O senhor Vergino narrou que suas atividades de trabalho sempre foram extrativistas, em que a roça de mandioca e a produção de farinha são as responsáveis pelo sustento de família, além da caça, pesca e extração de madeira. Ressalvando que sempre procurou plantar: todas as árvores de seu quintal, foi ele

que as plantou, como as ervas medicinais. Aposentou-se como agricultor. Somada a esta renda há a produção de duas sacas de farinha, por mês, frutos de uma roça, cuidada por sua esposa, Raimunda do Socorro Andrade, com 42 anos, e por dois de seus filhos. Sustentando, assim, o orçamento doméstico. O senhor Vergino alega que, se não fossem as dores nas pernas e as dificuldades para se locomover, provocados por um acidente vascular cerebral (AVC), também estaria na roça trabalhando.

Atualmente, ele vive recluso, mas gosta de conversar com os “estranhos” que aparecem na comunidade. Informa-se sobre a origem da visita e, após se certificar dos reais interesses do visitante, narra, então, suas memórias.



Fotografia 2 - Senhora Bárbara Luz da Silva
Fonte: Barbosa (2007)

A senhora Bárbara Luz da Silva (Fotografia 2) possui 86 anos. Nasceu e reside no Sauá-Mirim, é conhecida como “tia Barôca”. Ela lembra que a casa de seu pai, Ricardo Luz, ficava ao lado do igarapé Simão. Entre seus antepassados, encontra-se João Francisco da Luz, um dos articuladores da “revolta do Capim”, que foi um movimento democrata, ocorrido no final do século XIX. Trabalhava na roça com o marido Antonio Coutinho Luz da Silva, com quem teve seis filhos, porém, aos 40 anos ficou viúva. Trabalhava como meeira, plantava, cuidava da roça e produzia a farinha. Assim conseguiu cuidar dos filhos. Em sua rotina, levantava às 5 horas, deixava a farinha para os filhos fazerem o “chibé” e levava a outra porção. Lembra que esta era sua alimentação na roça. Embarcava em uma canoa e remava pelo rio Capim, até chegar na propriedade em que trabalhava. Recorda que foram tempos muito difíceis, mas que conseguiu criar os filhos. Atualmente, é aposentada como agricultora.

Nas conversas, sempre reclama de dores na coluna, culpando a atividade na roça. Quando amanhece sem dores, caminha até o porto, que fica em frente à sua casa para se banhar no rio Capim: muitas de nossas conversas ocorriam durante seu banho.

A senhora Bárbara apresenta lapsos freqüentes de memória, várias vezes presenciados no porto, ao tomar banho, em que esquecia, inclusive, o caminho de volta para a casa. Em outros momentos, no entanto, retomava a memória. Mora com o filho caçula e sua família. Seus filhos e filhas também trabalham na roça e orgulha-se de ter ensinado os filhos a cuidar da roça. Mesmo não sendo alfabetizada, fez questão dos filhos saberem ler e escrever: “eu pensava, meus filhos saberão segurar o lápis”.



Fotografia 3 - Senhora América Maria dos Santos
Fonte: Martins (2007)

A senhora América Maria dos Santos (Fotografia 3) possui 74 anos e reside em Taperinha. Costuma dizer que é “nascida e criada aqui”. É neta de Gil Herculano, casou-se com Manoel dos Santos e teve 7 filhos. Mesmo sendo aposentada, ainda trabalha na roça. A dona América é uma das personalidades representativas da Taperinha, e é muito ligada ao senhor Vergino, que considera como um irmão do coração.

A senhora América envolve-se em várias atividades, na Taperinha, seja na escola, na associação ou no campo de futebol, transita por todos os ambientes e sendo respeitada por todos, desempenhando, assim, papel de mediadora. Possui um retiro, que sempre divide com quem precisa fazer a farinha.

Na roça sua jornada de trabalho vai até às 12h. Não consegue mais ficar uma jornada diária trabalhando fora de casa. Preocupa-se com todos. É benzedeira, tira quebranto e mal-

olhado, mesmo sendo evangélica. Sua grande riqueza é a imagem de Nossa Senhora da Conceição, a qual guarda, à chave, em um armário. Ao mostrar a imagem, possui o cuidado de ser breve e repete continuamente: “dona pode pedir que essa aqui é milagrosa”.

Quando chegávamos a Taperinha e a senhora América não tinha café para oferecer, escondia-se, com vergonha, acreditando que era uma grande desfeita, para com um visitante, não oferecer uma xícara de café. Possui alto senso de solidariedade e coletivismo.

Dentre as várias histórias ouvidas sobre a senhora América, houve uma que chamou sobremaneira a atenção, que segue: com a construção da escola de Taperinha, uma de suas filhas conseguiu ser admitida para os serviços gerais, na escola. No dia da inauguração da escola, com a presença do prefeito de São Domingos do Capim, dona América chamou o prefeito e a filha e disse que não estava certo só sua filha ter recebido este cargo. Uma vez que as demais mulheres, como se sentiriam? Propôs, então, que fossem contratadas 12 mulheres. Assim, a cada mês, uma mulher receberia salário. E desta forma ficou resolvido! Tal como eles dizem em Taperinha: “essa é a velha América”.



Figura 4 - Senhor Henrique dos Santos

Fonte: Barbosa (2007)

O senhor Henrique dos Santos possui 87 anos (Fotografia 4) e é irmão da senhora América. Tal como a irmã, além de aposentado, ainda trabalha na roça, com a esposa, dona

Antônia Gomes dos Santos, que possui 77 anos. Teve quatro filhos, dentre os quais um faleceu durante o período da pesquisa, com hanseníase.

O senhor Henrique estava sempre alegre, contando histórias de “visage”. Dizia que era pra saber “se eu teria medo”. Diariamente vai para a roça com sua esposa. Dentre os mais idosos, é o que ainda consegue sair com maior frequência. Sempre vai para São Domingos do Capim, Mãe do Rio, pelo menos duas vezes ao mês. Possui barco próprio, o que facilita o deslocamento. Também apresenta grandes lapsos de memória. Nunca teve outra atividade que não fosse a roça: “da roça eu conheço tudo”. Sempre minucioso em suas explicações, no final da tarde ficava em frente à sua casa esperando meu retorno do campo, para oferecer café e rir dos constantes tombos. Tal como a irmã exerce e mantém a “ordem aqui na Taperinha”.



Fotografia 5 - Senhor João Luz dos Santos
Fonte: Barbosa (2007)

João Luz dos Santos possui 78 anos (Fotografia 5) e é o mais jovem dentre os interlocutores homens de Nova Ipixuna. É conhecido como “Joãozinho”, possui personalidade forte e é determinado quanto aos deveres e direitos dos comunitários. Sempre está à frente dos mutirões para fazer limpeza dos ramais e caminhos. Vive com a esposa, dona Joana Coutinho dos Santos, que possui 77 anos, e com quem teve quatro filhos. Passou os primeiros anos do casamento em Inhangapi. Costuma dizer que “foi tentar a sorte”, mas não conseguiu terra.

Resolveu voltar para Nova Ipixuna no final da década de 1970 e abriu roça de mandioca e milho, e também caçava e pescava. Hoje, aposentado e com problemas de saúde, que comprometem seu deslocamento, queixa-se de fraqueza nas pernas. Fica em casa e também se responsabiliza pelos reparos na igreja e na escola, enquanto sua esposa, também aposentada, vai trabalhar na roça de mandioca.

O senhor João é responsável pela festa do Divino Espírito Santo, fazendo questão de organizar sua celebração. Mesmo depois do furto da coroa do Divino, mantém a cerimônia. Ressalta que já preparou o filho João da Conceição para substituí-lo, frente a Nova Ipixuna e à celebração da festa do Divino.

O senhor Vergino, com 97 anos, é o mais “velho” dentre os que guardam a memória do grupo, mas é o que narra com maior clareza e fluidez a memória local, interligando fatos sem esquecer nomes e datas: trata-se de uma memória viva desta área do rio Capim. Entre os anciões do grupo, o senhor Vergino é considerado pelos demais como o guardião da história e casos da comunidade. Todos o indicam como o “sabedor de tudo”. Sendo também respeitado pelo seu senso de justiça, em apaziguar os conflitos, dentro das regras que objetivam o bem-estar coletivo. Tal como disse: “eu sou considerado aqui, por que não gosto de fazer confusão com ninguém, e não gosto de confusão aqui, nós somos uma irmandade. Foi isso que nossos avós nos deixaram, pra ficar sem briga”. Percebe-se no discurso do entrevistado o porquê da consideração e respeito que a comunidade lhe atribui.

Para buscar a toponímia do lugar, o senhor Vergino foi a principal fonte de informação. Ao falar sobre a formação dos povoados, o interlocutor recorre às informações contadas por seus avós. Segundo ele, os avós paternos, Barburiano dos Santos e Guilhermina dos Santos, foram escravos do engenho Aproaga. Como também, seus avós maternos, Gil Herculano Santos e Fermiliana Maria da Conceição, trabalharam no Engenho Aproaga, durante a posse de Pedro Chermont de Miranda. Estes fatos estão relacionados ao final do século XIX.

O engenho Aproaga - visto em ruínas na atualidade - localiza-se no baixo curso do rio Capim, pela margem direita. Seguindo-se a narrativa do senhor Vergino sobre a origem da localidade, observa-se que Gil Herculano dos Santos e seu irmão Teófilo Herculano dos Santos herdaram um imóvel na capital paraense, mas moravam na Aproaga. Havendo, assim, a troca entre o imóvel dos irmãos Santos e a propriedade de Pedro Chermont de Miranda, que se localizava na margem esquerda do rio Capim, em frente ao engenho Aproaga.

Após a realização oficial da troca, Gil Herculano e sua família fixaram residência em sua nova propriedade. Este teve duas herdeiras, Fermiliana Maria da Conceição e Adélia

Maria da Conceição. O local escolhido para construir a residência, ou como diz o senhor Vergino, o primeiro “lugar aberto” foi onde hoje se localiza Nova Ipixuna, lá se concentrou a família de Gil Herculano. Mas deve-se ressaltar que no período da ocupação a localidade recebeu o nome de Canavial, como atenta o senhor Vergino em depoimento à autora:

Essa terra era conhecida como Canavial, lugar de “preto fujão”, na época da escravidão muitos (se refere aos escravos) se esconderam aqui. Chamavam a gente lá em Santana (ele se refere a Santana do Capim) de “os pretos do Canavial”. Depois de meu avô que mudou o nome, passou a Ipixuna, agora dizem Nova Ipixuna, não sei por que “nova”, continua sendo a mesma.

Para garantir a sucessão da propriedade diante de tamanha extensão territorial e da dificuldade de policiar os “picos”, Gil Herculano preocupava-se com as possíveis invasões. A estratégia adotada para manter a posse sobre o território foi por meio do matrimônio das filhas.

O casamento da primeira filha, Fermiliana, com o senhor Vergino dos Santos, possibilitou a ocupação da extensão das terras conhecidas como Taperinha. Foi a “segunda abertura”, como segue nas lembranças do senhor Vergino, em seu depoimento:

Meu avô Gil se preocupava em vigiar esta localidade, para isso, deu para meu pai Vergilino abrir a Taperinha, ele meu avô, segurando o meio e os fundos, então, precisava de alguém para segurar a ponta, por isso, meu pai foi abrir a Taperinha, pra ficar segurando as terras na beira do Capim.

A memória descrita pelo senhor Vergino é derivada a partir da experiência de terceiros, contada por seus avôs e repassadas aos seus pais. O que Pollak (1992, p. 200-212) categoricamente diferencia entre os “acontecimentos vividos pessoalmente” e os “acontecimentos vividos por tabela”. Este último ilustra a condição da memória do narrador, pois foram fatos vividos por outros atores, mas que, ainda segundo esse autor, “são acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, mesmo que não esteja no local e no tempo cronológico”.

Neste sentido, Halbwachs (2006) revela que as lembranças do passado manifestam-se nas memórias individuais. Sendo assim, quando o indivíduo expressa um acontecimento pretérito, traz lembranças necessárias para firmar os laços de afetividade do grupo presente, em especial os mais jovens. Esses, por conseguinte, abstraem a memória e demarcam uma identidade peculiar, enquanto pertença a um grupo.

A dinâmica de ocupação do território, adentrada na narrativa, foi estruturada pela territorialidade de duas famílias. A ocupação espacial, desta forma, é consequência das estratégias elaboradas e adotadas pelo grupo.

Serão utilizadas continuamente as palavras território e territorialidade, achando-se melhor defini-las em seu sentido empregado. Para o território compartilha-se da perspectiva de Haesbaert (2004, p. 01), que o define como: “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Dizendo respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. O poder simbólico se materializa pela apropriação cotidiana, pelo uso, pelo vivido.

Em outro sentido, usualmente aparente neste texto e com igual vigor ao de território, partilha-se o conceito de territorialidade. Aqui, não é visto sob uma perspectiva instintiva, mas sim como sendo derivada de uma racionalidade de apropriação, de uma lógica fundamentada na conquista, no domínio. Sob esta base de interpretação, Sack (1986), em seu livro *Human territoriality*, concebe territorialidade como sendo uma tentativa ou estratégia, de um indivíduo ou de um grupo, para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas através da delimitação e do controle de lugares específicos: os territórios.

Sack (1986) coloca como germen da conquista as “motivações humanas”, engendradas pela necessidade frente a uma singular realidade. Não deixando, no entanto, que se perca sua base de poder. Portanto, a territorialidade adquire caráter ímpar em cada lugar. Neste sentido, Haesbaert (2004) adverte que Sack reconhece a dimensão econômica “uso da terra” e cultural “significação do espaço” da territorialidade. Partindo, no entanto, de uma perspectiva um tanto biológica para estes conceitos¹².

Os camponeses se apropriam de várias estratégias para conseguir garantir a sucessão da posse da terra às futuras gerações, acompanhada dos demais recursos naturais, como também, em construir uma rede de parentesco, que pode ser consanguíneo ou sustentado por laços culturais ou religiosos, haja vista que as estratégias que conduzem o parentesco e a herança nos grupos de camponeses estão associadas ao modo de vida de cada grupo. Sendo assim, não existe uma regra de comportamento geral, existindo especificidades de acordo com tempo e lugar.

¹² Partindo-se de uma premissa social, deve-se relevar que os processos de territorialização, no que concerne ao espaço físico e ao espaço social, são permeados por processos sociais (os quais envolvem territorialidades específicas) e/ou por processos étnicos (que envolvem noções territoriais e cosmológicas, também específicas).

Wolf (1976), em *Sociedades camponesas*, chama atenção para o pressuposto que lança olhar sobre os elementos característicos das sociedades camponesas. Para este autor, eles variam de acordo com a realidade a que estão inseridos os diferentes grupos.

Tais formas particulares permitem identificar e compreender os diversos grupos e seus modos de vida, impregnados de particularidades. Assim, redes de parentesco e compadrio, formas de reciprocidade, padrões de herança, casamento e residência afetam a composição e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e permitem a manutenção da unidade familiar (WOLF, 1976; WOORTMANN, 2001).

A unidade familiar torna-se a célula do grupo doméstico. Toda a articulação da atividade econômica teve na família um dos elementos que moldam o modo de produção. Assim Godelier (1981, p. 259) destaca a produção econômica como sendo “vinculada organicamente às demais atividades políticas, religiosas, culturais e familiares que formam com ela o conteúdo da vida destas sociedades e às quais proporciona os meios materiais de se realizarem”.

Nas comunidades investigadas, a agricultura camponesa torna-se, desde o início do povoamento, a forma de organização social do trabalho adequada às condições próprias do grupo, tal como descendentes de ex-escravos tinham na lavoura de subsistência a principal atividade extrativa.

Nas lembranças emergidas nas narrativas, a transferência da família do Aproaga para Nova Ipixuna e, posteriormente, para Taperinha conservou os velhos ritos religiosos e culturais, como também, a mesma organização política, excluída a forma de trabalho escravo. Mesmo após a travessia para outra margem, o Aproaga continuava a sediar as festas religiosas, ou melhor, mesmo não residindo no lugar, a identidade do grupo estava territorializada no engenho.

O senhor Vergino conta como se efetivou a transferência, para Nova Ipixuna, dos ritos religiosos e culturais, pois havia um distanciamento entre o local de moradia e trabalho e os locais de celebração. A mudança ocorreu de forma bruta, mas fundamentou a territorialidade dos ipixunenses.

[...] foi depois que Pedro Miranda vendeu para o Dr. Pinheiro e pra um inglês que era sócio do Dr. Pinheiro, eles chegaram num dia de festa, a Aproaga tava toda enfeitada, era festa do Divino, o Inglês perguntou pro doutor Pinheiro, o que é isso? E ele explicou que era festa dos pretos. Então ele, o inglês, disse: eu não quero isso aqui, acaba com o dia de trabalho, festeja o sábado e entra pela noite e chega no domingo e quando é na segunda-feira, tá tudo baqueado e fica malandro no serviço. Manda jogar na água tudo isso. O doutor Pinheiro chamou o Gil e disse, chama os teus parceiros, pega a tua imagem e atravessa com o teu festejo pro lado de tuas terras, assim veio o festejo da Conceição e do Divino prá cá. Essas imagens foram

presente dos brancos para a escravatura, os pretos enfeitavam o saco de milho com fitas e um arco, era pra eles os dois santos, Conceição e Espírito Santo (Senhor Vergino).

Finalizando este momento, o senhor Vergino complementa: “Agora tava completo. Nós tinha a terra e os santos, tudo era nosso. Antes, a gente, os pretos de antigamente, como meu avô não tinham nada, trabalhavam para os ricos. Eles, os pretos, agora podiam plantar o que quisessem”. A posse da terra, somada à conquista dos festejos religiosos no mesmo território, deram fundamentação a um sentimento de pertença pautado na posse do território, pelos atores do pretérito, os quais foram repassados (o sentimento de pertença e o território) aos mais jovens, como pôde ser observado a partir daquela fala do narrador.

As falas se conjugam e comungam tempos diferenciados ao trazer para o presente os fatos do passado, de forma a permitirem a extensão do conhecimento aos mais novos. Desta forma, a memória selecionada não é apenas determinação do senhor Vergino, mas sim resultado da seleção do grupo social. Assim, a memória segue seus atributos, conforme constatou Rousso (1998, p. 94-95):

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Esta memória que surge pela lembrança garante uma unidade histórica e espacial ao grupo. Mesmo diante das adversidades que venham a enfrentar, seus componentes saberão conduzir as mudanças causadoras de rupturas, de regras e normas do grupo. Mesmo frente ao novo, conserva-se o cerne da memória coletiva como princípio da identidade, associada à posse do território. A reprodução dos fatos selecionados fortifica os laços sobre o domínio territorial, pois, diante de ameaças de invasão ao território do grupo, a memória é acionada com o sentido de reaver ou materializar a ancestralidade da posse, como uma “escritura oral”.

Seguindo a narrativa do senhor Vergino, atenta-se que a mobilidade do grupo, pelo território, conduzida por Gil Herculano, era comum. O redirecionamento da localização das famílias dava os contornos da atual organização espacial do grupo. O senhor Vergino narra como ocorria esse fluxo, durante a permanência de Gil e após o falecimento do mesmo:

Quando minha mãe casou com meu pai, meu avô cedeu a Taperinha pra eles morarem, foi lá que nós nascemos, ela teve dois casamentos, o primeiro foi com meu pai Vergilino dos Santos, quando nós ainda estávamos tudo garoto, ele teve uma fraqueza e morreu, ficou só minha mãe e 5 filhos, então meu avô, mandou nós voltar pra Ipixuna, porque nos estávamos sem proteção, fez uma casa no lado da

dele, e lá minha mãe e meus irmãos foram morar, Mas aqui, não podia ficar sem ninguém, logo na frente do rio, foi nessa época que meu avô mandou ficar aqui, Minha tia, Adélia, já tinha casado com Manoel Raimundo, - o Manteiga. E assim ficou, os descendentes deles na Teperinha e de minha mãe em Ipixuna. Mas em Ipixuna tem eu e meu irmão João, mas tudo é uma terra só, quando me tornei homem, sair atrás de trabalho e morei vários anos em Inhangapi, lá casei, mas minha tia, Adélia, antes de morrer, mandou me chamar e disse que estava na hora de eu voltar e cuidar do que era nosso, foi aí que voltei e escolhi essa colocação para ficar. E meu irmão João voltou muito tempo depois. Então ele foi cuidar de outra colocação, onde meu irmão mora foi lá que meu avô levantou a casa, tudo começou lá.

Estes deslocamentos, impulsionados pela proteção ao território, somaram-se às preocupações de Gil Herculano. Na contemporaneidade, os mesmos seguem as orientações do senhor Vergino, João, Henrique e América, responsáveis também pelo vértice ao qual se formou a organização espacial do território. Os quatro representam pontos de aglomeração, deles seguem a expansão e a ocupação espacial.

A mobilidade no território, referendada por Sack e também como alude Haesbaert (2004, p. 87), depende do grupo social e de seu contexto histórico e geográfico. O senhor Henrique, outro interlocutor, acrescenta:

Nós, quatro, eu, Vergino, América e Joãozito, que aconselhamos e damos a ordem para a construção de uma casa, sempre estamos preocupados com as pontas (refere-se aos limites do território). Na época de nosso avô, tentaram invadir, mas ele foi firme, e nós temos que seguir firme, pra não perder nada, isso aqui é de todos, é uma terra só, mas como somos os mais velhos, devemos aconselhar nossos filhos, assim cada um cuida de vigiar sua colocação.

Em uma passagem de sua memória, o senhor Vergino se lembra de uma tentativa de invasão ao território do grupo, por um fazendeiro vizinho, tal como segue em sua narrativa:

Nós sabemos onde tá nossos picos, foi lá, que nossos avós fincaram e disseram pra nós: nossas terras vai até aqui! Pelo pico da ponta com José Luz, pela parte de Baixo do Capim, confinante com Raimundo Cerqueira da Luz, pela parte do alto Capim, com o fazendeiro Marzinho. Assim, como meu pai me deixou, eu quero que a área crie meus filhos.

Os limites do território são determinados por picos, reconhecidos por todos através da voz dos mais velhos, proporcionando a segurança da posse e a continuidade na reprodução social e econômica do grupo. Este fato foi lembrado também pelo senhor João: “O Mazinho chegou dizendo que essas terras eram dele, dizendo que nós não tinha documento, mas o documento somos nós, somos nós que moramos aqui”. E completa o senhor João: “quando eu

saía para caçar, quando ia mato adentro, levava meus filhos e mostrava o pico, pra eles saberem e mostrarem para os filhos deles”.

Estas duas narrativas, dos senhores Vergino e João, são exemplos das considerações de Le Goff (1994, p. 477), as quais partem da idéia de que “[a] memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”. Portanto, a memória informa acerca da territorialidade, ao exhibir aos jovens os lugares representativos para o grupo. Garante-se, com isso, o domínio sobre o mesmo e, por sua vez, torna-os a imagem do domínio, tal como foi explicitado pelo senhor João: “[...] mas o documento somos nós [...]”. Com essa fala, o narrador impõe sentido a um domínio territorial e, conseqüentemente, a um direito de morada e usufruto no mesmo.

Os senhores Vergino, Henrique e João e a senhora América, assim como os demais narradores de Taperinha e de Nova Ipixuna, são enfáticos em afirmar que a porção do “bico de ponta”¹³, referindo-se ao Sauá-Mirim, não faz parte das terras dos herdeiros de Gil Herculano.

Tanto estes narradores citados acima como a senhora Bárbara (a única interlocutora pertencente ao Sauá-Mirim) narram o mesmo processo, que levou à compra do Sauá-Mirim. Unanimemente, todos os narradores confirmam que a propriedade pertencia a Pedro Chermont de Miranda.

A memória dos narradores externos ao Sauá-Mirim¹⁴, sobre sua ocupação, complementa-se. Sobre esta questão, o senhor Vergino expõe a seguinte informação:

O primeiro a ocupar essas terras foi José Luiz, ele procurou meu avô Gil, ele morava lá pra cima [refere-se ao alto Capim], veio correndo de índios e queria uma locação pra morar, e meu avô disse: - olha, têm esse bico de ponta, que é do Pedro Chermont, o resto já tem dono, aí, ele foi com Pedro Chermont e comprou.

Em depoimento à autora, o senhor João acrescenta mais informação a respeito da ocupação do Sauá-Mirim, mas esclarece que, mesmo tendo origem de outra “descendência”, no caso de outra família, eles sempre viveram de forma pacífica, tal como pode ser visto a seguir:

Os antigos contavam assim, que o José Luz comprou do Pedro Miranda e trouxe sua família, todo esse pessoal que mora lá hoje, é parente do José Luz, são netos e bisnetos dele, mas sempre foram nossos amigos. Mas não era nessa ponta daqui da

¹³ O que estes interlocutores chamam de “bico de ponta” refere-se à área localizada na margem de um meandro do rio Capim. Mais precisamente a comunidade de Sauá-Mirim.

¹⁴ Ou seja, a memória dos narradores que pertencem às comunidades de Nova Ipixuna e de Taperinha.

frente que moravam, eles moravam, mais em cima, foi depois que vieram pra essa ponta perto da “mantegagem” [Taperinha].

Assim, tal como na ocupação espacial de Taperinha e Nova Ipixuna, houve mobilidade territorial pelo grupo, como estratégia para garantir a posse, no Sauá-Mirim também. Neste, em razão do território se deslocar no sentido longitudinal pela margem do rio Capim, deixa seus habitantes sem profundidade, ficando restritos ao ambiente de várzea, com pequena área de terra firme. As palafitas localizam-se nas margens do rio, diferenciando-se das localidades acima citadas, que optaram em construir a área de seu patrimônio no interior do território.

Impedida por diversos problemas de saúde, que acabaram por provocar lapsos em suas lembranças, não reconhece mais alguns amigos, vagamente recorda, apresenta dificuldade em fechar um acontecimento, suas lembranças vêm à tona vagarosamente. Falamos da senhora Bárbara, mas conhecida como Tia Barôca. Neta de José Luz (este teve 5 filhos, que constituíram famílias no Sauá-Mirim), a senhora Bárbara é filha de Ricardo Luz da Silva.

Dona Bárbara recorda da mocidade e relembra a casa-grande perto do igarapé Santo Antônio, onde se realizava a reunião da família. Costumavam seguir os ritos de Nova Ipixuna e Taperinha. Assim, em depoimento à autora, se manifesta a memória de dona Bárbara:

O meu avô, José Luz, fez a primeira casa lá pra perto do igarapé Santo Antônio, hoje o pessoal do Sauá, fica mais perto de Taperinha, naquele tempo do meu avô, nos morávamos mais próximo de Nova Ipixuna, aí, os filhos foram casando e escolhendo lugar pra ficar, como a terra era ruim pra plantar lá, nós viemos pra esse lado.

A senhora Bárbara fala da mudança de posição da povoação à margem do Capim. Mostrando que hoje a maior concentração das residências está próxima ao limite com a povoação Taperinha – tal como foi exposto acima, a disposição longitudinal do território permite que a organização espacial do Sauá-Mirim tome o contorno do rio. Por estar maior concentração próxima a Taperinha, ocasionou-se um novo direcionamento no fluxo das residências das novas famílias, que buscaram a ocupação do território dispondo em sentido de localização geográfica contrário ao patrimônio da localidade.

Pelas narrativas sobre o processo de formação destas comunidades, fica evidente a origem diferenciada entre o conjunto que forma o território de Nova Ipixuna e Taperinha, e o distinto Sauá-Mirim, mesmo tendo sido comprados de um mesmo proprietário, Pedro

Miranda. Os dois territórios apresentam uma dominialidade diferenciada. No primeiro, há a descendência de Gil Herculano, como quesito necessário para garantir a posse, no segundo, também se destaca uma descendência familiar, só que a de José Luiz, como elemento definidor do direito sobre o território.

Exposto este fator diferencial, quanto aos primeiros donos dos respectivos territórios, segundo as narrativas dos interlocutores, observa-se que, mesmo possuindo limites físicos sólidos, os demais elementos (como os recursos naturais presentes) obrigaram os atores sociais locais a desenvolverem uma espécie de territorialidade que ultrapassa seus limites físicos iniciais. Configurando a estes territórios, uma perspectiva simbólica, que se estende para além de suas fronteiras físicas. Formalizando, assim, a extensão a uma fronteira simbólica, mais abrangente e identitária.

Neste sentido, as comunidades valem-se dos recursos dispostos nos referidos territórios. Tendo como contrato de uso normas e regras pré-estabelecidas pelo grupo. Torna-se assim, simbolicamente, um único território, fragmentado nas narrativas dos idosos (que fazem questão de frisar a diferença, mesmo que seja de formação, entre eles), mas forçado ao uso comum, devido às necessidades históricas de sobrevivência.

Por meio de acordos, faz-se uso comum dos recursos naturais, para além de seus limites físicos, tal como pode ser verificado nas palavras de dona América, expostas a seguir:

A gente nunca procurou desavença com nossos vizinhos, o pessoal aí, da “ponta” [se refere ao Sauá-Mirim]. Aqui a gente vive se ajudando, quando alguém precisa caçar, pescar ou tirar castanha, que lá tem muito, é só avisar, tem coisas que tiramos que não precisam pedir, eles também quando precisam caçar, pescar e até para fazer roça a gente consente, um não nega pro outro. A gente sempre procurou a união com eles e eles com agente, se a gente não se ajudar, como vamos viver? (Senhora América).

Atenta-se para o fato de que, ao falar-se de “posse”, os entrevistados a associam ao conceito de território, sendo que na medida em que tratam do uso comum dos recursos naturais, estes limites desaparecem.

O uso comum de recursos naturais, nestas comunidades, consolida-se entre os atores sociais por meio de relações de reciprocidade e de solidariedade. Desta forma, possibilita a extensão a um espaço único, simbólico. Tornando-o, assim, o elemento agregador do território por intermédio destas relações e interações.

No entanto, estas pessoas conservam uma identidade ao nível micro, ao nível das diferenças de pertencimento, quando se auto-identificam ou quando são identificadas como

“ipixunenses” (pertencentes a Nova-Ipixuna), como “pessoal da mantegagem”¹⁵ (pertencentes à Taperinha) e como a “gente-da-ponta” ou “sauáenses” (pertencentes ao Sauá-Mirim).

Verifica-se, assim, que, por um lado, estas pessoas apartam a identidade quanto à naturalidade do lugar, por outro, comungam-na quanto a territorialidade, tecida por laços de sobrevivência e/ou laços simbólicos, de acordo com as necessidades decorrentes, como pode ser observado na seguinte fala do senhor Henrique: “Aqui a gente é muito unido, pode chamar de “ipixunense”, de “mantegagem”, do “pessoal-da-ponta”, mas a gente veio todo, quero dizer os nossos avós, daí da Aproaga, como fala o primo Vergino. Então, tudo isso aqui, essa área, é de todos”.

A identidade se firma ultrapassando a identificação de pertencimento a uma localidade. Em comum existe a proximidade com o antigo engenho e as ruínas se apresentam como um símbolo de um passado único entre seus descendentes. Assim, numa perspectiva geográfica, “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 5).

É comum nas narrativas a ausência da precisão do tempo cronológico (histórico). Na concepção de Pollak (1992, p. 5), “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. As narrativas dos interlocutores do Capim desenvolvem-se a partir dos fatos, não se prendendo, assim, às precisões com datas, e os acontecimentos lembrados associam-se ao movimento interno do grupo social. Prende-se, sobretudo, à vida familiar, como pôde ser observado nas diversas narrativas: “nossa ida para Ipixuna foi depois da morte de meu pai”; “voltei para Ipixuna depois da morte de minha tia”; “depois que minha mãe casou, foi morar na Taperinha”.

Ainda segundo Pollak (1992, p. 8), considera-se que “não há diferença fundamental entre fonte oral e fonte escrita”.

Ausentam-se, também, documentos de posse que legitimam o direito de possuir tais propriedades, no caso o território. Existe, então, o direito de posse não seguido, no entanto, do direito de propriedade. Esta falta de documentos de posse se deve às circunstâncias diferenciadas e específicas a cada localidade. De acordo com as informações colhidas, o título de compra, que Gil Herculano detinha, foi perdido em um incêndio ocorrido em sua residência.

¹⁵ Como são conhecidas as pessoas provenientes de Taperinha, pelos demais grupos sociais de seu entorno (Nova Ipixuna e Sauá-Mirim), em referência ao apelido dado ao esposo de dona América, conhecido como “Manteiga”, ambos moradores de Taperinha.

Esta ausência de documentos de posse também está presente no Sauá-Mirim. Estas terras foram as últimas propriedades vendidas por Pedro Chermont de Miranda, do conjunto de suas posses no rio Capim, no que respeita às localidades pesquisadas. Segundo o senhor Vergino, o Sauá-Mirim foi a última propriedade a ser vendida por Pedro Chermont de Miranda.

Os registros que citam os proprietários de Nova Ipixuna e Sauá-Mirim são encontrados em títulos de propriedade de seus vizinhos, como fazendo limite. Sendo citados os nomes de Gil Herculano e José Luz. Um destes registros data de 1942, dando título de posse para Raimundo Cerqueira da Luz. Há também outro título posse, emitido pelo INCRA, no nome de Manoel Raimundo dos Santos, com dimensão de 100 hectares, referente à localidade de sítio Pixuna. Apresenta-se sob forma de licença de ocupação, expedida em 8 de dezembro de 1980. As comunidades se apóiam (materialmente ou juridicamente) nestes documentos, como subsídio legal para pleitear o direito de propriedade destes territórios.

Neste estudo, parte-se da premissa adotada por Almeida (2004b, p. 11, grifo do autor), a qual considera que:

Os problemas de implementação [...] revelam, em decorrência, obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação de terras indígenas e na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos [como é o caso das comunidades aqui estudadas]. [...] as terras indígenas são definidas como bens da União e destinam-se à **posse permanente** dos índios, evidenciando uma situação de tutela e distinguindo-se, portanto, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como de **propriedade definitiva** dos quilombolas. Não obstante esta distinção relativa à 'dominialidade', pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como 'terras tradicionalmente ocupadas' seja no texto constitucional ou nos dispositivos infraconstitucionais e enfrentam na sua efetivação e reconhecimento obstáculos similares.

A idade dos informantes evidencia que a ocupação do território provavelmente ocorreu nos finais do século XIX, pois o senhor Vergino, que possui a maior idade, nasceu em 1910 e era o caçula do casamento de Fermiliana com Vergilino dos Santos. Segundo o senhor Vergino, Gil Herculano abriu Ipixuna, juntamente com a esposa e suas duas filhas. Posteriormente a primeira filha, Fermiliana, casou-se e teve seu primeiro filho.

Todavia, ao seguir essa lógica, deduz-se este intervalo de 10 anos – que perpassou pela transição do século XIX para o século XX, e o ano de nascimento do senhor Vergino - é relativamente pequeno, para que a família de Gil Herculano pudesse se instalar no lugar, casar uma filha e ainda nascer o quinto neto.

Sendo assim, acredita-se que a transferência destas propriedades, no Capim, que pertenciam a Pedro Chermont de Miranda e que hoje se traduzem no território das comunidades pesquisadas, para o senhor Gil Herculano, ocorreu nas décadas finais do século XIX. Sob esta perspectiva, a ocupação dos respectivos territórios ultrapassa os cem anos.

A mesma leitura faz-se sobre o período de ocupação do Sauá-Mirim. Dona Bárbara, com maior idade entre os moradores da comunidade, tem 87 anos, nasceu em 1921 e é neta de José Luz - o primeiro morador do Sauá-Mirim e que também comprou estas terras de Pedro Chermont de Miranda. Seguindo o relato de dona Bárbara, o qual revela que: “meu avô já chegou com a família e logo os filhos casaram. Meu pai foi um dos primeiros a casar”, completa-se o relato do senhor Vergino, o qual considera que “esse pessoal do Sauá, chegou muito tempo depois do meu avô”. Levando-se, então, a analisar que a compra e a chegada da família de José Luz ocorreram nos primeiros anos do século XX.

Para fechar esta hipótese, acerca da transação comercial das terras, entre Pedro Chermont de Miranda e Gil Herculano, conjectura-se, aqui, que a mesma tenha ocorrido nas décadas finais do século XIX.

Este pressuposto advém de informações orais, fornecidas pelo senhor Vergino, na qual afirma que “Gil Herculano, um negro, trabalhava no engenho Aproaga e recebia salário”. Como a abolição aconteceu somente em 1888 (fim do século XIX), mensura-se que o negro só pôde obter poder de compra após a mesma¹⁶. Neste argumento, ampara-se a relação assalariada, solidificada a partir da abolição.

Torna-se esclarecedor, no entanto, contextualizar este período, uma vez que fundamenta a tese acima e retrata como se encontravam os engenhos nos noventa.

A abolição, dentre as suas conseqüências, incentiva o povoamento do baixo rio Capim. A dispersão dos ex-escravos levou-os a procurarem, no sinuoso rio, local para fixar moradia, agora como homens e mulheres livres, tal como se verifica nas considerações abaixo, de Acevedo Marin (2007, p. 289):

Em 1888 a abolição da escravatura acertou um golpe nas grandes unidades de beneficiamento de cana. Faltavam braços e a colonização agrícola, na qual podia se encontrar um reservatório temporário de mão-de-obra, havia sido decidida para as

¹⁶ No entanto, há outro fator a considerar, o qual revela que o escravo, legalmente, era impedido de adquirir bens. No entanto, esta regra poderia ser burlada. Tem-se informação que muitos o faziam, tornando-se, inclusive, donos de outros escravos. Outro fato é que negro e escravo não são sinônimos: o liberto, que poderia ser negro, teria, portanto, por lei, direito de adquirir bens e acumular posse, ao contrário do escravo. Neste sentido, vale lembrar que, no engenho, coexistiam inúmeras relações de trabalho (escravos, agregados, assalariados etc.), não sendo restrito apenas aos negros escravos, sem direito à propriedade. Assim, Gil Herculano poderia ser, no entanto, negro, mas não necessariamente escravo, o que torna significativo o ano de 1888 e a sua suposição de posse.

terras da Bragantina. Enquanto alguns ex-escravos dispersaram-se, a maioria permaneceu nas fazendas, nas cabeceiras dos igarapés, nas proximidades das vilas onde formaram comunidades em terras livres.

O vale do rio Capim era conhecido pela presença de engenhos, como informa Acevedo Marin (2007, p. 289):

Nos séculos XVIII e XIX, o vale do rio São Domingos do Capim, foi uma próspera área de cultivo de cana-de-açúcar. No final do século XIX ocorreu o enfraquecimento do poderio do latifúndio e da economia canavieira, e um sinal disso foi o abandono dos grandes engenhos que tinham incorporado a tecnologia de ferro para a construção de sistemas de moenda aproveitando a produção de energia.

Contudo, deve-se destacar que houve um descompasso de tempo entre a produção açucareira nordestina e a amazônica. Enquanto a produção nordestina começa a entrar em colapso na segunda metade do século XVII, é somente com as reformas pombalinas, em 1755 - como a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - que a velocidade da entrada de negros, na Amazônia, assume proporções consideradas. Neste período, a mão-de-obra indígena passa definitivamente a ser substituída pela mão-de-obra escrava (GOMES, 2005, p. 45-46).

Neste sentido, Von Spix e Martius (1938b, p. 27) ressaltam que:

Já mencionamos que se cultivava particularmente a cana-de-açúcar nas cercanias de Belém. Este produto não só cobre o consumo da província, mas também é exportado, embora em menor quantidade, sobretudo para o Maranhão. Não se distingue pela alvura, nem pela firmeza, a sua cristalização, e talvez seja uma das piores qualidades fabricadas no Brasil. Por esse motivo, costuma-se destilar (SIC) considerável parte para a cachaça e licores finos, especialmente anisete, não sendo este último inferior ao que se prepara nas ilhas francesas. Grandes remessas de aguardente comum vão para o Açores e para Portugal, de onde é recambiada para o Brasil, depois de parcialmente retificada. O beneficiamento das qualidades de açúcar do Pará far-se-á quando os canaviais plantados a principio nas margens baixas, por causa da facilidade de transporte, pelo rio, se estenderem pelas terras do continente, mais altas e mais secas, pois o terreno lodoso e húmido (SIC) não favorece a elaboração da seiva açucarada na cana. Só uma particular qualidade medra aqui nas margens, e, embora a cana suba a um tamanho descomunal, relativamente pouca sacarina contem, e dificultam a refinação do açúcar.

Dentre os engenhos, no vale do Capim, destacam-se, os dos irmãos Chermont de Miranda (Pedro e Vicente): o Aproaga e o Taperau.

Destaca-se também, neste contexto, o uso da mão-de-obra escrava em consonância com a mão-de-obra indígena. Esta ação conjunta era possível devido ao Capim ter sido

utilizado historicamente como labirinto¹⁷, que servia como refúgio aos negros e indígenas¹⁸ (GOMES, 2005). Em um sentido de que os “assenzalados” e os “aquilombados”, juntamente com seus variados aliados, momentâneos ou constantes, subversivamente forçaram outros setores da sociedade envolvente a lhes fazerem concessões, permitidas, inclusive, através das realizações de transações, tal como pode ser visto a seguir:

Em todas as áreas escravistas das Américas onde se estabeleceram grupos de fugitivos, destaca-se a maneira como se forjam políticas de alianças destes com outros setores da sociedade envolvente [...]. Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciavam estratégias – permeadas de contradição e conflitos – de resistência junto a piratas, indígenas, comerciantes, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e especialmente junto àqueles que permaneciam escravos. A partir de tais e outras tantas experiências, os fugitivos determinaram os sentidos de suas vidas como sujeitos de sua própria história (GOMES, 2005, p. 25).

Gomes (2005, p. 35) salienta ainda que na Amazônia foi criado um campo negro muitíssimo original, que contou com o auxílio dos grupos indígenas e dos regatões, que transpôs fronteiras, navegou rios e atravessou florestas e cachoeiras tidas como muralhas: a idéia e a experiência de liberdade foram espalhadas e compartilhadas por muitos. Segundo o autor, “havia uma extensa rede de comunicação e cooperação entre quilombolas, escravos, libertos, vendeiros, regatões etc.” (GOMES, 2005, p. 51). Para tanto, Gomes (2005, p. 55) condiciona que “esses quilombolas, buscando autonomia, procuravam estabelecer suas roças e realizar trocas mercantis. Era necessário também contar com o apoio e a proteção de outros setores da sociedade escravista”.

Para o contato estratégico entre índios e negros, que podia ter as mais variadas motivações, Gomes (2005, p. 59) salienta que:

Essa floresta amazônica de fugitivos e de mocambos [...] tinha sua complexidade. Os frutos da floresta podiam ter qualidade, tamanho e gostos diferentes. Eram também freqüentes as fugas e formação de mocambos de índios, não raras vezes juntamente com os negros. Isso acontecia em várias partes do Grão-Pará, principalmente durante a administração pombalina, com a implantação e, depois, a desestruturação dos Diretórios dos índios. Populações indígenas inteiras eram atraídas, ‘resgatadas’, ou por meio dos descimentos acabavam sendo recrutadas para trabalhos compulsórios por toda essa área colonial [a escravização dos índios se dava por guerra justa, resgate, descimentos e compra de prisioneiros de guerra]. Havia, assim, uma constante migração das populações indígenas, transferidas das suas localidades de origem para as feitorias, fortificações e outras regiões de produção extrativa e de agricultura. Esse processo foi longo e penoso para as

¹⁷ De acordo com Gomes (2005, p. 51), “[...] era a própria imensidão da floresta a maior inimiga das autoridades e senhores de escravos, e portanto, amiga dos fugitivos. Aqueles procuravam valer-se de todos os meios para persegui-los e destruí-los”.

¹⁸ “No Brasil, foi Roger Bastide quem primeiro salientou os contatos interétnicos socioculturais entre negros e índios” (GOMES, 2005, p. 40).

populações indígenas amazônicas. Houve resistências, lutas, levantes, fugas e a formação de mocambos.

Neste sentido, Gomes (2005, p. 56 e 65) ressalta a existência, em 1764, no rio Capim da Amazônia colonial, de mocambos de índios fugidos. Em 1777, também nesta área, registra-se a existência de mocambos de negros.

Os africanos e seus descendentes, com apoio e juntamente com os índios, criaram suas rotas de fuga, mocambos e buscavam a autonomia no meio da floresta [...]. Esses quilombolas praticavam roubos e mantinham comércio nas povoações próximas. Solidariedades entre índios e negros naquela terra comum que os escravizava começavam a aparecer (GOMES, 2005, p. 67).

Segundo Gomes (2005, p. 70), “esse contatos, além de trocas comerciais [e de experiências] foram também cercados por conflitos”, em que:

Num palco de conflitos e disputas estariam sendo forjados os próprios significados históricos da colonização para diversos setores sociais e, conseqüentemente, os níveis de alianças, acordos, conflitos, interesses e identidades. Esses vários personagens históricos, ao forjarem o ‘novo mundo’, refaziam-se a si e suas identidades (GOMES, 2005, p. 75).

Assim, Gomes (2005, p. 82) considera ainda que:

Capturar fugitivos e destruir mocambos - fossem de negros e/ou de índios -, conter as deserções militares, impedir roubos e desordens significava igualmente controlar o comércio clandestino. Também na Amazônia, especialmente pelo seu recorte geográfico. Com muitas planícies e rios, este problema era, além de crônico, insolúvel. Quase toda a região era abastecida ou mantinha relações comerciais clandestinas por via fluvial. Era no vai-e-vem das canoas subindo e descendo os rios que vários produtos chegavam e saíam do Grão-Pará. Apesar dos esforços, o controle era muito difícil. Não somente os habitantes de mocambos, mas também índios, negros e soldados desertores tentavam sobreviver na floresta plantando roças de mantimentos e/ou extraíndo dela produtos diversos. Os circuitos das relações mercantis se estabeleciam de forma clandestina.

No Grão-Pará, os engenhos aparecem tardiamente, em relação ao Nordeste. Houve inicialmente, nos engenhos do Grão-Pará, a tentativa de implantar o sistema de *plantation*, com destaque para o açúcar e para o tabaco¹⁹. Devido ao fracasso deste sistema, a produção de açúcar e tabaco acabou sendo destinada para o consumo interno. Ganhou destaque também a produção de aguardente, além do extrativismo das “drogas do sertão” (GOMES, 2005, p. 43). Salienta também que “até meados do século XVIII não existia a circulação de moedas no

¹⁹ De acordo com Gomes (2005, p. 43) esta experiência com o sistema de *plantation* fracassou, sobretudo, em decorrência da falta de investimentos necessários, do alto preço da mão-de-obra africana (em comparação com a da Bahia e de Pernambuco), das epidemias e dificuldades geográficas do Grão-Pará.

Grão-Pará. Um século antes, a base econômica da região estava assentada no extrativismo e no uso exclusivo da mão-de-obra indígena. Dependia-se dos índios para tudo” (GOMES, 2005, p. 43).

Destacou-se, no Grão-Pará, entre os anos de 1773 e 1818, a produção de arroz, algodão e, principalmente, café e cacau, além da pecuária, no Marajó, em termos de mercado exportador. Entre 1796 e 1811 destacavam-se: cacau, algodão, arroz, cravo fino, café, salsaparrilha, couros, aguardente, óleo de copaíba e couros secos. Secundariamente, produzia-se açúcar, canela, anil, óleo de andiroba, mel, tapioca, castanha, guaraná, sabão, manteiga de tartaruga, goma, breu, toras e pranchas de madeiras diversas etc. (GOMES, 2005, p. 47-48).

O açúcar de beterraba e a produção antilhana, de forma decisiva, colocam em baixa a demanda pelo açúcar da colônia lusitana nas Américas. Na Amazônia, Salles (2004, p. 35) situa a localização da lavoura canavieira na região como “embora incipiente, a lavoura de cana-de-açúcar prosperou nas cercanias de Belém e espalhou-se, com maior intensidade, pelas margens dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé-Miri”. Fazendo uso de informações de Arthur César Ferreira Reis, Salles também revela que, em 1862, o açúcar era o principal produto da incipiente indústria paraense e que, neste ano, em todo estado, existiam 161 engenhos (SALLES, 2004, p. 39).

Salles (2004, p. 49), no que concerne ao destino da produção açucareira na Amazônia, considera que “[...] se destina, em sua quase totalidade, ao fabrico da aguardente, sendo insignificante a produção de açúcar mascavo e a de rapadura, esta localizada principalmente na zona bragantina [...]”. Não havendo, no entanto, larga produção. Mesmo assim, a abolição e o “boom da borracha” colocam um ponto final à prosperidade dos engenhos. Somados estes fatores, torna-se problemática a existência dos engenhos, no final do século XIX, para o cenário amazônico.

Com base nestas informações, acredita-se que Pedro Chermont de Miranda, abalado por esta conjuntura econômica e política externa, passou a se desfazer de suas propriedades no vale do rio Capim, que eram compreendidas pelo engenho Aproaga e outras extensões de terras. Sendo assim, a memória (contada ou lembrada ou narrada), sobre as origens destes lugares, é utilizada para pleitear a posse territorial das famílias remanescentes, derivada, assim, de reestruturações político-econômicas, nas décadas finais do século XIX, que, no Capim, tiveram um caráter específico para a estruturação destas novas comunidades.

Mesmo com ocupações em tempos diferenciados e por famílias distintas, ocorre uma união entre os dois territórios, conduzida por processos sociais de formação e por uma territorialidade fundamentada no uso comum dos recursos, permitindo, assim, uma maior

fluidez entre suas fronteiras, em que estes territórios passaram a apresentar uma única dimensão, onde um se tornou extensão do outro.

Esta nova posse da terra foi, então, oriunda, sobretudo, do uso comum dos recursos naturais, estabelecido por normas e regras, das quais a idéia de reciprocidade e de necessidade foram seus principais vetores desencadeadores. Não significando, no entanto, que se estes territórios tenham deixado de possuir relações hierárquicas, estabelecidas estrategicamente pelos grupos sociais formadores destas comunidades que margeiam o rio Capim.

4.3 MEMÓRIA DO USO DOS RECURSOS NATURAIS

O território das comunidades capienses mantém a partilha dos bens naturais por meio do uso comum de recursos naturais, seguindo uma ordenação pelo tempo, pois a disponibilidade dos recursos torna-se referência nessa análise. Ao imprimir uma linha do tempo, na comunidade, verificamos que houve mudanças nas formas de uso e de recursos. Usa-se, como parâmetro de diferença, o passado e o presente, entre os idosos, sendo possível abstrair uma ordenação entre os recursos escassos, extintos e abundantes.

É comum lembrar-se da abundância existente no passado, comparada à escassez observada no presente, aparentes no teor do discurso proferido pelos interlocutores. Questionou-os, neste sentido, acerca dos recursos naturais oferecidos pela floresta, utilizados e/ou manejados tanto pelos antepassados quanto pelos interlocutores da pesquisa.

Em depoimento à autora, o senhor Vergino dos Santos enfatizou este aspecto, ao fazer comparação entre a oferta de recursos naturais no passado e na atualidade:

Nessa terra tinha muita madeira, frutas, muita mata com caça, os igarapés serviam com muito peixe, o meu pai saía uma noite pra caçar e trazia: paca, tatu, catitu, veado, cutia, preguiça. E a pesca então: bastava cercar o igarapé e não demorava pra gente conseguir muito peixe. Dava pro nosso almoço, jantar e ainda distribuía com nossos parentes. Hoje o meu filho sai, passa a noite toda na caça e não consegue nada, às vezes um tatu. Os peixes também sumiram desses igarapés, até do Capim. Antes a gente jogava o anzol e logo batia o peixe, hoje se eu quiser peixe é mais fácil comprar.

O senhor Henrique dos Santos compactua destas lembranças, da abundância dos recursos naturais extraídos por seus ancestrais, tal como pode ser visto no depoimento à autora:

Aqui tinha muita riqueza, muita fruta, caça, madeira. Meu pai tirava e vendia na foz do Pirajauara. Nesse tempo, a gente não vivia só da farinha, passava o correio e comprava ou meu pai trocava por outras coisas, como querosene, peixe seco. Mas tinha tudo que era fruta, e madeira então, dava pra fazer as casas e sobrava, tinha cupiúba, cedro, quaruba, e peixe nesses igarapés, no Simão, no Serra-Velha, no Naxi, no Buiuçu. Eu, moleque, tirava com meu pai: surumbi, acará, jacundá, piraiba, saranha, e no Capim tinha muito filhote e pescada.

Nestas narrativas, fica evidente a diversidade e a abundância, no passado, em comparação com a atualidade. Fundamentalmente, o passado é lembrado pela riqueza dos recursos naturais, em que se apontam as formas de uso, definidas pelos atores, segundo regras e normas, tal como narra a senhora América dos Santos, em depoimento à pesquisadora:

Meu avô aconselhava as famílias para não acontecer briga, cada um sabia como tirar a fruta, a madeira, a caça, pesca, sempre tirava pra comer, quando sobrava que vendia. Um não mexia na área do outro, no quintal, a várzea é de todo mundo, pode tirar o açai, o cipó. Dessas frutas o que ainda tem muito é o açai, mas a gente sempre guarda o açai pra nossa alimentação.

Atenta-se, no conjunto deste texto, que as populações tradicionais possuem formas particulares de dividir os recursos presentes nos territórios de posse, que são capazes de promover a reprodução física e cultural do grupo. Diegues (1998) observou que a divisão do espaço, pelas populações caiçaras de jangadeiros e ribeirinhos, caracterizava-se pela apropriação comum dos recursos naturais, sob a forma do extrativismo vegetal (cipós, fibras e plantas medicinais, caça e pesca), em paralelo ao uso privado do espaço doméstico (casa, horta).

Assim, exige-se dos indivíduos do grupo, a partilha de um código de postura para gerir o uso coletivo. Almeida (1989) afirma que este uso é baseado em normas específicas, instituídas e geralmente acatadas de maneira consensual, pelos membros do grupo social. Estas normas são construídas culturalmente, dentro de consensos sociais, quanto ao que seja considerável manejar de acordo com a oferta e/ou escassez de recursos, que, por isto, tornam-se partilhadas pela memória coletiva. Moldando e mantendo, deste modo, suas instituições.

Há de se considerar também que estas regras e normas existem enquanto mecanismos de manejo dentro do território da comunidade, os quais passam a ser apropriados pelas famílias, segundo o despertar do sentimento de pertença, regido por estratégias de uso e sobrevivência. Assim, o uso deriva de uma ancestralidade que permite definir espaços de coleta, de caça, de cultivo etc. As normas e as regras emergem segundo a noção de território

estabelecida pelo grupo, dando liberdade aos que podem acessar os recursos e, ao mesmo tempo, impondo regras ao seu consumo²⁰.

Em outro depoimento à pesquisadora, o senhor João Luz lembra a diversidade de espécies florestais que o território disponha. A madeira é uma atividade bastante explorada, desde o passado, e em razão da diminuição de espécies, o uso de regras para a sua extração possibilitou a conservação de algumas espécies, como se observa no relato abaixo:

Meu pai tirava madeira, tinha muita madeira, eu ainda tirei muita madeira tinha: marupá, anani, cedro, virola, para-pará, freijó, faveira, quaruba, o **povo tirou, tirou e ficou pouca madeira. Pra tirar aqui agora tem que pedir pra mim. Mas da beira do rio eu não deixo tirar, é sagrado ninguém mexe. Eu não deixo derrubar árvore aqui.** A gente tem que pensar nessas crianças, pra **tirar madeira tem que ser com o consentimento dos mais velhos**, e essas árvores que ainda tem uma, como o cedro e andiroba, a gente não deixa tirar. Já tem pouca madeira, pode tirar o cipó, pra fazer camboa, vassoura.

Ao se reportar para a fala do senhor João Luz, sobre o extrativismo da madeira, atenta-se para um momento em que o uso dos recursos dava-se pelo livre acesso. A presença de um grande comerciante de madeira na foz do rio Pirajauara, nos anos 1950, redirecionou as formas produtivas locais, em virtude da extração da madeira significar ganho imediato, comparando-se com a roça.

O camponês, então, observou na extração madeireira, meios de responder às suas necessidades imediatas, de sobrevivência. A madeira extraída era trocada por alimento, querosene, tabaco etc.

Esta fase de uso de recursos pela forma de propriedade de livre acesso foi permissiva. O período, que compreende os anos de 1950 aos de 1960, foi de intensa exploração madeireira, que levou à escassez de espécies como o marupá, anani, cedro, virola, para-pará, freijó, faveira e quaruba.

Na abundância de recursos naturais, a comunidade os manejou sem regras e normas de uso. Entretanto, no período da escassez, foi necessária a elaboração de arranjos, a fim de ordenar a gestão dos recursos, para mantê-los.

O “consentimento dos mais velhos”, para o uso aos recursos florestais, ilustra a regulação em seu uso. Em cada porção do território, seja em Taperinha, Nova Ipixuna ou Sauá-Mirim, a retirada de madeira acontece mediante aprovação dos idosos de cada

²⁰ Este conjunto de regras, de acesso e de uso, é regido segundo noções estratégicas estabelecidas pelos grupos. Dentre estas, destacam-se as estratégias de apropriação, de uso e usufruto, de compartilhamento e troca, de preservação etc., que acabam por delimitar áreas específicas para a sua atuação (como é o caso das áreas destinadas à agricultura, das áreas sagradas, das áreas domésticas etc.).

comunidade. Esta posição, cabida aos idosos, deu sentido para a propriedade comum: mesmo com a participação coletiva, a ação dos idosos permitiu gerar um arranjo local, que expressa as necessidades e os interesses da comunidade, do coletivo.

Neste sentido, outros produtos florestais, como os cipós, podem ser coletados sem prévia autorização. Permitindo verificar que tais regras de uso são regidas segundo normas específicas, em cada comunidade.

Sobre a extração madeireira no rio Capim, Medina (2003) demonstra que esta prática econômica historicamente foi desencadeada a partir de necessidades externas, sobretudo, da capital do estado (Belém). Nos primórdios da prática extrativista da madeira, no Capim, observa-se que Belém vivenciava reformas urbanas, que deflagraram, para a região do Capim e seu entorno, uma demanda para suprir a carência desta matéria-prima. O Capim, então, deu suporte às reformas observadas no período de 1820 a 1935, na capital paraense.

No entanto, Medina esclarece que a exploração, no curso baixo do rio Capim²¹ - área em que se localizam as comunidades em estudo²² - começou bem antes do que a exploração do alto Capim. Considerando que “[...] a madeira mais acessível, aquela próxima aos rios e igarapés, de onde saía boiando, já não era mais encontrada com facilidade no baixo Capim. Começava, então, o processo de ocupação e extração madeireira no alto Capim” (MEDINA, 2003, p. 310-311).

A escassez, propiciada pela exploração desordenada, fez com que a comunidade estabelecesse regras e normas para garantir as espécies ainda presentes. O destino mercantil da extração madeireira foi dificultado tanto pela oferta irrisória quanto para regular o consumo.

A diminuição dos bosques florestais (flora) repercutiu diretamente na abundância das espécies de caça (fauna). Vários trechos da narrativa dos interlocutores demarcam o passado como sinônimo de abundância e o presente como sinônimo de carência, com destaque para a caça, tal como se observa no depoimento do senhor Vergino:

O que tem aqui é o que eu plantei, da capoeira já foi embora. Se nós tira e planta, tinha, mas só tira e não planta. Ficamos sem floresta, assim a caça foi acabando. A gente caçava era pra comer, nunca pra vender, isso não. O camarada limpa toda a área, o bicho não fica lá, o bicho gosta de lugar pra se esconder, por isso, a caça tá acabando, porque estão acabando com a floresta. No tempo do meu avô, do meu pai e quando eu ainda trabalhava, a gente sabia respeitar a natureza, não fazia desmate à toa.

²¹ Os capienses utilizam como meio de localização, tendo como ponto de referência o curso do rio Capim, os termos alto Capim, às localidades próximas da nascente, e baixo Capim, às localidades próximas a foz. Utilizaremos, aqui, esta mesma denominação.

²² As comunidades em estudo (Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim) localizam-se no baixo Capim.

Ainda sobre a caça, o senhor João Luz compara as ofertas de outrora com as de agora, reforçando, com isto, a memória do senhor Vergino dos Santos e permitindo realizar um parâmetro entre o consumo e a oferta da mesma, o que resulta em um baixo desempenho da caça como atividade extrativa na comunidade, e proporcionando mudanças na dieta alimentar, tal como segue:

Antes tinha mato pra caça se esconder. Hoje só uma capoeirinha, eu não deixo derrubar árvore aqui. Pega uma caça nesse ano e outra só no outro ano. Não é como no nosso tempo, que pegava uma hoje a outra amanhã. A carne que a gente comia, nesse tempo, era de caça. A carne que se come é o charque, a carne fresca de boi e o peixe salgado. Por isso, que o pessoal daqui não quer mais saber de caçar, fica a noite toda lá na espreita e não traz nada.

No entendimento dos entrevistados, o desmatamento é responsável pela baixa oferta de caça. Este fato trouxe hábitos alimentares urbanos para o grupo, além da considerável diminuição de certas espécies de caça (como paca, cutia, caititu, veado, tatu) para a dieta alimentar destas pessoas. Ao definir a proporção de caça entre “uma hoje e outra amanhã” e “uma hoje e outra só no outro ano”, o senhor João Luz esclarece que a caça não responde mais pelas atividades extrativas efetivas do grupo.

Os locais de caça são lembrados como rotas definidas e pontos de chegada para a obtenção da fauna. Dentro do território, o conhecimento tradicional dos recursos delimitou os espaços reservados a esta prática extrativa.

Neste recorte de falas, é possível atentar para o simbolismo que a caça possuía para o grupo, como extrativismo mantenedor, a qual ocupava, inclusive, importância no campo dos saberes: a caça reproduzia-os por meio dos ensinamentos passados de pai para filho. Como a caça foi adquirindo uma posição periférica entre os mais jovens, atualmente ela é mais praticada como lazer, tal como pode ser visto nos relatos a seguir:

Meu pai nos levava pra várzea do Naxi, do Buiuçu e Serra-Velha. Era só chegar e logo a caça batia, não precisava ficar muito longe da casa. Até na capoeira grande tinha. Hoje é uma pacazinha aqui, um tatuzinho ali, quando tem. A gente não caçava quando a bicha tava prenha, ninguém aqui caçava um bicho com barriga. A caça era forte no inverno (Senhor Vergino).

Também os grandes caçadores daqui já se foram: meu avô, meus tios, meu pai, meus irmãos. Os filhos e netos acho que não sabem caçar. Esses homens daqui não querem mais caçar, a gente quer comer uma caça, mas eles não sabem como pegar o bicho, desaprenderam. Olha que os velhos ensinavam direitinho a esperteza de pegar o bicho (Senhora América).

Meu filho é bom caçador, o pai ensinou. Fico desejando comer uma caça, ele gosta de caçar, ele vai caçar lá pro Alto, aqui já foi tudo embora. Às vezes ele passa três dias no mato pra trazer uma caça, até a caça do Alto tá acabando (Senhora Bárbara).

A caça sempre foi pra comer, nunca se tirou pra vender, isso não, e hoje mesmo com pouca caça, não se pode tirar pra vender, se vender, pode vir um outro atrás que quer tirar pra comer com sua família, e aí como fica? Não é justo, por isso que quem ainda caça, caça pra comer. Se vender a gente chama e aconselha, mas aqui todos sabem que não podem vender a caça (Senhor João).

As comunidades quilombolas aqui abordadas localizam-se na porção do rio Capim, apontada por Pezzuti (2007), como sendo as margens mais degradadas de todo percurso, o chamado baixo Capim. Mesmo assim, a rara presença de recursos naturais não está relacionada à degradação derivada exclusivamente do seio da comunidade, mas compreende um contexto regional mais amplo.

A presença de grandes empreendimentos agropecuários (a partir da década de 1970), minerais (a partir da década de 1990) e de políticas de assentamento (com destaque para os assentamentos realizados nas décadas de 1970 e 2000), por órgãos oficiais como o INCRA, vem trazendo conseqüências significativas para esta área, inclusive, com mudanças expressivas na paisagem que margeia o rio Capim. A mata ciliar, as várzeas, os igapós e a terra firme dão lugar aos projetos de colonização, nos municípios de Aurora do Pará, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim, e para os pastos destinados à pecuária, conforme pesquisa de campo.

A caça possuía posição estratégica na alimentação, juntamente com a pesca, onde existem porções do território destinadas a estas atividades - as várzeas dos rios Buiuçu, Naxi e Serra-Velha são apontadas como local de caça. Ao percorrer essas várzeas, no trabalho de campo, pôde ser observada a presença de armadilhas e sinais impressos nos troncos de árvores, a fim de favorecer a localização e a mobilidade das trilhas de animais no território.

A caça quase sempre era destinada à alimentação e as regras estabelecidas não permitiam o comércio, muito menos a captura em período de reprodução. Mesmo na atualidade, com a caça em baixa, estas regras continuam rígidas. No entanto, os arranjos eficazes para o gerenciamento dos recursos naturais, no passado, não foram suficientes para impedir a escassez das espécies de caça, pois se deve considerar que pressões externas ao grupo também são grandes responsáveis por mudanças em suas dinâmicas.

Esta mudança no cardápio alimentar, seja pela falta de repasse dos conhecimentos sobre as habilidades da caça aos mais jovens, seja pela retração em sua oferta, redirecionou o papel da caça, o qual contribui atualmente de forma eventual à dieta do grupo.

A extração de recursos naturais consistia na captação de uma gama variada: caça, pesca, frutas, madeira etc. Com a diminuição desses recursos, outras atividades tornaram-se expressivas, como o cultivo da mandioca. Com o peixe presenciou-se situação semelhante à caça, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

O peixe, antes desse rio ficar envenenado, tinha muito. Quando meu pai saía pra pescar, trazia, filhote, tudo do Capim, agora ele só dá coceira. A água não serve mais pra beber, ela tem cor escura. A gente tomava água desse rio e não adoecia, agora até para o banho a água é ruim (Senhora América).

Hoje tirar peixe é difícil, antes pegava tucunaré, jacundá, surumbi, piau, pacu, piranha, gijum, tamuatá, jandiar, sarapó. Hoje pode pegar, mas é muita dificuldade, por que os peixes daqui do baixo foram todos pro alto (Senhor João).

Quando meu marido ia pescar trazia de dois a três paneiros cheios de peixe. Agora o cara vai e passa o dia todo com o anzol na mão e não traz peixe. É melhor o camarada ir pra roça, lá tem o que fazer. A nossa alimentação era mais de caça e da pesca (Senhora América).

Não podia vender o peixe, se o camarada pescasse muito ele tirava a bóia da família e distribuía com seus vizinhos, se fosse nos igarapés daqui de dentro, mas se fosse do Capim, ele podia vender (Senhora América).

Nesse igarapé Simão, eu jogava a camboa, ou usava cunambi e conseguia muito peixe, dava para alimentar as crianças e sobrava, eu dava pro vizinho. No Capim, aqui na frente de casa eu pescava filhote, acará, aracu, piau, baú, tuí, pescada branca, sarapó, camarão. Se eu quiser comer peixe, tenho que mandar comprar na DR. Todos aqui, fazem isso, compram, não pescam mais (Senhor Vergino).

A ictiofauna se apresentava pela variabilidade de peixes e camarão, em um raio de ação compreendido entre a margem do Capim, próximo à comunidade, e a rede hidrográfica, que serve o território, o que demonstra como a pesca constituiu parte significativa do extrativismo desenvolvido pela comunidade.

Uma das causas apontadas pelas famílias, ao considerarem a água do Capim “envenenada”, é atribuída ao início da extração do caulim, minério extraído no alto. Para a comunidade, foi após a exploração mineral na região que a água do rio Capim tornou-se imprópria para o consumo, como também, para a reprodução da fauna aquática.

Tal como a caça, a pesca contribuiu significativamente para a dieta alimentar da comunidade. Em razão da baixa piscosidade nos igarapés e no rio Capim, a pesca passou a ser desacreditada, tornando-se sinônimo de tempo perdido. Em resposta a esta problemática, o extrativismo animal deixou de ocupar lugar relevante, como subsistência, e passou a ser praticado esporadicamente, voltado mais ao lazer dos jovens.

As normas que regulam a pesca resguardam o consumo cotidiano do grupo, visto que são impostas diferenças quanto ao domínio da origem do pescado, atribuindo-se valor ao

lugar de captura do mesmo: os peixes capturados em igarapés e lagos, ou melhor, na rede de drenagem do território, são exclusivos para a alimentação do grupo. Se a produção diária ultrapassa as necessidades da família, deve-se distribuir o excedente entre seus pares.

Caso os peixes tenham sido retirados do rio Capim, mesmo margeando o território, adquire-se um sentido coletivo (mais amplo), ou seja, o Capim é de todos que moram em suas margens. Neste sentido, para o grupo, existe aí uma grande diferença de domínio. Por isto, os peixes aprendidos nos lagos e igarapés da comunidade são da comunidade. Portanto, vetados para a venda, enquanto os pescados no Capim podem ser comercializados. Na verdade, o que pode parecer uma restrição cultural está imbricado, simbolicamente, de enorme razão sustentável. Atenta-se para uma cautela que restringe o uso exagerado do recurso natural para fins mercantis.

Os arranjos não são criados aleatoriamente. As sociedades desenvolvem continuamente normas e regras²³ que guiam a relação com o ambiente, com a base de recursos dos quais dependem. Estas regras não são estáticas, pois são modificadas para atender às necessidades e as limitações impostas por fatores ecológicos, como também por fatores sociais, que muitas vezes podem ser extrínsecos ao grupo (CUNHA, 2004).

Normas e regras também resultam de valores atribuídos por estes grupos aos recursos naturais. Não se trata, todavia, de um valor cambial, muito menos diz respeito à quantidade de horas de trabalho humano gastos no manejo, mas se trata da atribuição de valor aos bens essenciais para a vida, como o uso da água, imbuídos de valores culturais, relacionados aos determinados recursos dispostos e consumidos pela comunidade.

Adicionam-se a este pressuposto, as frutas e as ervas medicinais, que surgem a partir da lembrança de seus sabores variados e de cura garantida para as enfermidades locais. A seguir, vêem-se depoimentos que contribuem para esta construção, acerca da variação e da disponibilidade dos recursos naturais, como frutas e plantas medicinais, no passado:

O açáí que tem aqui é o que a gente planta no quintal. Fora o açáí da várzea do Buiçu e Naxi, o do mato já acabou. Foi derrubando a mata e foi acabando a fruta, nunca mais comi um piquiá, um bacuri (Senhor Vergino).

Tempo de internada a gente saía pra catar as frutas. As que estavam no quintal do vizinho a gente tinha que pedir, pra tirar, mas se era fruta escassa como piquiá,

²³ O uso comum dos recursos é permeado por arranjos estratégicos, nos quais são impostas regras básicas para os períodos de abundância e de escassez, no que respeita às regras de uso e às regras de acesso. Na abundância, de acordo com as regras de uso, os grupos adotam posições flexíveis de comportamento e, na regras de acesso, as pessoas alheias ao grupo são apenas toleradas, permitindo-lhes o uso dos recursos apenas eventualmente. Na escassez, para a regra de uso, verifica-se que o grupo reforça as interdições, as quais são geralmente elaboradas segundo seus respectivos conteúdos culturais e, para as regras de acesso, observa-se que existem restrições de acesso aos recursos para as pessoas alheias ao grupo.

pupunha, bacuri, cupuaçu, o vizinho não dava, por que é pra vender. A gente pede manga, caju, mamão. Essas a gente podia tirar do quintal do vizinho (Senhor Vergino).

Tinha muita fruta. A gente já sabia que em cada época se comia uma fruta, ela só dava naquela época. Agora, passa o ano e ninguém sabe o que é comer um cupuaçu, uma pupunha. Se tinha uma dor de barriga, uma constipação, uma febre aqui mesmo tinha remédio, era só ir no quintal ou pedir pro vizinho. Hoje pra tudo é uma pílula, essa coisinha pequena que tem que comprar, se não quiser ficar doente (Senhor Vergino).

Tinha canela, capim-marinho, hortelã, alfavaca, casca de sucuúba, verônica, cidreira, capim-santo, boldo, quebra-pedra. Pra comprar remédio de farmácia, era muito difícil (Senhora América).

Pra vender a fruta só se for tirada do seu quintal. Da várzea não pode tirar pra vender, é de todos. Da várzea só pode tirar pra comer (Senhora América).

A continuidade das frutas regionais depende da permanência da floresta. Na medida em que se avança com o desmatamento, toda a flora e fauna que formam o sistema amazônico se desagregam. Em um ambiente mais cotidiano, em que a coleta de frutas possui limite territorial (em decorrência das demarcações), a carência é sentida rapidamente. Incluindo-se, neste contexto, o desmatamento oriundo da exploração madeireira e da abertura de roças.

A combinação no manejo de subsistência, mesmo regulado pelo grupo, não foi suficiente para impedir o avanço do desmatamento na comunidade. Havia certa auto-sustentação quanto à produção e a coleta de frutas e ervas medicinais. A lembrança de sabores regionais variados e dos males que necessitam de “pílula” para curar provoca uma sensação de desamparo entre as famílias, pois o território ou seus recursos naturais não mais respondem às necessidades emergenciais da comunidade.

Um passado de fartura conseqüentemente não condiz com a presença de conflitos internos no grupo, observados nas lembranças expostas sob narrativas dos membros das comunidades:

Cada um sempre soube onde deveria mexer. Aqui ninguém mexe no que não é seu. Quando faltava uma comida, a gente sempre se ajuda (Senhora América).

Às vezes uma família perdia toda a roça, então cada um ajudava com o que podia. Quando estava em falta uma fruta, uma madeira, aí só podia tirar se fosse necessidade. Mas sempre eles respeitaram (Senhor Vergino).

Nunca houve desavença entre nós. As vezes que houve, foi com vizinho querendo invadir nossas terras, um fazendeiro (Senhor Vergino).

Ninguém aqui pensa só em si. Ele pensa no outro, por que se ele tira pensando só nele, vai faltar pro outro. Por isso briga por roça, fruta, peixe, caça nunca teve (Senhor Henrique).

Nas lembranças destas populações do Capim, a cooperação não deixou espaço para conflitos. Mesmo em situações limites, as instituições e os valores criados foram suficientemente eficazes, a fim de sustentar uma convivência pacífica entre os indivíduos do grupo social.

Ao término das indagações sobre as lembranças acerca do uso de recursos naturais no passado, deve-se atentar para a necessidade de recursos diversos e em quantidade suficiente para a comunidade fazer uso, possibilitando, inclusive, o comércio de seu excedente.

Os recursos com maior frequência de uso foram caça, pesca e os florestais, como frutas regionais e plantas medicinais cultivadas nos quintais (Anexo)²⁴. Ressalta-se que o equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a população possibilita maior conservação dos mesmos.

O uso coletivo de recursos naturais e as instituições criadas para mantê-los são comuns no universo das comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, ressaltadas como ambientes com características naturais semelhantes. Deste modo, focalizou-se na identificação das formas de uso e gestão de recursos e nos mecanismos sociais que regulam o consumo e a manutenção do equilíbrio ecológico, a fim de os conhecer, contribuindo, assim, para minimizar a distância entre as futuras intervenções governamentais e a real necessidade das populações tradicionais locais.

²⁴ No Anexo há uma lista com os nomes populares e seus respectivos nomes científicos dos recursos naturais (fauna e flora) encontrados nas comunidades estudadas, que, na atualidade, são observados sob a égide da preocupante escassez.

5 TAPERINHA, NOVA IPIXUNA E SAUÁ-MIRIM NA CONTEMPORANEIDADE

As três comunidades, Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim, formam um só território tradicional²⁵, que determina limites físicos ou simbólicos representados por trilhas, árvores, lagos e igarapés, exibindo, assim, um território demarcado pela dinâmica de uso dos recursos naturais e pelas inter-relações dos atores sociais. Sob esta perspectiva, a identidade, enquanto forjadora do grupo social, revela-se também através da territorialidade, caracterizando traços espaciais e de apropriações providos do uso do território (Mapa 2).

Tais comunidades localizam-se dentro de um dos meandros do rio Capim, em que, por estratégias de proteção ao território, organizaram sua disposição espacial de forma diferenciada. As três comunidades apresentam portos na margem do rio Capim. Apesar de existir um ramal que possibilita a comunicação, via terrestre, com as localidades adjacentes, a opção fluvial é mais utilizada. Assim, os portos adquirem posição central no processo de circulação da produção. É por meio destes portos que a farinha de mandioca circula no comércio local²⁶.

Não há rede elétrica nestas comunidades. Taperinha e Nova Ipixuna possuem gerador movido a óleo diesel, o qual é utilizado em dias de festas e jogos de futebol da seleção brasileira, momentos em que os moradores fazem uma contribuição coletiva. Neste caso, a instalação da rede de fiação fica por conta de cada residência e, ao apresentar problemas técnicos, o pagamento da assistência é rateado entre os moradores. Em agosto de 2007, foi presenciada uma atividade em Taperinha, em que seria feita uma coletada, com contribuição individual, para a compra do óleo diesel. Nem todos tiveram condições de contribuir, todavia, não foi vetada a entrada àqueles que não o fizeram ao centro comunitário (local em que se partilha a televisão coletiva). No Sauá-Mirim, há outro gerador, mas de uso particular.

Os dados demográficos computam uma população total de 210 habitantes distribuídos em 37 unidades domésticas. Taperinha possui o maior número de habitantes (121), seguida por Sauá-Mirim, com 62 habitantes. Com menor população, há Nova Ipixuna, com 27 habitantes. Correlação observada no Gráfico 1, que revela que Taperinha abriga 58% da população total, seguida por Sauá-Mirim, com 29% e, com menor percentual, Nova Ipixuna, com 13% da população total.

²⁵ Cf. Almeida (2004a, p. 10), este conceito expressa “uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos naturais”.

²⁶ A renda obtida com a venda da farinha permite aos agricultores comprar os demais bens de consumo, não-produtos localmente.

Nas comunidades, entre os grupos domésticos, há o predomínio de determinadas famílias, como, por exemplo, os Luz, no Sauá-Mirim, e os Santos, em Taperinha e Nova Ipixuna. Apesar de possuir maior demografia, em Taperinha não houve acréscimo de espaços naturais (território): cada comunidade permaneceu com a divisão que lhe coube, desde sua ocupação.

A comunidade de Taperinha também se destaca, ainda de acordo com o Gráfico 1, em relação às unidades domésticas, pois concentra um total de 53% das unidades domésticas. Seguida de Sauá-Mirim, com 30% das unidades, e, com menor percentual, há Nova Ipixuna, com 17% das unidades domésticas. Contudo, as regras de acesso à moradia, em Taperinha, são mais flexíveis do que em Sauá-Mirim e Nova Ipixuna.

O senhor Henrique e a senhora América não colocam entraves ao “retorno dos que partiram”. Remetendo Taperinha a uma constância na entrada e saída de seus habitantes, a uma mobilidade espacial recorrente.

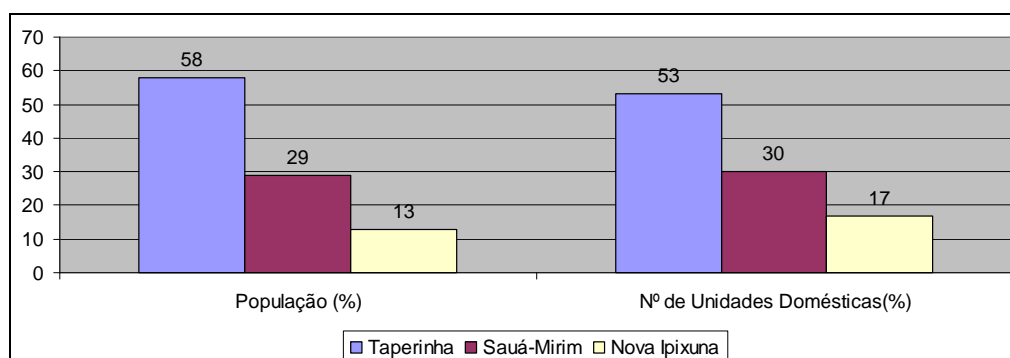


Gráfico 1 – População quilombola e unidades domésticas distribuídas entre as comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Em Nova Ipixuna, para se construir uma casa, necessita-se da aprovação dos senhores Vergino dos Santos e João Luz. O senhor Vergino, assim como seus primos-vizinhos de Taperinha, é mais flexível. Permite a entrada de parentes que antes não haviam morado ali, alegando que o território pertence a todos os descendentes de Gil Herculano, mesmo que nunca tenham morado anteriormente nas localidades.

Ao contrário do pensamento do senhor Vergino, o senhor João Luz é mais rígido. Afirma que não pode permitir a entrada de parentes distantes, pois isto comprometeria o acesso ao uso dos recursos naturais, pelas famílias que sempre moraram na localidade.

Observa que a área disponível para a abertura de roças é pequena para as próprias famílias da localidade. Sendo, assim, contrário à entrada de novos herdeiros e defensor do acesso exclusivo ao sustento das unidades domésticas já presentes no território.

Nova Ipixuna, devido, sobretudo, à posição rígida do senhor João Luz, possui uma população menor, com acesso restrito aos filhos dos senhores João e Vergino. Percebe-se, aí, uma forte restrição para a construção de novos domicílios. A herança da terra fecha-se na descendência direta dos senhores Vergino e João, por meio do casamento. Enquanto que, em Taperinha, a postura da senhora América dos Santos e de seu irmão, o senhor Henrique dos Santos, conduz a uma maior população, ao permitir o acesso a terra não somente através do parentesco. Na Taperinha, além dos parentes, existem os agregados, derivados de relações de amizade. Este grupo é composto por filhos, sobrinhos e amigos da senhora América e do senhor Henrique.

As preocupações dos atores sociais do Sauá-Mirim aproximam-se das preocupações do senhor João Luz (de Nova Ipixuna): quanto ao acesso a terra, este é garantido aos parentes diretos dos que moram na comunidade. Assim, o aumento de domicílios é permitido, pelo casamento dos seus respectivos filhos e filhas.

No Sauá-Mirim, as decisões são mais diluídas entre homens e mulheres adultos (as). Outro fator que justifica o uso restrito à terra, é a grande dimensão da várzea, nesta parte do território cabida ao uso da comunidade do Sauá-Mirim. Daí o fato da comunidade não ser tolerante com o aumento de domicílios.

Nova Ipixuna e Sauá-Mirim possuem regras de acesso à terra que repercutem em uma menor população e número de unidades domésticas. Contrariamente a Taperinha, que, por sua flexibilidade ao acesso à terra, possui uma maior população e número de unidades domésticas.

A unidade familiar é o centro da produção e do trabalho nestas comunidades. A parentela é o primeiro elemento agregador entre tais unidades familiares. Em segundo lugar há a descendência do lugar. Em torno destes laços, desenvolve-se a produção, as relações de trabalho, os grupos de caça e pesca, a coleta de frutos, dentre outros. A produção da unidade familiar garante o consumo doméstico, em que o excedente é comercializado. Há uma diversidade de combinação entre as atividades extrativistas e a agricultura, que permitem a reprodução econômica.

Dentre as atividades econômicas praticadas nas comunidades, a agricultura se sobressai em 100% das unidades domésticas no Sauá-Mirim, 95% na Taperinha e 83% em Nova Ipixuna. Seguida do trabalho assalariado em serrarias (17% em Nova Ipixuna) e das

atividades em fazendas (5% na Taperinha). Assim, a agricultura concentra o trabalho nessas localidades, desde sua ocupação efetiva, feita por Gil Herculano. A agricultura itinerante ocupa, dentre as comunidades, a base de reprodução econômica da unidade doméstica (Gráfico 2).

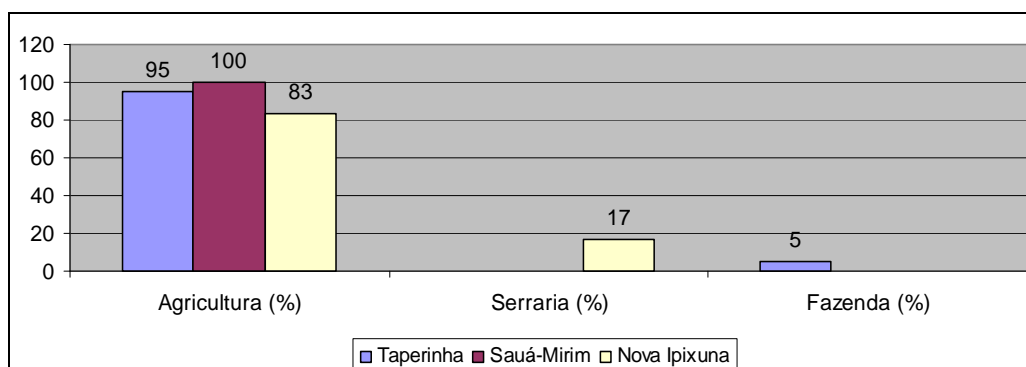


Gráfico 2 – Principal atividade econômica por unidade doméstica. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Como atividade complementar, necessária para a manutenção da unidade familiar, ocorre também o extrativismo, em paralelo à agricultura. Dentre as práticas extrativas, demonstradas no Gráfico 3, distribuídas por ordem de maior uso, destaca-se a caça, a pesca e a extração vegetal.

Entre as comunidades, existem diferenças em relação ao uso dos recursos naturais derivados do extrativismo. Na Taperinha, há predominância do extrativismo vegetal, com 47%, à caça destinam-se 26,5% e, para a pesca, destinam-se 26%. No Sauá-Mirim, a caça é atividade extrativista mais praticada, respondendo por 50% das atividades complementares; a pesca com 33% e o extrativismo vegetal com 17%. Em Nova Ipixuna, o extrativismo em suas formas, como caça, pesca e extração vegetal, mantém um percentual de 33,3% cada um.

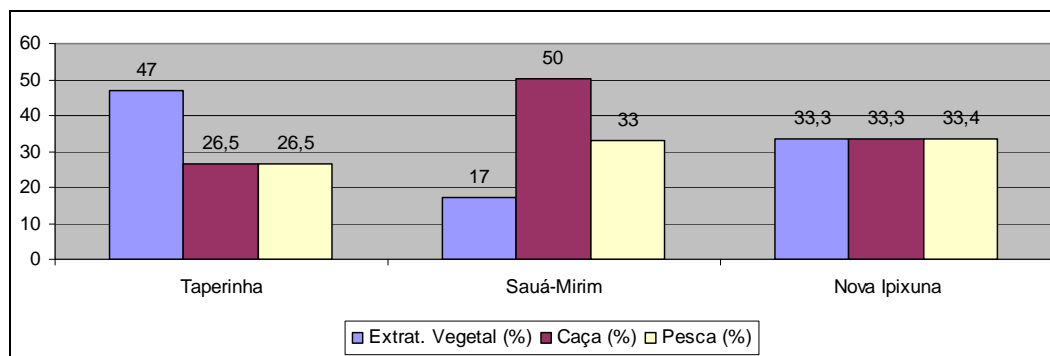


Gráfico 3 – Atividades extrativas por unidades domésticas. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Torna-se necessário, então, esclarecer as diferenças, com relação às atividades extrativas, em cada comunidade. O fator determinante ao predomínio ou igual uso de recursos naturais derivados das práticas extrativistas provém do ambiente que a comunidade dispõe para usar. Em Taperinha, com maior extensão de capoeira e, posteriormente, de várzea, encontra-se com maior facilidade os recursos vegetais, em detrimento à caça e à pesca. O Sauá-Mirim apresenta o domínio das várzeas, em que a porção de terra-firme possui menor extensão, tendo, no entanto, uma maior rede de drenagem. A opção pela caça e pesca, em razão das demais (extrativismo vegetal) deve-se ao fato do ambiente favorecer a abundância de espécies de caça e pesca, nesta localidade.

Em Nova Ipixuna, os valores dos percentuais extrativistas revelam importância e uso igual para caça, pesca e extrativismo vegetal. O ambiente é composto por dimensões relativamente proporcionais de terra-firme e várzea, além de uma rede de drenagem suficiente para possibilitar uma oferta de recursos naturais, que condiciona o extrativismo em suas formas de aplicação.

Os locais de comercialização, tanto dos produtos agrícolas como do extrativismo, localizam-se nas proximidades das comunidades. Devido à falta de meios de transporte para o escoamento da produção, as vendas geralmente ocorrem na DER²⁷, que fica a cerca de 20 minutos de barco, ou no porto das respectivas comunidades. Em determinados dias da semana, passa um comerciante comprando a produção, a fim de revendê-la em Belém. O valor do produto será maior, caso a venda ocorra distante da comunidade. Todavia, só os que possuem barcos conseguem vender com frequência na DER. A venda no porto resulta em um

²⁷ Denominação dada pelos ribeirinhos do baixo rio Capim ao comércio localizado no trecho da PA-252, em que se faz a travessia de balsa.

valor abaixo da venda realizada na feira de São Domingos do Capim ou de Mãe do Rio. Os barcos que fazem transporte entre as comunidades e a DER são de pequeno porte, não suportando transportar uma grande quantidade de sacas de farinha. Assim, sendo, como a produção do camponês é pequena, os demais conseguem transportá-las até a DER, em pequenas embarcações (Gráfico 4).

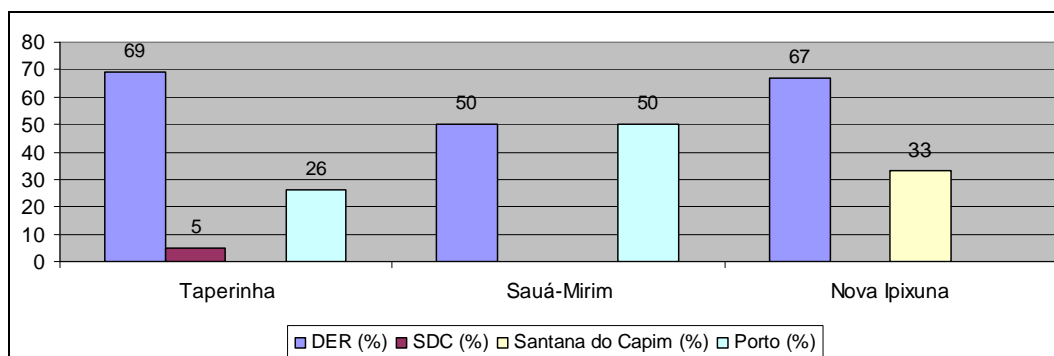


Gráfico 4 – Local de venda dos produtos agrícolas por unidade doméstica. Comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, 2008

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Com a venda do excedente da produção, o camponês passa a adquirir produtos não cultivados, que respondem por sua dieta alimentar e necessidades básicas. O espaço, na roça, destinado à horta, a cada ano que passa, diminui, cedendo lugar para o cultivo da mandioca. Os alimentos não cultivados são adquiridos na DER, de acordo com os intervalos da produção (semanal, quinzenal ou mensal). Nas unidades domésticas, a produção quinzenal corresponde a 52%, enquanto que a produção mensal corresponde a 45% e, com menor tempo, há a produção semanal, com 3%. Os alimentos adquiridos constituem a base da alimentação local (Tabela 2).

A carne salgada e o peixe salgado são os alimentos não cultivados mais consumidos nas três comunidades, em decorrência de não serem beneficiadas através de energia elétrica. Ainda, com menor participação, fazem parte da dieta das comunidades, embutidos (mortadela) e arroz, feijão, café, açúcar e óleo vegetal. As mudanças nesta dieta alimentar acontecem quando é introduzida a carne de caça, o peixe in natura e/ou frutos, como o açaí, ou seja, quando as comunidades fazem uso dos recursos da floresta.

Tabela 2 - Alimentos não cultivados consumidos em Taperinha, Novos Ipixuna e Sauá-Mirim

Carne	Embutidos	Grãos	Outros
Bovina salgada	Mortadela	Feijão	Açúcar
Peixe salgado		Café	Óleo vegetal
		Arroz	

Fonte: Trabalho de campo (2007)

O uso excessivo de carne salgada compromete a saúde dos atores sociais. Dentre os problemas de saúde com alta incidência de ocorrência, encontram-se a gastrite e a úlcera, patologias reincidentes nas três comunidades, acompanhadas de outras queixas, como a ocorrência de lumbricóide, reumatismo, dores na coluna, malária e hanseníase. Durante a etapa de campo, ocorrida em agosto de 2007, houve um óbito por hanseníase, em Taperinha, que foi o terceiro caso em uma única família.

A busca por saúde pública é um dilema para as pessoas que pertencem territorialmente ao município de São Domingos do Capim, sobretudo às localizadas distante da sede municipal. Diante da necessidade de consultas de rotina ou de uma emergência, estas pessoas buscam atendimento nos municípios próximos, como Santana do Capim, Aurora do Pará, Mãe do Rio ou Tome-Açu. Muitas vezes estes municípios rejeitam pacientes de outros domicílios municipais, deixando-os, assim, sem assistência básica à saúde.

O panorama geral das comunidades apresenta problemáticas, características e percentuais que demonstram correspondência entre elas. Denotando, assim, expressiva continuidade: mesmo em um território marcado por territorialidades híbridas entre os grupos sociais, existem elementos que perpassam suas fronteiras, tornando-as flexíveis quando necessárias. Exibem, com isto, uma realidade com perfil semelhante, tal como foi demonstrado nos dados apresentados.

5.1 COBERTURA VEGETAL

As formações vegetais que cobrem o território das comunidades e seu entorno, de acordo com dados do IBGE (2004), são classificadas como Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Da), Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Db) e, com maior extensão de cobertura, a

vegetação secundária (D). A base de dados sobre a vegetação fornecida pelo IBGE divergiu da observação *in loco*, durante o trabalho de campo.

A classificação do IBGE considera a cobertura da margem do Baixo Capim como sendo de Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Contudo, ao percorrer esta margem, atenta-se para a predominância de pastos abertos (ver carta imagem de localização da área de estudo) decorrentes da expansão madeireira e agropecuária (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979; CAYRES, 1999; MEDINA, 2003; SHANLEY; MEDINA, 2005; ACEVEDO MARIN, 2007; CASTRO, 2006; LIMA, 2007). As Fotografias 6 e 7 revelam o pasto e, ao fundo, os troncos de árvores queimadas. A paisagem é contínua entre o pasto (para pecuária) e a agricultura itinerante, como consequência da atual política de assentamento adotada pelo INCRA, órgão responsável pelos assentamentos recentes, firmados nas margens do baixo rio Capim (Mapa 2).

A Fotografia 6 demonstra uma fazenda localizada na margem do rio Capim. Esta propriedade se estende por alguns quilômetros, até as proximidades da PA-252, expondo sobre a paisagem a presença de uma cobertura vegetal adversa à imagem de uma Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Fotografia 8). O cenário, tal como registrado nas Figuras 6 e 7, é caracterizado pela presença de cerca, arame e pasto.

O segundo equívoco apresentado nos dados do IBGE refere-se à homogeneização que este órgão faz acerca da cobertura vegetal do território das comunidades pesquisadas, com a presença ininterrupta da mata secundária. O trabalho de campo permitiu verificar a presença de várzeas e uma pequena faixa de mata de terra-firme, que antecede a várzea do igarapé Naxi. Nestas formações vegetais, dá-se destaque para algumas espécies, como virola, pará-pará, morototó e anani. Partindo-se dos estudos de campo, classificou-se a cobertura vegetal das comunidades como sendo heterogênea, com presença de capoeiras e Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas, bem representadas nas várzeas dos igarapés Naxi, Buiuçu e Serra-Velha, assim como também nas várzeas que contornam os lagos do Sauá-Mirim (Mapa 2).



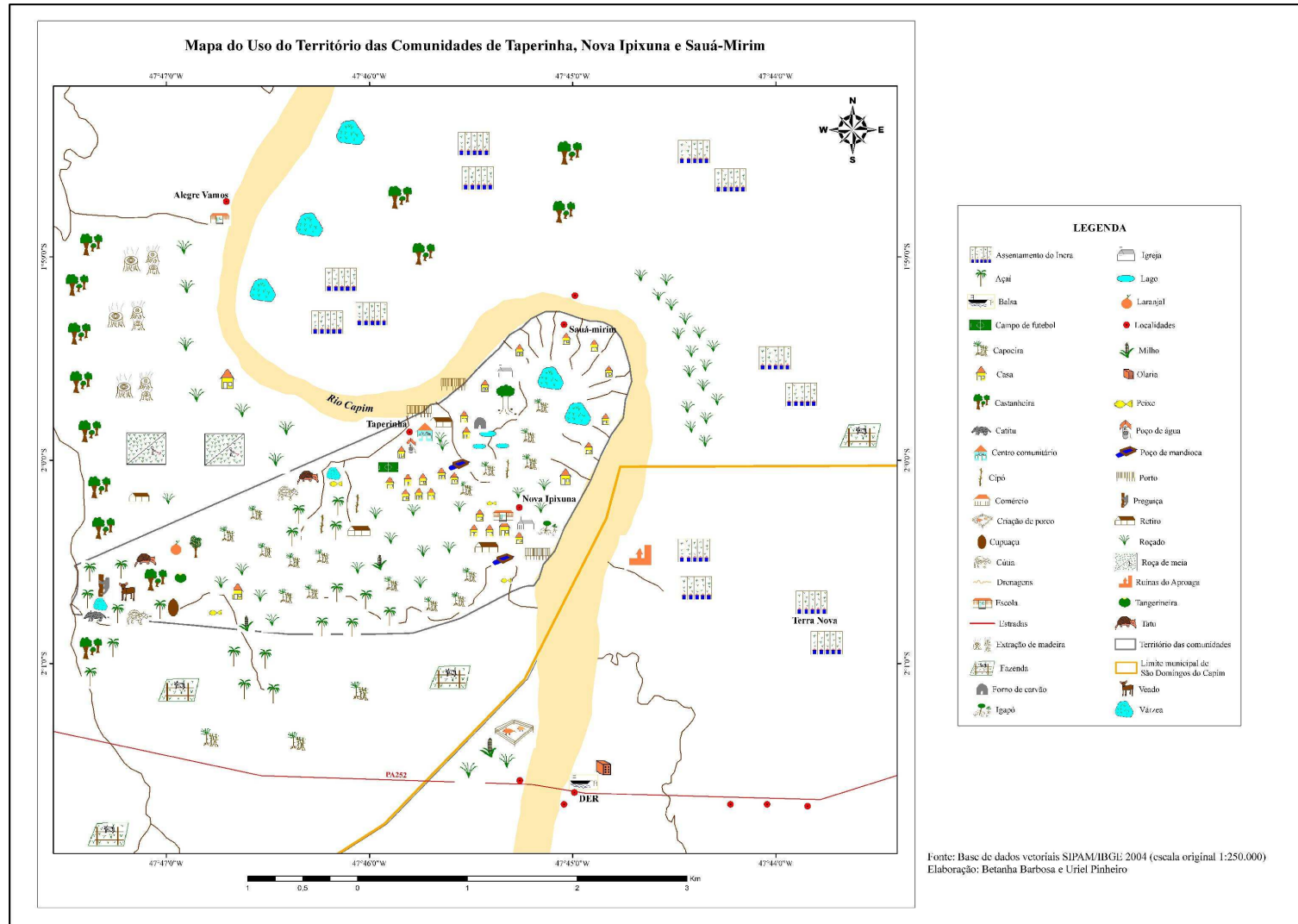
Fotografia 6 - Fazenda localizada na margem do rio Capim
Fonte: Barbosa (2007)



Fotografia 7 - Cobertura vegetal do entorno da área de estudo. Segundo o banco de dados do IBGE (2004), ela foi classificada como Floresta Ombrófila Densa Aluvial
Fonte: Barbosa (2007)



Fotografia 8 - Imagem da várzea do Igarapé Buiçu. Lugar que, segundo dos dados fornecidos pelo IBGE (2004), seria de mata de capoeira. De acordo com o trabalho de campo, nestas ocorre manchas de Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixa
Fonte: Barbosa (2007)



Mapa 2: Uso do território das comunidades Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim
 Fonte: Base de dados vetoriais SIPAM/IBGE (2004)

5.2 ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E ARRANJOS NO USO DOS RECURSOS

5.2.1 Nova Ipixuna

Foi a primeira parada no *survey*, em 2006. Tornando-se um porto obrigatório nas várias idas e vindas da pesquisa de campo. Haja vista que Nova Ipixuna é o lar do senhor Vergino dos Santos, um dos grandes colaboradores desta pesquisa.

O caminho percorrido foi DER-Nova Ipixuna. Seguindo este sentido, o primeiro porto existente é o “porto do Joãozito”. Em seguida há o porto do senhor Vergino dos Santos, em frente às ruínas do antigo engenho Aproaga.

Segundo os conhecimentos dos senhores João Luz e Vergino dos Santos, é que Nova Ipixuna se organiza espacialmente. Entre Nova Ipixuna e Taperinha, o limite de uso dos recursos naturais é marcado por um muro natural de castanheiras. O limite com o Sauá-Mirim dá-se no igarapé Simão. Esta comunidade encontra-se localizada nas coordenadas 02°00’336”S e 047°45’366”W.

A área do patrimônio, na qual se encontram edificadas as residências do senhor João Luz e seus filhos, é composta por 5 unidades familiares, dispostas sob forma circular. A igreja de Nossa Senhora da Conceição, a escola e as residências distanciam-se umas das outras, de acordo com a disposição dada pelo senhor João Luz: “Eu que mando fazer assim. As casas ficam afastadas. É só uma família, mas assim evita saber o que acontece na casa do outro”. Distando cerca de 600 metros até um braço do rio Ipixuna, inicia-se o domínio do senhor Vergino dos Santos, formado por uma única unidade familiar.

Nova Ipixuna possui uma população total de 27 pessoas, das quais 52% são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino (Gráfico 5). No que respeita à faixa etária (Gráfico 6), destaca-se uma maior concentração da população adulta na faixa etária dos 18 aos 30 anos, com maior percentual do sexo masculino. A segunda maior incidência é a faixa etária de 0 a 12 anos. Nesta faixa etária (crianças) há um maior percentual da população feminina. As demais faixas etárias se mantêm inferior a 22%.

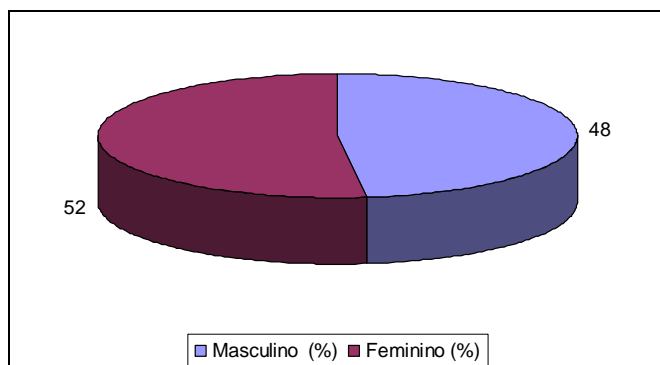


Gráfico 5 – Distribuição da população de Nova Ipixuna por sexo, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

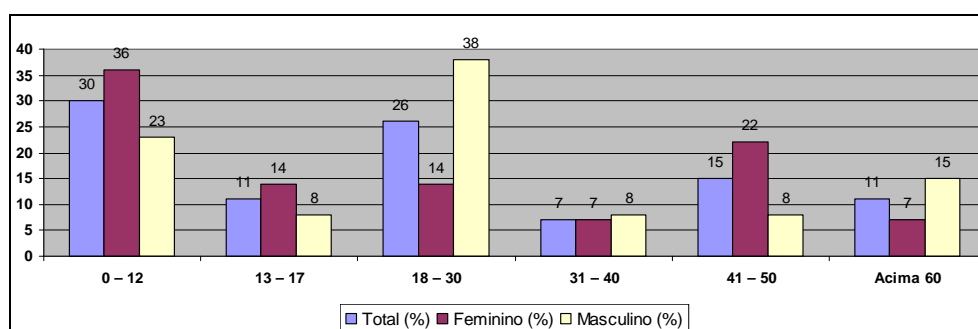


Gráfico 6 – Distribuição da população de Nova Ipixuna por sexo e de acordo com a faixa etária, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A escola existente oferece ensino fundamental (1ª a 4ª séries) em turmas multisseriadas e atende crianças e jovens de Nova Ipixuna, Taperinha e Sauá-Mirim. Os percentuais de escolaridade dão destaque ao ensino fundamental de 1ª a 4ª série, relacionado à presença de crianças de 0 a 12 anos na escola. Com igual percentual soma-se o ensino fundamental incompleto, que corresponde à escolaridade dos adultos, e os sem escolaridade, que compreendem uma parcela dos adultos e os idosos acima de 60 anos (Gráfico 7).

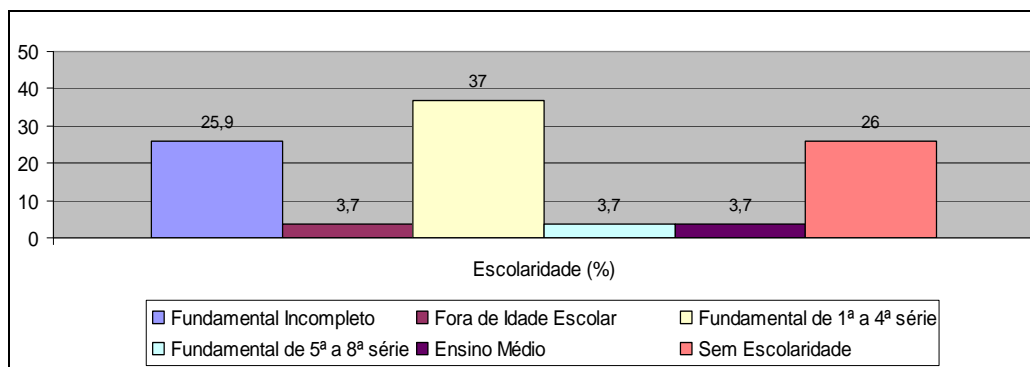


Gráfico 7 – Distribuição da população da comunidade de Nova Ipixuna por escolaridade, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Os outros percentuais significativos referem-se ao ensino fundamental de 5ª a 8ª série, ao ensino médio e às crianças fora de idade escolar. Entre a população adulta e idosa predomina a baixa escolaridade, ampliando os percentuais de ensino fundamental incompleto e dos sem escolaridade.

A presença do sexo feminino na escola é mais duradoura do que a participação masculina. No caso dos mais jovens, o abandono dos estudos se faz, geralmente, já no ensino fundamental de 1ª a 4ª série. É válido ressaltar que a exigência da mão-de-obra masculina na roça se faz desde a infância, daí se considerar os percentuais masculinos de baixa escolaridade como consequência ou característica da agricultura camponesa, que necessita de mão-de-obra doméstica. Outro fato significativo refere-se à própria divisão do trabalho entre os gêneros: para a mulher, desde a infância, cabem as atividades domésticas; para o homem, o trabalho na roça. A mulher assume atividades na roça, sobretudo após o casamento, seguindo a comunhão nas atividades, para a manutenção da unidade doméstica.

No núcleo de Nova Ipixuna, habitado pela família do senhor João Luz, há um gerador elétrico movido a óleo diesel, o qual é ligado diariamente das 18h30min às 20h30min. A compra do óleo resulta de contribuições coletivas. Todas as residências possuem fiação elétrica vinculada ao gerador central. A escola e a Igreja recebem energia elétrica por conta das contribuições coletivas. Sendo utilizadas eventualmente para outros fins, que não aos primeiros que se destinam: na escola, para as festas noturnas realizadas na sala de aula, transformada em salão. Ocorre o mesmo na Igreja, em decorrência das festividades noturnas do Divino Espírito Santo, padroeiro de Nova Ipixuna.

A rede de drenagem que serve à comunidade de Nova Ipixuna é formada pelo igarapé Ipixuna, que possui um longo curso pelo território. Ele é utilizado, sobretudo, para

pesca, para o consumo doméstico de água e como poço para o depósito mandioca (no processo de fabrico da farinha), tal como pode ser observado no Mapa 2. A várzea do rio geralmente é reservada para a coleta da caça. Mesmo durante o verão, em que o volume de água baixa significativamente, o uso do igarapé Ipixuna é constante e diverso, sendo de grande representatividade para a comunidade. Foi em razão dele que Gil Herculano escolheu estrategicamente a abertura do povoado, próximo à margem. Assim, observa-se que a característica de uma rede de drenagem direciona papéis sociais, inclusive por permitir o estabelecimento estratégico de povoações ao longo de seu curso.

Partindo de Nova Ipixuna, são verificados quatro caminhos, três terrestres e um fluvial, com saída pelo porto, destinando-se para a DER. Dos caminhos terrestres, um se direciona para a residência do senhor Vergino dos Santos, a uma distância de 20 minutos de caminhada. O outro caminho destina-se à comunidade de Taperinha, sendo um pouco mais longo, pois atravessa o igarapé Simão. Verifica-se a existência de roças e de grande extensão de capoeiras nos dois lados deste caminho. Entre as roças e o igarapé Simão, ainda neste caminho, há uma bifurcação, na qual uma das trilhas segue até Taperinha e a outra trilha leva até o Sauá-Mirim. Nas paisagens que seguem as trilhas predominam capoeira e roças. O terceiro caminho é o que interliga a localidade com Benevides e a DER, por meio de um ramal até a PA-252. Estas trilhas e caminhos ficam com o mato alto pelo inverno, dificultando a locomoção e sua limpeza ocorre de forma coletiva, somente no verão. Esta tarefa é realizada pelos homens, que reúnem suas ferramentas (enxadas, terçados, foices) e, em mutirão, percorrem os caminhos, trilhas e ramais, cortando o mato e refazendo as pontes.

Dentre os ambientes amazônicos, a terra-firme se sobrepõe em extensão à várzea, em Nova Ipixuna. A capoeira é a paisagem mais comum do local e a várzea possui pequena porção. A pequena várzea e a abundante capoeira permitem práticas extrativistas como a caça, a pesca e a coleta de frutos e cipós. Juntamente com a roça de mandioca respondem pela produção local.

5.2.1.1 Uso de quintais

Os quintais de Nova Ipixuna são utilizados para o cultivo de frutas (Tabela 3), ervas medicinais (Tabela 4) e criação de animais (Tabela 5). O quintal é um espaço exclusivo da unidade familiar. Sua limpeza é uma tarefa exclusivamente feminina, assim como o cuidado com a criação e o plantio das ervas medicinais. Como a organização espacial permite um

afastamento entre as casas, as laterais e os fundos são utilizados como quintal. Em Nova Ipixuna, os quintais apresentam-se limpos e os animais são criados com manejo extensivo.

Tabela 3 - Frutas presentes nos quintais de Nova Ipixuna

Fruta	Quem plantou	Distancia	Destino	Valor unitário	Quantidade
Coco	Esposa	5m	Consumo		
Limão galego	Esposa	5m	Consumo		
Mamão	Esposa	5m	Consumo		
Pupunha	Esposa	6m	Consumo/venda	R\$ 5,00	Cacho
Caju	Esposa	6m	Consumo		
Açaí	Esposa	6m	Consumo/venda	R\$ 15,00	Lata
Abacaxi	Esposa	6m	Consumo		
Tucumã	Esposa	6m	Consumo		
Laranja	Esposa	6m	Consumo		
Cupuaçu	Esposa	9m	Consumo		
Goiaba	Esposa	7m	Consumo		
Manga	Esposa	6m	Consumo		

Fonte: Trabalho de campo (2007)

As ervas medicinais distam 4m das casas. O grupo de ervas apresentadas na Tabela 4 ocorre de forma irregular nos quintais. As unidades domésticas que apresentam maior número de ervas pertencem aos senhores Vergino dos Santos e João Luz. As frutas ficam mais distantes das casas em média 6m. A Tabela 3 indica a ocorrência de frutas nos quintais. Apenas o açaí e a pupunha que além do consumo também são destinados ao comércio.

Tabela 4 - Ervas medicinais encontradas nos quintais de Nova Ipixuna

Nome popular	Indicação
Erva-cidreira	Calmante, insônia
Capim marinho	Cólica e fungicida
Pião-roxo	Cicatrizante
Marupazinho	Diarréia e ameba
Pau-de-angola	Gripe e resfriado
Pariri	Anemia
Jucá	Diabete

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Tabela 5 - A criação nos quintais de Nova Ipixuna

Criação	Quem cuida	Destino	Unidade
Suínos	Esposa	Consumo	4
Galinha	Esposa	Consumo	12
Pato	Esposa	Consumo	5

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A criação é incipiente, destinada exclusivamente para o consumo doméstico. Os quintais não são limitados por cercas e os animais transitam entre eles livremente. Há destaque para a criação de galinha (12 animais), em maior quantidade, seguida das criações de pato, com 5 unidades e de suínos, com 4 unidades.

Regras de uso e acesso de quintais

Mesmo considerados como espaços exclusivos da unidade familiar, os quintais podem ser utilizados pelos vizinhos, exceto para a extração de frutas consideradas escassas, como a pupunha e o cupuaçu, além do açaí (com valor comercial). As criações também são de uso exclusivo da unidade doméstica. As demais frutas e ervas podem ser colhidas sem a necessidade de permissão. As frutas dos quintais podem ser comercializadas. No entanto, o que impede sua comercialização são a baixa quantidade disponível ou a baixa oferta, que não permitem a geração de excedente para o comércio. O açaí é a única fruta que só pode ser comercializada caso seja de origem dos quintais. Entre as três comunidades aqui analisadas, foi percebido um maior cuidado no uso dos quintais em Nova Ipixuna.

Frutas como o cupuaçu, quando maduras, caem e permanecem no chão até serem coletadas pelos atores da unidade doméstica. Não há registro de casos em que o vizinho tenha apanhado a fruta antes do dono. O senhor João da Conceição, 33 anos, salienta isto: “nós sabemos o valor da fruta e não vamos tirar do nosso vizinho. Até porque é nosso irmão. Temos que respeitar o quintal do vizinho”. O uso mais flexível dos quintais, em Nova Ipixuna, deve-se ao fato da comunidade ter sido formada a partir da hereditariedade, entre pais e filhos. Seguindo gerações, a tradição facilitou a solidariedade e o respeito às regras.

5.2.1.2 Atividades extrativistas

Caça

A caça é uma atividade complementar desenvolvida em Nova Ipixuna, na qual não foi observada a participação de mulheres. É realizada em grupo durante o inverno, nos meses de dezembro a março. Os caçadores se deslocam à tarde para espalhar as armadilhas e marcar as árvores indicadoras da direção do trajeto da caçada. Ao anoitecer, ficam à espreita, retornando ao amanhecer. Cada grupo pratica, em média, quatro caçadas por período. As espécies encontradas, de acordo com os interlocutores, foram paca, caititu e tatu (Tabela 6). O senhor João da Conceição relatou o seguinte, acerca da caça:

A caça tá muito difícil. Às vezes a gente passa um dia, volta no outro e não consegue nada. Aqui a gente não se confia mais na caça. Se depender da caça, meus filhos passam fome. Eu deixo uma armadilha aí na várzea do Ipixuna e de manhã eu não encontro nada. Às vezes tem. Pior é quando a gente vai lá pro Buiuçu, que é distante e não volta com nada. São esses os bichos que a gente caça aqui. Preguiça, por aqui não tem.

Tabela 6 - Espécies e locais de caça da comunidade de Nova Ipixuna

Caça/espécie	Período de caça	Local de caça	Distância da casa	Local da caça	Distância da casa
Caititu	Inverno	Ig. Ipixuna	500m	Ig. Buiuçu	4km
Tatu	Inverno	Ig. Ipixuna	500m	Ig. Buiuçu	4km
Paca	Inverno	Ig. Ipixuna	500m	Ig. Buiuçu	4Km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

São dois locais de caça: as várzeas dos igarapés Ipixuna e Buiuçu. As distâncias variam entre 300m a 4km, com relação à casa. A várzea do igarapé Ipixuna é mais próxima e está dentro da permissão de uso de recursos, disponível para a comunidade. A várzea do igarapé Buiuçu é a mais distante e se localiza dentro dos limites da comunidade de Taperinha. A caça destina-se ao consumo. A prática da caça passa por um período de baixa e descrédito, em razão da diminuição significativa das espécies. A pressão sobre o território, para o aumento das áreas de cultivo, tem provocado o insucesso desta atividade. Os caçadores são adultos acima de 30 anos. Entre os jovens, a caça é estereotipada como uma prática de “perda

de tempo”, tal como relata a senhora Maria Idalina dos Santos, 42 anos, em seu depoimento à pesquisadora:

A caça quem faz são os homens, os pais de família. Os rapazes não querem saber de caça. Dizem que vai pro mato e só perde tempo, mas tá difícil. Eu ainda comi muita caça, mas lá em casa. Na invernada que parece vez ou outra uma caça. Mas onde os bichos vão se esconder? É roça pra todo lado. E aqui em Ipixuna a caça dá mais na várzea.

O relato acima demonstra o avanço da agricultura e o recuo da prática de caçar. A abertura de roças e seu posterior abandono, que deixa o local descampado, e abertura de outra roça, em outro local, é um ciclo constante na realidade da comunidade, em decorrência, inclusive, do apodrecimento da raiz de mandioca. Assim, diante da retração nos ambientes destinados para a reprodução, alimentação, proteção e abrigo, ocorre a escassez das espécies de caça, em Nova Ipixuna.

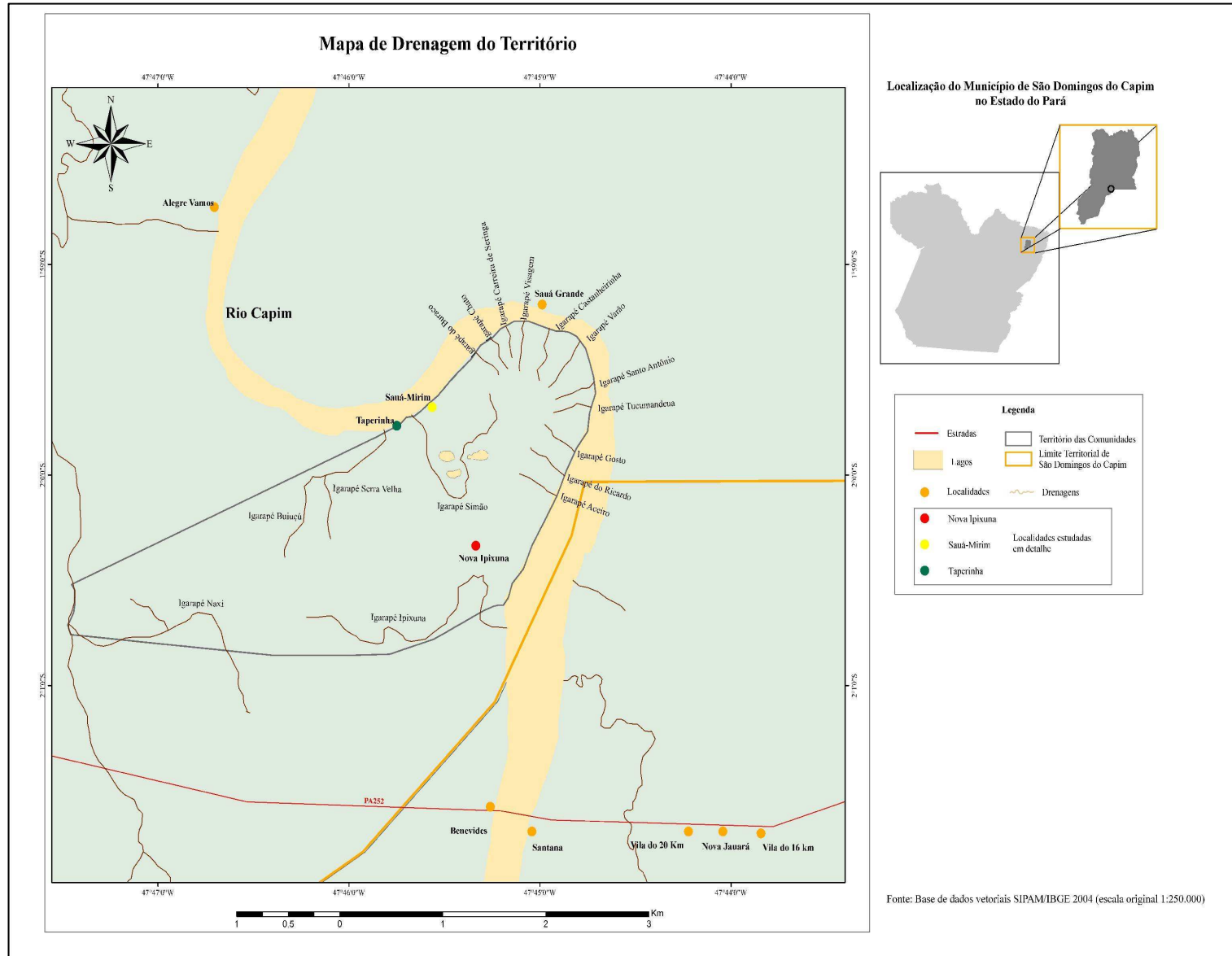
Regras de acesso e uso

A caça é permitida, dentro do território que compreende o domínio de Nova Ipixuna, exclusivamente para as unidades familiares locais. É vetada a caça de animal em período de reprodução e de animais de pequeno porte, assim como também sua comercialização. As trilhas de caça são demarcadas por símbolos que identificam a rota de um grupo. São territorialidades que delimitam o raio de ação de cada grupo de caça. Os símbolos inscritos nas árvores servem para guiar e delimitar o acesso dos grupos pela várzea. Após uma caçada, quando há saldo de espécies, a caça é dividida entre os caçadores.

Caso a opção pelo local de caça seja a várzea do igarapé Buiuçu, o grupo de caçadores terá que pedir permissão de acesso aos senhores Henrique dos Santos e América dos Santos, pois esta várzea pertence ao domínio de acesso dos atores sociais de Taperinha. A caça da várzea do igarapé Buiuçu sofre as mesmas regras de uso da várzea do Ipixuna, também não podendo ser comercializada. Mesmo integrando um território único, as três comunidades demonstram cotidianamente territorialidades específicas, esboçadas segundo o uso dos recursos naturais disponíveis, criando limites e impondo barreiras de acesso e de uso. Revelando, através das respectivas peculiaridades, uma transposição do ambiente, único, particularizando-o. Na concepção destes atores, o território deverá ser respeitado, assim como a permissão de acesso.

Pesca

A pesca, assim como a caça, é uma atividade que ocorre eventualmente no igarapé Ipixuna e no rio Capim (Tabela 7). No igarapé Ipixuna, o acesso à pesca é restrito à comunidade (Mapa 4). A pesca é realizada a uma distância de 500m da casa. São obtidos peixes de porte pequeno, em que são utilizados anzol e linha ou camboa. Esse evento ocorre, sobretudo, durante o inverno, quando o volume de água dos rios aumenta, permitindo a entrada de uma maior quantidade de peixes no igarapé Ipixuna. A pesca no rio Capim também ocorre no inverno e é realizada com anzol e linha e pequenas redes. Os pescadores valem-se de canoas, conseguindo distanciar-se cerca de 2km da casa.



Mapa 3 – Drenagem do território

Fonte: Base de dados vetoriais SIPAM/IBGE (2004)

Tabela 7 - Espécies de peixes encontradas no Igarapé Ipixuna e no rio Capim, pela comunidade de Nova Ipixuna

Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 1	Distância da casa
Giju	Inverno	Ig. Ipixuna	500m
Acará	Inverno	Ig. Ipixuna	500m
Sarapó	Inverno	Ig. Ipixuna	500m
Traíra	Inverno	Ig. Ipixuna	500m
Tuí	Inverno	Ig. Ipixuna	500m
Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 2	Distância da casa
Tucunaré	Inverno	Rio Capim	2km
Assaranha	Inverno	Rio Capim	2km
Piranha	Inverno	Rio Capim	2km
Surumbi	Inverno	Rio Capim	2km
Paboca	Inverno	Rio Capim	2km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A pesca no igarapé Ipixuna é uma atividade que as mulheres realizam com as crianças. A pesca no rio Capim, no entanto, é uma prática masculina. Há na comunidade uma queixa recorrente à falta do pescado. Assim como também a caça, a pesca parece aos mais jovens uma atividade que não tem resultado, sendo somente “perda de tempo”. Geralmente é realizada no intervalo em que a mandioca fica amolecendo no poço, de molho.

Regras de acesso e uso

Tal como a caça, o igarapé Ipixuna é espaço exclusivo para a pesca dos comunitários locais. As regras de acesso e uso seguem as mesmas dos avós. O peixe proveniente do igarapé Ipixuna não pode ser comercializado. Caso a quantidade de pescado exceda o consumo diário da unidade doméstica, o excedente deverá ser dividido entre os vizinhos. Desta forma, a comunidade impede o uso excessivo do recurso natural por um usuário e garante o uso a todos. Os instrumentos de pesca pertencem ao grupo de pesca, que se juntam previamente para costurar as redes, preparar os anzóis, as iscas e fazer as camboas. Cada grupo de pesca detém seus instrumentos de trabalho.

A pesca originária do rio Capim pode ser comercializada. No entendimento dos atores sociais, o rio Capim é um ambiente de todas as comunidades. Sendo assim, não podem

criar regras para um rio que é de todos! Tal como afirma o senhor João Luz: “O peixe do Capim pode vender, né. A gente não pode mandar no Capim, mas se for do Ipixuna, que passa aqui dentro da nossa área, o camarada não pode vender. Isso não!”. Percebe-se que as regras são associadas à posse sobre o território, ou seja, criam-se regras de uso e de acesso aos recursos pertencentes aos ambientes formadores do território.

5.2.1.3 Capoeira e várzea

Por possuir grande extensão de terra-firme, em Nova Ipixuna as capoeiras dominam a paisagem, sendo utilizadas na mesma proporção da caça e da pesca, pois a quantidade de espécies é pequena (Tabela 8).

As capoeiras mais próximas estão a 500m de distância e as mais distantes a 1 km das unidades domésticas. Existem capoeiras em diversos estágios de formação, em Nova Ipixuna é possível encontrar capoeiras com 10 anos, são as que possuem árvores de maior porte, e capoeiras de 5 e 3 anos. Esse tempo maior de formação de capoeira deve-se por serem locais rejeitados para abertura de roça, fato singular dentro do contexto do território das comunidades, em que capoeiras são de pequeno porte e com idade abaixo de 10 anos. Os frutos colhidos da capoeira são miriti, açaí, bacaba e patauá e uma fibra conhecida como cipó-açu, este o único recurso natural dentre os citados que pode ser comercializado para a fabricação de vassouras e camboa.

Tabela 8 - Recursos naturais extraídos das capoeiras, em Nova Ipixuna

Fruto/fibra	Período de coleta	Distância da casa
Bacaba	Janeiro/maio	2km
Açaí	Janeiro/Junho	500m a 1km
Miriti	Janeiro/fevereiro	500m a 1km
Patauá	Janeiro/fevereiro	500m a 1km
Cipó-açu	Ano todo	2Km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A várzea do igarapé Ipixuna oferece açaí e bacaba, que seguem por um raio de cerca de 100m, partido das margens do Igarapé. A porção da várzea localizada próxima ao patrimônio da comunidade não apresenta mais frutos e fibras. Na medida em que se adentra

na várzea e se distancia do patrimônio, observa-se uma gradativa ocorrência de fibras e frutos. Trata-se de uma pequena várzea, comparada com as várzeas dos igarapés Naxi e Buiçu. O cipó-açu e a bacaba são os que se encontram mais distantes das unidades domésticas, em média 2 km.

Regras de acesso e uso

O acesso aos ambientes de várzea e capoeira de Nova Ipixuna é restrito às unidades domésticas. O uso dos recursos naturais é garantido para o consumo. O único recurso que pode ser comercializado é o cipó-açu. Tal como foi apresentado no uso dos quintais, o açaí também pode ser comercializado, porém, o açaí da várzea é de uso determinado ao consumo, uma vez que a comunidade entende os quintais como espaços restritos às unidades domésticas e as várzeas e capoeiras como espaços coletivos.

Para não haver uso excessivo, o usuário deverá retirar o necessário para seu consumo diário. Dentre os recursos naturais existentes, o que possui maior valor, devido à cultura do consumo regional, é o açaí. Quando a capacidade de consumo diário da unidade doméstica é excedida, o mesmo deverá ser partilhado (suco ou fruto) com as demais unidades domésticas.

Com relação ao uso livre do cipó-açu, foi encontrada, entre as 6 unidades domésticas que formam a comunidade de Nova Ipixuna, somente uma que fazia uso, para a fabricação de vassouras. Uma vassoura é comercializada por R\$ 5,00, com uma produção de 5 vassouras por mês. Os demais não usam a fibra devido à distância de 2 km para sua extração e, por considerarem grande o trabalho empregado (desfiar a fibra, secar e amarrar para fazer as vassouras etc). Desta forma, como o cipó-açu não é um recurso natural valorizado na comunidade, seu uso é livre.

5.2.2 Sauá-Mirim

A comunidade de Sauá-Mirim localiza-se nas coordenadas 01°59'642"S e 047°45'592"W. As suas unidades domésticas estão dispostas perpendicularmente ao rio Capim (Mapa 2) e distribuídas em dois núcleos: o mais antigo, próximo ao porto da Taperinha, e outro mais recente, próximo ao porto de Nova Ipixuna. Devido a esta peculiaridade de sua extensão, horizontal, o "Sauá", tal como é conhecido localmente, não

apresenta núcleo concêntrico, como as demais comunidades. Em virtude de possuir uma estreita faixa de terra-firme, em que seus fundos são cobertos por várzea, houve uma dispersão da comunidade ao longo da margem do rio. Em suma, o território do Sauá-Mirim é constituído por grande extensão de várzea e possui a maior rede de drenagem com igarapés e lagos, deste território (Mapa 3).

O núcleo mais antigo do Sauá-Mirim possui dois caminhos que se comunicam com as comunidades de Taperinha e Nova Ipixuna, enquanto que a porção do Sauá-Mirim de ocupação recente não possui caminhos ou trilhas interligando-a às outras comunidades. Por isto, para percorrer o Sauá-Mirim de ocupação recente, exige-se barco ou canoa.

A comunidade não dispõe de escola, os estudantes vinculam-se às escolas de Taperinha e Nova Ipixuna, os quais se deslocam de canoa até os portos das duas comunidades que possuem escolas. O nível de escolaridade é considerado baixo: em uma população de 62 pessoas, 37 % (o maior percentual) correspondem ao ensino fundamental Incompleto, que abriga os adultos. As crianças e jovens cursando o ensino fundamental de 1ª a 4ª série somam 22 %. Outro índice a ser considerado é os dos 16% sem escolaridade (Gráfico 8).

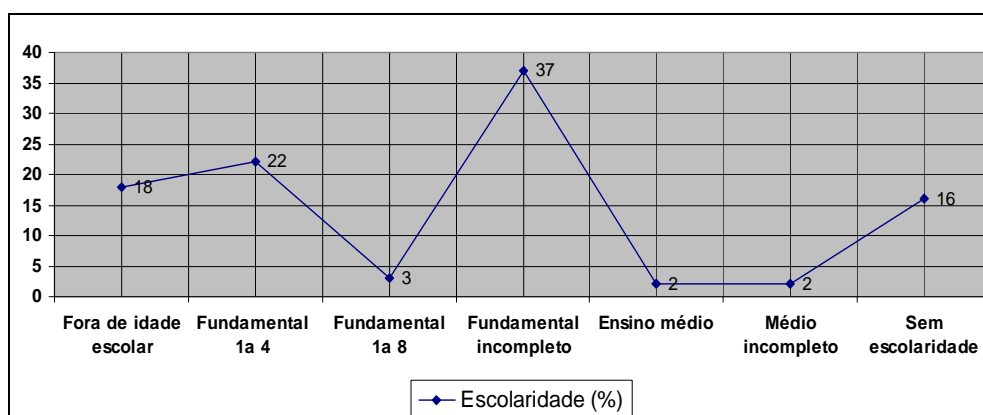


Gráfico 8 – Distribuição da população de Sauá-Mirim de acordo com a escolaridade, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A população do Sauá-Mirim é constituída, em sua maioria, por crianças e jovens (Gráfico 9). A fraca presença de adultos na formação etária da população é consequência do processo de migração, em que os primogênitos de muitas unidades domésticas migraram para outras áreas, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida.

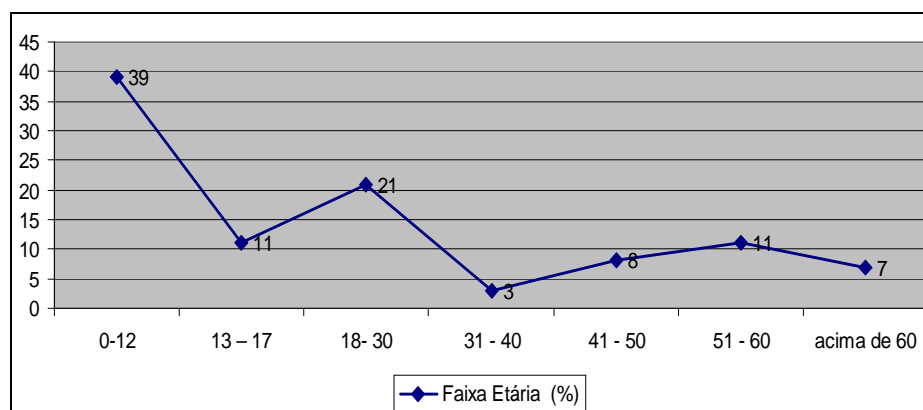


Gráfico 9 – Distribuição da população de Sauá-Mirim por faixa etária, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Sauá-Mirim é conhecida como “bico da ponta” em razão da disposição de seu território, que a localiza na borda de um meandro do rio Capim (Mapa 2). O igarapé Simão é o mais utilizado pela comunidade, além da sua função política, que separa os ambientes de acesso aos recursos naturais, entre a comunidade e Taperinha. O igarapé Simão nasce próximo aos lagos e corta o território de Taperinha. Em seguida, entra novamente no Sauá-Mirim para então desaguar no rio Capim.

Depois do Igarapé Simão, seguindo pela margem do Capim, à montante da foz, foram mapeados 11 igarapés ou furos (Mapa 3). São eles: igarapé Chato, igarapé Carreira de Seringa, igarapé Visage, igarapé Castanheirinha, igarapé Varão, igarapé Santo Antônio, igarapé Tucumandeua, igarapé Gosto, igarapé do Ricardo, igarapé Aceiro e igarapé do Buraco.

As nascentes partem de uma várzea que se estende para em seguida dar lugar a uma estreita faixa de terra-firme, representada por uma singela faixa de capoeira. No noroeste da várzea localizam-se três lagos, que, no verão, perdem o volume de água e, no inverno, ganham dimensão. Também há um lago artificial encobrendo a várzea, em decorrência da abertura de um ramal feito para interligar Taperinha e Sauá-Mirim à DER. O ramal atravessa o igarapé Simão, sendo aterrado neste perímetro, por não ter sido canalizado, para permitir o fluxo do igarapé, houve a formação de um lago artificial, próximo à nascente do igarapé Simão. Por transformar um ambiente de várzea em lago artificial, sem corrente, a vegetação característica da várzea, sensível à mudança de ambiente, não suportou o “alagamento e passou a apodrecer as árvores”, como informa o senhor Antônio Coutinho. Isto pode ser

constatado na Fotografia 9 onde as árvores perdem as folhas e, posteriormente, apodrecem o caule, ficando frágeis e tombam.

Este impacto ambiental restringe ainda mais o uso dos recursos naturais pelas unidades domésticas, contribuindo para a sua escassez. Neste território, como a várzea constitui o maior ambiente, a estreita faixa de terra-firme não é suficiente para a disposição de roças e, conseqüentemente, para a reprodução das unidades domésticas, o que causou uma migração: os primogênitos deixam o local em busca de oportunidade para trabalhar. Com a inundação constante da várzea, os recursos naturais, antes disponíveis para o acesso, tornaram-se escassos, como caça, pesca, frutos e fibras.



Fotografia 9 - Lago artificial represando a nascente do igarapé Simão, no Sauá-Mirim

Foto: Barbosa (2007)

Em razão destes limites ambientais, as roças são cultivadas na margem direita do rio Capim. De segunda a sexta-feira, os atores sociais atravessam de uma margem para outra do rio Capim, a fim de realizarem atividades agrícolas, retornando ao entardecer. Apenas quatro unidades familiares possuíam propriedade, as demais famílias trabalham como meeiros. Não há produção agrícola ou cultivo no território do Sauá-Mirim. Foi registrada apenas a ocorrência do extrativismo e da produção de carvão vegetal neste território.

5.2.2.1 Uso de quintais

Os quintais do Sauá-Mirim destacam-se por sua diversidade de frutas e ervas medicinais e pela criação de suínos e galinhas caipiras, comparado com a produção dos quintais de Nova Ipixuna. A criação de suínos fica restrita as unidades familiares localizadas na ocupação recente, uma vez que a proximidade entre os quintais e a várzea favorece a adaptação desta criação. Tal como afirma a senhora Raimunda Luz da Silva: “Esse quintal encharcado aqui do Sauá, é muito bom para criação de porco” (Tabela 9).

Tabela 9 - Criações presentes nos quintais de Sauá-Mirim

Criação	Quem cuida	Destino	Unidade
Suíno	Esposa	Consumo	46
Galinha caipira	Esposa	Consumo	101

Fonte: Trabalho de campo (2007)

As unidades familiares são construídas a uma distância considerável umas das outras, permitindo a existência de amplos quintais. A criação dá-se de forma extensiva, sendo voltada para o consumo local. As ervas medicinais localizam-se próximas às casas, enquanto que as frutas são encontradas mais distantes (Tabela 10). Algumas unidades familiares cultivam jardins na parte frontal das residências.

Tabela 10 - Frutas presentes nos quintais de Sauá-Mirim

Fruta	Quem plantou	Distancia	Destino	Valor unitário	Quantidade
Abacaxi	Esposa	8m	Consumo		
Açaí	Esposa	10m	Consumo/venda	R\$ 20,00	Lata
Acerola	Esposa	7m	Consumo		
Ameixa	Esposa	10m	Consumo		
Banana	Esposa	7m	Consumo		
Caju	Esposa	6m	Consumo		
Castanha	Esposa	10m	Consumo/venda	R\$ 0,50	Unidade
Coco	Esposa	5m	Consumo/venda	R\$ 0,50	Unidade
Cupuaçu	Esposa	9m	Consumo/venda	R\$ 2,00	Unidade
Goiaba	Esposa	7m	Consumo		
Ingá	Esposa	7m	Consumo		
Jambo	Esposa	7m	Consumo		
Laranja	Esposa	6m	Consumo		
Limão galego	Esposa	5m	Consumo		
Pupunha	Esposa	6m	Consumo/venda	R\$ 5,00	Cacho
Tangerina	Esposa	7m	Consumo		
Tucumã	Esposa	6m	Consumo		

Fonte: Trabalho de campo (2007)

As ervas medicinais ocupam lugar no quintal de acordo com os males de saúde de cada unidade doméstica, as quais cultivam mais as plantas relacionadas às suas necessidades de cura. No que concerne às formas em que ocorre a seleção para a plantação de ervas medicinais, no quintal, a senhora Maria de Nazaré Andrade, em seu depoimento à pesquisadora, esclarece que:

Cada vizinho planta as ervas para curar a sua doença. Aqui no meu quintal eu plantei anador porque sempre tem um filho com dor. Maria-mole, pra curar a dor de barriga. Mas se aqui em casa aparecer uma doença que eu não tenha erva pra curar no meu quintal, eu vou no quintal do vizinho. Aqui a gente faz assim.

Estas ervas são cultivadas próximas às residências para facilitar a coleta. Em uma emergência, tal como salienta a senhora Raimunda Luz da Silva, 70 anos, “a gente planta o remédio perto de casa. A doença aparece sempre à noite. Aqui não tem luz. Rente a casa a gente pode apanhar”. O espaço do quintal é organizado para atender às necessidades de uso da unidade familiar, explicando-se, assim, a distância entre as áreas destinadas às frutas e às ervas (Tabela 11).

Tabela 11 – Ervas medicinais cultivadas nos quintais de Sauá-Mirim

Nome popular	Indicação	Distância da casa
Anador	Diurético	2m
Boldo	Cólica	2m
Capim-marinho	Cólica e fungicida	3m
Catinga-de-mulata	Dor-de-dente e reumatismo	3m
Cipó-alho	Reumatismo e sinusite	4m
Erva-cidreira	Calmante e insônia	3m
Jucá	Diabete	3m
Marupazinho	Diarréia e ameba	4m
Pariri	Anemia	3m
Patchuli	Cólica	3m
Pau-de-angola	Gripe e resfriado	3m

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Regras de uso e acesso de quintais

O quintal é espaço de uso exclusivo da unidade familiar. Para o acesso à maioria dos recursos naturais do quintal do vizinho, faz-se necessária a permissão dos mantenedores da unidade familiar. A limpeza cabe a mulheres e crianças. As folhas secas são queimadas no final da tarde, para não levar fumaça e fuligem para as demais unidades domésticas. Para o acesso às frutas abundantes, é exigida a permissão. No que concerne às frutas com valor comercial, a comunidade cultiva certo respeito, pois sabem que elas representam rendimento. Estas frutas, no entanto, não sofrem assédio pela comunidade.

Alguns conflitos surgem devido à criação de suínos, que, por serem criados soltos, invadem o quintal do vizinho, acabando por pisotear plantas e/ou consumir a alimentação dos demais animais. Por este motivo, diversos atores sociais afirmaram não desenvolver a criação de suínos, em preferência à boa relação com o vizinho. Quanto às ervas, caso haja necessidade de uso do quintal do vizinho, existem duas formas de diferenciadas ao seu acesso: se a necessidade ocorrer durante o dia, o necessitado terá que pedir permissão, mas, caso a necessidade ocorra durante a noite, não é obrigatório pedir permissão para o acesso.

5.2.2.2 Atividades extrativistas

Caça

A caça também é uma das atividades praticadas em Sauá-Mirim. Os homens são conhecidos pelas comunidades próximas como sendo os melhores caçadores do Baixo Capim. O ambiente dominado pela várzea não restringe esta atividade, em que são organizados em grupos de caçadores, seguindo certa hierarquia. Há o chefe do grupo, que é o conhecedor das rotas e trilhas de caça, do comportamento dos animais e é quem define as funções dentro do grupo: os que fazem as armadilhas, os que fazem abrigo na copa das árvores e os atiradores, quando utilizam rifles. Os mais jovens participam ativamente e recebem ensinamento dos mais velhos, em que, de início, são encarregados das armadilhas e, após revelar habilidade, assumem outras funções, até obter consentimento do chefe do grupo para alvejar a caça.

Os caçadores do Sauá-Mirim informaram a existência de dois locais de caça: a várzea e a “mata” do alto Capim. A várzea localiza-se no ambiente restrito ao acesso da comunidade. A caça é praticada no verão e feita com a utilização de armadilhas, em que os caçadores partem no final da tarde e retornam apenas na manhã seguinte, passando a noite à espreita da caça. São poucas as espécies ainda encontradas: paca, tatu e caititu (Tabela 12).

Tabela 12 - Espécies de caça capturadas pelos caçadores de Sauá-Mirim

Espécie de caça	Período de caça	Local de caça	Distância da casa
Caititu	Inverno	Alto Capim	40km
	Verão	Várzea	2km
Tatu	Inverno	Alto Capim	40km
	Verão	Várzea	2km
Paca	Inverno	Alto Capim	40km
	Verão	Várzea	2km
Veado	Inverno	Alto Capim	40km
Preguiça	Inverno	Alto Capim	40km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A caça na várzea, mesmo no verão, é realizada eventualmente, em razão da sua escassez. No inverno, os grupos de caçadores deslocam-se para o alto Capim utilizando barco a motor e passando de 7 a 10 dias na mata. A preferência pela caça no alto Capim deve-se à maior facilidade em se obter a caça e à maior diversidade das espécies. Tal como afirma o senhor Antônio Coutinho, chefe de um dos grupos de caça: “Nós vamos para o alto. É mais longe. A gente fica lá até 10 dias, mas a gente traz caça. A mata lá é fechada e é mata pura ainda. A caça gosta de se esconder lá”. Fazendo comparação entre a caça do alto Capim e a caça no Sauá-Mirim, o senhor Antônio considera ainda que “aqui no Sauá, a gente vai pra várzea, só tem lá pra caça ficar. Aqui a gente não tem capoeira grande, passa a noite toda e na maioria das vezes não traz nada. Eu prefiro esperar o inverno e ir pro alto Capim”.

A caça, no inverno, é realizada com maior intensidade do que a caça no verão. Durante o verão, cada grupo realiza, em média, três caçadas, sendo que cada caçada corresponde a uma noite. Enquanto que no inverno, eles praticam quatro caçadas, com duração mínima de sete dias.

Regras de acesso e uso

O acesso a qualquer ambiente é restrito às unidades domésticas da localidade. A caça deverá ser compartilhada igualmente pelo grupo de caçadores. Caso haja excedente, o mesmo,

depois da divisão, deverá ser entregue às demais unidades familiares. É vedada a caçada durante a fase de reprodução das espécies, e de animal de pequeno porte.

Existe determinada regra de acesso e uso de recursos naturais na comunidade, vinculada ao simbolismo cultural. Trata-se de impedimentos repassados pelo imaginário, criados pela comunidade e que servem para garantir a reprodução e o uso da caça, para todos. Tal como relatou a senhora Bárbara Aires da Silva, em depoimento à pesquisadora: “Não se pode caçar o bicho na prenhez, por que o caçador será cometido de uma enfermidade, padecerá com sete dias e sete noites com febre. Deve respeitar os bichos”. Completou ainda que:

Meu pai contava que teve um caçador que pegou na capoeira da Taperinha uma caça preta. Ele matou, só foi chegar em casa e cair na rede com febre. Também não pode querer levar todos os bichos para casa. Se fizer isso, nunca mais ele conseguirá caçar, a caça some da vista dele, em qualquer lugar.

A caça do alto Capim não segue as mesmas regras de acesso e de uso pregadas no território do Sauá-Mirim. No entanto, os ensinamentos permanecem sendo respeitados, quanto ao exagero e às proibições na fase de reprodução. Considerado território livre, a caça, no alto Capim, é regida por regras definidas por grupo.

Pesca

Por possuir a maior rede de drenagem, dentre as comunidades estudadas, a pesca é a atividade extrativista de maior alcance, entre as unidades familiares de Sauá-Mirim. A várzea e os lagos favorecem a prática da pesca, que acontece, preferencialmente, durante o inverno, nos igarapés do território, e durante o verão, no rio Capim. Alguns igarapés são intermitentes durante o verão, no entanto, o nível de água baixa muito neste período. Por isto há a preferência pela pesca realizada no inverno. Como no rio Capim a preferência é pela pesca durante o verão, em razão do nível de água baixar, os usuários consideram que, assim, a água fica mais limpa, dificultando o esconderijo dos peixes. A pesca também ocorre organizada em grupos, em que, no Sauá-Mirim, as mulheres podem participar. Deve-se ressaltar, do mesmo modo, que tanto nos igarapés quanto no rio Capim, a pesca ocorre nas duas estações (Tabela 13).

Os métodos de captura, nos igarapés, incluem a utilização de anzol e linha, camboa e o timbó. Este último método consiste em represar o igarapé e bater o cipó timbó na água, para soltar uma essência tóxica que paralisa os peixes. Esta técnica é empregada no verão quando o

nível de água está baixo. No rio Capim, a pesca é praticada com a utilização de anzol e linha e de rede malhadeira.

Tabela 13 - Espécies de peixes capturadas nos igarapés da comunidade de Sauá-Mirim e no rio Capim

Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 1	Distância da casa
Giju	Inverno	Igarapé	700m
Acará	Inverno	Igarapé	700m
Sarapó	Inverno	Igarapé	700m
Traíra	Inverno	Igarapé	700m
Tuí	Inverno	Igarapé	700m
Piau/Aracu	Verão	Igarapé	700m
Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 2	Distância da casa
Tucunaré	Verão	Rio Capim	1km
Assaranha	Verão	Rio Capim	1km
Piranha	Verão	Rio Capim	1km
Surumbi	Verão	Rio Capim	1km
Paboca	Verão	Rio Capim	1km
Acara	Verão	Rio Capim	500m
Piau/Aracu	Verão	Rio Capim	500m
Mandubé	Inverno	Rio Capim	1km
Pirarará	Inverno	Rio Capim	1km
Tuí	Inverno	Rio Capim	1km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A pesca, no rio Capim, é mais freqüente na comunidade do Sauá-Mirim, devido a sua proximidade com o rio. Tal como podem ser observadas no Mapa 2, as casas estão dispostas na margem do rio, sob forma de palafitas, facilitando, assim, uma maior projeção para o rio Capim, uma vantagem em relação às outras duas comunidades.

Nos igarapés, a diversidade de espécie é pequena. Segundo o senhor Antônio Silva Santos, após o represamento da nascente do igarapé Simão, o peixe tornou-se mais raro nos igarapés e lagos. Ele relata que muitas espécies de peixe não são mais encontradas nos igarapés, somente os de pequeno porte ainda resistem. O senhor Antônio Silva revela ainda que a pesca já foi uma atividade comercial da população do Sauá-Mirim, mas, na atualidade, pela pequena oferta, é destinada apenas ao consumo. Na várzea, além da pesca, também é extraído o açaí.

5.2.2.3 Capoeira e várzea

No Sauá-Mirim, a capoeira é apenas uma estreita faixa localizada após a várzea. O único recurso retirado é a lenha para fazer carvão. Na capoeira é produzido o carvão vegetal somente durante o verão. Foram encontrados dois fornos com uma produção média de 10 sacas mensais. O valor da saca é de R\$ 5,00. A capoeira fica restrita à extração da lenha, que sustenta a produção de carvão para o consumo doméstico e a venda.

Regras de acesso e uso para pesca, capoeira e várzea

Na várzea dos lagos e igarapés, a pesca e o açaí são de acesso restrito para as famílias da comunidade. Deve-se respeitar a época de reprodução dos peixes, de modo que o uso venha garantir o consumo diário. Caso a pesca produza algum excedente, deve-se oferecê-lo para as outras unidades domésticas. Na produção de pescado originada do rio Capim, não há regulamentação de acesso e uso. O açaí da várzea não pode ser comercializado. Havendo excedente, deve-se distribuí-lo aos vizinhos. O consumo diário é a medida para o uso extração.

A capoeira também é um espaço de acesso restrito às unidades domésticas do Sauá-Mirim. O uso menos intenso da capoeira é justificado, pelos atores sociais, devido à pequena extensão da terra-firme e à escassez e pouca diversidade dos recursos naturais locais. A lenha retirada para fazer o carvão não deve comprometer o uso das unidades domésticas. Por isto, cada unidade doméstica que pretenda fazer forno, para fins comerciais, não deve ultrapassar a quantidade de um forno por unidade doméstica. Assim, não se consome muita lenha, pois se releva a demora na produção, que envolve queima e retirada, que leva cerca de 10 dias. Deste modo, a comunidade considera que controla o uso da lenha.

5.2.3 Taperinha

A comunidade de Taperinha possui as seguintes coordenadas 01°59'873"S e 047°45'756"W. Detém a maior demografia e, por conseguinte, a maior área de patrimônio. A partir do porto, adentra-se por um caminho que vai se expandindo até aparecer uma bifurcação, com casas em duas fileiras, que mantêm, no centro, a escola de ensino fundamental e o centro comunitário (local das reuniões). Caminhando no sentido margem-

interior, encontra-se o campo de futebol e as residências mais recentes. No limite da Taperinha com a propriedade do senhor Estanislau Lobo da Luz, localiza-se a casa do senhor Domingos dos Santos, a uma distância de 3 km do local do patrimônio da Taperinha.

As residências são construídas de madeira. Somente uma casa, a do senhor Domingos dos Santos, é de alvenaria. Construídas na terra-firme, estas casas obedecem a uma padronização, com telhado de duas quedas, uma janela e uma porta. No interior de algumas residências, há divisão com sala, quarto e cozinha. No entanto, na organização do espaço interior das casas, predomina a existência de um único salão, sem divisão interna.

Taperinha é a comunidade com maior possibilidade de comunicação, para Nova Ipixuna, Sauá-Mirim e DER. Com destino a Nova Ipixuna, há uma trilha que divide uma grande capoeira, que, em um determinado perímetro a fecha, por possuir árvores de grande porte. Adiante, encontram-se na capoeira locais de cultivo da mandioca - assim é alternado o cultivo e a capoeira. Atravessa-se, então, o curso do igarapé Simão. São 20 minutos de caminhada no verão, quando o caminho está limpo. No inverno, este percurso dura 30 minutos, em razão dos galhos e árvores que se amontoam.

O caminho para o Sauá-Mirim é o mais curto. É um caminho que se percorre entre as castanheiras para, em seguida, cortar o igarapé Simão, em um de seus cursos mais profundos, próximo à foz. A travessia é feita sobre uma ponte de madeira, mais precisamente sobre um tronco de árvore. Do outro lado, encontra-se o Sauá-Mirim. Este percurso possui duração de cerca de 10 minutos. Para a DER, caminha-se em direção às roças e segue até a margem da PA-252. Este trajeto é realizado com a utilização de bicicleta e dura cerca de 30 minutos. No verão, este caminho permite a passagem de automóvel e moto, que circulam entre Taperinha e DER.

Na comunidade, há uma associação de moradores e um campo de futebol. A Associação Quilombolas Unidos do Rio Capim (AQURC) congrega as três comunidades quilombolas estudadas. Foi fundada em 08 de novembro de 2007. A Associação utiliza, como sede provisória, o salão da associação de moradores da Taperinha. O campo de futebol é um espaço de lazer, usado nos sábados, pelas mulheres, e no domingo, pelos homens, nas partidas de futebol. O uso do campo de futebol é limitado aos que participam de sua limpeza, que ocorre mensalmente.

A água consumida provém do igarapé Simão. Este igarapé desempenha diversas funções junto à comunidade, em que, além de servir como água para o consumo, também é utilizado como poço, para o depósito da mandioca: em certos perímetros, o igarapé é represado, aumentando o nível da água, para então depositar as sacas de mandioca, no leito do

rio. No inverno, segundo os interlocutores, a água do Igarapé Simão fica “suja”. Assim sendo, o consumo volta-se para a água poço pertencente ao senhor Henrique dos Santos, localizado no lado direito de quem entra na comunidade pelo rio Capim. Todos podem usar sua água, sem necessidade de consentimento. No entanto, devem participar da sua limpeza do poço, no verão.

A escola oferece o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, em regime multisseriado, em que manhã existe uma turma de 1ª e 2ª série e, pela tarde, há outra turma de 3ª e 4ª série. Esta escola recebe alunos (as) do Sauá-Mirim que, juntamente com os alunos da Taperinha, formam a clientela da escola. Dados demográficos como estrutura etária revelam uma população formada por uma maioria de jovens. A partir dos 30 anos, configuram-se grupos etários em declínio. Com relação à distribuição da população, por gênero, a maioria pertence ao sexo feminino (Gráfico 10).

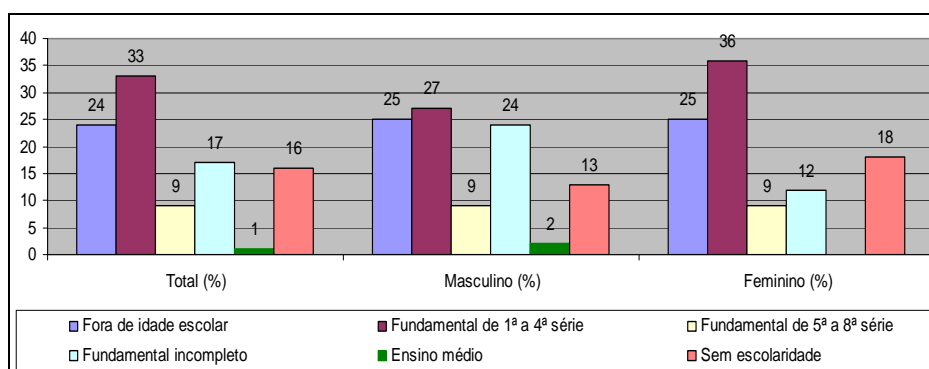


Gráfico 10 – Distribuição da população de Taperinha por escolaridade e sexo, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Um fator negativo é que esta crescente população jovem não encontra oferta de ensino. Muitos jovens não prosseguem nos estudos devido à falta de oferta do ensino fundamental maior (5ª a 8ª série) e do ensino médio. Incrementando, assim, o perfil da baixa escolaridade. Os jovens que freqüentam o ensino fundamental de 5ª a 8ª série se deslocam diariamente para Santana do Capim. Igualmente se encontra o ensino médio: com fraca participação na composição do nível de escolaridade das comunidades.

O alto índice do grupo etário de 0 a 12 anos se deve ao alto número de filhos. Trata-se de famílias numerosas, que, em média, possuem 7 filhos. As faixas etárias posteriores se apresentam em declínio, com menor representação (Gráfico 11). O índice baixo entre os adolescentes do sexo feminino é decorrente da saída das mulheres, nesta faixa etária, para o

exercício das atividades domésticas, nas cidades próximas ou na capital. É comum verificar, entre as famílias, a busca por trabalho para as adolescentes. Entendidas como estratégia de herança, estas adolescentes geralmente não retornam. Constituindo família e fixando residência fora da localidade. A senhora América dos Santos, em depoimento à pesquisadora, fez o seguinte relato, com relação à saída destas adolescentes:

Aqui, a menina logo que fica mulher, o pai arruma um serviço para ela, vai para uma casa de família, em Mãe do Rio, Aurora do Para e até para Belém, arrumam marido e ficam por lá. Aqui, os homens que ficam. Eles que trazem mulheres para cá. Pode ver dona, essas mulheres casadas, vieram de outro lugar. As daqui, vão embora.

Na Taperinha, os homens herdam dos pais a posse do território e, com o matrimônio, conquistam o direito de construir casa e cultivar a roça. Os homens adquirem este direito somente após o matrimônio. Anteriormente, eles fazem parte mão-de-obra da unidade familiar de seus pais.

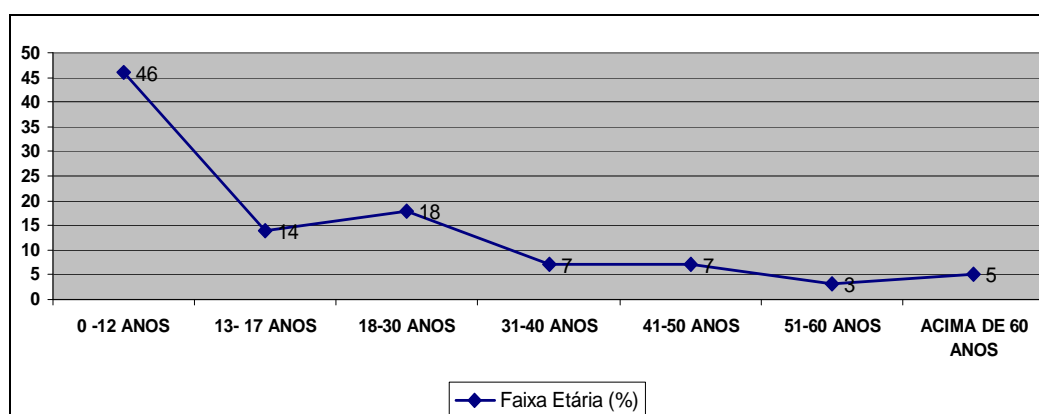


Gráfico 11 – Distribuição da população de Taperinha por faixa etária, 2008

Fonte: Trabalho de campo (2007)

A sucessão da terra ocorre sobre esta estratégia, que permite a migração das mulheres e assegura a permanência dos homens. A comunidade define a sucessão segundo a herança sanguínea, tal como explica a senhora América dos Santos: “Os homens ficam porque eles carregam o nome do pai, as mulheres ficam com o nome do marido, por isso eles ficam”. O direito de herança, para o homem, assegura a permanência do nome da família no lugar. A mulher, ao adquirir o nome do marido, perde o sobrenome dos pais e, assim, a identidade que

a ligava a ele. Portanto, na Taperinha, o sobrenome representa o direito de posse sobre o território.

Também foram observadas outras formas de acesso ao território, em Taperinha. Os “agregados” são as pessoas que não possuem parentesco com os membros das unidades familiares. Encontrando-se aí instaladas devido às relações de amizade ou a um parentesco distante. Estes agregados possuem o direito à moradia. Podem trabalhar na roça como meeiros, mas não podem ter acesso a uma roça própria. Todavia, podem ter acesso ao uso dos demais ambientes, como várzea e terra-firme.

Taperinha possui ambientes distintos. A terra-firme, com grande extensão e compreendida por capoeiras e roças, e as várzeas dos igarapés Naxi e Buiuçu garantem os recursos naturais e a produção agrícola para a reprodução das unidades familiares.

5.2.3.1 Uso de quintais

A organização espacial do patrimônio permite a criação de pequenos quintais. As casas são próximas uma das outras, formando os quintais ao fundo. Os quintais são constituídos, principalmente, por frutas e ervas medicinais, com pequena participação (Tabela 14). Devido à proximidade entre os quintais e aos conflitos com os vizinhos, há preferência para a criação de galinha, em detrimento à criação de suínos, tal como comprova a quantidade de galinhas (86 bicos) e suínos (21 cabeças). Na Taperinha não foi observado cuidado especial com os quintais, como em Nova Ipixuna e Sauá-Mirim. Na maioria dos quintais, o mato encontra-se alto, dificultando a mobilidade.

O quintal fica aos cuidados do casal e das crianças. Entre as crianças, as meninas plantam e os meninos ficam responsáveis pela limpeza. No quintal localiza-se o sanitário, pois a maioria das casas não o possui ou apresentam apenas uma fossa rudimentar. Dependendo, assim, do sanitário do vizinho. Encontramos casos em que cinco unidades familiares valiam-se de apenas um sanitário: a maioria dos quintais não apresenta sanitário. Em alguns casos, as fezes são lançadas no quintal.

Tabela 14 - Ervas medicinais cultivadas nos quintais de Taperinha

Nome popular	Indicação	Distância da casa
Anador	Anti-térmico	3m
Arruda	Reumatismo	3m
Boldo	Cólica	3m
Canarana	Infecção urinária	4m
Capim-marinho	Cólica e fungicida	3m
Catinga-de-mulata	Reumatismo	4m
Cipó-alho	Reumatismo e sinusite	4m
Dipirona	Dor	5m
Erva-cidreira	Cólica e calmante	5m
Hortelã	Asma	3m
Mastruz	Anti-inflamatório	3m
Pariri	Anemia	4m
Pau-de-angola	Gripe e resfriado	4m
Uriza	Coceira	2m
Urucum	Antiinflamatório	5m

Fonte: Trabalho de campo (2007)

As ervas são cultivadas próximas à casa e expressam os males a que são acometidas as unidades domésticas. Partindo destes princípios, há a seleção das ervas para o cultivo: nas unidades familiares que existam crianças, destaca-se a presença de ervas para verminoses, diarreia e dor de dente. Tal como narrou a senhora Maria Edna Queiroz Coutinho: “a gente coloca no quintal a planta que cura a doença de casa. Tenho muita criança. Eles estão sempre com dor de dente, febre, diarreia e vermes, então eu uso para curar. Cada um faz assim. Onde tem idoso, tem remédio para eles”. Assim, a escolha das ervas segue o princípio indicativo das enfermidades mais recorrentes.

Os quintais possuem frutas que enriquecem a dieta local e contribuem para uma renda extra, especificamente as chamadas “frutas escassas”, como pupunha, cupuaçu e murici. Na comunidade Taperinha, destacam-se os sítios dos senhores Adelino Moreira dos Santos e Domingos dos Santos, localizados na terra-firme, próximos ao igarapé Naxi (Mapa 2). Foram localizados sítios com diversidade de cultivos. Contrários aos sítios localizados no patrimônio, que não apresentam diversidade de frutas e nem replantio (Tabela 15).

Tabela 15 - Frutas encontradas nos quintais da comunidade de Taperinha

Fruta	Quem plantou	Distancia	Destino	Valor unitário	Quantidade
Bacaba	Família	15m	Consumo		
Abacate	Família	15m	Consumo/venda	R\$ 0,30	Unidade
Abacaxi	Família	10m	Consumo venda	R\$ 0,50	Unidade
Açaí	Família	5m	Consumo/venda	R\$ 15,00	Lata de 15 kg
Ameixa	Família	5m	Consumo		
Banana	Família	5m	Consumo/venda	R\$ 1,00	Dúzia
Caju	Família	5m	Consumo		
Coco	Família	10m	Consumo/venda	R\$ 0,20	Unidade
Cupuaçu	Família	15m	Consumo		
Goiaba	Família	10m	Consumo		
Laranja	Família	15m	Consumo		
Mamão	Família	15m	Consumo		
Manga	Família	10m	Consumo		
Maracujá	Família	15m	Consumo/venda	R\$ 0,40	1kg
Melancia	Família	20m	Consumo		
Murici	Família	10m	Consumo/venda	R\$ 0,50	1kg
Pupunha	Família	5m	Consumo/venda	R\$ 6,00	Cacho

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Da distância depende a organização espacial do quintal. Trata-se de distâncias maiores, relacionadas à extensão do sítio, em que a maioria das frutas apresentadas na Tabela 15 provém dos sítios dos senhores Adelino Moreira dos Santos e Domingos dos Santos. Nos quintais do patrimônio, no entanto, não foi verificada uma produção diversificada de frutas, sendo comum o açaí, a manga, a goiaba e a ameixa, além de possuírem uma distância menor, com relação aos sítios dos senhores Adelino e Domingos.

Regras de uso e acesso de quintais

Como espaço de acesso da unidade familiar, o quintal define uma territorialidade: os caminhos partem da porta do quintal em direção ao interior. Assim, percebe-se o acesso trilhado pelos atores da unidade doméstica. Os recursos naturais dos quintais podem ser comercializados. Em seu entendimento, a senhora América dos Santos, em depoimento à pesquisadora, considera que:

O quintal é da casa. O camarada pode fazer o que quiser com as frutas, as plantas: vender, comer ou doar. Como o açaí, como é comida para nós, o do quintal ele pode vender, mas se tiver lá na várzea do Buiuçu e Naxi, ele não pode vender, por que o que tá na capoeira, na várzea é de todos. E no quintal foi o camarada que plantou, então é dele.

Seguindo este entendimento, constata-se que os quintais são espaços particulares inseridos no espaço coletivo. Para ter acesso ao quintal do vizinho, próximos ao igarapé Naxi, somente com permissão. Nos quintais do patrimônio, as regras de acesso são flexíveis: pode-se usar o recurso e, posteriormente, comunicar ao dono. O senhor Domingos dos Santos salienta que todos possuem quintais e que não se pode entrar e apanhar um fruto, sem permissão. Segundo ele, “quem planta e cuida sabe o trabalho de manter o quintal. Por isso, deve-se pedir permissão”. Considerando ainda que “isso é respeito. Eu não entro na casa ou no quintal do meu vizinho sem permissão. Então, não permito apanhar frutas sem meu consentimento ou da minha esposa. Meus filhos são assim. Eu digo pra eles pra respeitar o quintal do vizinho, se não vira baderna”. O senhor Domingos dos Santos defende a permanência de regras de acesso para os quintais, como meio de conservar e destinar os recursos ao uso das unidades domésticas. Assim como também garantir respeito ao trabalho despendido nos quintais.

A produção de frutas gera rendimentos aos senhores Adelino e Domingos dos Santos, tal como esclarece este último, em depoimento à pesquisadora:

Eu e meu compadre Adelino, sempre temos frutas pra vender. Assim, a gente consegue um dinheiro. Não dá mais pra ficar só na espera da farinha. Quando a mandioca ainda não está no tempo de tirar, eu e ele vendemos fruta. Por isso que consegui fazer minha casa. Eu e minha família não dependemos só da roça para arrumar dinheiro.

Os dois sítios, dos senhores Adelino Moreira dos Santos e Domingos dos Santos, permitem uma produção diversificada de frutas, em que o quintal contribui para a renda familiar. São exemplos de que o uso dos recursos naturais dos espaços e ambientes disponíveis impede a dependência unânime da roça, criando alternativas rentáveis e promovendo uma maior qualidade de vida. Tal como avalia o senhor Domingos dos Santos: “Com esse dinheiro, eu posso mandar meus filhos estudarem em Santana do Capim, pago curso de computação para um filho, em Mãe do Rio”, sob a perspectiva do uso do quintal como sinônimo de produção.

5.2.3.2 Atividades extrativistas

Caça

A caça dá-se nas capoeiras e várzeas. As capoeiras se apresentam com tempo diferenciado de regeneração. Existem, na Taperinha, capoeiras de grande porte e

“capoeirinhas”²⁸. A caça é realizada nas capoeiras altas. Os caçadores caminham uma distância média de 1km a 5km, partindo do patrimônio em direção à capoeira escolhida para a caçada. A caçada pode ocorrer tanto no inverno quanto no verão.

O capoeirão do Naxi é um ambiente de terra-firme, localizado em uma mata fechada que antecede a várzea do referido Igarapé. Até ele, o percurso, partindo do patrimônio, segue pelo caminho da DER (este caminho é caracterizado pela existência de capoeiras, sendo local para as roças das unidades familiares), com duração de 40 minutos de caminhada, até a unidade da família do senhor Domingos dos Santos. Aí, caminha-se pela roça, seguida por uma capoeira serrada, até chegar a uma trilha sombreada. Adentrando-se, então, no capoeirão do Naxi, somando uma distância de 5km. Em seu interior, este capoeirão apresenta árvores com copa fechada, que permite pouca luminosidade ao ambiente. Observou-se que se trata de um ambiente de mata, por isto a maior facilidade em se obter a caça.

A caça na Taperinha é realizada por homens e mulheres. As esposas acompanham os maridos e participam ativamente da caçada. O capoeirão próximo ao igarapé Naxi (capoeirão do Naxi), por ser o mais requisitado, apresenta um cenário característico de um ambiente de caça, com várias trilhas demarcadas pelos grupos. Inscritas nas árvores, as rota da caça indicam as espécies características de cada lugar. Na copa das árvores, foram observados “levantados de madeira”, que servem para abrigar os caçadores e protegê-los da ação de animais, como as picadas de cobra, o que é muito comum no capoeirão do Naxi.

Para chegar à região de caça das várzeas dos igarapés Buiçu, Serra-Velha e Naxi (Mapa 2), o deslocamento possui maior extensão. Para chegar à várzea dos igarapés Buiçu e Serra-Velha, utiliza-se um caminho, que segue por uma trilha, em uma capoeira baixa. Passados 40 minutos de caminhada, encontra-se uma declividade do terreno. Entre subidas e descidas, ora a vegetação se adensa e a iluminação torna-se mais difícil. Deste modo, chega-se primeiro à várzea do Serra-Velha e, com mais 30 minutos de caminhada, chega-se à várzea do igarapé Buiçu. Na caçada, utiliza-se arma de fogo, mesmo para abatimento de animais com pequeno porte. Porém, também são encontradas armadilhas espalhadas pelas várzeas, as quais são deixadas próximas aos frutos, alimentos da caça. Os caçadores deixam as armadilhas pela manhã e tarde retornam para buscá-las ou as armam pela tarde, retornando na manhã seguinte para buscá-las. Realizando novamente o trajeto à várzea, a fim de verificar as armadilhas.

Na caçada em que se utiliza arma de fogo, os caçadores passam a noite na várzea ou no capoeirão. Estas áreas são territorializadas por trilhas, demarcadas de acordo com os locais de abrigo e os de alimentação da caça. A várzea é mapeada pelo caçador, que se desloca

²⁸ Os atores sociais dão denominação de “capoeirinha” à capoeira com árvores de médio porte.

obedecendo à mobilidade da caça. Tanto na capoeira quanto na várzea são encontrados animais de pequeno porte, devido à proximidade entre estes ambientes, em que a caça transita. Não há espécies de caça exclusiva a cada ambiente, sendo que as mesmas caças encontradas na capoeira foram encontradas na várzea. Há a exceção do veado e da preguiça que são encontrados somente no capoeirão do Naxi (Tabela 16).

Tabela 16 - Caças encontradas nos ambientes da Tapierinha

Caça/espécie	Período de caça	Local de caça	Distância da casa
	Inverno	Capoeira	1km
Caititu	Verão	Capoeira do Naxi	5km
	Verão	Várzeas Buiúçu e Serra-Velha	2,5km
	Inverno	Capoeira	1km
Tatu	Verão	Capoeira do Naxi	5km
	Verão	Várzeas Buiúçu e Serra-Velha	2,5km
	Inverno	Capoeira	1km
Paca	Verão	Capoeira do Naxi	5km
	Verão	Várzeas Buiúçu e Serra-Velha	2,5km
Preguiça	Verão	Capoeira do Naxi	5km
Veado	Verão	Capoeira do Naxi	5km

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

A caçada realizada na várzea dos igarapés Buiúçu e Serra-Velha e no capoeirão do Naxi é feita com arma de fogo, durante o verão. Há uma distância de 2,5km, para as várzeas do Buiúçu e Serra-Velha, e 5km para o capoeirão do Naxi. A caçada nestes ambientes é feita em grupos de no máximo três caçadores, que é, segundo eles, “para não fazer barulho”. As trilhas de caça são definidas à tarde, quando os caçadores percorrem a área intencionada, para escolher o local apropriado à caçada.

A caça, no passado, foi uma atividade extrativista de destaque. Atualmente, é realizada esporadicamente. A queda desta atividade deve-se à diminuição das espécies. A este respeito, o senhor Francisco dos Santos fez o seguinte relato: “eu não faço muita caça por que tá difícil conseguir, seja na capoeira ou na várzea. Perde uma noite toda e não consegue nada. Às vezes se consegue uma paca, um tatu. Lá para os lados do capoeirão do igarapé Naxi, encontra”. Esta narrativa expressa as dificuldades na aquisição de caças, além de definir

lugares estratégicos para sua realização: o capoeirão do Naxi é o ambiente de caça mais visitado durante o verão. Os grupos realizam, em média, de três a quatro caçadas por período. No entanto, durante o verão, consegue-se caça com mais facilidade do que no inverno. Os demais ambientes citados (as capoeiras próximas e as várzeas dos igarapés Buiçu e Serra-Velha) são utilizados apenas eventualmente para a caça.

Regras de acesso e uso

Os ambientes, territorializados cotidianamente pelos atores sociais da Taperinha, são de acesso prioritário (e não restrito) aos seus habitantes. Com a permissão dada pelos senhores Henrique dos Santos e América dos Santos, caçadores do Sauá-Mirim ou de Nova Ipixuna podem adentrar nestes ambientes. No entanto, foram gerados impedimentos, com destaque para a ordem do imaginário, a fim de combater o uso excessivo dos recursos naturais, através do estabelecimento de regras de uso concretas (real) e/ou simbólicas (imaginárias), as quais se imbricam. Desta forma, controla-se o uso abusivo do recurso natural. De acordo com a senhora América dos Santos, em depoimento à pesquisadora, o impedimento, expandido ao imaginário social local, revela-se, inclusive, através do medo de que o caçador possa adquirir determinados males, caso exagere na caçada, trazendo excedentes ao consumo familiar:

Tem que ter cuidado nessas matas. Na várzea não é assim: chegar e levar a caça. Tem que pedir permissão para o dono da mata ou da várzea e não pode abusar. Às vezes o camarada ver tanta caça e fica enfeitiçado, mas ele tá sendo experimentado, por que se ele quiser trazer tudo que é caça que ver, quando ele chega em casa, ele pega uma enfermidade. É calafrio, é febre. O camarada fica doidinho falando coisa que ninguém entende, até o final.

Os impedimentos, repassados pelo imaginário, expressam os limites para o uso, em que o caçador, “amaldiçoado”, padecerá com enfermidades, caso tenha excedido a aquisição de caça para além do consumo diário. Atenta-se, também, a adoção da perspectiva do exagero (do surreal, da imaginação), como estratégia do imaginário. Estes impedimentos regulamentam o uso dos recursos naturais, sendo criados com este objetivo. Outro impedimento à extração abusiva dos recursos, que impede a manutenção e expansão das espécies, é expresso pelo imaginário social, que se vale da “magia da mata”, de acordo com o senhor Henrique dos Santos, em depoimento à pesquisadora:

Não pode apanhar a caça prenha. O sujeito deve respeitar, por que ele não está na casa dele, ele tá na mata, e lá tem dono. Ele não pode fazer o que ele quer. Se o sujeito pega muita caça e também caça prenha, já aconteceu aqui, meu pai contava, o sujeito não

encontra o caminho de volta, ele anda, anda e fica perdido, encantado. Então, adianta não respeitar?

Estas narrativas revelam e condenam o uso excessivo: mesmo que o caçador tenha várias caças à sua frente, deve-se fazer uso somente do suficiente para a alimentação familiar.

Estes impedimentos contribuem para a prática do uso coletivo dos ambientes, ao permitirem o estabelecimento de regras e normas de uso dos recursos naturais, estruturadas culturalmente. O caçador, nos ambientes destinados à atividade da caça, segue as regras de impedimento, mesmo na falta dos idosos, que ditam as regras de comportamento geral na comunidade. Os impedimentos são do conhecimento de todos, das crianças aos adultos, como um “corpus” que define a ação para a utilização dos recursos naturais. Por ocorrer em espaços coletivos, a caça não pode ser comercializada.

Pesca

A pesca na Taperinha acontece dentro do território, nos igarapés Simão, Buiçu e Naxi, e no rio Capim. Devido à sazonalidade influenciar no regime fluvial, a pesca nos igarapés acontece durante o inverno. No verão, os igarapés ficam com baixo nível de água, restando apenas algumas espécies de peixe miúdo. No inverno, o nível dos igarapés sobe e a maré-alta leva várias espécies de peixe para dentro dos igarapés (Tabela 17). Conseqüentemente, a atividade de captura de pescado acontece com maior intensidade no inverno.

Tabela 17 - Espécies de peixes encontradas nos Igarapés Simão, Buiçu e Naxi, na comunidade de Taperinha

Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 1	Distância da casa
Acará	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Aracapuri	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Aracú	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Baú	Inverno-verão	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Giju	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Jandiá	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Mandubé	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Piau/Aracu	Verão	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Sarapó	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Surubim	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Tamoatá	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Traíra	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km
Tuí	Inverno	Ig. Simão/Buiçu/Naxi	500m/2,5km/4km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

No rio Capim, a pesca é realizada no inverno e no verão, pois o mesmo oferece espécies com maior tamanho. No entanto, um maior deslocamento dos pescadores, exigido pelo rio Capim, torna-se impossível, uma vez que são utilizadas canoas pequenas (que comportam três adultos). Os instrumentos de trabalho diversificam-se de acordo com o local da pesca. Nos igarapés usa-se anzol e linha, camboa e timbó. Este último serve para pescar piau/aracu, no verão. No rio Capim, é comum o uso da rede de malhadeira. A pesca é realizada por homens, mulheres e crianças, nos dois locais (Tabela 18).

Da drenagem do território, o igarapé Simão é mais utilizado pelas unidades familiares do patrimônio, que passa próximo às unidades familiares. Nos igarapés Buiçu e Naxi, a pesca ocorre em menor quantidade, em decorrência da distância. O igarapé Naxi é mais usado pelas famílias dos senhores Avelino dos Santos e Domingos dos Santos. O igarapé Buiçu, dentre os três igarapés citados, é o menos usado para a prática da pesca.

Tabela 18 - Espécies de peixes capturadas no rio Capim, pela comunidade de Taperinha

Pesca/ espécie	Período de pesca	Local de pesca 2	Distância da casa
Acará	Inverno	Rio Capim	2km
Aracú	Inverno	Rio Capim	2km
Baú	Inverno-verão	Rio Capim	2km
Camarão	Verão	Rio Capim	2km
Dourada	Verão	Rio Capim	2km
Filhote	Inverno	Rio Capim	2km
Jacundá	Verão	Rio Capim	2km
Lagosta	Verão	Rio Capim	2km
Mandubé	Inverno	Rio Capim	2km
Pescada branca	Verão	Rio Capim	2km
Piau/aracu	Inverno-verão	Rio Capim	2km
Pintado	Verão	Rio Capim	2km
Saranha	Verão	Rio Capim	2km
Surubim	Inverno	Rio Capim	2km
Tucunaré	Verão	Rio Capim	2km
Tui	Inverno	Rio Capim	2km

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Regras de acesso e uso

O acesso aos igarapés pertencentes ao território da Taperinha é destinado às unidades familiares. Quando houver produção excedente na pescaria, deve-se doá-la às demais unidades familiares. A pesca nos igarapés não deve ser comercializada. Tal como na caça, as regras de uso para a pesca também são expressas no imaginário do grupo social. A senhora América dos Santos, sobre os impedimentos para a pesca durante a fase de reprodução, considera que, “se pegar peixe pequeno. Aquele que não dá pra comer. O camarada vai pegar e jogar morto no rio, então a gente perde o peixe, por que ele não cresce, mas o camarada terá uma dor de cabeça muito forte”. Ela prossegue considerando ainda que o pescador “também não pode ter ambição. Pegar todo o peixe. Se ele fizer isso, eu e meu irmão Henrique chamamos ele e conversamos, por que o peixe dos igarapés são de todos, pode faltar para uma família”.

As regras de uso dos recursos naturais valem-se de alianças com seres do imaginário, que permeiam a cultura destas populações tradicionais. A pesca, no rio Capim, é de livre acesso. Não existindo regras de uso, o descompasso entre os espaços de pesca, o uso abusivo dos recursos e a existência de regras é amenizado devido a uma relação de pertencimento. Os ambientes são todos de uso coletivo. A diferença reside na pertença ao território do grupo, em que a regulamentação da pesca é utilizada para conter o uso abusivo e para permitir sua disponibilidade à comunidade.

5.2.3.3 Capoeira e várzea

As capoeiras e as várzeas constituem dois ambientes com uso intenso na Taperinha. Tal como se encontra exposto no Mapa 2, as capoeiras são cortadas por trilhas e caminhos, utilizados nos deslocamentos, que adentram o território. O uso dos recursos da capoeira constitui importante fonte de reprodução para a unidade familiar local, transformando-a em um espaço de disputa entre os atores sociais, devido à crescente pressão sobre o ambiente, em prol da necessidade da abertura de roças. As capoeiras antigas estão localizadas nos locais de baixa declividade do terreno e as capoeiras recentes, em repouso, localizam-se nos locais de alta declividade. Há preferência pela abertura de roças nas capoeiras com alta declividade.

As capoeiras também são fontes para a coleta de frutos, descritos na Tabela 19, e da planta denominada carrapato, utilizada como antiinflamatório na limpeza dos umbigos de recém-nascidos. Também são extraídos cipós das capoeiras, como o titica, usado para fazer vassouras. Na capoeira, é encontrada uma variedade de palmeiras, como inajá, pupunha, tucumã e açai. A pupunha é a menos encontrada, dentre estas palmeiras. Tais recursos são encontrados com maior ocorrência nas capoeiras antigas.

Tabela 19 - Frutas retiradas da capoeira de Taperinha

Fruta	Distância	Destino
Açaí	1km	Consumo
Ameixa	1km	Consumo
Banana	800m	Consumo
Caju	1km	Consumo
Cupuaçu	1km	Consumo
Goiaba	700m	Consumo
Inajá	1km	Consumo
Ingá	800m	Consumo
Jaca	800m	Consumo
Jambo	800m	Consumo
Pupunha	1km	Consumo
Taperebá	1km	Consumo
Tucumã	1km	Consumo

Fonte: Trabalho de campo (2007)

As várzeas se destacam pela extensão que tomam do território. Possui localizações contrárias, seguindo a drenagem dos igarapés Serra-Velha, Buiuçu e Naxi. Os dois primeiros, Serra-Velha e Buiuçu, localizam-se próximos a margem do rio Capim. Já a várzea do igarapé Naxi encontra-se no interior do território, em seu limite aos fundos. Os três igarapés estão de 2,5 km a 5 km do patrimônio, sendo a distância um grande entrave, citado pelos interlocutores, resultando no pouco uso dos recursos florestais deste ambiente. O açaí das várzeas não é colhido. Verificou-se a existência de palmeiras de açaí, principalmente na várzea do Naxi.

Outro entrave citado está relacionado à existência de uma faixa de mata que reveste a área de terra-firme que antecede a várzea do Naxi. Trata-se de uma mata fechada que possui várias espécies de madeira, como anani e morototó. A distância entre o patrimônio e a entrada desta mata é de 3km, a qual é somada mais 2km, por dentro da mata, para se chegar a várzea do Naxi. Este percurso ocorre entre trilhas, havendo grande dificuldade de locomoção.

Estas dificuldades são apontadas pelos interlocutores como responsáveis pela não utilização dos recursos florestais das várzeas. Assim também são consideradas as várzeas do Buiuçu e do Serra-Velha, que apresentam, em decorrência da declividade do terreno, empecilho para o transporte dos recursos florestais (Tabela 20). Enquanto as capoeiras são

alvos da pressão de uso, as várzeas são usadas, sobretudo para a caça. A várzea do Buiçu possui maior dimensão, porém a várzea do Serra-Velha dispõe de uma maior diversidade de madeira.

Tabela 20 - Recursos florestais encontrados nas várzeas dos igarapés Buiçu e Serra-Velha

Recurso florestal várzea do Serra-Velha	Distância	Recurso florestal várzea do Buiçu	Distância
Açaí	2,5km	Açaí	2,5km
Anani	2,5km	Amapazerio	2,5km
Andiroba	2,5km	Andiroba	2,5km
Cajueiro-do-mato	2,5km	Quaruba	2,5km
Castanheira	2,5km	Cipó-açu	2,5km
Cipó-açu	2,5m		
Patauá	2,5km		
Quaruba	2,5km		
Sumaumeira	2,5km		
Seringueira	2,5km		

Fonte: Trabalho de campo (2007)

Regras de acesso e uso

As capoeiras são ambientes de uso preferencial das unidades domésticas da Taperinha. Também podendo ocorrer o acesso das comunidades do Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, por meio de consentimento prévio. Para se retirar frutos e cipós da capoeira, entre os membros da comunidade, não há necessidade de consentimento, porém, devem usar os recursos proporcionalmente às suas necessidades. Caso contrário, havendo a extração com excedente, a pessoa é orientada pelos mais idosos.

Os recursos dos espaços coletivos enquadram-se em normas e regras similares, tal como foi visto nas outras comunidades, em outros ambientes. Não podendo ser comercializada, a madeira deve ser retirada para o uso em espaços coletivos, ou para a construção de casas. O senhor Francisco dos Santos, em depoimento à pesquisadora, acerca do uso das várzeas, considerou que:

Nós sabemos que tem madeira de valor nas várzeas, a gente não tem condições de tirar, precisaria de um caminhão para transportar, isso a gente não vai ter, então é melhor deixar lá, também, não pode um só tirar a madeira, quem sabe um dia vai servir pras nossas crianças.

Por a madeira disponível não suprir toda a demanda das unidades domésticas, a comunidade resolveu preservá-la. Assim, regem impedimentos para sua utilização, em prol do uso coletivo. Assim, estas normas fortificam e valorizam os laços e a ação coletivos.

5.2.4 Uso do solo e agricultura

Estas comunidades, que ajudam a compor o nordeste do Pará, apresentam um intenso registro miocênico. No conjunto geológico da área de estudo, assenta-se a formação Barreiras (SIPAM; IBGE, 2004), com falésias litorâneas e cortes de estrada, além da existência de minas de caulim a céu aberto (ROSSETI, 2006). Ramos (2007, p. 78) destaca a extensão da Formação Barreiras, considerando que “na área do rio Capim, a Formação Barreiras não ultrapassa 20 metros de espessura”. A partir desta extensão, entra-se nas Formações Ipixuna e Pós-Barreiras. Acerca da composição desta Formação, Ramos (2007, p. 78) faz as seguintes considerações:

É constituída por argilitos e arenitos laterizados, e por conglomerados com seixos de quartzo sustentados por matriz de areia grossa, arenito médio, amarelado, mal selecionado, com grânulos e seixos disseminados, e camadas argilosas, argilo-arenosa, areno-argilosa e arenosas limpas, interdigitadas, depositados em um sistema estuarino de vales incisos [...].

A ação erosiva e os demais processos responsáveis pela dinâmica de alteração da rocha produziram um solo podzólico Amarelo (SIPAM; IBGE, 2004) predominante na área de estudo (Mapa 5). Este solo apresenta textura variável, podendo apresentar maior ou menor concentração de argila ou areia. O trabalho de campo, por meio da análise do perfil topográfico (Fotografia 11), permitiu verificar a presença de argila e laterita no solo, com pequena profundidade. No vale do Capim e seus tributários que envolvem o território da comunidade, há a incidência de depósitos aluvionares formados por areia, argila e cascalho. O uso do solo destinado para a expressiva cultura da mandioca ganha destaque, no referido local de estudo.

O perfil topográfico foi extraído de uma área de terra-firme, nas seguintes coordenadas 02°00'10.4"S e 47°45'46.8"W. Foram realizadas três coletas neste perfil: 1) a coleta C¹ apresenta solo podzólico amarelo de pequena profundidade; 2) a coleta C² é formada por um material de transição entre a o solo e a argila; 3) a coleta C³ é formada por argila. Em suma, este perfil, sedimentado na roça, indicou um solo podzólico amarelo que, com o

avançar da profundidade, torna-se mais argiloso. Sendo que uma maior concentração de argila permite uma maior absorção de água, tornando o solo inadequado para o cultivo da mandioca. Estes fatores físicos do solo, aliados ao manejo inadequado, provocam o apodrecimento dos tubérculos da mandioca, por permitirem a disseminação de um fungo. Este mal é denominado localmente de “mal da podridão mole”. Atualmente, esta ocorrência vem trazendo grandes perdas para a comunidade, em que as roças de mandioca padecem drasticamente, apodrecendo a raiz e levando a perda total da produção.



Fotografia 11 - Perfil topográfico

Fonte: Barbosa (2007)

O manejo do solo segue o modelo agrícola itinerante (derrubada-e-queima), com a utilização da prática da limpeza e do cultivo. Aliado às especificidades locais, este tipo de manejo contribuiu para esta situação de grave repercussão econômica para as famílias capienses. Devido à grande extensão das várzeas, há pequena disponibilidade de áreas de terra-firme para o cultivo. Ao passo que, nos últimos anos, foi verificado acréscimo nos índices demográficos locais, expandindo a pressão sobre as capoeiras e, conseqüentemente, ocorrendo uma significativa diminuição no tempo de pousio do solo, que, anteriormente, levava cerca de 7 a 10 anos. Hoje, o pousio varia entre um tempo máximo de três anos e um mínimo de 1 ano e 8 meses, segundo dados de campo.

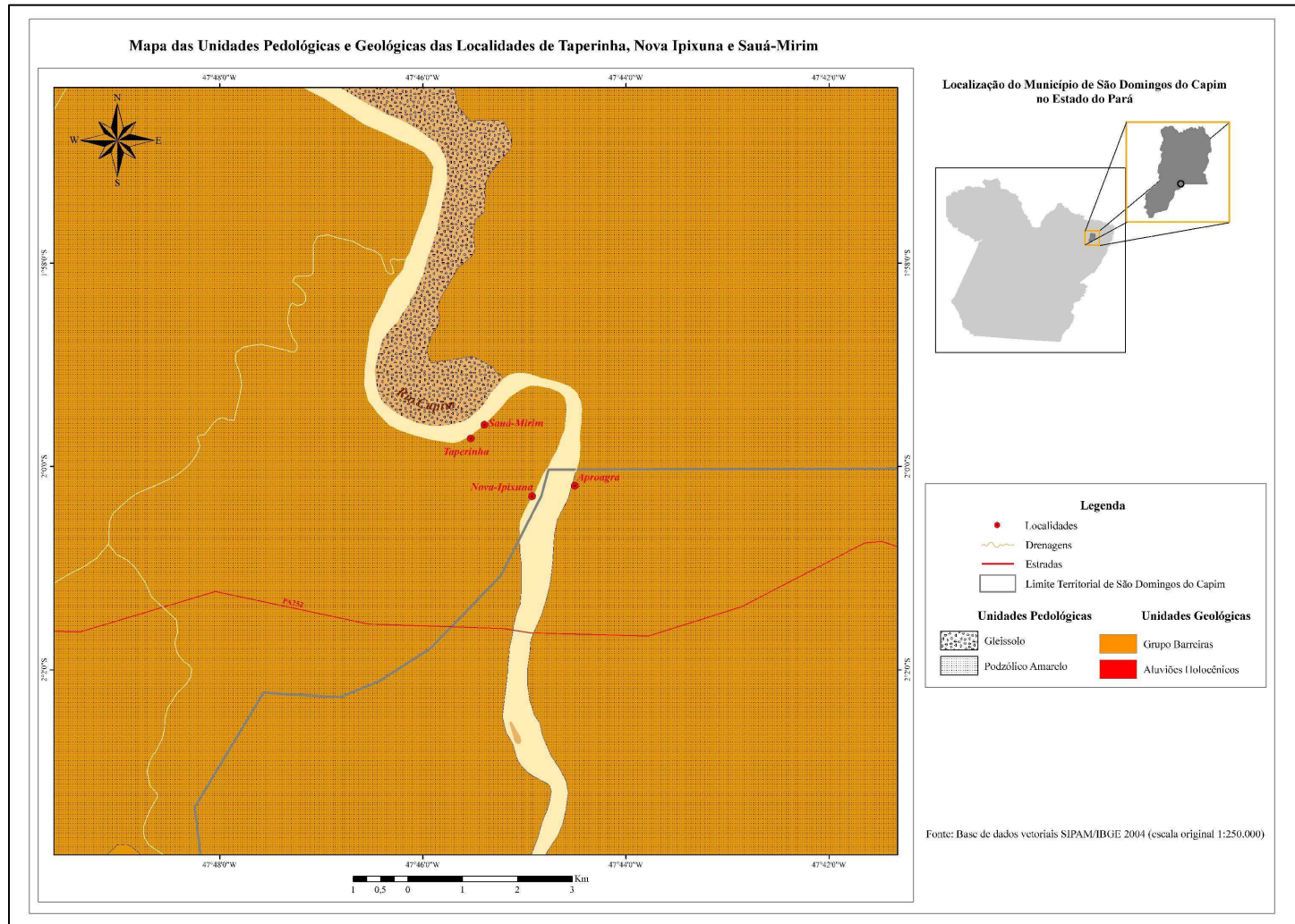
Os camponeses, de acordo com seus saberes e observações, definiram, dentro do território da terra-firme, os locais impróprios para as roças, em que o cultivo apodrece, e os locais em que se ainda consegue fechar um ciclo de produção. As capoeiras que se localizam

em terrenos com maior declividade, com boa drenagem são as selecionadas para o plantio, enquanto que as capoeiras localizadas em terrenos com baixa declividade e com difícil drenagem não são mais aconselhadas para a abertura de roças.

Segundo análises realizadas pelas EMBRAPA (2008), o fungo *Phytophthora drechsleri* é responsável pelo apodrecimento dos mandiocais. Ao encontrar condições satisfatórias para sua reprodução, na umidade do solo, este fungo contamina as demais lavouras. Para conter esta praga, recomenda-se um pousio mínimo de cinco anos e a rotação de cultura. Como se observa no Mapa 2, as capoeiras dominam o território, porém, em razão do “apodrecimento das roças”, nem todas elas podem ser usadas para o cultivo, prejudicando ainda mais o acesso para a abertura das roças.

Diante desta problemática, a comunidade recorreu aos anciões, a fim de delimitar arranjos nas regras de acesso e uso, para controlar o acesso a terra. Permitindo, no entanto, que todas as famílias locais tivessem acesso às roças. Com exceção das famílias de Sauá-Mirim, as de Taperinha e de Nova Ipixuna podem abrir roças mediante o respeito a algumas regras estabelecidas. As famílias do Sauá-Mirim não podem abrir roças nos ambientes reservados às comunidades de Taperinha e Nova Ipixuna. Suas roças não podem ultrapassar três tarefas e, antes de abrir a roça, o agricultor deve pedir permissão aos idosos, em sua comunidade de origem.

Ao deixar o solo em pousio, após a colheita, o camponês perde o direito de uso da terra. Passado o tempo de descanso do solo, o direito de acesso será do usuário que fizer sua limpeza. Este arranjo permite que não se forme propriedade particular, pois permite um constante rodízio no uso das capoeiras e do solo. Também há limite no tamanho das roças, visando garantir às famílias, ou pelo menos para a maioria delas, a roça como meio de reprodução econômica.



Mapa 4 – Unidades pedológicas e geológicas das localidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim
 Fonte: Base de dados vetoriais SIPAM/IBGE (2004)

5.2.5 Cultivos

O regime sazonal é responsável pelo calendário agrícola destas comunidades. Todo o processo de preparo para o cultivo, que compreende desde a queima da capoeira até a colheita, está sujeito ao regime pluviométrico. Segundo o senhor João Conceição, 32 anos, morador de Nova Ipixuna, os meses “secos” (julho a dezembro) são destinados à colheita do açaí e para a “limpeza” do roçado. No verão, realiza-se a seqüência broca-derruba-queima, entre os meses de outubro e dezembro. Os meses de inverno (janeiro a junho) ou a “invernada”, tal como os camponeses denominam este período, são destinados, exclusivamente, para a plantação. No final de janeiro, inicia-se o plantio, seguido da capina, que é realizada quinzenalmente, para evitar o crescimento e progressão do mato, no interior da roça.

Dentre as culturas cultivadas, a mandioca ocupa uma posição central. As demais culturas (milho, arroz, feijão) são complementares à dieta alimentar local e suas colheitas acontecem apenas uma vez por ano. O milho destina-se à alimentação das criações domésticas, sendo que apenas uma pequena parcela é vendida. O arroz e o feijão destinam-se à alimentação, e, em bem menor produção, a macaxeira também é destinada ao consumo interno. Diante deste cenário, a mandioca adquire posição ímpar, pois, além de contribuir para a dieta alimentar, é o principal produto destinado ao comércio. É por meio da mandioca e seus derivados que o camponês passa a adquirir outros produtos (alimentos, vestuário etc.) (Tabela 21).

Tabela 21 - Calendário agrícola dos principais cultivos, nas comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim

Cultura	Plantio	Tempo de colheita (dias)	Produção mensal por unidade doméstica	Distância entre a roça e a casa	Valor da saca (60 kg)	Destino da produção
Arroz	Inverno	30		3km		Consumo
Feijão	Inverno	40	1 lata	3km		Consumo
Macaxeira	Inverno	360		500m a 3km		Consumo
Mandioca	Inverno	360	2 a 3 sacas	300m a 3km	R\$ 55,00 a R\$ 60,00	Consumo e venda
Milho	Inverno	180	3 latas de 15 litros	500m a 3km		Consumo e venda

Fonte: Domingos dos Santos Gomes, 48 anos, morador de Taperinha; João Conceição, 33 anos, morador de Nova Ipixuna; Antônio Coutinho, 51 anos, morador de Sauá-Mirim, 2007.

As roças localizadas próximas ao patrimônio são preferencialmente para o uso dos mais idosos, em virtude do pequeno deslocamento. A roça mais próxima fica a 300m da casa do camponês e as mais distantes ficam cerca de 5km. Ao observar o Mapa 2, verifica-se que as roças mais distantes localizam-se próximas ao Igarapé Naxi.

A abertura da roça inicia-se com a escolha da capoeira, seguida da espera pela permissão de uso. A limpeza é feita pelos homens, da derrubada à queima. As mulheres e os mais jovens são encarregados do plantio. Abrem-se covas rasas, enfileiradas no sentido do comprimento da roça. Posteriormente, uma pessoa vai à frente, depositando um pedaço do caule de mandioca, e a outra vai mais atrás, cobrindo levemente a cova e o caule com o pé. Após esta etapa, há o cuidado em aparar o mato, para não haver competição com a mandioca.

Em bem menor quantidade, há espaço na roça destinado para o cultivo de verduras, hortaliças e legumes, que são cultivados durante o inverno e se destinam ao consumo familiar. A variedade é pequena e as culturas cultivadas são comuns nas três comunidades estudadas. Cultivam-se entre os meses de janeiro e maio. Após estes meses, o consumo ocorre eventualmente, através da compra. Durante os meses de produção (janeiro a maio), as famílias que não conseguiram fazer a horta, podem acessar a horta de outra família, desde que informe a coleta, destinada para o consumo, ao proprietário (Tabela 22).

Tabela 22 - Os principais cultivos de verduras, legumes e hortaliças, nas comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim

Cultura	Plantio
Cariru	Inverno
Jambu	Inverno
Jerimum	Inverno
Maxixe	Inverno
Quiabo	Inverno

Fonte: Domingos dos Santos Gomes, 48 anos, morador de Taperinha; João Conceição, 33 anos, morador de Nova Ipixuna; Antônio Coutinho, 51 anos, morador de Sauá-Mirim, 2007.

Para manter a “capina” da roça em dia, faz-se necessário ter um número maior de camponeses, durante a limpeza de uma roça. Assim, gera-se a troca de diária: um grupo com afinidades organiza a semana de trabalho, objetivando-se a capina. A cada dia, a limpeza é

realizada em uma roça diferente. A troca de diária também é utilizada em outras fases, como a colheita e a produção de farinha.

Ao chegar ao período de colheita, a mandioca é retirada, ensacada e colocada de molho, durante 5 dias, no poço. Os poços são de uso coletivo, em que são utilizados os igarapés mais próximos dos retiros, como o Buiuçu, o Simão e o Ipixuna. O Mapa 2 também demonstra a localização dos poços de mandioca nos igarapés. Neles, é feita uma cerca, onde dentro são imersas as sacas, marcadas segundo a posse de cada família. No dia da retirada da mandioca do poço, o grupo se reúne no igarapé para retirar a casca. A mandioca sem casca é levada, em seguida, ao retiro, para ser processada na prensa, na qual é separado o tucupi da polpa. Na fase final, esta polpa é levada para o forno.

5.2.6 Uso do retiro

O retiro são as casas de farinha. Ao todo, somaram-se 6 retiros: um no Sauá-Mirim, dois em Nova Ipixuna e quatro na Taperinha. Os retiros surgiram como propriedade particular e tornaram-se propriedade comum, pois a despesa com a aquisição e manutenção de um retiro, principalmente na aquisição da chapa, que é feita de ferro ou cobre, é muito alta para as condições econômicas dos camponeses locais. Os retiros foram construídos pelos que possuem renda fixa, no caso os aposentados, que adquiriram, por meio de crédito, o forno.

Diante da necessidade dos demais, para o uso do retiro durante o processo de produção da farinha, foi permitido seu uso às demais famílias, desde que o usuário avisasse, com antecedência, de forma a se enquadrar em uma escala de uso semanal. No retiro, os dias de maior trânsito são quinta-feira e sexta-feira, em decorrência da venda realizada no sábado. Pode-se usar o retiro, mais especificamente o forno. Os demais instrumentos de trabalho, como balde, tipiti e peneira, são de uso individual.

5.2.7 Relações de trabalho

As relações de trabalho, observadas nas comunidades seguem próximas ao parentesco e à vizinhança, uma vez que a mão-de-obra familiar não é suficiente para completar a produção em tempo hábil, para atender às necessidades do camponês. Nesse sentido, a troca de diárias foi uma estratégia encontrada para suprir tal carência. Em consequência da prática de uma agricultura voltada exclusivamente para o cultivo da

mandioca, necessitam de produção em curto período de tempo, para atender à reprodução econômica da família. Outro fator que carece ser reconhecido neste contexto de produção da mandioca e relações de trabalho, diz respeito às diversas etapas da produção - do plantio à produção da farinha de mandioca, cada etapa se caracteriza por exigir trabalho excessivo, o que muitas vezes uma unidade familiar não consegue atender.

Assim, o trabalho na roça, no poço de mandioca, no retiro dá-se por meio da troca de diárias. Os camponeses dividem-se em grupos de trabalho e, no decorrer da semana, reúnem-se para trabalhar na roça de cada “parceiro”, dentro do território das comunidades.

As famílias do Sauá-Mirim e um grupo de quatro famílias de Taperinha trabalham em roças fora do território de suas respectivas comunidades. Como não possuem a propriedade destas terras, estas famílias trabalham como meeiros, fora de suas comunidades.

As famílias do Sauá-Mirim afirmaram que não há privilégio de uma parte, em detrimento de outra. Mesmo para os donos da terra, a divisão de gastos e produção ocorre de forma igual, pois, como as limitações das terras do Sauá-Mirim não permitem o uso da agricultura, as famílias são obrigadas a aceitar a oferta de trabalho, como meeiros, para garantir o sustento das famílias.

Trata-se de roças grandes, com tamanho médio de 8 tarefas. No entanto, ao reunir o trabalho da família nas roças, como meeiros, o senhor Balbino dos Santos (73 anos) calcula uma média de 40 tarefas.

As quatro famílias da Taperinha, que trabalham como meeiros, trabalham na propriedade localizada ao lado do seu território. O trabalho como meeiro foi iniciado há 30 anos, com o senhor Balbino dos Santos, que o passou para os filhos, Hildon dos Santos (28 anos), Antônio Carlos dos Santos (29 anos) e Rosinete dos Santos (32 anos), que passaram então, a trabalhar como tal. A “roça de meia” (local onde trabalham os meeiros) localiza-se próxima ao igarapé Naxi (Mapa 2), a uma distância de 6 km, em relação às residências dos meeiros e é de propriedade do Senhor Estanislau Lobo da Luz (65 anos). Nela, as famílias passam de segunda a sexta, em um barracão próximo, retornando somente na sexta à tarde, para a Taperinha.

Os meeiros são responsáveis pelos custos e instrumentos de trabalho, e dominam a produção da derrubada da capoeira, até a produção da farinha de mandioca. O dono da propriedade recebe sua meia sem qualquer ônus da produção. Aí, a produção de farinha de mandioca é cabida aos meeiros. Estes são obrigados a vender sua produção ao dono da propriedade, por um preço abaixo do comercializado na DER.

Outra característica recorrente nesta relação de trabalho é a divisão desigual da produção. Segundo os atores, é comum o patrão fazer a divisão da produção de forma desigual, tal como relata Hildon dos Santos: “Torrei 10 pacotes de farinha. Ficou acertado que seriam cinco pacotes para mim e cinco pacotes para ele. Assim é a meia, mas ele me deu como saldo 1kg de camarão e 2kg de charque”. Considerando ainda que: “Outra vez limpei 8 tarefas. Foram 8 diárias. Ele me pagou só duas”. Os atores que trabalham com meia (ou como meeiros) na propriedade vizinha são obrigados a aceitarem as condições de trabalho impostas pelo proprietário. Hildon completa sua fala denunciando que: “Meu pai, não reclama. Tá acostumado, mas eu e meus irmãos não queremos mais trabalhar como escravos”.

A irmã de Hildon, Rosinete dos Santos, faz o seguinte relato, acerca da sua experiência como meeira para o mesmo proprietário: “Cansei de trabalhar para ele, de fazer 10 a 20 sacas de farinha e ele pagar com 1kg de camarão. Eu quero o dinheiro do meu trabalho”. A insatisfação com o trabalho de meia, devido à forma desigual na partilha da produção e à submissão a uma relação de trabalho servil, é apontada pelos atores como consequência da falta de áreas para cultivo, tal como pode ser constatado no depoimento de Hildon dos Santos o qual considera que “se tivesse terra para todos, a gente não era obrigado a esse trabalho”. Essa fala representa a insatisfação dos mais jovens com relação a disponibilidade de terras cultiváveis; o que segundo os relatos os levam a procurarem trabalho e terras extra-localidade. Esse fato ganha dimensão ao representar para os atores o elemento desencadeador das atuais relações de trabalho que são obrigados a aceitarem, a sujeição as condições oferecidas pelo proprietário de terras, é a alternativa encontrada para conseguir suprir as mínimas necessidades de reprodução.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das argumentações elaboradas nesta dissertação, ficou evidente a discussão em torno das populações tradicionais, dentre as quais se destacou a quilombola, mais especificamente os quilombolas habitantes das comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim e Nova Ipixuna, que fazem uso dos recursos naturais por meio de arranjos criados pela comunidade. Estes arranjos existem enquanto normas e regras de acesso e uso dos recursos naturais.

As populações tradicionais possuem formas particulares de fazer uso dos recursos presentes em seus territórios, em que promovem a reprodução física e cultural dos respectivos grupos. Diegues (1998) observou que a divisão do espaço, pelas populações caiçaras, de jangadeiros e ribeirinhos, caracterizava-se pela apropriação comum dos recursos naturais, renováveis por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras e plantas medicinais, caça e pesca), em paralelo ao uso privado do espaço doméstico (casa, horta). Neste sentido, exige-se dos atores sociais a compactuação de um código de postura para se gerir um uso coletivo positivo.

Neste sentido, Almeida (1989) aponta que este código de postura é baseado em normas específicas, instituídas e acatadas de maneira consensual, pelos membros do grupo social. Estas normas são construídas culturalmente, dentro de consensos, quanto ao que deve ser considerado manejar, de acordo com a oferta ou a escassez dos recursos, tornando-se, assim, partilhadas pela memória coletiva e moldando, deste modo, as instituições.

Há de se considerar, também, que estas regras e normas existem enquanto mecanismos de manejo dentro do território da comunidade. Neste contexto, o território adquire um sentido de pertença, em que o usar deriva de (ou forja) uma ancestralidade, que possibilita definir espaços de coleta, de caça, de cultivo. Assim sendo, as normas e as regras emergem, inclusive, da noção de território dos atores sociais, dando liberdade a quem possa acessá-lo e, ao mesmo tempo, impondo regras para seu consumo.

Entretanto, território não conduz solitariamente para os princípios de regras e normas da ação coletiva. A etnia é um fator desencadeante das instituições, em que o reconhecimento da identidade, da pertença a um grupo e, respectivamente, a um território, permite construir uma sociabilidade vinculada a uma propriedade coletiva. Assim, a narrativa dos idosos identifica a posse do território desde a “diáspora” do engenho Aproaga, que permitiu fixar

moradia do outro lado da margem do rio Capim, consolidando a posse territorial da comunidade.

Como estratégia reprodutiva e de proteção ao território, ocorreu o nascimento das comunidades em questão, surgidas em lugares geográficos estratégicos (“no fundo” e “na ponta”), como meio de definir e demarcar o território. Nova Ipixuna, Taperinha e Sauá-Mirim, por ordem de origem, respectivamente, passaram a definir os ambientes de uso, de acordo com a proximidade, em relação ao patrimônio.

Os ambientes, como várzeas, capoeiras e igarapés, foram singularizados, de acordo com o uso de cada comunidade, havendo predomínio de determinado ambiente nas localidades (em Taperinha destaca-se a terra-firme; em Sauá-Mirim as várzeas; e em Nova Ipixuna os ambientes são equivalentes). Entende-se que, mesmo fragmentado pelo uso (áreas destinadas para fins específicos), o território se impõe como coletivo, tal como afirmou o senhor Domingos dos Santos: “Essa área, pode chamar de Taperinha, Sauá-Mirim ou Nova Ipixuna, mas é só uma área. Isso aqui é de todos, toda essa gente daqui, veio dos pretos do Aproaga”. Para os atores sociais locais, o acesso restrito aos ambientes não inviabiliza a visão do coletivo, mas sim serve para mantê-la, formando partes componentes do território.

O acesso aos recursos naturais, sigularizado em cada localidade, permitiu que a prática constante de regras e normas impedisse o uso excessivo. Delimitando os ambientes de acesso, foi possível, a partir do patrimônio de cada localidade, atentar para o raio de ação dos atores sociais sobre os respectivos ambientes. Esta estratégia permitiu que as unidades familiares de cada localidade restringissem o acesso aos ambientes, com isto garantindo o uso dos recursos a todos os atores da comunidade e impedindo o livre acesso aos demais usuários (não pertencentes à comunidade em questão). Assim, tal como o território, o uso dos recursos naturais também se configura como propriedade coletiva, que, segundo Feeny et al. (1990), deve ser utilizado para pleitear o direito de propriedade.

As regras de uso e de acesso aos recursos naturais não são criadas aleatoriamente, uma vez que as sociedades desenvolvem continuamente normas e regras que guiam suas relações com o ambiente e com a base de recursos da qual dependem. Estas regras, no entanto, não são estáticas, na medida em que são modificadas para atender às necessidades e limitações impostas por fatores externos, como os ecológicos, assim como também pelos fatores sociais, que podem ou não ser extrínsecos ao grupo (CUNHA, 2004).

Pela narrativa dos idosos, percebe-se que estes arranjos existiram e que foram modificados de acordo com o contexto deparado. Eles os descrevem desde o período de abundância dos recursos (no passado), em que, mesmo durante a fartura de peixes, caça e produtos florestais, os arranjos estavam presentes, seja por meio de normas e regras estabelecidas socialmente ou através de impedimentos revelados no imaginário social. Pode-se afirmar, então, que não houve, ao longo da história local, espaço para o livre acesso. Assim, os arranjos de uso e acesso aos recursos naturais, entre as três comunidades, são similares e se amparam nos mesmos princípios, chegando-se a estender tais impedimentos a todas as comunidades.

Foi objeto desta pesquisa o processo de povoamento no vale do rio Capim, em duas fases distintas: do período colonial, entre relatos de cronistas e naturalistas, em que se observou a vocação desta região, voltada para manter, sobretudo a capital da província, Belém; e, por conseguinte, uma fase motivada pela abertura da BR-010 (Belém-Brasília), que provocou no vale do rio Capim a entrada de novos atores sociais, além de significativas mudanças nas formas econômicas, o que repercutiu diretamente no território das comunidades e, em consequência, no uso e acesso aos recursos naturais disponíveis.

A substituição de tipos florestais, como a floresta Ombrófila Densa Aluvial e a Floresta Ombrófila Densa de Terra-Firme, que formavam a cobertura vegetal, deu-se não somente no território. Ela também se estendeu por todo o entorno, transformando-as em capoeiras e pastos, o que provocou a significativa diminuição da fauna e da flora que acompanhavam aquela vegetação nativa. Assim sendo, mesmo ainda apresentando resquícios destes tipos florestais, como os da terra-firme ainda existentes próximos ao igarapé Naxi e às várzeas dos outros igarapés, a presença de caça e produtos florestais não chega a ser suficiente para atender às necessidades dos atores locais. Em decorrência disto, a pressão sobre o uso do solo se intensifica.

As atuais problemáticas que envolvem a reprodução econômica dos atores, como a pressão sobre as capoeiras na expansão das áreas agrícolas, surgem a partir de fatores conjuntos, gerando, inclusive, a escassez de espécies de caça, pesca e de produtos florestais, contribuindo, por sua vez, para a centralização na atividade agrícola, que provoca o desgaste do solo, o que levou à proliferação do fungo causador do “mal da podridão mole” nos tubérculos (mandioca). Potencializado o modelo da agricultura itinerante, praticado e cada vez mais intensificado nas três localidades, que, juntamente com a redução de locais destinados para o cultivo das roças, em decorrência da contaminação pelo fungo, além da incrementação

demográfica, forma-se um cenário cada vez mais limitado para a prática da agricultura. Em um território em que a caça e a pesca encontram-se seriamente reduzidas, a redução nas áreas destinadas ao cultivo torna-se um fator agravante.

Esta realidade torna-se mais evidente em Taperinha, por possuir uma maior extensão de terra-firme. A escassez de locais para cultivo, dentre as comunidades, é evidente e se relaciona ao aumento demográfico e, na mesma proporção, ao aumento das áreas de capoeiras com o solo contaminado, impróprio para o cultivo. Estes fatores, segundo as comunidades, são tidos como grandes responsáveis pelo trabalho na meia, na propriedade vizinha. A falta de terras para o cultivo dá espaço ao trabalho na meia, que, devido às necessidades dos atores, são obrigados a se submeterem a estas relações desiguais de trabalho.

A opção do senhor Balbino dos Santos em trabalhar como meeiro na propriedade do senhor Estanislau Lobo da Luz foi condicionada pelo apodrecimento de sua roça, tal como ele esclarece: “Fui trabalhar como meeiro porque tudo que era roça, a mandioca apodrecia. Ficamos sem área para plantar”. Esta afirmativa se completa com o depoimento de Hildon dos Santos, filho do senhor Balbino dos Santos, que trabalhou como meeiro na mesma propriedade, que diz: “Eu trabalhava como meeiro porque não tinha outro jeito. Essa terra daqui da Taperinha não segura a mandioca, apodrece. A gente tem que procurar lugar pra se manter e também tem muita gente aqui. Aí não dá para todos”. Os atores da Taperinha justificam o trabalho como meeiros na propriedade vizinha devido à falta de locais para o cultivo. Desta forma, obriga-os a aceitarem uma relação de trabalho em que, fundamentada teoricamente em uma divisão igual (característica da partilha por meia), são obrigados a aceitarem a pequena parte determinada pelo patrão, de forma desigual, o que mais uma vez revela a disparidade entre teoria e prática.

Se para alguns atores sociais a “culpa” recai sobre a falta de terras, deve-se atentar, contudo, que o senhor Balbino dos Santos relatou que trabalha na meia, há 30 anos, em razão do apodrecimento da roça, na Taperinha. Deduz-se, então, que a contaminação do solo pelo fungo causador do apodrecimento das raízes da mandioca não é fator recente. Intenta-se, no entanto, fortificar o entendimento desta questão devido ao mau uso do solo e à prática de uma agricultura itinerante, aliado às condições de umidade e ao curto período de pousio do solo. Neste sentido, a centralização da agricultura, em detrimento às atividades extrativas, favoreceu o atual quadro de escassez de solo agricultável nestas comunidades. Tornado mais complexo na Taperinha, em decorrência da pressão humana sobre o ambiente.

A “meia” utilizada pelos atores do Sauá-Mirim é diferente da situação conflituosa observada em Taperinha. Há uma diferença quanto ao ambiente: no Sauá-Mirim, por haver predomínio da várzea, sempre houve uma busca por outros locais de cultivo, extrínsecos ao território, havendo preferência pela margem oposta do rio Capim. Nas entrevistas, foi unânime o trabalho de meia, sem a divisão desigual, pois não houve exposição de queixa, relacionada ao favorecimento do proprietário da terra, na divisão da produção. A diferença, nesta realidade, cabe ao tipo de propriedade que cede a terra ao meeiro.

Encontraram-se, então, dois tipos de propriedade: na meia da Taperinha, há o monopólio de um único grande proprietário de terra. Enquanto que a meia do Sauá-Mirim, se realiza nas pequenas propriedades. São, em Sauá-Mirim, sítios diversos, em que os atores do “bico da ponta” não estão sujeitos a um único proprietário que sede a terra para a meia.

Uma forma de tentar evitar possíveis conflitos, relacionados ao acesso para a abertura de roças, na Taperinha, seria a formulação de regras de acesso mais rígidas para as capoeiras, na abertura de roças. Somente pedir permissão ao senhor Henrique dos Santos e à senhora América dos Santos, com o aumento pela procura, mais cedo ou mais tarde, não conterà o avanço e a pressão sobre as capoeiras.

Em razão da escassez de terras “sadias” para a agricultura, convém a adoção de medidas eficazes quanto ao uso do solo. Sugere-se, então, uma redivisão do solo baseada nas terras propícias para o cultivo, adotando-se um modelo rotativo de uso do solo. Assim, permitir-se-ia um pousio mais longo ao solo, além do acesso de todas as unidades familiares às terras não contaminadas.

É evidente também na fala dos entrevistados a posição cabida às atividades extrativas, como a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais que no passado compunham uma posição relevante na atividade econômica local. A facilidade em encontrar uma caça e a variedade de peixes e madeira é comum na memória das pessoas. Contudo, as atividades extrativas, na atualidade, acomodam um papel secundário, visto os percentuais que variam de acordo com a disposição ambiental de cada comunidade. Entende-se que a menor presença do extrativismo na renda e na dieta alimentar deve-se à escassez das espécies no presente, de acordo com os vários relatos dos idosos.

Mesmo com o arranjo para a propriedade coletiva, houve, no decorrer do tempo, uma maior demanda por recursos naturais, o que gerou uma extração acelerada. Considera-se também que a extensão do território, com 759 hectares, é insuficiente para a manutenção das

37 unidades familiares, que soma uma população com 210 atores sociais. Associados a este contexto interno do território estudado, existem outros fatores como os desmatamentos para a abertura de pasto e assentamentos, que também desenvolvem influência sobre a disponibilidade interna dos recursos naturais nas comunidades.

Segundo os dados apresentados, atenta-se que os quintais e a criação são incipientes para gerar renda. Na produção dos quintais, com exceção de duas unidades familiares, na Taperinha, os demais são voltados precariamente para o auto-consumo, com baixas produtividade e diversidade de espécies. Justificando, em parte, a dieta alimentar voltada para os produtos não-cultivados, de mercado.

Diante de toda esta crise provocada pela “falta de terras”, o sentido de coletivo se mantém, tal como ainda pode ser constatado no empréstimo do retiro e no uso do poço de água e de mandioca. O uso comum de recursos naturais passou a viabilizar o acesso dos atores aos recursos de natureza diversa, em que o consenso do coletivo predomina, em detrimento das ações individuais. Não foi levantado conflito entre os atores, uma vez que os laços de solidariedade e cooperativismo são exercitados continuamente, em prol do bem coletivo.

As três comunidades tornam-se ímpares, frente ao contorno do latifúndio, pois possuem o regime da propriedade coletiva, que combina áreas privativas das famílias (destinadas à lavoura) e áreas de uso comunitário (casa de farinha, local de extração de recursos naturais e de exercício simbólico para o grupo). No cerne destas relações sociais, articula-se um código de princípios caracterizado por normas e regras de exploração destes recursos, por meio da gestão comunitária do território. Portanto, normas, território e sistemas são ordenados por uma lógica ímpar e identitária do grupo, firmadas pelo saber, condicionado de acordo com as estratégias adaptativas ao ambiente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ACEVEDO MARIN, R. E. Povoados camponeses às margens do rio São Domingos do Capim. In: MONTEIRO, M.; COELHO, M. C; BARBOSA, E. J. S.. *Mapeamento socioambiental dos municípios de Paragominas, Tomé-Açu, Ulianópolis, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará*. Belém: NAEA/CVRD, 2007. Relatório de pesquisa.

_____. *Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará*. Belém: UFPA, 2004.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; COSTA, Rita de Cássia Pereira da; NOGUEIRA, Cristiane da Silva. *Quilombolas da ilha de Marajó - Pará*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém: UNAMAZ/PNCSA, 2006 (Série Movimentos Sociais e Conflitos. Fascículo 7).

ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. *Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1998.

ACTA AMAZONICA 34-2. *Ocupação cabocla e extrativismo madeireiro...* Disponível em <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/34-2/BODY/v34n2a16.html>>. Acesso: em 9 set. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de índio, terras de santo. In: CASTRO, E.; HEBÉTTE, J. *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1989. (Cadernos NAEA, n. 10).

_____. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-33, maio 2004.

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela/Ed. Paz e Terra, 2004b.

AMBIENTES, saberes locais e manejo sustentável dos recursos da floresta. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA672-07032006-194048.DOC>. Acesso em: 01 set. 2008.

ÁREA de Arqueologia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em <<http://marte.museu-goeldi.br/arqueologia/projeto3.html>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 2, n. 5, p. 79-92, 2 Sem. 1999.

BARBOSA RODRIGUES, J. *O rio Capim*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

BARTH, F. *Los grupos etnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Economica, 1976.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção da Educação).

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUHID, W. *Atualidade nacional na rodovia Belém-Brasília*. Belém: H. Barra, 1960. 16p.

BUSCAR nome científico de espécies de plantas e ervas medicinais. Disponível em <http://www.plantamed.com.br/plantaservas/especies/index_nc.html>. Acesso em: 29 set. 2008.

CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. *A aventura antropológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, D. A. de. *Práticas e técnicas agroextrativistas: um estudo de caso com famílias no pólo Rio Capim do PROAMBIENTE*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus. 1998.

CAYRES, G. M. V. *Nazarenos e Marias do Capim: análise de gênero em uma comunidade amazônica*. 1999. 225p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. São Paulo: Ed. Edgard Blucher; EDUSP, 1974.

COMISSÃO EXECUTIVA DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA. *Rodovia Belém-Brasília, a rodovia da unidade nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política*. Belém: H. Barra, 1960. 65p.

COSTA, W. M. da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998. (Coleção Repensando a Geografia).

CUNHA, L. H. Da ‘Tragédia dos comuns’ à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Revista Raízes*, Campina Grande, n. 1, v. 2, p. 10-26, jan./dez. 2004.

DESCOLA, P. Limites ecológicos e sociais do desenvolvimento da Amazônia. In: BOLOGNA, G. (org.). *Amazônia de adeus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DETER 06/2008. *Resumo*. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/Deter_0608.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008.

DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

EMBRAPA. *Mari e Poti são as novas cultivares de mandioca*. Disponível em <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/novembro/2a-semana/mari-e-poti-sao-as-novas-cultivares-de-mandioca/>>. Acesso em: 26 set. 2008.

ESCOBAR, A. Comunidades negras da Colômbia, em defesa da biodiversidade, cultura e território. *Biodiversidade* 22. [s.n.]: [s.n.], dez. 1999.

FEENY, D. et al. A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP, 2001. p. 17-42.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B.J.; ACHESON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.17-42. Original: 1990

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; SILVESTRE, L. H. A. Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. São Paulo: Indaiatuba 2004, *Anais...* 2004. GT07: Manejo comunitário de recursos naturais.

_____. *Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Disponível em <http://www.nucleoestudo.ufla.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT07/eduardo_magalhães.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2007.

GALIZONI, F. M. *Natureza da fartura*. Disponível em <<http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/artigos%20selecionados/Caderno%20de%20campo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

_____. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Belo Horizonte: UFMG, v. 40, n. 3, jul.-set. 2002.

_____. *Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. 98f. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Trabalho, herança e migração no alto Jequitinhonha. In: CONGRESSO DAS IFES DE MINAS GERAIS, 4. Viçosa, 1999. *Anais...* Viçosa: UFV, 1999. p. 424-443.

GARCEZ, A. N. *Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo*. Salvador: INTERBA/CAR/SEPLAN, 1987.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GODELIER, M. *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías y sociedades*. Madrid: Tourus, 1989.

_____. *The mental and the material: thought, economy and society*. London: Verso, 1986.

_____. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, E. de. (org.). *Godelier-Antropologia*. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

GOMES, F. dos S. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP; Polis, 2005.

GÓMEZ-POMPA, A.; KSUD, S. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 1992.

GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GUSFIELD, J. R. Comunidade: uma responsabilidade crítica In: *Conceitos chaves em ciências sociais*. Belém: 2003. (texto digitalizado).

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3859, 1968.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. E. *Colonização para quem?* Belém: NAEA/UFPA, 1979. 173p. (Amazônia, 1)

IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957. v. XIV.

_____. Conselho Nacional de Estatística. *Sinopse estatística do município de Capim, estado do Pará*. Rio de Janeiro, 1948.

INPE. *DETER 06/2008*. Resumo. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/Deter_0608.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008.

KÖPPEN, W. *Climatologia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

LE GOFF, J. Memória. In: *HISTÓRIA e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 423-483.

_____. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. *O olhar distanciado*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

LIMA, A. M. M. de. *O planejamento estratégico e a gestão da oferta hídrica baseados no estudo da paisagem, na bacia do rio Capim-PA*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

LOPES, B. M. *Uso da capoeira na extração de lenha em três comunidades locais no Pólo Rio Capim do PROAMBIENTE-PA*. 2006, 99 f.: il. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2006

LOUREIRO, J. de. J. P. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.

MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2004.

MARQUES, F. L. T. *Relatório de visita aos sítios de engenhos Tapiraçu e Aproaga, rio Capim*. Belém: MPEG, 2008.

MARQUES, A. C.; VILELA, J. M. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 48, n. 1, 2005.

MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: que cartografia é essa? In: SOUZA, M. A. A. de et al. (orgs). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MCGRATH, D. et al. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém: NAEA/UFPA, v. 1, n. 2, 1998.

MCKEAN, M.; OSTROM, E. Regime de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP, 2001. p. 79-96.

MCKEAN, M. Common property: what is it, what is it good for, and what makes it work? In: CLARK, C.; MCKEAN, M.; OSTROM, E. (Eds). *People and forest: communities, institutions and governance*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000. p. 29-51.

MCKEAN, M.; OSTROM, E. Common property regimes in the forest: just a relic from the past? *Unasylva*, v. 46, n. 180, p. 3-15, 1995.

MELO, A. *Dez dias na Belém-Brasília*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. 66p.

MEDINA, G. *A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim*. 2003. 88f. il. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2003.

NOMES de Animais. Disponível em <<http://www.areaseg.com/eco/nomesdeanimais.html>>. Acesso em: 29 set. 2008.

SUDAM; SERFHAU; IDESP. *Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado. Município de São Domingos do Capim, Pará*. Belém, 1970.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. S. *Mapeamento sócio-ambiental dos municípios de Paragominas, Tomé-Açu, Ulianópolis, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará*. Belém: NAEA/CVRD, 2007. (Relatório de pesquisa.).

OLIVEIRA, A. U. de. A. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2004.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. C.; CUNHA, L. H. Manejo comunitario de lagos en la planicie inundable de la cuenca media del río Solimões, Estado de Amazonas, Brasil: un modelo de preservación en transformación. In: SMITH, C. R.; PINEDO, D. (Editores). *El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Instituto del Bien Común, 2002. Estudios de la Sociedad Rural, 21.

OLIVEIRA, J. S. R. *Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do programa*

PROAMBIENTE, Nordeste Paraense. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

OSTROM, E. Reformulating the commons. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v. 5, n. 10, 1 Sem. 2002.

_____. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. *American Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 1998.

_____. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University, 1990.

OSTROM, E. G.; WALKER, J. M. *Rules, games and common-pool resources*. EUA: University of Michigan Press; Ann Arbor, 1994.

PEZZUTI, J. Palestra proferida no *XII Encontro Nacional da ANPUR*. Sessão Livre: Atlas regionais: metodologia, estrutura e elaboração. Belém, 23.05.2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POSEY, D. A.; ANDERSON, A. B. O reflorestamento indígena. In: BOLOGNA, G. *Amazônia a Deus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

PROUST, M. Em busca do tempo perdido. In: *No caminho de Swann*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983. p. 45-47. v. 1.

RAMOS, C. R. Geologia e recursos minerais. In: MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. S. *Mapeamento socioambiental dos municípios de Paragominas, Tomé-Açu, Ulianópolis, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará*. Belém: NAEA/CVRD, 2007. p. 76-81. (Relatório de pesquisa)

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: GAMA, H.; COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, 2000.

RODRIGUES, M. de L. *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. 1978. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.

ROSSETI, D. de F. *Evolução sedimentar e miocênica nos estados do Pará e Maranhão*. São Paulo: INPE, 2006.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

SABOURIN, E.; MARINOZZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no nordeste brasileiro. *Revista Política e Trabalho*, set. 2001.

SACK, R. *Human territoriality: its theory na history*. Cambridge: Cambridge University Prees, 1986.

SALLES, V. *O negro na formação da sociedade paraense*. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAMAIN, E. Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: O jornal La Lumière (1851-1860). *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 44, n. 2, 2001.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, J. C. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1988.

SCOLES, R. *Comunidad negra de Itacoã: território, biodiversidad y organización social: pilares el etnodesarrollo?* 2005. 257f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SEPOF. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br> Acesso em: out. 2007.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica*. Belém: CIFOR; Imazon, 2005.

SILVA, M. F. *Agricultura familiar e normas de regulação de sucessão, cultura e técnica na comunidade rural de Pedra Roxa, Ibiritama-ES*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 1998.

SILVA, M. G.; TAVARES, M. G. C. Saberes locais e manejo sustentável dos recursos da floresta In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3. Brasília, maio 2006. *Anais...* Brasília, 2006.

SIPAM; IBGE. *Base de dados vetoriais (escala original 1: 250.000)*. [s.l.]: [s.n.]. 2004.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JR., J. F. da. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3. Brasília, maio de 2006 *Anais...* Brasília, 2006.

SOUZA, Roberto Martins de; MEIRA, Antonio Michel Kuller; VANDRESEN, José Carlos. *Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura - Paraná*. Projeto Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicioanis do Brasil. Série Faxinalenses do Sul do Brasil. Iraty/PR: PNCSA/FNMA, 2004. (Fascículo 1)

TCHÉ, A. P. G. *Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do alto-médio São Francisco, MG*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2003.

THOMPSON, P. *A voz do passado, história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. *A rodovia Belém-Brasília*. Estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967. (Série A, Biblioteca geográfica Brasileira, n. 22).

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. A. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VON MEYER, H. *Les enseignements des indicateurs territoriaux: L'Observateur de OCDE*. Paris, 1998. n. 210.

VON SPIX, J. B.; MARTIUS, C. E. P. Cap. V. Viagem, por mar, de São-Luiz a Santa-Maria-de-Belém, capital da província do Grão-Pará. In: *VIAGEM pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938a. p. 555-560, v. 2.

_____. Cap. I. Estada na cidade de Santa-Maria-de-Belém do Grão-Pará. In: *VIAGEM pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938b. p. 07-63, v. 3.

_____. Cap. II. Excursões pelos arredores de Belém-do-Pará e preparativos para a viagem ao interior, pelo rio Amazonas. In: *VIAGEM pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938c. p. 07-63; 67-95, v. 3.

WALLACE, A. R. 1823-1913. Capítulo V. Rios Guamá e Capim. In: _____. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 153-177. v. 17.

WAWZNIAK, J. V. Processo de herança entre seringueiros de Rondônia. *Revista de Antropologia Social*, Curitiba: UFPR, v. 4, 2003.

WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, n. 82)

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1995.

_____. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Brasília, 2001. (Série Antropologia, n. 293)

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ANEXO

**LISTA COM NOMES CIENTÍFICOS DA FAUNA E DA FLORA
REGISTRADAS NO CAPIM**

Abacate	<i>Persea americana</i> Mill	Canarana	<i>Hymenachne amplexicaulis</i>
Abacaxi	<i>Ananás comosus</i>	Capim-marinho	<i>Cymbopogon citratus</i>
Abricó	<i>Couropita guianensis</i>	Cará	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Açaí solteiro	<i>Euterpe precatória</i>	Carrapato/Mamona	<i>Ricinus communis</i> L
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Castanha-do-pará	<i>Bertholletia excelsa</i>
Acapú	<i>Vonacapoua americana</i>	Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i>
Acapurana	<i>Campsiandra laurifolia</i>	Catinga-de-mulata	<i>Aeollanthus suaveolens</i>
Acará	<i>Geophagus brasiliensis</i>	Cavalo	<i>Equus caballus</i>
Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L	Cedro	<i>Cedrola odorata</i>
Amapá	<i>Abiurana cramuri/Chrysophyllum oppsitum</i>	Cipó-alho	<i>Mansoa hirsuta</i> DC
Ameixa	<i>Prunus domestica</i>	Cipó escada-de-jabuti	<i>Bauhinia macrostachya</i> Benth
Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L	Cipó-tiririca	<i>Heteropsis</i> spp.
Anador	<i>Justicia pectoralis</i> Jacq	Cipó titica	<i>Heteropsis jenmaii</i>
Anani	<i>Symphonia globulifera</i>	Coco	<i>Cocos nucifera</i> L
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Copaíba	<i>Copaifera</i> spp.
Aninga	<i>Montrichardia</i> spp.	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>
Apés	<i>Eichornia</i> sp.	Cutia	<i>Dasyprocta primnolopha</i>
Aracú/Piau	<i>Leporinus fasciatus</i>	Erva cidreira	<i>Lippia alba</i>
Arroz	<i>Oryza sativa</i>	Faveira	<i>Parkia</i> sp.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i> L
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>	Freijó	<i>Cordia goeldiana</i>
Banana	<i>Musa</i> spp.	Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i>
Barbatimão	<i>Stryphnodendron barbatiman</i>	Fungo	<i>Phytophthora drechsleri</i>
Baú	<i>Crysocyon brachyurus</i>	Goiaba	<i>Psidium guayaba</i> L
Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>	Guarumã	<i>Ischinosiphon arouma</i>
Boldo	<i>Vernonia condensata</i> Baker	Hortelã	<i>Mentha sativa</i>
Breu	<i>Protium heptaphyllum</i> March	Hortelã grande	<i>Plectranthus amboinicus</i>
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L	Hortelãzinho	<i>Mentha pulegium</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L	Inajá	<i>Maximiliana maripa</i>
Café	<i>Coffea</i> spp	Ingá	<i>Ingá</i> spp
Caititu	<i>Tayassu pecari</i>	Ipê-roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i>
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Jaca	<i>Artocarpus heterophylla</i>
Cajuí	<i>Anacardium pumilum</i>		
Camarão	<i>Pseudodiptomus trihamatus</i>		
ana-de-açúcar	<i>Sacharum</i> spp.		

Jacu	<i>Penélope</i>		
Jacundá	<i>Crenicichla sp.</i>		
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>		
Janari	<i>Astrocaryum janari</i>		
Jandiá	<i>Rhamdia quelen</i>		
Japana branca	<i>Eupatorium triplinerve</i>		
Japana roxa	<i>Eupatorium ayapana</i>		
Jatobá/Jutaí/Jutaicica	<i>Hymenaea courbaril</i> L		
Jeju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>		
Jerimum	<i>Cucúrbita spp</i>		
Jucá	<i>Piptadenia macrocarpa</i>		
Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L		
Limão galego	<i>Citrus aurantifolia</i>		
Limão	<i>Citrus limon</i>		
Macaco	<i>Cebus apella</i>		
Maçaranduba	<i>Manikara huberi</i>		
Mamão	<i>Carica papaya</i> L		
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>		
Mandubé	<i>Ageneiosus brevifilis</i>		
Manga	<i>Mangifera indica</i> L		
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> S		
Maracujá-açu	<i>Passiflora quadrangularis</i>		
Martim-pescador	<i>Corylo amazônica</i>		
Marupá	<i>Simarouba amara</i>		
Marupazinho	<i>Eleutherine plicata</i>		
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>		
Maturi	<i>Anacardium occidentale</i> L		
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i>		
Milho	<i>Zea mays</i>		
Mogno africano	<i>Khaya ivorensis</i>		
Mogno amazônico	<i>Swietenia macrophylla molongó</i>		
Mogno brasileiro	<i>Swietenia macrophylla king</i>		
Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>		
Morototó	<i>Dydimopanax morototoni</i> (Aubi.) Decne & Planch		
Muçuã	<i>Kinosternon scorpioides</i>		
Mucuracá			
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i> L		
Mururé	<i>Cabomba sp.</i>		
Paca	<i>Agouti paca</i>		
Pacu	<i>Mylossoma auren</i>		
Papagaio	<i>Conurus Carolinae</i>		
Pará-pará	<i>Jacarandá copaia</i>		
Pariri	<i>Arrabidaea chica</i>		
Pássaro-sino	<i>Chasmorhynchus carunculatus</i>		
Patauá/Patuá/Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i> Mart		
Patchouli/Patcguli	<i>Pogostemon patchouly</i> Pellet		
Patuá	<i>Oenocarpus batua</i>		
Pau d'arco	<i>Tabebuia heptaphylla</i>		
Pau-de-angola	<i>Vitex agnus-castus</i> L		
Paxiúba	<i>Iriartea sp.</i>		
Pequiá	<i>Caryocar villosum</i>		
Perdiz brasileira	<i>Tinamus</i>		
Pescada-branca	<i>Plagioscion squamosissimos</i>		
Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i> L		
Piquiarana	<i>Caryocar cf. Flavum</i>		
Piranha	<i>Serrasalmus sp.</i>		
Pirilampos	<i>Pyrophorus</i>		
Porco	<i>Sus scrofa</i>		
Preguiça	<i>Bradypus tridatylus</i>		
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>		
Quaruba	<i>Vochysia maxima</i> Oucke		
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L		
Quiabo	<i>Hibiscus esculentus</i>		
Samaúma	<i>Ceiba pentandra</i> Gaertn		
Sarapó	<i>Gymnotus carapo</i>		
Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i>		
Surumbim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>		
Tamoatá	<i>Hplosternum littorale</i>		
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>		
Taperebá	<i>Spondias mombim</i>		
Tartaruga	<i>Podocnemis expansa</i>		
Tatajuba	<i>Bagassa guianensis</i> Aubi		
Tatu	<i>Cabassous unicinctus</i>		
Teca	<i>Tectona grandis</i> L		
Timbó	<i>Thoracocarpus bisseca</i> Vell.		
Timborana	<i>Piptadenia suaveolens</i> Tracajá <i>Podocnemis unifilis</i>		
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i> Bloch		
Tucumã	<i>Astrocaryum vulgare</i>		
Tucumã-do-amazonas	<i>Atrocaryum tucuna</i>		

Tucumã-do-pará	<i>Atrocaryum</i>	Uxi	<i>Cuatrec. Endopleura uchi</i>
	<i>vulgare</i>	Veado vermelho	<i>Cervus elaphus/Cervus canadensis</i>
Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>		
Tuí	<i>Brachyhyopomus brevirostris</i>		
		Veado	<i>Mazama americana</i>
Unha-de-gato/Jupindá	- <i>Uncaria tomentosa</i> ;	Verônica	<i>Dalbergia subcymosa</i>
	- <i>Uncaria guianensis</i>	Vindicá	<i>Renealmia sp.</i>
		Virola	<i>Virola surinamensis</i>
Urucum	<i>Bixa orellana</i> L		